UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (CFCH)
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

"A AMEAÇA VERMELHA": O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937)

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

RECIFE, 2013

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

“A AMEAÇA VERMELHA”: O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em História.

Orientadora: Profª Drª Rosa Maria Godoy Silveira

Catalogação na fonte
Bibliotecário Tony Bernardino de Macedo, CRB4-1567

C376a Cavalcante Neto, Faustino Teatino.
A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937) / Faustino Teatino Cavalcante Neto. – Recife: O autor, 2013.
274 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Rosa Maria Godoy Silveira.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Comunismo. 3. Anticomunismo. 4. História política. I. Silveira, Rosa Maria Godoy. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-14)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

Às 9h. do dia 03 (três) de abril de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Faustino Teatino Cavalcante Neto** intitulada "**'A AMEAÇA VERMELHA': O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937)**", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Rosa Maria Godoy Silveira (orientadora), Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Maria do Socorro de Abreu e Lima, Gervácio Batista Aranha e Regina Maria Rodrigues Behar. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 03 de abril de 2013.

Profª. Drª. Rosa Maria Godoy Silveira
Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
Profª. Drª. Regina Maria Rodrigues Behar
Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza
Sandra Regina Albuquerque

Dedico esse trabalho à minha filha Bárbara Freitas Cavalcante (hoje com oito anos e dez meses). Com um olhar que me partia o coração, sempre procurou me compreender quando não podia atender aos seus chamados para brincar, assistir TV ou mesmo dormir de acordo com os seus horários, sempre ouvindo como resposta: “Não posso filha, tenho que escrever a tese”. Espero que um dia, quando adulta for, ela possa ler essa dedicação e perceber o quanto foi importante, o quanto me deu forças para concluir essa escrita no prazo e, assim, poder aproveitar em tempo mais ainda a sua infância.

AGRADECIMENTOS

Às Professoras do PPGH-UFPE, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Christine Yves Paullette Rufino Dabat e Isabel Guillen, pelos debates realizados durante as disciplinas cursadas com as mesmas;

Aos professores do PPGH-UFCG, Maria Lucinete Fortunato, Rodrigo Ceballos e Severino Cabral Filho, e do PPGH-UFPB, Élio Chaves Flores e Regina Behar, pela oportunidade do conhecimento adquirido durante o curso das disciplinas em domínio conexo;

A Sandra Regina, secretária do PPGH/UFPE, que sempre de forma alegre se mostrou eficiente e gentil;

A CAPES, pela bolsa concedida para a realização de parte significativa dessa pesquisa;

Aos colegas da turma de doutorado de 2009: Alberon, Aloísio, Álvaro, Augusto, Carolina, Giancarlo, Helder, José Luciano, Juliana, Letícia, Martinho, Paulo Henrique e Waldefranklin pelos debates teóricos, sugestões e trocas de ideias e experiências durante as disciplinas cursadas conjuntamente;

Aos funcionários sempre solícitos dos acervos pesquisados: Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Arquivo Público do Estado da Paraíba, Biblioteca Átila Almeida, Biblioteca Maurílio de Almeida, Fundação Casa de José Américo, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Museu Histórico de Campina Grande, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Setor de Documentação Histórica Regional da Universidade Federal de Campina (SEDHIR) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Aos meus/minhas ex-alun@s Cirlene Santos, Eduardo Queiroz Cavalcante e Thaís Oliveira pelo trabalho de digitalização de parte do jornal *A União*, assim como a Bruno Gaudêncio, Iordan Queiroz pelo repasse de números avulsos do jornal *A Imprensa*;

A Kyara Almeida, José Luciano, José Pereira Júnior, Manuela Aguiar e Uelba Alexandre, amigos com quem compartilhei as poucas tristezas e as muitas alegrias que vivi durante os últimos seis anos. A José Luciano, primo distante que se tornou irmão, também agradeço pelas várias sugestões em torno do meu tema, bem como pela leitura de parte do segundo capítulo.

Aos professores Gervácio Batista Aranha e Maria do Socorro Ferraz Barbosa pelas observações abalizadas durante o Exame de Qualificação;

Aos professores Gervácio Batista Aranha, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Regina Maria Rodrigues Behar, pela participação na Banca Examinadora dessa Tese;

Aos professores Marc Jay Hoffnagel e Monique Guimarães Cittadino pela participação como suplentes na Banca Examinadora do presente trabalho.

A Rosa Maria Godoy Silveira, por aceitar orientar este trabalho e por recebê-lo de maneira tão aberta, contribuindo para a ampliação de seus horizontes e instruindo-me na arte da pesquisa histórica. Durantes esses anos de convivência, também pude orientar-me pessoal e profissionalmente segundo o exemplo de historiadora ética e compromissada com as diversas causas sociais que é. Procurarei sempre seguir tais princípios, honrando sempre a marca ROSA GODOY® que carregarei comigo.

RESUMO

O objetivo da presente tese é o de compreender como se processou a constituição de um imaginário anticomunista paraibano entre 1917 e 1937, observando as suas regularidades e singularidades ao longo de sua dinâmica histórica. Partindo do pressuposto de que essa tradição política não foi criada pelas elites políticas e intelectuais dos anos seguintes a 1935, investigamos que a mesma remete a uma lógica autoritária do período posterior a 1917, pois consideramos esse ano como um marco importante na elaboração e disseminação de representações que tomavam como referencial um elemento muito repetido, que era o perigo de uma revolução mundial como conseqüência do que ocorrera na URSS. Especificamente, traçamos os seguintes objetivos: analisar as questões teóricas e conceituais que dizem respeito à história política e ao anticomunismo para assentarmos o lugar da nossa escrita da história; problematizar o papel desempenhado pela Igreja Católica enquanto matriz agenciadora de representações e ações sobre o comunismo e os comunistas na Paraíba, entre o início do século XX e o ano de 1935; pesquisar as matrizes anticomunistas instrumentalizadas pelas elites políticas paraibanas, efetivadas pelo então poder político do Estado, no período de 1917 a 1935; e entender como foi gestada a "primeira grande 'onda' anticomunista" na Paraíba entre os anos de 1935 e 1937, percebendo-a como decorrente de argumentos que vinham sendo instituídos na Paraíba pela Igreja Católica e pelo Estado desde a Revolução de 1917. Teoricamente, trabalhamos no campo da nova história política e sua interface com a história cultural, cujas principais referências foram Chartier (1990) e Le Goff (1994). Metodologicamente, tomamos como lições os estudos sobre a concepção de documento-monumento de Le Goff (1992) e sobre a noção de *rastro* elaborada por Ricouer (1997). Quanto às fontes, procuramos confrontar cartas pastorais, encíclicas, atas do poder legislativo, legislação estadual, relatórios de polícia e, principalmente, os jornais *A União* e *A Imprensa,* órgãos ligados, respectivamente, ao poder estadual, e à arquidiocese paraibana.

Palavras-Chave: Anticomunismo. Representações. Nova História Política.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to understand the process of the creation of an anti-communist imaginary between 1917 and 1937 in Paraiba state, noticing its regularities and singularities along its historical dynamics. Assuming that this political tradition was not created by political and intellectuals elites from 1935 on, we examine that it refers to an authoritarian logic in the period after 1917, as we consider this year as an important milestone in the formulation and spreading of representations that were refferring to an element often repeated: the danger of a world revolution as a result of what happened in the Soviet Union. Specifically, we aim to: analyze the theoretical and conceptual issues related to political history and anti-communism to frame our history writing perspective; discuss the role of the Catholic Church as the main agent of representations and actions relating the communism and communists in the state, from the early 20th century until 1935; research anti-communist foundations used by local political elites, and implemented by the political power of the State, from 1917 to 1935, understanding how the "first great anti-communist 'wave'" was raised in Paraiba between the years 1935 and 1937, conceiving it as a result of the arguments that were being instituted locally by the Catholic Church and by Paraíba State since the Revolution of 1917. The thesis is based on theories in the field of new political history and its connections to new cultural history, whose main references were Chartier (1990) and Le Goff (1994). Methodologically, we use the notions of *Document*/*Monument* (LE GOFF, 1992) and *trace* (RICOEUR, 1997). Regarding the sources, we confront pastoral letters, encyclicals, legislative records, state laws, police reports and especially the newspapers *A União* and *A Imprensa*, linked, respectively, to the state power and to the Archdiocese of Paraíba.

Keywords: Anti-communism. Representations. New Political History.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est de comprendre comment traiter la création d'un imaginaire anticommuniste in Paraíba entre les années 1917-1937, en observant leurs régularités et singularités au long de leurs dynamiques historiques. En supposant que cette tradition politique n'a pas été créé par les élites politiques et intellectuels des années qui ont suivi 1935, on a fait une enquête sur la même renvoiée à une logique autoritaire de la période après 1917, car nous considérons cette année comme une importante étape pour le développement et la diffusion de représentations en prenant comme référence un élément souvent repeté: le danger d'une révolution mondiale à la suite de ce qui s'est passé en URSS. Plus précisément, nous attirons les objectifs suivants: analyser les questions théoriques et conceptuelles relatives à l'histoire politique et lesanticommunismes pour délimiter Le leiu de notre écriture de l'histoire; discuter le rôle joué par l'Eglise Catholique en tant qu' agent des représentations et dês actions sur le communisme et communistes à Paraíba, entre le début du XXe siècle et l'année 1935; rechercher les matrices anticommunistes instrumentalisées par les élites politiques de Paraíba, et mises em effet par le pouvoir polítique de l'État, dans la période de 1917 à 1935, comprennant la configuration de "la première grande «vague» anticommuniste" à Paraiba parmi les années 1935 et 1937, et la percevant comme un résultat des arguments qui avaient été institués par l'Église Catholique et l'État de Paraíba depuis la Révolution de 1917. Théoriquement, la thèse s'appuie sur de nouveaux travaux dans le domaine de l'histoire politique et ses connexions avec l'histoire culturelle, dont les principales référencesétaient Chartier (1990) et Le Goff (1994). Méthodologiquement, nous prenons les enseignements des études sur la conception du *document/monument* (Le Goff, 1992) et la notion de *piste* élaborée par Ricouer (1997). Quant aux sources,nous sommes confrontés à des lettres pastorales, encycliques, actes législatifs, lois étatiques, rapports de police, et, en particulier, les journaux *A União* et *A Imprensa*, des organes attachés, respectivement, au pouvoir de l' État, et à l'Archidiocèse de Paraíba.

Mots-clés: anti-communisme. Représentations. Nouvelle histoire politique.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – OBRAS NACIONAIS QUE REPRESENTAM O COMUNISMO POSITIVAMENTE (1931-1934)

QUADRO II – OBRAS ANTICOMUNISTAS INTERNACIONAIS (1931-1935)

QUADRO III – OBRAS ANTICOMUNISTAS NACIONAIS (1930-1933)

QUADRO IV – PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O ANTICOMUNISMO (2002-2010)

QUADRO V – COLÉGIOS CATÓLICOS DA DIOCESE DA PARAHYBA DO NORTE (1894-1909)

QUADRO VI - GRUPOS DE INDÚSTRIAS E NÚMERO DE OPERÁRIOS DA PARAÍBA EM 1920

QUADRO VII – GREVES NA PARAÍBA (1902-1928)

QUADRO VIII – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1881-1929)

QUADRO IX – VISITAS PASTORAIS (1921-1929)

QUADRO X – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DE OPERÁRIOS NA PARAÍBA (1920 e 1940)

QUADRO XI – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1930-1932)

QUADRO XII – JORNAIS EDITADOS PELOS OPERÁRIOS NA PARAÍBA (1931-1940)

QUADRO XIII – VISITAS PASTORAIS (1932-1935)

QUADRO XIV – GREVES NA PARAÍBA (1934-1936)

QUADRO XV – FÁBRICAS DE CIGARROS DA CAPITAL DA PARAÍBA EM 1917

QUADRO XVI – GREVES NA PARAÍBA EM 1917

QUADRO XVII – GREVES NA PARAÍBA EM 1934 e 1935

QUADRO XVIII - TELEGRAMAS SOBRE A REVOLUÇÃO MUNDIAL PUBLICADOS NO JORNAL *A UNIÃO* (1919-1921)

QUADRO XIX – TELEGRAMAS, MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (1918-1930)

QUADRO XX – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (1918-1927)

QUADRO XXI – REPRESENTAÇÕES POSITIVAS SOBRE A RÚSSIA SOVIÉTICA NO JORNAL *A UNIÃO* (1925-1927)

QUADRO XXII – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (1931- 22/11/1935)

QUADRO XXIII - DETENÇÕES REALIZADAS PELA DOPS DA PARAÍBA EM NOVEMBRO DE 1935

QUADRO XXIV – PRINCIPAIS NOMES RELACIONADOS AO LEVANTE COMUNISTA NA PARAÍBA (1935)

QUADRO XXV – PRONTUÁRIOS E PRISÕES REALIZADAS PELA DOPS-PB (1935-1936)

QUADRO XXVI – NOMES DAS PESSOAS INTIMADAS A COMPARECEM À DOPS DA PARAÍBA (06/10/1937)

QUADRO XXVII – DETENÇÕES REALIZADAS PELA DOPS DA PARAÍBA EM 1937

QUADRO XXVIII – COMISSÕES NACIONAIS DE PROPAGANDA SISTEMÁTICA CONTRA O COMUNISMO NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA (1937)

QUADRO XXIX – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (26/11/1935 – 23/09/1937)

LISTA DE ICONOGRAFIAS

IMAGEM I – REPRESENTANTES DA ORDEM NA PARAÍBA (1935)

IMAGEM II – PRESOS POLÍTICOS ACUSADOS DE COMUNISTAS (1935)

IMAGEM III – COMPOSIÇÃO DA MESA NA REUNIÃO DA UNIÃO OPERÁRIA BENEFICENTE (1936)

IMAGEM IV – CONFERÊNCIA ANTICOMUNISTA NO LYCEU PARAIBANO (1937)

IMAGEM V – PRESO POLÍTICO (1935)

IMAGEM VI – QUARTEL DE POLÍCIA DE NATAL APÓS O LEVANTE COMUNISTA (1935)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO----------1

1. HISTÓRIA POLÍTICA E ANTICOMUNISMO: BALIZAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS ----------10

1.1 Historiografia sobre o *político*: abordagens francesas----------10

1.1.1 A historiografia política "tradicional": apogeu, crise e declínio ----------11

1.1.2 A *nova história política* na historiografia contemporânea----------23

1.2 Reflexões para uma história política do anticomunismo no Brasil-----41

1.2.1 Anticomunismo: elaboração de um conceito----------43

1.2.2 Anticomunismos no Brasil----------47

1.2.3 Os anticomunismos na historiografia brasileira ----------53

2. A IGREJA CATÓLICA E A "DIABOLIZAÇÃO" DO COMUNISMO NA PARAÍBA ----------68

2.1 A Igreja Católica na Paraíba republicana: romanização e "males" a serem combatidos----------82

2.2 A Igreja Católica na Paraíba republicana: práticas para "desmaterializar" o operariado----------93

2.3 "Elementos extremistas": Igreja Católica paraibana e representações anticomunistas----------121

3. MOVIMENTOS OPERÁRIOS/PROLETÁRIOS, ESTADO E ANTICOMUNISMO NA PARAÍBA REPUBLICANA----------142

3.1 Fábricas, operários e política na capital paraibana----------142

3.2 O jornal estatal e a força das palavras: a "ameaça" comunista---------182

4. "LUTEMOS CONTRA O CREDO VERMELHO": A GRANDE "ONDA" ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1935-1937)----------220

4.1 O Estado em defesa da *ordem*: o combate ao "surto" comunista------221

4.2 Uma grande "onda" de palavras: o recrudescimento do anticomunismo nos periódicos paraibanos (1935-1937)----------254

CONSIDERAÇÕES FINAIS----------270

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ----------274

INTRODUÇÃO

Com a presente pesquisa, pretendemos dar continuidade e ampliar a investigação iniciada no curso de Mestrado acerca do anticomunismo[1] na Paraíba republicana. Na dissertação, nos dedicamos à análise dos embates travados nas campanhas eleitorais (federal, estadual e municipais) da redemocratização (1945-1947), entre o poder estatal então estabelecido, juntamente com as instituições civis que lhe davam esteio, e os militantes comunistas; processo esse que apreciamos como responsável pela elaboração e disseminação de representações que terminaram por naturalizar um imaginário anticomunista na Paraíba, assim como acontecia no resto do Brasil.[2]

Nas últimas três décadas, o anticomunismo vem recebendo atenção enquanto objeto de pesquisa no Brasil, contudo, verificamos que a maior concentração destes estudos se encontra em alguns estados das regiões Sul (Rio Grande do Sul e Paraná) e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) do país. Não obstante, no Nordeste, o anticomunismo também foi tomado como tema, com destaque para os trabalhos de Medeiros (1999) em Maceió, Pinto (2005) em Fortaleza, Cavalcante Neto (2006) na Paraíba, Oliveira (2008) no Piauí e Araújo (2008) e Alves (2008) na Bahia.[3]

No que diz respeito à Paraíba, o nosso trabalho foi o pioneiro em ter por objetivo principal problematizar o anticomunismo, que, até então, era relegado a um segundo plano pela historiografia política paraibana, em favorecimento a questões consideradas de maior importância do campo político. Mello (1996 e 2001) registra o tema secundariamente no contexto que segue a redemocratização de 1945 e, de forma subjacente, no pós-1930, respectivamente; Gurjão (1994), apesar de não tomá-lo como objeto, cita-o em seus segundo e último capítulos quando destaca a campanha anticomunista no pós-1930; Santana (1999) também dedica, no seu quinto e último capítulo, um tópico,

[1] Analisaremos mais detalhadamente o conceito de anticomunismo no primeiro capítulo, mas, para um rápido esclarecimento prévio, entendemos o termo como um conjunto de representações e de práticas de aversão metódica ao comunismo.

[2] A nossa dissertação tem por título “O PCB paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na fase da “redemocratização” (1945-1953)” e foi defendida em 2006.

[3] Dialogaremos com esses e outros trabalhos que tratam do nosso tema, no último tópico do primeiro capítulo da tese.

intitulado de “A Repressão aos Trabalhadores e Comunistas”, a observar o recrudescimento no combate ao comunismo a partir de 1935; e Porfírio (2003), em seu estudo sobre o comunismo, registra de forma subjacente o anticomunismo pós-1917, dedicando ainda um pequeno tópico (“O anticomunismo da Igreja Católica”) para o período posterior a 1930.

No geral, tais autores tomaram como objeto de pesquisa o poder político estatal e sua relação com a sociedade paraibana da primeira metade do século XX, onde o anticomunismo aparece como questão subsidiária e distanciado da análise do modo pelo qual seu imaginário foi construído e pensado. Ao mesmo tempo, essa historiografia faz referência ao anticomunismo apenas em momentos específicos da história paraibana, quando o mesmo foi assumido em campanhas que levaram a grandes mobilizações, como no caso do Estado Novo (1937), estabelecido para combater o *perigo comunista*, e no calor da redemocratização de 1945, quando o PCB, depois de curto período de legalidade, foi cassado.

A nosso ver, a forma como o fenômeno é apresentado, termina supervalorizando a ação do Estado naqueles processos e não leva em consideração o apoio que setores expressivos da sociedade civil paraibana ofereceram àquelas atitudes autoritárias, apoio esse que justificou até mesmo o cerceamento das liberdades individuais, que foram tolhidas em nome da ordem *ameaçada*. Desse modo, essa escrita da história termina por não visualizar a adesão da sociedade no período de preparação e implantação das propostas totalitárias, dizendo-se mesmo que somente o Estado era autoritário e perdendo-se de vista o processo que o gerou e o reivindicou.

Nesse sentido, procuramos perceber em nossa pesquisa que os elementos inerentes a esse anticomunismo não foram criados pelas elites políticas e intelectuais paraibanas de 1937 ou 1945, mas remetem a uma lógica autoritária muito anterior a isto. As suas bases podem ser identificadas também quando ele é mais imperceptível aos indivíduos aos quais pretende atingir, quando então demandou maiores empenhos de seus forjadores. Desse modo, escolhemos estudar a disseminação desse imaginário observando-o a partir de 1917, pois consideramos esse marco importante na constituição do anticomunismo, que tomava como referencial um elemento muito repetido, que era o perigo de uma revolução mundial como conseqüência do que ocorrera na URSS. Não

desconsideramos as manifestações anteriores a 1917, mas entendemos que foi a partir daí que se articularam, de forma mais evidente, propostas totalitárias justificadas em torno do *perigo* comunista.

Achamos que o estudo a partir do período proposto pode permitir levantar elementos importantes para entendermos a construção do imaginário anticomunista na Paraíba e recuperarmos as vivências políticas da sociedade daquela época, ao mesmo tempo, sendo possível compreender, de forma mais ampla, a permanência do fenômeno na história política paraibana. Tendo em vista a carência de pesquisas sobre o tema, temos a expectativa de que o estudo contribua com o avanço do conhecimento a respeito do anticomunismo na Paraíba, tentando preencher essa lacuna historiográfica.

Desse modo, a nossa proposta é a de estudar como se processou a constituição de um imaginário anticomunista paraibano entre 1917 e 1937, observando as suas regularidades e, sobretudo, as suas singularidades presentes ao longo de sua dinâmica histórica.

De acordo com Motta (2002), o anticomunismo terminou por instituir uma tradição política no Brasil e foi importante para a constituição da cultura política[4] brasileira do século XX, assumindo dentro desta a função de integração sócio-política e legitimação do sistema. Para Berstein (1998), o processo que faz surgir uma determinada cultura política, não é acidental e ocasional, faz parte de uma construção racional, elaborada a partir de ideias e ideais partilhados por um grupo de pessoas. “Corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações” (IDEM, p. 355). Nesse sentido, podemos entender que a maneira como o anticomunismo foi agenciado, contribuiu no sentido de fazer surgir certa cultura política brasileira, servindo, desse modo, para a manutenção do Estado estabelecido, representante de elites detentoras do poder político e econômico.

Assim como Motta (2002, p. XXIV), também procuraremos compreender o imaginário anticomunista na Paraíba dentro da nova história política em sua

[4] Sobre o conceito de cultura política, ver Berstein (1998 e 2009), Rennó (1998), Dutra (2002), Gomes (2005) e Motta (2009).

interface com a história cultural[5], sobretudo a partir das reflexões de Chartier sobre duas dimensões distintas e complementares: as representações e as práticas, onde entendemos "(...) o fenômeno, por um lado, como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que constrói um conjunto de representações e, por outro, como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados" (IDEM).

Chartier (1990, p. 17) propõe a investigação de como as práticas e as representações são construídas, buscando perceber estas últimas como elaborações que os grupos fazem sobre suas práticas. Para esse historiador, "As representações remetem às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real"; e são sempre "marcadas pelos interesses dos grupos que as forjam". As representações, portanto, podem fazer ver e fazer crer no ausente, e esse poder de evocação tem efeitos de mobilização (conjunto de práticas). Assim, além de produzir efeitos de "real", as representações produzem efeito no "real". Destarte,

> (...), representações e ações não devem ser entendidas num viés dicotômico, ao contrário, são interdependentes: representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, freqüentemente têm correspondência com interesses sociais; e as ações e práticas sofrem influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais. Há que ter cautela, também, para evitar um olhar simplista no que se refere às relações entre representações e realidade. Se, de um lado, não é factível acreditar que as representações apresentam uma imagem perfeita da realidade, por outro não se deve supor a inexistência total de correspondência entre os dois fatores. Representações são construções embasadas na realidade, ainda que muitas vezes produzam versões caricaturais e mesmo deformadas do "real". (MOTTA, 2002, p. XXV).

Notamos que as elites políticas dirigentes, com a pretensão de se legitimarem e de negarem a possibilidade de eficácia do comunismo, passaram a elaborar representações e desenvolver ações (práticas) políticas com vistas a descaracterizá-lo apresentando-o como um "perigo". Assim, nos interessamos

[5] Chartier observa que o principal objetivo dessa corrente historiográfica é identificar o "modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (1990, p. 16-17)

pela busca do conjunto destas representações sobre o comunismo, bem como de suas ações (práticas) correspondentes, que forneceram argumentos para reforçar a implantação do autoritarismo político no país e no Estado. Desse modo, a nossa maior pretensão foi a de procurar entender o anticomunismo na Paraíba, tanto no que diz respeito à elaboração de representações mentais (ideias, signos, imagens), quanto de ações (materialização de propaganda, atividades educativas, movimentos e organizações de ativistas, manifestações públicas, controle e perseguições policiais, atuação no Legislativo, etc.), observando suas especificidades: os lugares de produção, quem os ordena e os controla, as formas de exercício de poder, etc. Ao mesmo tempo, procuramos identificar as diferentes frentes anticomunistas, destacando que significados cada uma delas atribuía ao comunismo nos diferentes períodos analisados.

Ao propormos estudar um conjunto de representações que pesaram para a sedimentação de uma tradição anticomunista na Paraíba, recorremos à noção de imaginário proposta por Le Goff (1994). Segundo esse historiador, essa é uma noção polêmica, pois conserva interfaces com o conceito de representação e, em algumas situações, os dois campos se invadem reciprocamente, embora devam ser distinguidos. Diz ele que o campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” e está ligado ao processo de abstração. Daí não causar estranheza o uso da expressão “representações imaginárias”, significando, com isto, que nem toda representação é imaginária.

O âmbito das representações, ainda de acordo com Le Goff, também pode abarcar elementos associados ao imaginário. O imaginário pertence ao campo da representação, é apenas uma facção do seu território, na medida em que traduz uma realidade exterior percebida, ao mesmo tempo em que se trata de uma forma de representação que alimenta os indivíduos e os faz agirem. Dessa maneira, o que consideramos realidade, é fruto do próprio imaginário, ou seja, é instituído imaginariamente.

A História do Imaginário estuda basicamente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as verbais e, em última instância, as mentais. O imaginário não pode ser examinado como algo estático, mas visto como um sistema complexo e interativo que abrange a

produção e a circulação de tais imagens e atua na construção de representações diversas. O imaginário é visto, então, como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na idéia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que a produz. Neste sentido, não se deve confundir imaterialidade com irrealidade. É que as representações imaginárias são imateriais, mas não irreais.

Para responder quais foram as especificidades da elaboração do imaginário anticomunista na Paraíba, entre os anos de 1917 e 1937, lançamos mão de um conjunto de fontes, tais como cartas pastorais, encíclicas, atas do poder legislativo, legislação estadual, relatórios de polícia e, principalmente, os jornais desse estado, uma vez que são, sabidamente, uma das fontes mais ricas para se compreender as interpretações e visões da elite letrada de então, através de reportagens, editoriais, notas, etc. Dentre os periódicos, cabe mencionar os jornais *A União*, órgão diário do poder estadual, e *A Imprensa*, semanário ligado à arquidiocese paraibana, onde observamos a forma sistemática e enfática de representações negativas sobre o comunismo.

Pensar a possibilidade da escrita da história por meio das fontes impressas é destacar que tal instrumentalização é relativamente nova. A historiadora Luca (2006, p, 112) observa que, mesmo na década de 1970, em meio aos movimentos de reviravolta no fazer historiográfico, ainda eram poucas as pesquisas históricas que se valiam de jornais enquanto fonte, destacando ainda que se relutava em mobilizá-los para a escrita da história.

Cabe destacar que, para essa situação, colaborou a cultura historiográfica predominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, que tinha como meta de alcance a verdade dos fatos. “Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, além de distanciadas de seu próprio tempo.” (IDEM). Desse modo, os jornais não eram considerados como fontes que pudessem recuperar o passado, “(...) uma vez que os mesmos continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.” (IDEM, p. 113). Cabe destacar que as críticas a essa concepção de neutralidade já haviam sido

realizadas na década de 1930, pela Escola dos *Annales*, contudo, isso não implicou no reconhecimento imediato da imprensa enquanto fonte, que continuou relegada.

De todo modo, foi a partir das últimas décadas do século XX, com a terceira geração dos *Annales*, que a prática historiográfica alterou-se consideravelmente, quando, então, foram propostos "novos objetos, novos problemas e novas abordagens" (LE GOFF; NORA, 1995) que tenderam a ampliar o campo de trabalho do historiador. Em meio a tais mudanças, também se redimensionou a concepção de documento até então predominante, cujas bases foram pensadas e descritas pelo historiador francês Jacques Le Goff. É já um clássico o seu estudo Documento/Monumento, que trata da revolução documental promovida pelos fundadores dos *Annales* e em que se questionam os fundamentos de historiografia metódica (dita positivista), ou seja, de uma ciência histórica com base justamente no documento escrito, erigido como prova de objetividade. Esta seria, pois, garantida pelo documento, ou mais precisamente, pela técnica de leitura do mesmo (com base nas ciências auxiliares da paleografia, diplomacia, epigrafia). Para a história metódica, o que o documento ensina, é o fundamento ou a prova do fato histórico. Ao conceito de documento, Le Goff opõe o de monumento, que significa fazer recordar, iluminar, instruir, e é utilizado pelo poder não como documento objetivo, mas como intencionalidade. Daí que, quando se utiliza o documento, se pretenda uma inocência que ele não tem. Todo o documento é monumento, na medida em que se não apresenta a si mesmo, antes contém uma intencionalidade. Diz, ainda, o historiador que

> O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor ao futuro – querendo-o ou não – determinada imagem de si mesma. Em definitivo não existe um documento-verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1992, p. 535-549).

Contrapondo-se a essa postura, Ricouer (1997) prefere explorar a metáfora do *rastro* como lição para a análise das fontes de conhecimento do passado. Segundo ele, os documentos podem nos ensinar sobre seu tempo quando o pesquisador consegue lê-los como *rastros* deixados pelas pessoas. Não discorda de que não podemos atingir o tempo passado na sua totalidade e de que os

documentos foram agrupados com fins ideológicos, entretanto é enfático em dizer que cabe ao historiador romper com essa memória socialmente "tradicionalizada*"* (RICOUER, 1997, p. 200), estabelecendo meios de conexões com os fragmentos deixados pelas pessoas do passado, para que se recupere um pouco do que foram. Para Ricouer (1997, p. 201), nem todo *rastro* é deixado de forma intencional, já que ele é o efeito da ação de alguém. Assim, compete ao pesquisador, partindo das questões que orientam sua pesquisa, interrogar o *rastro* sabendo que existe um motivo dele estar naquela forma e lugar. O documento torna-se, então, um enigma a ser encarado.

A partir dos questionamentos postos por esses autores, modificou-se o tratamento dado ao *corpus* documental impresso, alterando-se o modo de inquirir os textos, que "interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam" (PROST Apud LUCA, 2006, p. 114) e também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. Com as fontes em nossas mãos, devemos interpretá-las no sentido de extrairmos respostas para as questões previamente estabelecidas, entretanto é importante que saibamos que elas próprias não permitem que façamos afirmações que não deveríamos fazer. É que as fontes têm "poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis." (KOSELLECK, 2006, p. 188). Assim, cabe ao historiador que for utilizar os jornais como fontes de pesquisas, em primeiro lugar, procurar saber quais influências sofriam tais órgãos de informação, observando as fontes de informação de uma dada publicação; sua tiragem; área de difusão; relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros.

Partindo das considerações postas, procuramos dar sentido a nossa tese, intitulada de "'A ameaça vermelha': o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)"[6], estruturando-a em quatro capítulos.

[6] Fizemos uso do termo "A ameaça vermelha' no título de nossa pesquisa por constatarmos que foi um recurso de linguagem recorrente nos discursos oficiais da imprensa paraibana com o propósito de dar sentido ao temor que era provocado frente ao comunismo e aos comunistas. O vermelho, cor da revolução soviética, possibilitou aos setores anticomunistas associarem seus inimigos à imagem da violência e do sangue.

No primeiro, as abordagens estão relacionadas com as questões teóricas e conceituais que dizem respeito à história política e ao anticomunismo, onde procuramos pensar o lugar da nossa escrita no interior do que se convenciona chamar de nova história política, bem como as reflexões historiográficas sobre o anticomunismo, respectivamente. O presente texto se justifica no sentido de nos situarmos no debate que trata das dinâmicas vividas por esse campo historiográfico que possibilitaram entender o imaginário anticomunista como objeto de pesquisa.

No segundo capítulo, problematizamos o papel desempenhado pela Igreja Católica enquanto matriz agenciadora de representações e ações sobre o comunismo e os comunistas na Paraíba, entre o início do século XX e o ano de 1935.

Para o terceiro capítulo, reservamos pesquisar as matrizes anticomunistas que foram instrumentalizadas pelas elites políticas paraibanas, efetivadas pelo então poder político do Estado, no período de 1917 a 1935.

No quarto e último capítulo, objetivamos entender como foi gestada a "primeira grande 'onda' anticomunista" na Paraíba entre os anos de 1935 e 1937, percebendo-a não como decorrente da chamada "Intentona comunista", mas de argumentos que já vinham sendo instituídos na Paraíba pela Igreja Católica e pelo Estado desde a Revolução de 1917, como verificado nos segundo e terceiro capítulos dessa pesquisa, respectivamente.

Nas conclusões, procuramos refletir como nosso trabalho, ao mesmo tempo em que se abeberou de pesquisas recentes sobre o tema, tencionou guardar uma originalidade ao refletir sobre a especificidade do processo de construção do imaginário anticomunista na Paraíba, sem que, no entanto, estivesse desvinculado de um processo mais geral em ocorrência no Brasil. A nosso ver, essa especificidade estaria em perceber que essa tradição política foi agenciada pelas elites políticas paraibanas desde 1917, frente a um movimento operário que, diferentemente do caso europeu, era composto não apenas pelos trabalhadores fabris mais também por aqueles ligados ao setor de serviços (ferroviários, telegrafistas, telefonistas, estivadores, carroceiros, costureiras, alfaiates, padeiros, etc.) presentes naquela sociedade.

1. HISTÓRIA POLÍTICA E ANTICOMUNISMO: BALIZAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.1 HISTORIOGRAFIA SOBRE O *POLÍTICO*: ABORDAGENS FRANCESAS

A escrita da história tem como uma de suas preocupações observar e propor explicações para as mudanças que afetam a sociedade e, por conseguinte, ela própria não escapa à historicidade, às mudanças históricas. Logo, como destaca Rémond (2003, p. 13), existe uma história da história que carrega consigo não apenas as marcas das transformações da sociedade, mas que também reflete as oscilações do movimento intelectual dos historiadores ao pensarem essas transformações. No Ocidente, essas mudanças às quais a escrita da história não escapou, podem ser notadas, por exemplo, no período que se seguiu à Segunda Guerra, quando, então, os historiadores passaram a identificar a história com os fatos econômicos e demográficos e suas conseqüências sociais, dando emergência, portanto, a uma escrita da história econômica e demográfica. É importante perceber que, muitas vezes, essas mudanças se operam em detrimento de outro campo da história e, naquele contexto, “Era, pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo” (IDEM, p. 14). Para Rémond, o mesmo movimento que levou ao aparente desinteresse dos historiadores pela história política na França, trouxe-a de volta para um primeiro plano na segunda metade do século XX. Assim, ao lado da história das relações internacionais, da história religiosa e da história cultural, “(...) eis que a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido” (IDEM).

Para pensarmos essa retomada da história política, campo historiográfico no qual assentamos nosso objeto de pesquisa, optamos por fazer um balanço sucinto da história da historiografia política francesa, a partir de 1870, considerando o peso dessa matriz sobre o campo historiográfico brasileiro. Assim sendo, procuramos estabelecer uma análise dessa história política numa

perspectiva temporal centrada, grosso modo, em dois períodos distintos, a saber: o apogeu, crise e declínio dessa historiografia política “tradicional” e o da emergência do que se convencionou chamar de nova história política na historiografia contemporânea, apontando suas principais características[7].

1.1.1 A HISTORIOGRAFIA POLÍTICA “TRADICIONAL”: APOGEU, CRISE E DECLÍNIO

De acordo com Bourdé e Martin (1983, p. 97), a história política na França organizou-se e institucionalizou-se a partir da Terceira República (1870)[8], com a configuração da Escola histórica “metódica”, que fundou a disciplina enquanto científica e instituiu o ensino de história, continuando por dominar o ensino e a investigação em história nas universidades francesas até os anos 1930. Esses historiadores alertam-nos no sentido de que nos habituamos abusivamente a denominá-la de “positivista”, porém trata-se de uma designação equivocada, já que são raros os historiadores propriamente positivistas. E sobre os seus postulados, dizem que

> A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Os historiadores “positivistas” participam na reforma do ensino superior e ocupam cátedras em novas universidades; dirigem grandes coleções – E. Lavisse: *História de França*; A, Rambaud: *História Geral*; L. Halphen e Ph. Sagnac: *Povos e Civilizações*, formulam os programas e elaboram as obras de história destinadas aos alunos dos colégios secundários e das escolas primárias. Ora, os manuais escolares, muito explicitamente, veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial. (IDEM).

[7] Ao realizarmos esta pesquisa historiográfica, não pretendemos uma perspectiva de linearidade em busca das origens e nem mesmo no sentido teleológico, mas uma análise do movimento da historiografia política, nos termos propostos, procurando detectar as suas condições de possibilidade (CERTEAU, 1982), bem como as permanências e deslocamentos/descontinuidades em seu percurso.

[8] A vitória dos alemães na guerra franco-prussiana (1870-1871) marcou o último capítulo da unificação alemã, bem como a queda de Napoleão III e do sistema monárquico na França, com o fim do Segundo Reinado e o início da Terceira República Francesa. Como resultado da guerra, ocorreu a anexação de maior parte do rico e estratégico território da Alsácia-Lorena pela Prússia.

Esses princípios basilares da escola metódica foram expostos em dois textos-programas: o manifesto, escrito por Gabriel Monod para lançar *A Revista Histórica* (1876)[9]; e o guia *Introdução aos Estudos Históricos* (1898), onde Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos definiram as regras aplicáveis às cátedras de história nas universidades recentemente criadas ou reformadas[10]. Foi a fundação de *A Revista Histórica*, por Gabriel Monod e Gustave Fagniez, que marcou a constituição dessa escola histórica, que tinha em vista a defesa de ideias políticas e religiosas[11]. Apesar de se dizer neutra e imparcial, voltada "à ciência positiva", a *Revista Histórica* passou a auxiliar e a legitimar a Terceira República francesa, defendendo para isso a tríade república, nacionalismo e colonialismo.

A partir de então, na escola laica, pública e obrigatória, o ensino da história nacional passou a ser o catecismo básico de formação da juventude futura para a recuperação concreta da nação: "(...) o estudo do passado da França é uma tarefa primordial... pela qual podemos dar ao nosso país a unidade e a força

---

[9] De acordo com Bourdé e Martin (1983, p. 98) no comitê de imprensa da *Revista Histórica*, onde figuravam os colaboradores mais ativos, coexistiam duas gerações de historiadores: a dos "antigos", que atingiram a maturidade sob o Segundo Império e que são conhecidos pelas suas obras de filósofos e de historiadores, como Jean Victor Duruy, Joseph Ernest Renan, Hippolyte Adolphe Taine, Edgard Boutaric e Fustel de Coulanges; e a dos "jovens lobos" que deram tudo de si nos primeiros decênios da Terceira República: Gabriel Monod, Gustave Fagniez, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos, Ernest Lavisse, Alfred Nicolas Rambaud, Louis Halphen, Philippe Sagnac, Paul Guiraud, Charles Bémont e Camille Jullian.

[10] Neste guia, cuja preocupação era a de formar gerações de historiadores, Langlois e Seignobos deram a contribuição decisiva para a constituição de uma história científica. Para eles, a história não passaria da aplicação de documentos oficiais que, uma vez salvos, registrados e classificados, deveriam ser submetidos às regras do método: 1) operações analíticas: crítica externa (de erudição) e crítica interna (ou hermenêutica); 2) operações sintéticas: a primeira fase consistia em comparar vários documentos para estabelecer um fato particular; a segunda fase conduzia a reagrupar os atos isolados em quadros gerais; a terceira visava manejar o raciocínio, quer por dedução, quer por analogia para ligar os fatos entre si e para encher as lacunas da documentação. A última fase levava o historiador a tentar algumas generalizações, a arriscar algumas interpretações, sem manter a ilusão de penetrar no mistério das origens das sociedades. Cf. Bourdé e Martin, 1983, p. 104-105. No Brasil, o guia foi traduzido por Laerte de Almeida Morais e publicado pela editora Renascença em 1946.

[11] *A Revista Histórica* era composta por um grupo bastante homogêneo (intelectuais protestantes ou livres pensadores) nos planos social e político. Surgiu contra *A Revista das Questões Históricas*, que era constituída por aristocratas e plebeus que compartilhavam um gosto pela erudição, um apego à fé católica e uma inclinação para a reação política; a maioria dos artigos desta última revista abordava a monarquia e a Igreja de França, acentuando o regresso às tradições e ao respeito das hierarquias sociais; enfim, traduzia o pensamento da direita ultramontana e legitimista a serviço do bonapartismo. *A Revista Histórica* visava, sobretudo, destruir a influência da Igreja Católica que permaneceu conservadora e legitimista no final dos anos 1870. Foi o mesmo grupo que fez as leis de Jules Ferry, instituindo o ensino primário laico (1880), gratuito (1881) e obrigatório (1882). Cf. Bourdé e Martin, 1983, p. 98-99.

moral" (PREFÁCIO, 1876 Apud BOURDÉ; MARTIN, 1983)[12]. Tratava-se, depois da derrota de 1870, "(...) de despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história". Por volta de 1880, Monod denunciou "o crime da invasão prussiana", referindo-se à anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha e apelando à vingança. Eis o papel do ensino de história: "Por meio deste, vê-se uma personificação da França através de uma história biográfica, relato da história da nação; essa parece ter uma 'ordem cronológica natural', um 'sentido verdadeiro' que fundou o imaginário social republicano francês". (BORGES, 1992, p. 10)[13].

Assim, essa historiografia levou à supremacia da história política, que passou a desfrutar de um prestígio inigualado, exercendo um império e uma hegemonia sobre o resto da disciplina nos meios acadêmicos em geral. Essa escrita da história pode ser pensada a partir de três pontos centrais: primeiro, o Estado-nação foi ratificado na condição de objeto da produção histórica; segundo, a periodização foi articulada em função dos reinados – linearidade – e os homens "ilustres" desempenham papéis primordiais; e terceiro, acentuaram-se os fatos políticos, militares e diplomáticos[14]. Em contrapartida, os fatos econômicos e culturais foram, por vezes, tratados com menos atenção e sempre colocados em posição subordinada, encarados no âmbito de uma estratégia política[15]. A síntese

[12] A escola metódica participou da obra escolar durante a Terceira República, que tinha por objetivos: instruir as novas gerações no amor à República, formando, assim, republicanos a fim de consolidar a base social do novo regime e valentes soldados para a vingança contra a Alemanha. Foram estas ideias que orientaram os manuais de história, sendo o mais célebre deles o *Petit Lavisse* (Lavisse condensou ao extremo sua ampla série universitária da *História de França*). Foi impresso pela primeira vez em 1884 (com 240 páginas e 100 gravuras) em várias centenas de milhares de exemplares e editado inúmeras vezes (a 75ª edição foi atingida a partir de 1895). Grosso modo, os manuais de história publicados entre 1884 e 1914 apresentavam postulados fundamentais: a origem comum (gauleses); a apologia ao regime republicano; a exaltação permanente da Mãe Pátria - panteão das glórias nacionais; e a justificativa à colonização (Tunísia, Tonkin, Madagascar, Sudão, Daomé, Congo e Marrocos). Bourdé e Martin, 1983, p. 109-110.

[13] Borges (1992, 10) destaca que este papel político da história não estava limitado à França. Na Inglaterra, por exemplo, predominou "(...) uma história constitucional, na qual interagem as grandes figuras e as instituições, professa uma aceitação total dos valores liberais ingleses, com a preocupação de ser uma 'escola de habilidade política' a serviço do imperialismo; no início do século, um terço dos alunos da Universidade de Oxford estudava história"

[14] Um exemplo significativo desses princípios que guiavam os trabalhos dos historiadores da escola metódica, pode ser notado no plano geral da coleção organizada por Ernest Lavisse - *História da França da época galo-romana à Revolução*. A partir de 1890, Lavisse recrutou uma equipe de historiadores conhecidos, quase todos com cátedras nas universidades, e passou a escrever e revisar essa coleção monumental em nove tomos (dezessete volumes), que foram publicados durante os anos 1900.

[15] Burke (1997, p. 18-19) nos chama atenção para o fato de que, por esse mesmo tempo, alguns historiadores na Europa foram vozes discordantes desse estilo de se fazer história: o alemão

das características desta historiografia é feita em uma famosa passagem de Julliard (1976, p. 180-181):

> A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra resume tudo na linguagem dos historiadores, é uma história *factual.*

Desse modo, observamos que os profissionais, na escrita da história do Oitocentos, concentravam esforços na narração factual e restrita a uma descrição linear dos eventos irrepetíveis (batalhas, guerras e negociações envolvendo os diferentes estados), nos quais as "grandes" personalidades políticas, militares e diplomáticas eram os únicos sujeitos. Era uma história- conhecimento relacionada com a noção de história oficial, história da Pátria, sentimento nacional, etc., uma vez que era a época dos nacionalismos. Enfim, uma história política voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais, que negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da história dita *événementielle* (factual).

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, o domínio da história política no Ocidente manteve-se quase inalterado. Contudo, desde a última parte do século XIX, a sua hegemonia já era freqüentemente contestada; foram

---

Jacob Burckhardt, em seu livro A *Cultura do Renascimento na Itália* (1860), "interpretava a história como um campo em que interagiam três forças – o Estado, a Religião e a Cultura"; o francês Jules Michelet, também escrevendo sobre o Renascimento (1865) "defendia o que hoje poderíamos descrever como uma 'história da perspectiva das classes subalternas'"; o francês Fustel de Coulanges, em *A Cidade Antiga* (1864), "dedicava-se antes à história da religião, da família e da moralidade, do que aos eventos e à política". Ainda de acordo com Burke (IDEM), "os historiadores econômicos foram, talvez, os opositores mais bem organizados da história política": Gustav Schmoller (1872), na Alemanha; William Cunnigham (1882) e J. E. Thorold Roger (1884), na Grã-Bretanha; e Henri Hauser (1899), Henri Sée (1901) e Paul Mantoux (1906), na França. Marx também oferecia um paradigma histórico alternativo ao de Ranke: "Segundo sua visão histórica, as causas fundamentais da mudança histórica deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas socioeconômicas". (FALCON, 1997, p. 66-67). Além destes, Burke também destaca que houve os historiadores positivistas, como o francês Hippolyte Taine e o inglês Henry Thomas Buckle, que, ao transitarem pra uma perspectiva evolucionista, consideraram em suas obras temas bem mais variados e abrangentes do que aqueles habitualmente contemplados pela historiografia política dominante.

décadas de críticas e ataques partidos de inúmeras posições intelectuais (sociólogos, geógrafos e filósofos) contra os historiadores metódicos[16].

Nesse sentido, convém destacarmos que as principais críticas advinham da sociologia; os fundadores dessa nova disciplina já haviam expressado suas inquietações frente a essa narrativa historiográfica: Auguste Comte criticava o estilo narrativo dos metódicos e defendia "uma história sem nomes"; e Émile Durkheim considerava os acontecimentos particulares como "manifestações superficiais" que representavam mais uma história aparente do que a história real de uma determinada nação. Reis (2000, p. 52) diz que o debate entre sociólogos e historiadores, no início do século XX, foi tenso e envolveu vários profissionais, instituições e publicações[17]. Uma das sedes dos durkheimianos era a *Révue de Synthèse Historique* (1903), fundada pelo filósofo Henri Berr[18], onde as condenações da sociologia à história metódica se fizeram expressar, sobretudo, através do economista François Simiand, por meio de seu artigo intitulado *Méthode Historique et Science Social* (1903), atacando o que chamou de "os ídolos da tribo dos historiadores", como citado por Burke:

> Segundo ele, havia três ídolos que deveriam ser derrubados: "o ídolo político", "a eterna preocupação com a história política, dos fatos políticos, as guerras, etc., que conferem a esses eventos uma exagerada importância"; o "ídolo individual", isto é, a ênfase excessiva nos chamados grandes homens, de forma que mesmo estudos sobre instituições eram apresentados como "Pontchartrain e o Parlamento de

[16] O historiador inglês John Richard Green desistiu de uma escrita da história política dos primeiros reis angevinos da Inglaterra no século XII, em favorecimento de sua *Breve História do Povo Inglês* (1874); o filósofo inglês Herbert Spencer queixava-se de que as biografias dos reis pouco explicavam a respeito da ciência da sociedade; o historiador alemão Karl Lamprecht, por volta de 1900, criticava a história política e colocava em oposição a ela uma história dos indivíduos – a história cultural ou econômica, considerada como a história do povo ("controvérsia de Lamprecht"); nos EUA, o historiador Frederick Jackson Turner, em seu estudo sobre o "significado da fronteira na história americana" (1893), produziu uma clara ruptura com a história dos acontecimentos políticos e o também historiador James Harvey Robinson lançou um movimento sob a bandeira "A Nova História", publicado em 1912, onde propunha uma mudança de rumo para a historiografia. Cf. Burke, 1997, p. 19-20.

[17] Os sociólogos durkheimianos, interessados em tomar o lugar institucional da história ou compartilhá-lo, pretendiam submeter todas as outras disciplinas sociais como províncias, campos de experimentação e produtoras de materiais, para servirem às generalizações da Sociologia. Pelo projeto durkheimiano, a história perderia toda a sua autonomia. Sua intenção era a de encorajar historiadores a colaborarem com outras disciplinas, especialmente com a psicologia e a sociologia, na esperança de se produzir o que ele chamava de "psicologia histórica" ou "coletiva". Cf. Burke, 1997, p. 19-20.

[18] Henri Berr era um filósofo preocupado com a teoria do conhecimento histórico. O objetivo da *Révue de Synthèse Historique* era promover uma discussão teórica sobre a história-ciência e deveria contribuir para a elaboração de uma teoria da história, afastada da filosofia da história e orientada para a observação empírica. Cf. Reis, 2000, p. 56-57.

> Paris", ou coisas desse gênero; e, finalmente, o "ídolo cronológico", ou seja, "o hábito de perder-se nos estudos das origens". (SIMIAND, 1903 Apud BURKE, 1997, p. 21).

Era uma aberta denuncia de Simiand da tendência dos metódicos em exagerarem a importância dos fatos políticos, do individualismo dos heróis e da cronologia, apresentando, em vez disso, um projeto de história como ciência social; ataque teórico esse dirigido, principalmente, ao protegido de Lavisse, Charles Seignobos, professor da Sorbonne e co-autor do mais conhecido guia de iniciação aos estudos da história naquela época, *Introdução aos Estudos Históricos* (1898). Foi por esse lugar institucional exercido que Seignobos se transformou no símbolo de tudo aquilo a que os reformadores se opunham.

Burke (1997, p. 20-21) chama atenção para o fato de que é inexato pensar que os historiadores profissionais desse período, mesmo os metódicos, estivessem exclusivamente envolvidos com a narrativa dos acontecimentos políticos[19]. Entretanto, de um modo geral, era essa a maneira como os cientistas sociais viam os historiadores. Julliard (1976, p. 181), por exemplo, observa que, em 1911, quando Henri Berr escreveu o livro *La synthèse em histoire:* Essai critique et théorique (A síntese histórica: Ensaio crítico e teórico), ele censurava a história política ao estilo dos discípulos de Lavisse e Seignobos que ocupavam os principais postos de comando na Sorbonne. Apesar dessa avalanche de críticas dos durkheimianos, a "história metódica" não se mostrou abalada, uma vez que era uma instituição poderosa que controlava os níveis da pesquisa, ensino e administração pública relativos à história. Quadro esse que começou a mudar apenas depois da Primeira Guerra Mundial[20], como destaca Reis (2000, p. 51):

---

[19] O fundador da *Revue Historique*, Gabriel Monod, por exemplo, conciliava seu entusiasmo pela "história científica" alemã com sua admiração por Michelet, a quem conhecera pessoalmente e cuja biografia escrevera; Ernest Lavisse, um dos mais importantes historiadores "metódicos" em atividade na época, era o editor geral da *História da França*, publicada entre 1900 e 1912. Seus interesses pessoais estavam voltados para a história política, de Frederico, o Grande, a Luís XIV. Contudo, a concepção histórica subjacente aos dez volumes era muito mais abrangente. A seção introdutória foi escrita por um geógrafo (Paul Vidal de la Blache); o volume dedicado ao Renascimento, por um historiador da cultura (Henri Lemonnier); e o próprio balanço da época de Luís XIV, escrito por Lavisse, dedicou parte substancial às artes e, particularmente, à política das artes; Seignobos não era exclusivamente um historiador político, pois escrevera também sobre civilização. Cf. Burke, 1997, p. 21.

[20] Reis (2000, p. 51) observa que: no início do século XX, a Europa não era mais o centro político hegemônico do planeta; o capitalismo havia se estendido por diversas partes do mundo; ocorrera o advento da democracia, do movimento operário e do socialismo; e, desse modo, as

> Ela [história metódica] era uma instituição poderosa, ligada à situação central e dominadora da Europa no mundo. O historiador era aquele que estabelecia a harmonia entre os valores da Europa Industrial e o progresso da humanidade. Era ele quem "dizia" futuro, e o futuro era a realização universal da Europa. (...). Mas, já no início do século XX, o poder europeu já não era tão absoluto e, após a Primeira Guerra Mundial, o centro do mundo não era mais a Europa, que perdera o predomínio. Com o declínio da Europa no mundo, a instituição histórica, controlada pela história metódica, ficou sem sustentação. Ela sobrevivia sem sua base efetiva, falava de um mundo que já não existia mais.

Notadamente, esse conflito mundial foi um fator decisivo na mudança do rumo da construção da narrativa histórica. "Após a carnificina perpetrada pelas nações envolvidas no conflito mundial, (...) ficava impossível cultuar os mitos da sacralidade do Estado nação, do herói nacional, da missão civilizadora do Ocidente contra os bárbaros, da história-batalha, do progresso." (QUEIROZ e IOKOI, 1999, p. 99). Foi então, a partir da década de 1920, que a escola metódica e seus historiadores passaram a ser criticados mais sistematicamente pelos integrantes da *Revue de Synthèse* de Henri Berr, crítica essa que recaía principalmente em relação à história política definida nos moldes da época; e nos anos 30, pela revista *Annales de Histoire Économique et Sociale* (Anais de História Econômica e Social), fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, que juntos ensinaram na Universidade de Estrasburgo entre 1920 e 1933[21]. Foram, sobretudo, estes dois novos historiadores que, percebendo a inadequação dos "metódicos" àquele contexto, iniciaram o combate pelo resgate da história passando astuciosamente a adotar as críticas dos sociólogos durkheimianos e da *Revue de Synthèse Historique* contra a inatualidade da história metódica e readequaram-na à nova realidade mundial, corporificando o movimento historiográfico que ficou conhecido como *nouvelle histoire*, ou seja, uma história sob a influência das ciências sociais. Essa *nova história* significou, portanto, a

---

preocupações dos historiadores deixaram de ser de ordem política e passaram a ser de ordem econômica e social.

[21] Após a I Guerra Mundial, a região da Alsácia-Lorena, que se encontrava anexada à Alemanha desde 1870, voltou a pertencer à França. À Universidade de Estrasburgo (cidade capital da região) foi dada a missão de produzir um saber que reinserisse a Alsácia-Lorena na cultura francesa para, assim, consolidar a presença da França naquela fronteira com a Alemanha. Por ocupar posição estratégica de extrema importância, essa universidade se tornou um meio intelectual interdisciplinar dos mais fecundos e logo que adotou o ponto de vista das ciências sociais, a pesquisa produzida ali se tornou cética quanto à possibilidade de uma "intervenção científica" em tensões voluntaristas, apaixonadas, políticas e religiosas. Cf. Reis, 2000, p. 51.

aproximação da história com outras ciências sociais, cujo propósito era o de construir uma historiografia que se renovasse e se constituísse também como uma "ciência social", renovação essa que fez romper com uma longa tradição historiográfica, já que, pela primeira vez, desde Heródoto, a história política era secundarizada. Vale destacar que a atitude dessa *nova história* para com a sociologia durkheimiana era de aceitação e rejeição ao mesmo tempo. Aceitava as lições de método para fins de ampliação da noção de fato histórico, mas rejeitava a compreensão de tempo histórico (dimensão a-histórica e/ou a-temporal) do programa sociológico em questão.[22]

Adotando o ponto de vista das ciências sociais, a história-conhecimento produzida em Estrasburgo, renunciando a seu propósito inicial, passou a recusar o engajamento político imediato, bem como a continuar servindo aos nacionalismos guerreiros, expansionistas e tornou-se um conhecimento distanciado dos conflitos e tensões sociais, políticas e culturais. Assim, a história política, que imperava na França desde 1870, começou a recuar e a ceder aos golpes de uma *nova história* auxiliada pela geografia e, principalmente, pela economia e a sociologia. Grosso modo, o rompimento com a tradição pode ser pensado a partir dos termos que seguem:

> (...) abandonou o pressuposto da história produzida pelo sujeito consciente através do Estado-Nação, recusando a história política, radicalizando excessivamente o projeto de Simiand; abandonou o pressuposto do estudo do singular, do específico, do irrepetível, recusando o "evento"; abandonou o pressuposto do fim que justifica todo passado, o presente e o futuro, recusando a forma narrativa do discurso histórico; abandonou o pressuposto do sujeito consciência cívica, de si ou de classe, recusando a ação social prescrita por essas consciências; abandonou o pressuposto da história partidária, parcial, a serviço de poderes religiosos e políticos, recusando a ideologização do discurso histórico; abandonou o pressuposto do tempo cronológico, linear, irreversível, recusando o evolucionismo progressista; abandonou o pressuposto da história conhecimento do passado, recusando a "história-museu". (REIS, 2000, p. 66-67).

A partir dos anos trinta, cada vez mais essa historiografia metódica passou a ser conhecida como tradicional, uma vez que era freqüentemente bombardeada

[22] Reis (2000, p. 66) destaca que a renovação não significaria "negar tudo que se fazia antes, mas submeter o que se fazia antes a um novo olhar, a novos problemas, a novos instrumentos, a novos fins." Contudo, essa adoção do ponto de vista das ciências sociais levou a um combate entre estes historiadores novos e os "tradicionais", estes ainda controlando todas as instituições de ensino, pesquisa, edição e administração da história na França.

pelos fundadores da Escola dos *Annales,* que a denunciavam, sobretudo, pela valorização do político em detrimento do econômico e do social, como mostra o título escolhido para a sua revista[23]. Assim, a *nova história* redimensionou o seu objeto de estudo, não mais se preocupando com a narrativa dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas em seu tempo curto, mas focando no estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das massas anônimas na longa duração[24]. A história política reunia, portanto, um número infindável de defeitos que uma nova geração de historiadores desejava liquidar:

> Factual, subjetiva, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto por ponto o contrário desse relato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía. Estava, portanto escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam o papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino. (RÉMOND, 2003, p. 18).

Segundo Rémond (2003), as novas orientações da pesquisa histórica para as massas anônimas e o conseqüente declínio da história política estavam em harmonia com as transformações históricas registradas na passagem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste, a saber: o advento da democracia política e social, o crescimento do movimento operário e a Revolução Russa (1917), aos quais podemos acrescentar a Primeira Guerra (1914- 1918), a crise de 1929 e a configuração da sociedade de massas. Assim, não se tratava apenas

[23] A *Annales de Histoire Économique et Sociale* foi planejada para ser algo mais do que outra revista histórica, pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história econômica e social e ser a porta-voz em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. Em 1928, Febvre e Bloch tornaram-se seus editores; em seu Comitê Editorial, além de historiadores, também apareceu um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista (Charles Rist) e um cientista político (André Siegried). Nos seus primeiros números, os historiadores econômicos predominaram: o belga Henri Pirrene, com o artigo sobre a educação dos mercadores medievais; o sueco Eli Heckscher, com seu estudo sobre o mercantilismo; e o estadunidense Earl Hamilton, com obras sobre as finanças dos EUA e sobre a revolução dos preços na Espanha. Cf. Burke, 1997, p. 33.

[24] Contrapondo-se à perspectiva historiográfica tradicional, as principais proposições febvrerianas eram: a história-problema, o fato histórico como “construção”, o novo conceito de fonte histórica, a história total ou global e a interdisciplinaridade. Cf. Reis, 2000, p. 73-82.

de criticar a maneira como a história política era tratada pelos metódicos, o que se punha em questão era um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com os outros níveis da realidade social. Processo esse que assinalou o fim de um tempo histórico e também de uma historiografia, que passou a ser substituída por outra, preocupada em olhar para os povos e sociedades, tal como segue:

> A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos "esquecidos da história" inspiravam um vivo desejo de reparar a injustiça da história para com eles e retribuir-lhes o lugar que tinham de direito: ao contrário da divisa da ação Francesa, não foram os 40 reis que primeiro fizeram a França, mas gerações de camponeses e algumas centenas de milhares de burgueses: a grandeza do reino fora edificada sobre o sofrimento dos humildes, a solidez dos regimes apoiava-se na obediência dos povos, e o crescimento das economias no esforço de multidões trabalhadoras. (REIS, 2000, p. 19).

No entanto, é importante ressaltar que estas buscas de rompimento com a escola metódica não significaram o desaparecimento total da história política "tradicional". Os próprios Marc Bloch e Lucien Febvre deixavam espaços em seus trabalhos para análises políticas e estudos biográficos, embora, evidentemente, a ênfase recaísse sobre o econômico-social e as mentalidades coletivas, respectivamente[25].

Depois da Segunda Guerra Mundial, a *nova história* logo caminhou por se institucionalizar e se impor definitivamente: primeiro, por meio de seu periódico, renomeado de *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* em 1946, que se tornou a revista de história que mais cresceu e mais influência exerceu no mundo ocidental; segundo, depois de 1948, quando então foi fundada e posta sob a presidência de Febvre a VI Seção da *École Pratique dês Hautes Études*, dedicada às ciências sociais e ancorada numa poderosa rede de relações editoriais. Enfim,

[25] Duas obras que concretizam suas novas preocupações metodológicas, contudo, sem descartarem a perspectiva política, são: *Os Reis Taumaturgos* (1923), de Marc Bloch, uma análise da dimensão sobrenatural atribuída ao poder real; e *O Problema da Incredulidade no século XVI:* A Religião de Rabelais (1942) de Lucien Febvre, um estudo biográfico de um líder intelectual e religioso. Entretanto, "(...) essa rejeição da história política é amplamente atestada pela leitura dos sumários dos Anais. De 1929 a 1976, a revista dedicava menos de 5% de seus artigos à história política" (DÉLOYE, 1999, p. 13). Já, fora da França, o desprestígio do modelo metódico merece ser relativizado; no mais das vezes, a história "tradicional" passou a conviver com modelos historiográficos renovados. No Brasil, por exemplo, ela foi o modelo hegemônico até a década de 1970.

os *Annales* haviam conquistado o *establishment* histórico francês, sendo Fernand Braudel, discípulo de Febvre, o herdeiro dessa segunda geração.

A partir da década de 1950, a influência de Braudel aumentou e os espaços para os estudos relacionados ao político fecharam-se já que, para esse historiador, a história era explicada apenas pelas grandes pulsações econômicas, além de que a sua teoria dos três níveis - longa duração, média duração e curta duração - também descartava o político como instância relevante. Em sua tese *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Philippe II* (1959), a história política foi relegada ao plano inferior, os fatos políticos são consagrados como uma "espuma" fortuita de importância secundária no "oceano das estruturas e processos de longa duração": "De 'espinha dorsal' da história, a história política transformou-se num apêndice atrofiado: é o sobrecu da história." (LE GOFF, 1994, p. 355). A partida contra a história política, cada vez mais "tradicional", estava ganha[26].

Para Julliard (1976, p. 182), esse desprezo dos *Annales* à produção historiográfica do século XIX é contemporâneo ao marxismo na sua versão stalinista, o que contribuiu ainda mais para segregar a história política. Foi esse marxismo vulgar, como define Hobsbawm (1998, p. 158-160), que mais prejudicou os estudos concernentes ao político, uma vez "(...) que fazia dos fenômenos da consciência e da vontade, portanto, dos fenômenos políticos, um reflexo da ação mais fundamental das forças econômicas e sociais; (JULLIARD, 1976, p. 182). Ou seja, esse pensamento marxista considerava que as explicações do político encontravam-se no social e que apenas as relações sociais permitiriam compreender e explicar as formas políticas.[27] Essa

[26] É importante não exagerar quanto a essa exclusão da história política a partir desse tempo. Falcon (1997, p. 69), por exemplo, diz que a condenação da história política não levou à exclusão do político e, sobretudo, do poder, das preocupações de historiadores *annalistas* como Marc Bloch, Lefebvre, Pierre Goubert, Georges Duby, Robert Mandrou, embora a partir de premissas totalmente diferentes. O livro *Beauvais et les Beauvaisis de 1600 à 1730* (1960) de Goubert se limita à história social e econômica. Todavia, ninguém pode classificá-lo como um historiador não-político, pois escreveu dois livros sobre Luís XIV, *O advento do Rei Sol* (1961) e *Luís XIV e vinte milhões de franceses* (1966), além do estudo *Antigo Regime* (1973), no qual o segundo volume trata do poder. Já Borges (1992, p. 12) ressalta que, na historiografia de língua inglesa, porém, a política, suas ideias e teorias permaneceram como preocupações fundamentais. Para essa afirmação ver, por exemplo, Keith Michael Baker, *Parecer do Tribunal de Justiça*: Ensaios sobre imaginário político no século XVII (1993). Cf. Borges, 1992, p. 1.

[27] O fato de Marx priorizar a análise do econômico e perceber a base material como o fator mais importante não equivale a um determinismo econômico e a um desprezo dos elementos imateriais como meros reflexos das forças materiais. O próprio Marx confere ao político e ao cultural sua

interpretação do político tinha a ver com a compreensão teórica que esse marxismo passou a ter sobre o papel do Estado, entendendo-o como mero instrumento de classe, sem nenhuma margem de autonomia da esfera política. Assim, se o poder confundia-se com o próprio Estado na história política "tradicional" e este passou agora a ser visto como simples produto socioeconômico, convinha agora descartar ambos como problemas de estudo. Desse modo, para os historiadores, franceses em particular, estudar o Estado era algo quase proibido,

> Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é, portanto deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às estratégias dos grupos de pressão. Eis porque historiadores e sociólogos se desviaram da observação do Estado: Alain Touraine chegou a dizer com razão que há 30 anos se lançou uma interdição na historiografia e nas ciências sociais ao estudo do Estado. (REMOND, 2003, p. 20-21).

Desse modo, à medida que o marxismo se expandia pela Europa Ocidental e se aprofundavam os seus contatos com os *Annales,* surgiram muitos trabalhos que passaram a entender o político (superestrutura) como simples reflexo do econômico (infra-estrutura) e, portanto, destituído de dinâmica própria, "(...) um problema político não é mais do que um problema econômico mal colocado" (JULLIARD, 1976, p. 182). Ou seja, o econômico surgia para estes estudos como o elemento determinante e definidor das relações de produção, chave fundamental para a análise e compreensão das relações entre os homens no interior da sociedade, o objeto central de seus estudos.[28]

---

devida relevância como, por exemplo, em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (1852). Ainda sobre o suposto predomínio do econômico em termos marxistas, é interessante ver a autocrítica de Engels na "Carta a Bloch" (1890), onde afirma categoricamente que nem ele e nem Marx haviam afirmado que o fator econômico era o *único* determinante da história, mas que era o determinante em *última instância:* "(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela (...) também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. (...)" (MARX & ENGELS, 1975, p. 284).

[28] Historiadores marxistas desenvolveram análises macroestruturais da economia e da demografia redefinindo o sentido materialista desses pressupostos. Na França, por exemplo, o grupo de Ernest Labrousse criou uma escola econométrica de grande importância. Cf. Queiroz e Iokoi, 2003, p. 112.

A partir da década de 1950, a história política também passou a ser alvo do estruturalismo histórico e do quantitativismo, cujos efeitos imediatos sobre aquele domínio da história em sua abordagem metódica foram geralmente negativos. A apropriação braudeliana do conceito de estrutura, descrito por ter existência histórica (longa duração), não levava em consideração os eventos políticos, uma vez que se entendia que estes pertenciam à esfera do tempo curto, justamente o mais mutável e o menos decisivo dos tempos ou durações históricas. Já a euforia científica pelos chamados métodos quantitativos (história serial) aplicados à história econômica, social e demográfica, jogava por terra qualquer possibilidade de uma abordagem quantitativa aplicada ao "fato político", já que este, na sua concepção tradicional, era percebido pelo seu caráter único, irrepetível.

Assim sendo, a convergência desses diversos fatores terminou por levar à marginalização da dimensão política dos fatos sociais e da história política e, na França, esta passou a ser considerada ultrapassada e anacrônica.[29]

1.1.2 A *NOVA HISTÓRIA POLÍTICA* NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

> Algumas pessoas passaram assim alegremente da constatação de que o político está em toda parte à idéia de que tudo é político. (RÉMOND, 2003, p. 25).

Até então considerado com desconfiança ou desprezo, o campo da história política passou a tomar o sentido inverso, à medida que alguns historiadores contemporâneos começaram a tomar consciência de sua importância e de sua autonomia. Marc Bloch (Apud LE GOFF, 1994, p. 356-357) escreveu pouco antes de morrer que "Haveria muito a dizer sobre esta palavra 'político'. Por que fazer dela, fatalmente, um sinônimo de superficial?". E mesmo Braudel, que é

[29] Esse tipo de crítica foi exposto de maneira exemplar na obra clássica de Pierre Goubert, *Luiz XIV e vinte milhões de franceses* (1966). Contudo, como destaca Falcon (1997, p. 70), a condenação pelos *Annales* à história política "tradicional" teve curso muito restrito fora da França. A ideia da extinção da produção historiográfica no campo político não se pode aplicar à Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, EUA e Brasil, por exemplo. Como fato editorial, tampouco o declínio é real: "Mommsen lembra que boa parte do que se leu e editou nesse período pelo mundo afora sob o rótulo de 'história' foi, na verdade, algum tipo de história política. Julliard, por sua vez, para demonstrar que 'a história política não desapareceu', assinala que 'como narrativa, biografia, estudos psicológicos, (a história política) continuou a representar quantitativamente uma fração importante, provavelmente dominante, da produção de livros consagrados ao passado'".

conhecido pela sua antipatia com relação à história política, não deixou por isso de observar, em sua crítica ao tempo curto, que o acontecimento existe em todos os domínios, e não unicamente no político. Dizendo ainda que o domínio político pode escapar ao acontecimento: “Daí procede, entre alguns dentre nós, historiadores, uma viva desconfiança com relação à história tradicional, dita história factual, confundindo-se a etiqueta com a etiqueta da história política, não sem alguma injustiça: a história política não é forçosamente uma história *factual*, nem é condenada a sê-lo”. (Apud JULLIARD, 1976, p. 182).

Para Rémond (2003), esse quadro historiográfico que reflete o grande descrédito sobre a história política, foi significativamente alterado na década de 1980, quando, então, a dimensão política dos fatos sociais começou a ganhar novos espaços institucionais e editoriais, num processo chamado por ele de "ressurreição” [30] da história política, onde verifica-se que

> Os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas. O ensino, após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos. Até mesmo os programas de concursos de recrutamento dos futuros professores (...) inscrevem novamente os fatos propriamente políticos em seu cardápio. (IDEM, p. 21).

Segundo esse historiador, da mesma forma que, para explicar o declínio da história política, foi necessário considerar o movimento da pesquisa histórica e o ambiente ideológico, também para compreender a disposição de sua revalorização é imprescindível levar em consideração duas ordens de fatores: as transformações sociais e a dinâmica interna da pesquisa histórica. Isso porque, segundo ele, “A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político.” (IDEM, p. 22).

Para se pensar o caso das transformações sociais, há que se considerar um conjunto de fatores: a experiência das guerras, cujo desenrolar não pode ser

[30] Com relação à ideia de “retorno” do político, cabe mencionar a opinião de Rémond (2003, p. 04) quando diz que: “Não gosto nem um pouco dessa expressão, porque ela faz pensar que se trata de uma volta atrás ou de uma restauração, quando na verdade, trata-se de algo completamente diferente, de uma outra história, que se beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político p’ra frente do palco.”

explicado exclusivamente pela economia; a influência cada vez mais perceptível das relações internacionais sobre os Estados, que advertiram que a política tinha uma relação direta sobre os indivíduos; as crises que desregularam os mecanismos das economias liberais, obrigando o Estado a intervir na economia; o desenvolvimento de políticas públicas, sugerindo que as relações entre a economia e a política não eram de mão única; a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado; o movimento de maio de 1968, que contribuiu para reconduzir o político ao primeiro plano da reflexão; os movimentos feminista, negro, homossexual, indígena, camponês, ecológico, etc., que puseram novos personagens em cena na luta por cidadania e contra o caráter excludente da ordem liberal vigente.[31] Desse modo, as fronteiras que delimitavam o campo do político ampliaram-se significativamente, passando a política a se apoderar de toda espécie de problemas que, até então, não lhe diziam respeito e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar, conforme descrito abaixo:

> À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão de cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre os agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política. (RÉMOND, 2003, p. 24).

Assim, a ideia de que o político tinha consistência própria e dispunha de certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social, passou expressivamente a ganhar credibilidade e a proporcionar uma nova dinâmica na escrita da história. Para se compreender essa inversão epistemológica, que impulsionou a renovação da história política, se faz necessário também ressaltar

[31] A possibilidade de uma nova história política resultou, também, de outros condicionamentos históricos: o advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos alvejados pela mídia; a tomada do acontecimento como notícia e a percepção aguda do caráter político das decisões governamentais; a universalização da burocracia e, como conseqüências disso, as decisões propriamente políticas recobram importância, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, atitudes, comportamentos, ideias e discursos. Cf. Aronovitz, 1992, p. 151-176.

as condições internas pelas quais passava a pesquisa histórica. Tais condições podem ser pensadas a partir do movimento de pressão externa promovido pelas transformações sociais acima descritas, que levou à renovação da história política em função de uma análise crítica sobre tais "realidades", bem como a partir das rigorosas críticas que, ao longo de décadas, foram sendo dirigidas ao tipo de história política praticado até então, que acabaram por estimular uma reflexão profunda e suscitar a iniciativa de retomar o campo da política a partir de outras perspectivas.

De acordo com Rémond, há que se considerar que essa geração que redescobriu a importância do político, teve precursores que, muitas vezes, passam despercebidos, cujas obras foram anunciantes dos interesses recentes da nova história política[32]. Tais contribuições referendam a pluridisciplinaridade como um fator decisivo dessa renovação historiográfica, onde o contato da história com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, o direito público, a psicologia social, a psicanálise, a lingüística, a matemática, a informática e a cartografia, possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação ou de tratamento, bem como a construção de novas problemáticas[33].

[32] O historiador Charles Seignobos, em seu livro *A história política da Europa Moderna* (1897), foi um dos primeiros a se dar conta de dois fatos importantes nas origens da sociologia eleitoral: a diversidade dos "temperamentos" políticos regionais e a antiguidade de seu enraizamento; o geógrafo André Siegfried, cujo livro *Tabela política do oeste da França* (1913), é considerado uma obra prima sobre geografia eleitoral; o crítico literário Albert Thibaudet, em suas obras *Os príncipes Lorenos* (1924), *A República dos professores* (1927) e *Ideias políticas em França* (1932), escreveu sobre o político unindo cultura e sensibilidade; o historiador Georges Weill, em sua bibliografia, esboçou a configuração das principais direções que a ciência política tomaria mais tarde, se interessando por temas que se tornaram títulos de capítulos da nova história política: Partido Republicano, catolicismo liberal, movimento social, pensamento leigo, ensino; Marcel Prélot, chegou à história política vindo do direito constitucional, sugerindo que se estudasse os partidos conjugando o estudo das instituições e o das forças políticas e escreveu sobre o liberalismo católico e a democracia cristã; e os historiadores Jean Touchard e Jean Jacques Chevalier, contribuíram para o renascimento da história das idéias políticas e souberam fundir o estudo das instituições, correntes de pensamento e personalidades. Cf. Rémond, 2003, p. 27-28.

[33] À matemática a história política pediu emprestados os procedimentos estatísticos; a lingüística orientou a pesquisa do político para a análise do discurso, também fornecendo métodos de tratamento e interpretação; a psicologia social trouxe o material das pesquisas de opinião e a possibilidade de aproximações com as pesquisas sobre temas que permitem inscrever os comportamentos políticos na perspectiva da prática social; a ciência política fez a história política se interessar por fenômenos sociais que, até então, negligenciara, como a abstenção. Cf. Rémond, 2003, p. 29-30.

O núcleo dessa renovação partiu da *Fondation Nationale des Sciences Politiques*[34] e da Universidade de Paris X - Nanterre que, a partir da década de 1950, funcionavam como espaços de integração para especialistas de origens e formações diversas e representou um significante papel na eclosão e posterior expansão da nova história do político, já que, não sendo diretamente um estabelecimento de ensino, pôde dedicar-se, sobretudo, à atividade de pesquisa, e por isso não entrou em situação de competição com os departamentos de história das universidades, mantendo com estes relações de complementaridade, onde a interdisciplinaridade pôde se desdobrar sem entraves nem empecilhos. Vinte anos mais tarde, tendo sido ou não alunos de René Rémond e Raoul Girardet, um sólido grupo de historiadores do político se formou: Antoine Prost, Serge Berstein, Michel Winock, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Christophe Charle, Pierre Milza, Jean-Jacques Becker, Jean-Pierre Azéma, Jean-Noel Jeanneney, Pascal Ory, Aline Coutrot e Jean-François Sirinelli.[35]

O eixo central da renovação proposta por esses historiadores decorre, sobretudo, do intercâmbio da história com a ciência política, que permitiu que o tema da participação na vida política ocupasse um espaço fundamental na história e, desse modo, os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais se expandiram consideravelmente[36]. Julliard (1976, p. 184-185) ratifica as

---

[34] A *Fondation Nationale des Sciences Politiques,* apesar de sua proeminência como centro de pesquisa em ciências políticas na França, é uma instituição de direito privado criada por Charles de Gaulle, em 1945, com a missão de gerir a transição da *École Libre des Sciences Politiques* para o *Institut d'Etudes Politiques de Paris*. Sua incumbência é a gestão do IEP Paris, através da preservação de seus prédios, biblioteca, centros de pesquisa e órgãos de decisão, sendo, portanto, tanto o seu corpo gerente, quanto o seu braço central de pesquisa.

[35] "Em 1977, a criação de um Ciclo Superior de História da Escola de 'Sciences – Po' consagra efetivamente a existência da escola de história política, seguidora da linha dos historiadores-politólogos de *l'Institut d' Éstudes Politiques de Paris*". (TÉTART, 2000, p. 125).

[36] A história política passa a se caracterizar, portanto, de forma mais ampla, deixando de lado a antiga visão de datas e fatos. Agregam-se a ela novas variáveis de análise como, por exemplo, as eleições, que passam a somar como fontes de muita importância, pois são a base do processo político nas sociedades contemporâneas. Os partidos assumem caráter de instituição e têm, em seus filiados e recenseamentos, importantes fontes documentais. A opinião pública passa a pesar nos estudos da História Política, pois, cada vez mais, a população se politiza, buscando participar das decisões. A mídia assume caráter crucial, pois expressa abertamente ideias de quem disputa ou exerce cargos políticos e traz, em outros momentos, críticas positivas ou negativas da própria sociedade. Outro ponto a ser discutido pela Nova História Política agora, é a política externa. No mundo contemporâneo, cada vez mais, os países têm sido influenciados em suas administrações e decisões por conselhos internacionais e por outros países, além da força da globalização que abre e rompe as fronteiras estatais nacionais. Por fim, surgem novas metodologias no estudo das

contribuições da ciência política, bem como as aquisições da economia política, da demografia, da lingüística e da psicanálise para a renovação da história política e considera como exemplo dessa influência os dois volumes que René Rémond consagrou à história política francesa: "*La vie politique em France:* 1789-1848" (1965) e "*La vie politique em France:* 1848-1879" (1969). Diz ainda que

> Abandonando de propósito deliberado a narração dos acontecimentos, o autor escolheu estudar quase um século de história francesa contemporânea com uma problemática e instrumentos de análise que são os usados por cientistas políticos: quadros institucionais,é certo, mas sempre confrontados com a prática; forças em ação que não compreendem apenas o "pessoal político" no sentido estrito do termo, (...) mas compreende os diversos círculos concêntricos que definem a influência de uma organização ou de uma doutrina. (IDEM, p. 185).

Outro exemplo citado por Julliard é a análise que a historiadora Annie Kriegel consagrou ao partido comunista francês, *"Les communistes français:* essai d'ethnographie politique" (1968), "(...) onde considera a organização comunista como uma verdadeira contra-sociedade, com a sua hierarquia e as suas próprias regras de funcionamento, seu código, seu ritual e sua linguagem" (IDEM). Trata-se, como o subtítulo indica, de um ensaio sistemático e novo de etnografia política que encara o Partido Comunista Francês como sociedade autônoma. Os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia também se frutificaram através do desenvolvimento de trabalhos sobre sociabilidade, análises de discurso e história da cultura[37].

Contudo, Tétart (2000, p. 125-126) considera que o acontecimento fundador da renovação da história política remonta a 1954, ano em que René Rémond publicou "*La droite française*" (A direita francesa), onde

---

Biografias, que não estudam o personagem isolado, mas sim inserido em um contexto. Cf. Remond, 2003, p. 24-26.

[37] Como exemplos importantes de trabalhos inovadores nesses campos, podem ser citados Christophe Charle, em seu estudo *As elites da República* – 1880/1900 (1987) que, influenciado pelos trabalhos de Bourdieu, propõe uma análise prosopográfica para acompanhar as elites francesas; Antoine Prost, em seu artigo *As palavras* (1988), que chama a atenção para as relações entre história e lingüística e mostra como esta abordagem enriquece a percepção dos textos históricos; Raoul Girardet que, por sua vez, busca renovar a história política através do estudo do imaginário político, enfatizando a importância dos *Mitos e mitologias políticas* (1986) como instrumentos para se descobrir a inteligibilidade das sociedades; e Serge Berstein que, preocupado em entender os comportamentos políticos, chama a atenção para a importância da cultura política em seu texto *O historiador e a cultura política* (1992). Cf. Ferreira, 1992, p. 267.

> Seu afresco classificatório das direitas francesas, sobre a longa duração (sécs. XIX-XX), baseado no estudo dos comportamentos sociológicos e espaciais, dos discursos, dos modos de expressão, rompe radicalmente com a perspectiva factual positivista. Ele contém outro "sentido" da história. Abre uma nova era. Em 1957-1958, Raoul Girardet – outro pioneiro – e Rémond publicam vários artigos na *Revue Française de science politique*. Apelam para a redescoberta da história política "abandonada".

A partir de então, Rémond passou a advogar no sentido de mostrar que a história política proposta por ele correspondia a uma nova história que havia levado em consideração as principais críticas lançadas até aquele momento sobre a história política "tradicional". Assim, o grupo de historiadores centrados em torno de Rémond passou a fazer a defesa da renovação da história política, rebatendo, principalmente, três antigas acusações.

A primeira era a de que a história política não dispunha de séries documentais a serem tratadas quantitativamente, mostrando que um dos atributos de que a nova história política podia se orgulhar, era o de se basear numa massa documental passível de quantificação, tais como dados eleitorais e partidários, para citar os mais expressivos[38]. Já a segunda era a de que a história política só se interessava pelas minorias privilegiadas (elites) e negligenciava as multidões, o que não se aplicava mais, uma vez que, ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, a história política integrava todos os atores, mesmo os mais modestos, do jogo político. Finalmente, a de que os objetos da história política eram os fatos efêmeros e superficiais, por conseguinte, inscritos na curta duração, incapazes de fazer perceber os movimentos profundos das sociedades: em oposição, esses historiadores defensores de uma história política remodelada mostraram que seu interesse não está mais voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combina o instantâneo e o extremamente lento, ou seja, há um conjunto de fatos que se sucedem em um ritmo rápido, mas outros fatos se inscrevem em uma duração mais longa - é a história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos

[38] Julliard observa que essa reconciliação da história política com o quantitativo se deu pela sua aproximação com a ciência política, onde pesquisadores, na década de 1960, cada vez mais se esforçam por quantificar a política a partir da geografia eleitoral. "Nunca se acabaria, no entanto, de enumerar os domínios em que o recurso do quantitativo está renovando os métodos e, com freqüência, o próprio campo da história política. Citemos, no entanto, um caso particularmente significativo: o estudo da opinião pública" (1976, p. 189).

políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração[39]. Por outro lado, o grupo também defendia abordagens e propostas alheias aos *Annales*, como a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história.

Deste modo, a nova história política passava a preencher todos os requisitos necessários para ser reabilitada: “Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, (...), a história política descreveu uma revolução completa.” (RÉMOND, 2003, p. 36).[40]

Apesar desse movimento de renovação promovido pelo grupo que girava em torno de Rémond, há que se considerar que, durante um bom tempo, ainda permaneceu certo descrédito em relação à história política, muito devido ao entendimento proposto pelos *Annales* de que nada poderia ser feito fora das esferas do social e do econômico. Em 1988, por exemplo, François Furet, falando sobre a reintrodução na história das questões da política, diz que “(...) esta partida ainda não foi ganha. A massa da *École des Annales*, os historiadores, mesmo da

[39] Como exemplo de uma história política preocupada com o longo prazo, portanto, que encara a temporalidade em que trabalha sob o ângulo da permanência, e não apenas da mudança, Julliard (1976, p. 186) cita o livro *Paz e guerra entre as nações* (1962), do sociólogo francês Raymond Aron, que, para fazer uma reflexão sobre as condições da ação internacional nuclear de então, desenvolve, através do método regressivo, uma procura de suas origens na Grécia do século IV, na Alemanha de Bismarck e na Rússia de Stalin. Também diz que a história ‘revolucionária’, que por muito tempo foi considerada como tradicional e ultrapassada por ser presa ao acontecimento, passou a chamar a atenção dos historiadores. Nesse sentido, cita o francês Roland Mousnier que, em seu livro *Fúria camponesa*: As revoltas camponesas do século XVII – França, Rússia e China (1968), se voltou para o estudo comparado dos fenômenos revolucionários no século XVIII em três países com estruturas sociais tão diferentes, observando-as no longo prazo, ou seja, em um tempo longo, mas percebido em suas conjunturas.

[40] Nesse sentido, o livro *Por uma história política,* organizado por Rémond e lançado na França em 1988, é considerado uma obra-manifesto, uma vez que teve como propósito central sancionar a existência de uma corrente já adulta, ressaltando a importância da história política para a compreensão do todo social e apontando também os caminhos já percorridos e a percorrer para a sua total renovação. O ponto de partida do livro é uma análise historiográfica feita pelo próprio Rémond, onde o mesmo apresenta a trajetória da história política na França, desde o seu apogeu no século XIX, passando pelo seu desprestígio concomitante à afirmação dos *Annales*, até a recuperação delineada a partir da década de 1980. Auxiliado por onze historiadores aglutinados em torno da *Fondation Nationale des Sciences Politiques* e da *Universidade de Paris X - Nanterre*, que, em sua maioria, ingressaram na vida acadêmica francesa na década de 1950, Rémond apresenta um inventário dos estudos recentes de história política na França, chamando atenção para novas abordagens, problemas e objetos. Sendo estes objetos tanto os considerados tradicionais, a exemplo de partidos, eleições, guerras ou biografias, porém trabalhados em uma nova perspectiva, como também os novos, como a opinião pública, as ideias políticas, a mídia ou o discurso. Cf. Rémond, 2003. Tétart (2000, p. 127) observa que Rémond publicou esse livro tendo por finalidade responder aos defensores de uma “Nova História” medieval e moderna, que viam na reabilitação progressiva do acontecimento a marca de um arcaísmo pseudocientífico.

geração seguinte à minha, estão ainda ligados à história social, à história das mentalidades.” (ESTUDOS HISTÓRICOS, 1988, p. 152).

Entretanto, é interessante que se registre que, desde o começo dos anos 1970, surgiu uma tendência no interior da terceira geração dos *Annales* que procurou legitimar a história política, desenvolvendo, com esse objetivo, um movimento em três direções:

> (1) Marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns dos antigos objetos da história política, mas, principalmente, novos e mais modernos objetos. (FALCON, 1997, p. 77).

Nesse sentido, merecem destaque os textos de Jacques Le Goff e Jacques Julliard. Le Goff, com seu artigo "*Is politics still the backbone of history*?", publicado pela primeira vez em 1971, indagava sobre o lugar legítimo da história política no âmbito da pesquisa, anunciando um retorno da mesma – não mais aquela “factual”, tão rechaçada pelos *Annales* – mas a que, através de importantes contribuições das ciências sociais, tem como objetivo principal o estudo da noção de poder e suas representações[41]. No mesmo sentido, Julliard

[41] Para Le Goff, foi pelo contato com as ciências sociais que a história política passou a regressar ao campo historiográfico. Tomando como exemplo a história da Idade Média, ele apresenta algumas disciplinas e alguns de seus respectivos nomes, cujos trabalhos passaram a dar um novo significado à realeza medieval e, desse modo, contribuíram para esse reerguer da história política no interior dos *Annales*, preocupada com o campo do imaginário, do simbólico, dos rituais do poder. Na história, cita: Percy Ernst Schramm, historiador alemão do simbolismo e do ritual político medieval, com sua importante síntese *Símbolos do estado e sinais de dominação* (1954); Robert Folz, historiador medievalista francês que, se utilizando de certos textos narrativos (representações figurativas, ritos litúrgicos, vestuários e emblemas), captou diversas formas políticas simbólicas em seu livro *O conceito de império na Europa Ocidental do século V ao XIV* (1953); e Ernest Hartwig Kantorowicz, historiador alemão que estudou, por meio das aclamações litúrgicas das cerimônias, o culto medieval dos soberanos em seu livro *Laudes Régia*: Um estudo das aclamações litúrgicas e do culto medieval (1946), bem como a obra Os dois corpos do rei: Um estudo sobre a teologia política medieval (1957), na qual recoloca uma concepção de teologia política da Idade Média. Na antropologia, cita: James George Frazer, antropólogo escocês dos estudos de mitologia e religião comparada, com suas análises sobre as origens mágicas da realeza em *A arte mágica e a evolução dos reis* (1890) e *Palestra sobre a história primitiva da realeza* (1905), que estão na origem das pesquisas dos historiadores sobre a realeza medieval. Na linguística, cita: o francês Georges Dumézil, com *Ideias romanas* (1969), em que o autor formula uma interrogação acerca do Ocidente medieval a partir da ideologia trifuncional (*oratores, bellatores, laboratores*) das sociedades indo-européias. Na história da arte, cita: o alemão Erwin Panofsky, com *Arquitetura gótica e escolástica* (1957), e o francês Pierre Francastel com *Pintura e sociedade*. Nascimento e destruição do espaço plástico. Do Renascimento ao Cubismo (1951). Na história religiosa, cita: o italiano Raoul Manselli com *A heresia do mal* - Nápoles (1961) e *Os*

publicou no volume *História:* novas abordagens (1974), sob a direção de Le Goff e Pierre Nora, o texto "*A política"* no qual, embora firmasse perspicazes críticas à história política "tradicional", reconhecia a importância de se recuperar o estudo dos fenômenos políticos[42]. Para Julliard, durante um bom tempo, os historiadores, franceses, *annalistas* em particular, julgaram inconveniente qualquer interesse pela vida política e se dedicaram, na sua segunda geração, ao campo da história econômica e demográfica e, na terceira, até então, ao da história das mentalidades. Contudo, procurando destacar a importância dos fenômenos políticos no contexto dos anos 1970, reflete:

> (...) a passagem de uma economia "natural" ou "espontânea" que repousa sobre os mecanismos do mercado, a iniciativa do empresário e a lei dos lucros, a uma economia planificada, fundada na previsão e na definição dos objetivos será, desde que se confirme, um fato maior na história da humanidade, que consagrará a preponderância das opções políticas sobre os mecanismos naturais. A mesma evolução é previsível em matéria demográfica: a passagem de um ritmo demográfico sofrido passivamente a uma planificação do nascimento e da saúde é um fenômeno previsível, tornado, aliás, necessário pelo formidável crescimento da população. Da mesma forma, a noção de planificação cultural impõe-se, cada vez mais, como uma necessidade. Que quer isso dizer a não ser que a "política econômica" é uma parte importante, cada vez mais importante dos estudos econômicos; que a "política demográfica" tornar-se-á, em pouco tempo, um elemento essencial dos estudos de população; que o mesmo acontecerá em matéria cultural etc...? (JULLIARD, 1976, p. 183).

Desse modo, Julliard defendia a ideia de que as decisões políticas recuperavam sua importância e a de que, cada vez mais, ocorria a politização dos acontecimentos, atitudes, comportamentos, ideias e discursos[43]. Grosso modo, o conjunto desses textos traça o perfil da história política que se pretendia renovada, desde explicações sobre erros e equívocos que teriam conduzido a

---

hereges na sociedade italiana do século XII (1968). Na sociologia urbana contemporânea, cita: Wolfgang Braunfels com *Arquitetura nas cidades medievais da Toscana* (1953). Cf. Le Goff, 1994, p. 356-365.

[42] Os anos 1970 também recolocaram o tempo curto na arena do debate temporal. No artigo "O retorno do fato" (1974), por exemplo, Pierre Nora revela a necessidade de se transferir para o conhecimento a agilidade contemporânea da história vivida. Cf. Nora, 1998.

[43] Falcon (1997, p. 78) destaca, além destes dois textos, outros mais que marcaram as discussões acerca das possibilidades e perspectivas dessa nova história política nos anos de 1970 e 1980: o do historiador alemão Wolfgang Mommsen, *Sobre a situação da história política nas ciências sociais* (1971); o do filósofo francês Barret-Kriegel, *História e política ou a história ciência dos efeitos* (1973); o de Philip R. Vandermeer, *A nova história política*: avanços e progressos (1979); o de Wim Blokmans, *A nova história política* (1980); e o do historiador italiano Massimo Luigi Salvadori, *As muitas histórias* (1988).

história política ao descrédito, até a afirmação de uma história política nova, capaz de articular o retorno do acontecimento com as exigências de possíveis paradigmas e modelos teóricos. No entanto, o empenho de alguns poucos nomes isolados não foi suficiente para reverter os julgamentos tradicionais sobre os temas políticos entre os historiadores ligados aos *Annales*, já que muitos ainda compreendiam que deviam ficar à margem da história política, por considerá-la como campo privilegiado da mudança, devendo mesmo, em suas pesquisas, fazerem abstração dos contextos políticos e, assim, poderem apresentar aquilo que perdura, a permanência[44].

Passadas quase duas décadas, essa situação, de fato, passou a ser substancialmente alterada entre os *annalistas* e a história política começou a ampliar seus espaços e a experimentar um "renascimento" mais vigoroso[45]. No entanto, segundo Falcon (1997), a terceira geração dos *Annales* interessada em renovar o estudo do político teve que superar os obstáculos epistemológicos até então expressos de maneira antagônica e conflitante: "tudo é política", proposição típica da tradição oitocentista; e "a política não existe", proposição que deriva de certa visão marxista, mecanicista, que reduz os fenômenos de consciência a simples reflexos de forças econômicas e sociais. Para superar tais obstáculos e viabilizar uma nova história política, esses historiadores foram buscar, sobretudo nas ciências sociais, os modelos teóricos e metodológicos que possibilitaram o repensar das relações Estado-sociedade, quando, então, passaram a perceber as ações políticas como excedendo o campo do formal, do político-institucional.[46] Sobre isso, Gomes (2005, p. 30-31) diz que:

---

[44] Dosse (1992, p. 228-229) diz que, em entrevista concedida ao mesmo em julho de 1979, Emmanuel Le Roy Ladurie considerou "O aspecto político como horizonte morto. A pesquisa histórica deve estar desvinculada da política"; e que François Furet, em dezembro de 1981, procurava ainda se situar longe da história política por entendê-la como sinônimo de mudança.

[45] Burke (1997) periodiza que, entre o final dos anos 1960 e 1972 (ano da aposentadoria de Fernand Braudel), ocorreu a transição para a terceira Geração dos *Annales*, a *Nouvelle Histoire*, cuja grande novidade foi a abertura para as novas temáticas (nível cultural) – História das Mentalidades. Todavia, as formas de abordagens, herdadas da "Era Braudel" (níveis econômico e social), continuavam a privilegiar recortes temporais longos e a quantificação em larga escala. Apenas no final da década de 1970 eclodiu uma reviravolta metodológica no interior da *Nouvelle Histoire* em reação ao uso do quantitativo no terceiro nível (cultural), promovendo-se uma "viragem antropológica", um "retorno à política" e um "renascimento da narrativa", eis que a história cultural tomou o lugar da história econômico-social. Sobre a crise da história das mentalidades e o conseqüente surgimento da história cultural, ver também Vainfas, 1997.

[46] As influências mais significativas foram: Alexis de Tocqueville, por suas análises sobre a Revolução Francesa, cuja pertinência foi destacada por François Furet; Hannah Arendt; Max

> O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a idéia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação.

Vemos que, além do reconhecimento da especificidade do político, outro ponto fundamental para essa mudança epistemológica foi o surgimento de uma nova concepção acerca do conceito de poder, que passou a ganhar elasticidade a partir da evidência dos novos movimentos sociais que emergiram no final da década de 1960. Nesse sentido, a mais conhecida e importante contribuição certamente foi a de Michel Foucault, em cuja obra *Microfísica do poder* (1979) se suprime definitivamente a ideia de um centro (o Estado e seus mecanismos de coação) que fosse capaz de coordenar tão somente a malha do poder que se lançaria sobre a sociedade. Não mais apenas o Estado, mas os micro-poderes descontínuos e dispersos no interior da sociedade, micro-poderes esses que nada mais são do que partes constitutivas dessa mesma sociedade. Foucault apresenta sua visão de que o poder é “algo que circula”, que “funciona em cadeia” e que “(...) nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” e em cujas malhas os “(...) indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação, nunca são o alvo inerte (...) mas são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2000, p.183). Portanto, esse autor colocou em

---

Weber; Nobert Elias, que na década de 1940 produziu a obra *A sociedade da corte*, vindo a merecer estudos e citações copiosas de Roger Chartier e de Jacques Revel; e Raymond Aron.
Também o marxismo passa por um processo de novos aportes teóricos que repercutirão sobre as perspectivas de enfocar o político sob novos ângulos, sobretudo devido às influências das obras de Gramsci e da Escola de Frankfurt. No campo historiográfico, a maior expressão dessas influências é a História Social Inglesa, com destaque para a produção historiográfica de Perry Anderson, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson. Na França, as novas correntes marxistas, que contribuem para a restauração do *político* em geral e da nova história política se expressam em autores como Nicos Poulantzas, Alain Badiou e Marta Harnecker, aos quais deve se adicionar os nomes dos italianos Valentino Gerratana, Massimo Boffa, Cerreoni, Lucio Colletti, Ferruccio Rossi-Landi. Em graus e segundo visões diferentes entre si, as discussões então travadas no campo marxista lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil, além de abrirem a investigação histórica à questão muito mais ampla de poder, e daí à das formas de dominação. Cf. Falcon, 1997, p. 75.

destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes, e influenciou a historiografia política que passou a enfocar as infinitas práticas dos poderes em lugares históricos então pouco conhecidos dos historiadores (família, escolas, asilos, prisões, hospitais, polícia, oficinas, fábricas etc.), em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social. Assim, a *nouvelle histoire* se abriu para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco freqüentados por sua historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas. (FALCON, 1997, p. 75)[47].

Ao mesmo tempo, novas possibilidades teóricas da antropologia passaram a atrair cada vez mais a atenção dos historiadores do poder e da política que, desse modo, puderam ampliar seus objetos (os costumes, os comportamentos políticos): "Poder e política passaram assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas, sobretudo, o poder simbólico, como em Bourdieu."[48] O estudo do político passa a abranger, a partir de então, "(...) não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder." (IDEM, p. 76).

A referência historiográfica marcante dessa abertura para esse campo de investigação histórica no interior dos *Annales* é a coleção *Histoire de la France* (História da França), organizada por André Burguière e Jacques Revel, ambos diretores da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Dos quatro volumes, dois são voltados à história política: *L'État et Ies pouvoirs* (O Estado e os

[47] É importante reconhecer que, para além de Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Paul Veyne e algumas poucas referências por parte de Jacques Revel, raros são os autores que têm dado pleno reconhecimento a esse papel revolucionário de Foucault em relação às ciências humanas. Cf. Veyne, 1992, p. 149-181 e Chartier, 1990, p. 69-89. A ruptura proposta por Foucault teria possibilitado condições mais favoráveis, por exemplo, ao surgimento do conceito de *poder simbólico* de Pierre Bourdieu. Cf. Bourdieu, 2006, p. 07-08 e 15.

[48] Significativas foram as influências dos trabalhos de Clifford Geertz , com *A interpretação das culturas* (1973); Marshall Sahlins, com *Ilhas de história* (1985); Louis Dumont, com *A civilização indiana e nós*: Esboço de sociologia comparada (1966) e *Homo AEqualis I:* Gênese e desenvolvimento da ideologia econômica (1977); Georges Balandier, com *O poder em cena* (1980); Pierre Clastres, com *A sociedade contra o Estado* e *a fala sagrada* - mitos e cantos sagrados dos índios Guaranis (1974); etc. Cf. Falcon, 1997, p. 76.

poderes), dirigido por Le Goff, e *L'État et les conflits* (O Estado e os conflitos), dirigido por Julliard, ambos publicados em 1990.

Ferreira (1992, p. 269) considera que essa mudança de episteme sobre o campo político tem a ver com as transformações em curso na Europa e as perspectivas de sua unificação em 1992-93, que "(...) colocaram na ordem do dia a revalorização do político como instrumento adequado para captar os problemas colocados pelas trajetórias especificas dos países que integram a Comunidade Européia." Como argumentação para essa assertiva, essa historiadora diz que o próprio Le Goff, no prefácio do livro *L'État et les pouvoirs*, declara que

> Perceber-se-á neste volume como iluminar os problemas colocados pela originalidade francesa no grande conjunto europeu que se organiza neste final do século XX. Querer compreender a oportunidade que representa para a França este grande objetivo exige um conhecimento lúcido das singularidades de cada parceiro. Se todos os países em questão atingiram uma mesma fórmula política, a democracia parlamentar, foi ao final de itinerários históricos muito diversos. O ponto de chegada é fortemente marcado por esta diversidade. (IDEM).

É questionável, à luz dos próprios processos históricos atuais, a afirmação de Le Goff de que todos os países da Comunidade Européia atingiram uma mesma fórmula política, a menos que se separe forma de conteúdo. Em todo caso, essa discussão não vem ao caso para o nosso debate. Mesmo com essa ressalva, esse livro traz como tema central a análise da gênese do Estado e da nação francesa, por meio da reconstituição de uma trama cronológica que, longe de se preocupar com o detalhamento sucessivo dos eventos políticos, procura dar conta do processo global da trajetória da França entre os séculos XIII e XX. É uma obra que se define, portanto, como voltada a uma "(...) história do político, uma história da diversidade dos fundamentos dos poderes econômico, religioso e cultural, levando em conta as instituições, os homens, as idéias, ao mesmo tempo que as práticas, o simbólico e o imaginário." (IDEM). Le Goff retoma questões antes vistas como defeitos da história política "tradicional" (a atuação de indivíduos, o evento singular e os aspectos subjetivos), contudo, sem perder de vista alguns dos princípios básicos da história proposta pelos *Annales*, como, por exemplo, a perspectiva estrutural e a longa duração. Assim, esse é um livro que pode ser considerado introdutório dos estudos das mentalidades políticas e das representações, através do uso do conceito de cultura política, cuja preocupação

foi a de problematizar o político por meio do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum.

Além desse trabalho, Le Goff também se interessou pela investigação sobre a monarquia sagrada e escreveu o estudo biográfico *São Luís* (1996), sobre o rei Luís IX. Porém, cabe mencionar que, ainda na década de 1970, outro medievalista dos *Annales* já havia passado a não mais rejeitar a história política do centro de suas preocupações historiográficas. Trata-se de Georges Duby, que escreveu *O Domingo de Bouvines:* 27 de julho de 1214 (1973), uma monografia sobre a batalha medieval de Bouvines, e *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo* (1978), uma análise da gênese ou da reativação da ideia dos três estados, situada em um contexto político (a crise das monarquias francesas e de outros países).

Cabe também citar Emmanuel Le Roy Ladurie, historiador dos *Annales* dedicado ao Antigo Regime que, privilegiando o Estado monárquico francês, elaborou estudos exemplares no interior desse movimento em favor de uma nova história política. Com o livro *L'Ètat Royal*: de Louis XI à Henri IV*,* 1460-1610 (1987), ele apresenta uma síntese do período em que se dá a progressiva centralização do Estado francês e a definição das fronteiras nacionais francesas, movimento esse que culminou no Estado absolutista de Luís XIV (o Rei-Sol); e com a obra *L'Ancien Régime*: de Louis XIII à Louis XV, 1610-1774 (1991), onde ele retoma o exercício analítico de uma macro-temática na longa duração, tornando possível perceber o lento processo através do qual se realizou a construção do estado monárquico na França dos Valois.

Entretanto, é notável que os historiadores dos *Annales* que mais se dedicaram à política, foram aqueles preocupados com a história contemporânea (pós-1789)[49]. Além do já citado Julliard, François Furet e Michel Vovelle devotaram muito de seu tempo ao estudo sobre a Revolução Francesa, e Marc Ferro, às análises a propósito da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Porém, a figura mais destacada neste domínio é certamente Maurice Agulhon,

[49] "Essa volta por cima do político como nível pertinente de análise histórica é, em parte, resultado de uma conjuntura comemorativa: os debates promovidos, na mesma época, visando o bicentenário da Revolução francesa, levaram os historiadores a se interessarem novamente pela dimensão política do social." (DÉLOYE, 1999, p. 22).

sobretudo com os livros *La République au Village* (1970), um estudo do comportamento político do povo comum em Var (Provença), de 1789 a 1851, e *Marianne au combat*: L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880 (1979), onde analisa o imaginário republicano francês e seu simbolismo, "(...) focalizando as representações de Marianne, a personificação da República, com ênfase nas mudanças do significado de sua imagem – na cultura popular e na cultura da elite – entre a Revolução e a Comuna." (BURKE, 1997, p. 103). Com esse livro, Agulhon inaugurou a história das políticas de comemoração, um novo gênero historiográfico que inspirou muitos outros e, assim, alguns anos depois, a questão da memória política, principalmente os temas relacionados com o processo de construção de imagens nas práticas comemorativas, tornou-se uma questão central na produção historiográfica.[50] De modo que, com Agulhon e os demais citados, ocorreu o que se convencionou chamar de um retorno à política dentro da Escola dos *Annales*.[51] Ao todo, identificamos nove expoentes *annalistas* dessa nova história política, os quais procederam a uma releitura dos vários aspectos que permearam a construção de um sistema de governo e de uma cultura política determinada, relacionando ainda essa dimensão com o conjunto da totalidade da sociedade em questão. Assim, notamos que tanto o grupo de historiadores guiados por Rémond quanto alguns dos *Annales* promoveram estudos no campo da história política, que "renasceu" com outras preocupações e com uma visão mais ampla, passando a assumir novamente um lugar de

[50] Pierre Nora também é um *annalista* de destaque no que diz respeito aos estudos da memória política, tendo dirigido a obra *Les Lieux de mémoire:* Tomo 1: *La République* (1984), Tomo 2: *La Nation* (1987), Tomo 3: *Les France* (1992); três volumes destinados a fornecer um inventário dos lugares e objetos nos quais se encarna a memória nacional francesa.

[51] Burke considera estranho o uso da palavra retorno. Primeiro, porque quando se trata de observar a negligência do campo político em todo o grupo dos *Annales* das duas primeiras gerações, esquece-se da escrita de alguns historiadores: Lucien Febvre, antes de denunciar a história política e dedicar-se à história das religiões e das mentalidades, discutiu longamente a Revolta dos holandeses em sua tese *Filipe II e o Franco-Condado*: Estudo de história política, religiosa e social (1911); Marc Bloch, com os *Reis Taumaturgos*: O caráter sobrenatural do poder régio (1924) buscou mostrar a mentalidade religiosa por trás do poder político dos reis da França e da Inglaterra; Fernand Braudel, apesar de pouco se preocupar com a história dos acontecimentos políticos e militares, em razão de ser a mais "superficial" espécie de história, incluiu capítulos sobre impérios e a preparação para a guerra na seção do Mediterrâneo dedicada às estruturas, em seu famoso *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* (1949); além de Maurice Agulhon, Alain Besançon, François Furet, Ernest Labrousse, Emanuel Le Roy Ladurie e Michel Vovelle, historiadores proeminentes dessa segunda geração que se envolveram com a política francesa do pós-guerra, freqüentemente como membros do Partido Comunista Francês. E, segundo, porque esse retorno da história política tem outro caráter, bem diferente do ponto de vista adotado pelos metódicos do século XIX. Cf. Burke, 1997, p. 100-101.

evidência na produção historiográfica[52]. Assim, notamos que esse campo historiográfico é fruto direto das mudanças na maneira de escrever a história, sobretudo no que diz respeito à nova história cultural, uma vez que, preocupada com a narrativa das vidas privadas, do cotidiano das pessoas comuns e dos acontecimentos diários, terminou também por contribuir para a renovação teórico-metodológica da história política[53]. Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão *nova história política* no interior do campo da história cultural, apontando, assim, para uma retomada da história política em termos de uma análise dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas enfim, fato que demonstra a vitalidade da política no interior da produção historiográfica. Produção essa marcada pela sua natureza etnográfica fortemente influenciada pelo estudo do universo simbólico e que procura, ao estudar o poder, perceber a ação política humana no tempo e os sentimentos, emoções e formas de pensar dos agentes e não mais cair na história política "tradicional". Nesse sentido, a nova história política passou metodologicamente também a incorporar uma análise sobre os mecanismos culturais de poder, ou seja, procurar entender como são estabelecidas as relações evocativas entre governantes e governados. A propósito dos estudos dos exercícios do poder nas ciências humanas, Bazcko (1985, p. 297) reitera que

> Se nos virarmos para as ciências humanas, é fácil verificar que a imaginação, acompanhada pelos adjectivos "social" ou "colectiva", ganhou também terreno no respectivo campo discursivo e que o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema na moda. As ciências humanas mostravam, porém que, contrariamente aos slogans que

[52] Cabe também destacar fora da França a obra *A invenção das tradições* (1983), organizada pelo historiador britânico Eric Hobsbawm e pelo historiador zimbabuano Terence Ranger, cujo interesse central é o de problematizar o desenvolvimento das tradições e também o estudo de sua construção no contexto do Estado-nação, identificando que, muitas vezes, as tradições são inventadas por elites nacionais para justificarem a existência e importância de suas respectivas nações. Também merece registro o historiador português Antônio Manuel Hespanha que, envolvido em um trabalho de reatualização dos métodos e objetos pertinentes aos estudos relativos ao poder e às instituições políticas no interior da sociedade de Antigo Regime português, escreveu o livro *As Vésperas do Leviathan.* Instituições e Poder Político. Portugal, séc. XVIII (1989); bem como o historiador inglês Peter Burke, que escreveu *A fabricação do rei*: A construção da imagem pública de Luís XIV (1992), um estudo inédito e detalhado sobre a construção da imagem pública do rei de França Luis XIV (a partir da mídia, da teatralidade e dos rituais praticados no interior do Antigo Regime francês), não propondo mais um tratado biográfico, mas sim um estudo das relações entre arte e poder.

[53] Segundo Boutier e Julia (1998), a história política e a história cultural, após alguns anos de fragmentação de objetos e abordagens, são os dois campos de investigação de "ponta" e depositários dos novos anseios de totalidade desde os anos 1980.

> pediam “a imaginação no poder”, *esta sempre tinha estado no poder*. (...) Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.

Desse modo, há alguns anos, a história política, anteriormente tão rejeitada e criticada, sobretudo nas colocações da Escola dos *Annales* e do marxismo, que a acusaram de ser factual, narrativa, vinculada à escola metódica, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado (história das guerras ou das relações diplomáticas), tem mudado o seu perfil. O estudo do político vai compreender, a partir daí, não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Estuda-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se, assim, as pluralidades e as continuidades no tempo de longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo. Pensa-se agora em termos de análises dos jogos/tramas políticas, representações, recorrências ao simbólico, além do corpo, das identidades, das emoções, etc., enquanto objetos fundamentais do "político". Assim, a história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder, leia-se poder político, relacionado com a renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica.

Ainda sobre o teor dos estudos da nova história política, Pesavento (2005, p. 25) discorre que eles

> Se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social.

Assim, enquanto a história política do século XIX mostrava uma preocupação com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos

“grandes homens”), já a nova história política, que começou a se consolidar a partir dos anos 1980, passou a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micro-poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do discurso, enfim).

Atualmente, a história política consegue se livrar do estigma de “tradicional”, especialmente pelo leque de possibilidades interpretativas que lidam com as subjetividades humanas, intercambiando com a vastidão teórico-interpretativa da história cultural. Através da nova história política, os acontecimentos de ordem política, antes delimitados por uma pretensa “objetividade” metodológica, agora se renovam e ganham uma nova dinâmica baseada nas dimensões humana e/ou social, com um conjunto de representações e significados a serem interpretados e revisados.

É no cerne dessa renovação historiográfica que assentamos o objeto de pesquisa da presente tese, uma vez que investigamos os mecanismos culturais de poder que foram agenciados entre governantes e governados, em meio às disputas político-ideológicas, no sentido de fundarem um imaginário anticomunista em um pequeno estado nordestino na nas primeiras décadas do século XX.

1.2 REFLEXÕES PARA UMA HISTÓRIA POLÍTICA DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Essa retomada da história política pelas diferentes correntes historiográficas na França não foi acompanhada ao mesmo tempo pelos historiadores brasileiros. Segundo Ferreira (1992, p. 06), por mais “(...) que nos últimos anos tenha crescido o número de pesquisadores e tenham se ampliado as publicações, continua a pairar certa desconfiança e desprezo sobre aqueles que se definem como historiadores do político”. De todo modo, a partir da década de 1980, a historiografia brasileira começou a mudar o seu enfoque, inovando também nos estudos de história política. Sobre essa renovação no Brasil, é interessante observar que

> A história que hoje se impõe afasta-se das anteriores na medida em que coloca o estudo do poder no centro da problemática, esse estudo não se confunde com as teorias do Estado e se desenvolve na perspectiva de interpretação do poder por outros prismas e de reconhecimento de outras formas políticas. Isto possibilitou a exploração de novos temas de pesquisa relacionados à cultura política, ou à história das representações políticas construídas por imagens, símbolos, mitos e utopias. (CAPELATO, 1980, p. 25-26)

Esse campo que se fez renovado também no Brasil, seguindo as lições teóricas francesas, passou a compreender o poder "(...) como um tipo de *relação social* concebida eventualmente como de natureza plural – os *poderes*". (FALCON, 1997, p. 62).[54] Os estudos que, até então, entendiam o Estado como o único centro de poder, aos poucos foram cedendo espaço a recortes mais específicos que procuravam reconhecer mais efetivamente a importância de objetos não mais restritos às manifestações estritamente institucionais, mas expandindo suas análises para os estudos relacionados à cultura política ou das representações políticas.

Conforme já considerado anteriormente, Rémond, ao apresentar a sua proposta de história política, levou em consideração as principais críticas que eram lançadas sobre a história política "tradicional". No tocante a que os objetos dessa história eram os fatos transitórios e superficiais (curta duração) e incapazes de perceber os movimentos mais intensos das sociedades, esse historiador demonstrou que o interesse de sua proposta voltava-se, então, para a pluralidade dos ritmos (curto, médio e longo) e, desse modo, o estudo da cultura política passara a ocupar um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, através da qual seria possível perceber as continuidades no tempo de longa duração. Sobre isso, Capelato também chama atenção:

> Pensando numa possibilidade de rompermos com esse sentimento de negatividade ou com essas emoções polarizadas que motivam os estudos sobre nossa história política, deixo aqui uma sugestão para investigações futuras num campo que me parece lacunar no Brasil: o da História Política de longa duração. Em alguns países, França, por exemplo, um dos caminhos de renovação da História Política conduz à "longa duração", introduzindo o estudo das mentalidades políticas e das representações através do uso do conceito de cultura política. Com isso, busca-se recuperar o político através do estudo da tradição, das

[54] Sobre essa renovação da história política no Brasil, ver: Lapa, 1982 e D'Alessio, 1996. Para alguns exemplos dessa renovada historiografia política no Brasil, ver Ribeiro (1995); Fico (1997); Schwarcz (1998); Souza (1999); e Neves (2003).

> sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes e do homem comum, bem como as representações do poder expressas por toda parte. (1996, p. 164-165).

Assim sendo, notamos que uma das inovações da nova história política é a identificação de um campo específico do político com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, ou seja, diz respeito à abordagem de seus objetos na longa duração, enfocando os estudos sobre cultura política. Passa-se a pensar a política no sentido de uma cultura, em que importam “as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinado contexto.” (SANI, 2004, p. 306).

É dentro desse entendimento que procuraremos analisar o nosso objeto de pesquisa, a saber, o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937), uma vez que o mesmo pode ser investigado dentro da perspectiva de se procurar compreender a formação “(...) dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro”. (ROSANVALLON, 1995, p. 16). As imagens, símbolos, mitos e utopias são parte do acervo que compõe os imaginários sociais, campos em que os indivíduos, buscando construir respostas àquilo que eles percebem como um problema, procuram investir de sentidos as suas “realidades”, fazendo do político o lugar da articulação do social e de sua representação.

Mas, antes de analisarmos as especificidades das manifestações dos anticomunismos na Paraíba, na temporalidade pretendida, faremos algumas observações sobre o que se define por anticomunismo, sobre sua presença na história do Brasil, bem como ele é apresentado na historiografia brasileira.

1.2.1 ANTICOMUNISMO: ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO

Nesse momento, pensamos considerar uma significação para o anticomunismo, já que a nossa proposta de tese tem por objetivo maior analisar as manifestações do discurso anticomunista no Brasil e, especificamente, na Paraíba.

O anticomunismo já se encontra anunciado no Manifesto Comunista (1848), quando então Marx e Engels advertiram: “(...) Quais os oposicionistas que não

são acusados de comunistas por seus adversários no poder? Quais os oposicionistas que, por sua vez, não têm replicado, a seus adversários da direita ou da esquerda, com a alcunha infamante de comunistas?" (MARX e ENGELS, 1993, p. 65). Notamos que o "comunismo" já era considerado uma ameaça à ordem capitalista estabelecida e que se almejava depositar nele o sinônimo de antagonismo, reservando-lhe uma série de estereótipos.[55]

Bonet (2004, p. 34), na sua definição de anticomunismo, afirma que o mesmo "(...) deveria ser entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas". No entanto, ele reconhece que, após a Revolução de Outubro de 1917, ocasião em que o comunismo adquiriu concretude histórica e se expandiu mundialmente, o anticomunismo passou a assumir significados mais profundos que o de uma simples oposição às práticas e métodos comunistas. Assim,

> Do lado comunista, o Anticomunismo foi definido por alguns como "ideologia negativa" (chamado, em termos polêmicos, Anticomunismo *visceral*, ou seja, baseado numa oposição global ao comunismo e não na adesão positiva a valores autonomamente escolhidos); foi definido por outros como "ideologia da burguesia em crise" (isto é, como fórmula política de saída, quando as fórmulas tradicionais se revelaram ineficazes no controle das tensões sociais). Mas Togliatti é ainda mais explícito quando escreve que ser anticomunista "significa... dividir categoricamente a humanidade em dois campos e considerar... o dos comunistas... como o campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana". (IDEM).

Entretanto, ainda segundo esse autor, estas são acepções gerais e restritivas, sendo o "(...) Anticomunismo um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira". Ou seja, o anticomunismo deve ser compreendido como sempre sensível às condições específicas, tanto do período como da sociedade, dos interesses dos grupos responsáveis pela sua difusão. Assim, Bonet (2004, p. 34) faz referência às várias formas de manifestação do anticomunismo, tais como o

[55] Referimo-nos ao comunismo na sua vertente marxista-leninista, já que é ele que é tomado como principal referente nos textos anticomunistas, uma vez que foi responsável pelo bolchevismo e pelo modelo soviético, bem como por amplas implicações políticas no que diz respeito às variadas críticas ao sistema capitalista.

clerical, o fascista, o nazista-hitleriano e o estadunidense, observando também que o anticomunismo pode ser tanto de direita quanto de esquerda.

Bonet (2004, p. 34) destaca, ainda, que, ao trabalharmos com o conceito no plano político, devemos levar em consideração as questões que envolvem os países e suas relações internacionais. Assinala que, no plano político internacional, os países anticomunistas são entendidos como aqueles que não realizam aliança estratégica, para além de possíveis momentos táticos, com os partidos e os Estados comunistas. Assim, o anticomunismo interno dos Estados e o que se dá nas relações externas entre os Estados, estão intimamente ligados, contudo esse autor os distingue. Destaca que, no primeiro caso (plano interno), ele se "(...) traduz na sistemática repressão da oposição comunista, e tem por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular". Desse modo, nos países de regime democráticos, onde existe oposição comunista relevante, o anticomunismo assume dentro da cultura política difundida "(...) uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (...). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas". (IDEM, p. 35). Já no segundo caso (plano internacional), o anticomunismo procura inspirar uma política de alcance planetário, "(...) cujos objetivos são simultaneamente: 1) contenção do influxo dos Estados socialistas; 2) interferência nos negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir e/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista (...)". (IDEM, p. 35).

Motta (2002, p. 15) também compartilha da ideia de que seria necessário utilizar a expressão anticomunismo no plural, isso porque o anticomunismo é o resultado de uma frente de grupos e projetos políticos diversos que têm a recusa ao comunismo, pela palavra e/ou pela ação, como único ponto em comum. Diz que "Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum". Malatian (2003, p. 175 e 177), ao observar que as práticas políticas da Igreja Católica foram as responsáveis pela elaboração de representações anticomunistas ainda no século XIX, também entende que o anticomunismo é um conceito "polissêmico e homogeneizador", já que reuniu sob

o mesmo rótulo os três grandes movimentos políticos da esquerda contemporânea (anarquismo, socialismo e comunismo), e assim “Dificilmente será encontrado em estado puro ou isolado. São matrizes e elaborações discursivas, além de práticas correspondentes, completamente divergentes, de difícil classificação sob o mesmo rótulo”. Desse modo, temos a percepção do conceito de anticomunismo como sendo mais amplo e descolado da ligação direta com a direita, bem como tendo diferentes inspirações[56].

Também de acordo com Rodeghero (2007, p. 21-22), o anticomunismo deve ser compreendido como uma postura de oposição ao comunismo, que se adapta a “(...) a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”. Ela diz que

> O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós” – os não comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas; em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis, em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável.

A autora acrescenta que o anticomunismo pode ser captado como um conjunto de atividades realizadas por grupos diversos. “Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, atividades educativas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação do Legislativo, etc.”. Desta forma, o anticomunismo constitui-se como um fenômeno complexo, com matizes políticas, ideológicas, econômicas e sociais que se manifestam de diferentes maneiras, devendo seu conceito, portanto, ser analisado e desenvolvido a partir da conjuntura histórica no qual ele se manifesta. Seguindo essa mesma linha de interpretação, Silva (2001, p. 33) diz que

> Ampliar na análise o conceito de comunismo para os seus enunciadores (os anticomunistas) possibilita perceber que não é possível fazer a dissociação entre prática e discurso anticomunista. Isso porque não faz diferença fundamental para os seus forjadores e divulgadores se há um referente concreto constituído em um partido comunista. Se ele não

[56] No cenário internacional, o anticomunismo de esquerda foi muito mais significativo e atuante do que no Brasil, na Europa representado pelos socialistas e, nos Estados Unidos, pelos “liberais”. Cf. Motta, 2002, p. 16.

> existe no partido, os mecanismos utilizados são muitos para tentar configurá-lo.

Assim sendo, para que se considere uma significação ao anticomunismo se torna fundamental “(...) delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo” (SILVA, 2001, p. 26), o que, por vez, torna a definição do conceito mais difícil, já que estes textos não representam o “real” e sim o que eles compreendem como comunismo. O que o comunismo expressou para cada grupo anticomunista suscitou múltiplas representações.

1.2.2 ANTICOMUNISMOS NO BRASIL

O fenômeno do anticomunismo é presente na historiografia brasileira, contudo ainda são poucas as escritas que se detiveram a analisá-lo especificamente. Conforme considerado acima, o conceito de anticomunismo não segue um entendimento proporcional em relação à oposição ao comunismo, devendo mesmo ser pensado a partir de seus diferentes matizes ao longo de sua história. Assim, procuramos perceber os vários momentos dos anticomunismos no Brasil, a partir da historiografia de que dispomos, para nos capítulos seguintes analisarmos as especificidades dos mesmos na Paraíba.

Motta (2002) desenvolveu um amplo estudo acerca do anticomunismo no Brasil e, apesar de reconhecer que Marx já o indicava em meados do século XIX, situa o seu fortalecimento no país após a Revolução de Outubro de 1917, tendo surgido “espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança”, ou seja, como um movimento de reação à expansão e ao crescimento do PCB e das ideais comunistas: “(...) o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta” (IDEM, p. XX). Contudo, essa tese é reavaliada por Malatian (2003, p. 175), que apresenta o anticomunismo “(...) como um componente da política que tem raízes anteriores a este evento, e solidamente enraizado na cultura política ocidental derivada do catolicismo antiliberal do século XIX”. De acordo com a autora, houve uma releitura das ideias antiliberais do século XVIII, pela Igreja Católica, para fazer frente ao anarquismo, ao socialismo e ao comunismo no século XX, o que denota o quão remotas são as bases do anticomunismo católico. Assim,

> (...) mais do que uma manifestação espontânea, o anticomunismo pertence a um discurso da ordem extremamente elaborado, fundamentado, organizado e difundido pela Igreja, um entre os diversos catolicismos. Antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do PCB, reporta-se às propostas anarquistas, socialistas e comunistas do XIX e à dinâmica das sociedades capitalistas, (...). (MALATIAN, 2003, p. 176).

Também somos de acordo que os anticomunismos percorrem um longo tempo na história brasileira, sendo uma tradição política que encontra sua fundamentação antes mesmo da Revolução de Outubro de 1917. Nesse sentido, identificamos a existência de tendências políticas anticomunistas já na segunda metade do século XIX, onde escritos de alguns intelectuais apresentaram-se no sentido de interpretarem o socialismo como algo negativo a ser combatido. Rui Barbosa, por exemplo, assim se expressou em 1884: "Socialistas são os que pretendem trocar os moldes arbitrários, obras da imaginação, ou da metafísica, esses moldes eternos". (Apud CHACON, 1965, p. 276).[57]

Esse mesmo entendimento também é compartilhado por Silva (2001, p. 26) que, para fundamentar sua tese de que o aparecimento do anticomunismo é anterior à Revolução de Outubro de 1917, cita o trabalho de Bandeira, Melo e Andrade (1980, p. 15), onde os mesmos, procurando identificar a amplitude e as ressonâncias do termo "comunista" no Brasil, o identificam ainda no final da primeira metade do século XIX:

> Já em 1849, no Brasil, a palavra 'comunismo' vulgarizava-se na imprensa e no Parlamento (...). Há mais de meio século, pois, que as classes dominantes, no Brasil, tremem diante do 'fantasma do comunismo' e podiam figurar nas páginas d'*O Manifesto*, ao lado de Guizot e de Metternich.

[57] A retórica anticomunista brasileira também pode ser identificada anos antes nos três expoentes do positivismo responsáveis pela fundação da Sociedade Positivista Brasileira, em 1876: Miguel Lemos condenou o comunismo: "Tudo quanto S. Exa. disse a respeito das imensamente funestas escolas de Proudhon, Darwin, Materialismo, Comunismo eds. é uma grande verdade e muito sabida. Tais doutrinas só podem ser abraçadas por homens sem o menor vestígio de moralidade, sem fé, sem crenças, sem o mínimo de amor da pátria, da família e de si mesmos, verdadeiros monstros morais, dignos da mais profunda execração". (Apud CHACON, 1965, p. 288); Raimundo Teixeira Mendes, descrevendo os acontecimentos da Comuna de Paris, disse que: "Foram homens nessas condições, imbuídos daquelas perniciosas doutrinas que, nos desvarios de suas paixões brutais, sob a denominação de comunistas de Paris deram o espetáculo mais asqueroso que a história jamais registrou nos seus anais já bem providos das atrocidades e desvarios dos homens". (Apud CHACON, 1965, p. 288); Benjamim Constant também repudiou o comunismo.

Seguindo essa mesma linha de interpretação, a autora também menciona a pesquisa do historiador Mário Maestri sobre Castro Alves, onde percebe que um projeto abolicionista em defesa da emancipação dos filhos de cativas, em 1871, foi argüido pelos deputados escravistas que chegaram a apresentá-lo como de "(...) inspiração da terrível internacional comunista".[58]

Apesar de discordamos da tese de Motta (2002) no que diz respeito ao anticomunismo ser uma tradição política que tem sua fundamentação nos anos seguintes a Revolução de Outubro de 1917, concordamos que o seu trabalho é a principal referência para pensarmos os anticomunismos na história do Brasil, sobretudo a partir desse marco.[59] Segundo esse autor, no que se refere às fases de anticomunismo no Brasil, três momentos se destacam: o primeiro (1917-1935), denominado "primórdios do anticomunismo no Brasil"; o segundo (1935-1937), denominado de "a primeira grande 'onda' anticomunista", a partir do crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fato ligado à adesão de Luiz Carlos Prestes (1934) e à formação da Aliança Nacional Libertadora (1935), porém, sendo a "Intentona Comunista" (1935) a maior responsável pelo recrudescimento e consolidação do anticomunismo que culminou no Plano Cohen e no golpe do Estado Novo; e o terceiro (1961-1964), denominado de "segundo grande 'surto' anticomunista", que levou ao golpe que implantou a ditadura militar no Brasil.

Não obstante ter se proposto a pensar o anticomunismo no Brasil entre 1917 e 1964, o autor não deu ênfase ao período compreendido entre 1937 e 1960, isso porque ele deixa claro que se preocupou em pensar os momentos em que esse fenômeno se fez mais evidente na política brasileira como justificativa para os golpes militares de 1937 e 1964. Assim, como em nossa pesquisa pretendemos pensar o anticomunismo na Paraíba entre 1917 e 1937, destacaremos apenas os dois primeiros momentos esquematizados pelo autor.

---

[58] O trabalho ao qual a autora se refere é Maestri, 1998, p. 7.

[59] A Revolução Russa de 1917 compreendeu duas fases distintas: a Revolução de Fevereiro, dos mencheviques, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II e procurou estabelecer em seu lugar uma república moderna de cunho liberal; e a Revolução de Outubro, dos bolcheviques, que derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético. Para Motta (2002, p. 04-05), a primeira foi recebida como positiva, já a segunda foi execrada tendo em vista as suas propostas radicais.

Para Motta (2002, p. XX), logo após a tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia e no decorrer da década de 1920 ("primórdios do anticomunismo no Brasil"), a campanha contra o comunismo começou a ser empreendida pela ação estatal, bem como por grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais e religiosos), tendo em vista que, no cenário internacional "O entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal no contexto pós-Primeira Guerra, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas". Logo, podemos pensar que essa força adquirida pelo comunismo terminou por engendrar os anticomunismos brasileiros.[60]

Entretanto, de modo geral, o comunismo passou a ser encarado por seus adversários brasileiros como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a Europa do que com o Brasil, sendo mesmo apresentado como ideia alienígena: "O comunismo tão execrado era uma desgraça que se abatera sobre o povo das longínquas terras dos sovietes, pouco afetando os brasileiros". (IDEM, p. 06). Assim, a *questão social* e os riscos políticos associados à Revolução Soviética não eram vinculados de maneira predominante ao comunismo, até mesmo porque, naquele tempo, os anarquistas brasileiros tinham mais visibilidade política do que os comunistas.[61] Se comparada com as representações apresentadas por seus inimigos, a influência dos comunistas naquela sociedade era mínima, encontrando-se centrada nos Círculos Operários urbanos, no Partido

[60] Também destaca o autor que uma das razões que muito contribuiu para que o anticomunismo ganhasse fôlego no Brasil, foi o fato de Lênin ter como um dos seus objetivos prioritários retirar a Rússia da I Guerra Mundial, rompendo a aliança anteriormente feita pelo Czar (Tríplice Entente: Inglaterra, França e Rússia), o que significaria um sério golpe nesses dois países ocidentais. Como o Brasil já havia assumido, por esse tempo, uma postura a favor da Entente e contra os alemães, a grande imprensa brasileira empreendeu campanha contra Lênin, que passou a ser acusado de traidor e de espião russo. Cf. Motta, 2002, p. 05.

[61] De acordo com Silva (2001, p. 58): "Na década de 1920 as dificuldades de acesso a leituras teóricas sobre o comunismo era grande, o que pode explicar, em parte, o desconhecimento sobre ele". Essa mesma constatação é apontada por Ferreira (2002, p. 196-197) "No Brasil, as notícias que chegavam eram confusas e desencontradas. Os militantes do PCB, reduzidos em número, mas aguerridos, encaravam com desconfiança e descrença as informações jornalísticas desfavoráveis à União Soviética". O autor destaca também que, ao mesmo tempo "Na década de 20, os revolucionários brasileiros estavam inteiramente seduzidos pelo impacto dos acontecimentos que permitiram a fundação do primeiro Estado proletário no mundo e pela perspectiva, otimista, da mesma revolução em nível planetário. Assim, entre os militantes da Seção Brasileira da Internacional Comunista dominava o imaginário da revolução, soviética e mundial. Eram as imagens grandiosas dos objetivos que seriam alcançados em futuro próximo, como a salvação da humanidade das guerras e a implantação da República Soviética Internacional, que mobilizavam energias e motivavam comportamentos. Não se tratava, naquele momento, da implantação do socialismo na Rússia. Até o fim dos anos 20, portanto, as conquistas políticas da Revolução Soviética é que eram exaltadas, pois sabia-se, mesmo vagamente, das enormes dificuldades sociais e, sobretudo, econômicas vividas no país dos sovietes". (IDEM).

Comunista Brasileiro (1922) e entre a baixa oficialidade do Exército (tenentes e capitães). A repressão ao comunismo ocorreu muito mais pela necessidade dos governos se defenderem das oposições de um modo geral. Assim, ao cercearem as ações dos operários e reprimirem os movimentos anarquista e tenentista, os anticomunismos brasileiros começaram a ser gestados de forma modesta.[62]

Por conseguinte, a imprensa brasileira foi o primeiro esteio utilizado para esse fim, criticando de forma esparsa a segunda revolução russa, considerando suas conseqüências ruins tanto para aquele país como para a causa aliada na I Guerra.[63] Para Motta (2002, p. 01) essa imprensa seguia a opinião de seus congêneres da Europa ocidental.

> Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a idéias, tenham sido caudatárias também em relação ao anticomunismo. Em grande parte, as visões sobre o que seria comunismo e a ameaça que ele significava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros. As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante. (IDEM).

Segundo o autor, durante os anos dos "primórdios do anticomunismo no Brasil" (1917-1935), os anticomunistas brasileiros acompanhavam a dinâmica das relações culturais e políticas do Brasil com o exterior e, assim, a inspiração das representações sobre o comunismo vinha da Europa ocidental, sobretudo da

[62] No início de 1927, ocorreu uma pequena onda de propaganda anticomunista, que Motta (2002) considera fato isolado no interior de uma fase em que predominava a representação do comunismo como um problema distante. Com o fim do governo de Arthur Bernardes (1922-1926), os comunistas intensificaram suas ações nos primeiros meses da presidência de Washington Luiz (1926-1930): conseguiram fazer funcionar um jornal diário, *A Nação*; fundaram o Bloco Operário e Camponês (BOC); intensificaram o trabalho nos meios operários com a realização de congressos e organização de entidades sindicais; e criaram a Juventude Comunista. A esse modesto crescimento do PCB, as autoridades responderam com a edição de uma lei repressiva ("Lei Celerada"), que tinha por objetivo restringir as atividades sindicais e políticas da esquerda, autorizando o governo a fechar centros, sindicatos e entidades que praticassem atos considerados contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, bem como a suspender a circulação de jornais acusados de propagandear tais atos. Assim, apesar dos governos de Arthur Bernardes e Washington Luiz terem reprimido ações comunistas em seus respectivos mandatos, não tiveram no comunismo o seu principal inimigo Cf. Motta, 2002, p. 06-08.

[63] Motta (2002) chama de grande imprensa brasileira alguns jornais sediados no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG).

França, cujos escassos livros foram traduzidos ou lidos no original para servirem de fonte para as várias matérias a serem veiculadas nos jornais brasileiros.[64]

A partir de 1930, as mudanças desencadeadas pelo movimento "revolucionário" que levou Getúlio Vargas ao poder, contribuíram para que o comunismo passasse a ser visto cada vez mais como um perigo interno. Isso porque

> A derrubada da "República Velha" trouxe em seu bojo instabilidade, indefinições e, conseqüentemente, insegurança. O grupo que se congregou para tomar em armas contra o antigo sistema tinha como principal marca a heterogeneidade. No interior da ampla coalizão havia civis e militares, radicais e conservadores, liberais e antiliberais, sendo este último grupo dividido entre esquerdistas e simpatizantes do fascismo. A orientação a ser tomada pelo novo governo não era clara e o espaço conquistado pelos defensores de propostas antiliberais gerava ansiedade nos setores conservadores da sociedade, notadamente em parcelas do clero, da imprensa e dos grandes proprietários. Muitos temiam que a facção esquerdista do governo tomasse as rédeas na condução dos negócios públicos. (MOTTA, 2002, p. 08).

Os setores conservadores, até então habituados com o liberalismo, passaram a ver com desconfiança o intervencionismo na economia do novo governo.[65] Ao mesmo tempo, o momento político de reformas do pós-"Revolução" de 1930 foi favorável a que um considerável número de pessoas, sobretudo jovens e intelectualizadas, visse no comunismo uma alternativa em relação ao antigo modelo liberal, considerado falido.[66] Desse modo, o reordenamento político pelo qual o Brasil passou nos anos 1930, fez surgir com mais vigor a presença comunista e essa, por sua vez, deu margens para a exacerbação dos anticomunismos no país.

---

[64] Ao mesmo tempo, segundo Campos (1934), a imprensa européia, orientada quase sempre pelos partidos conservadores ou moderados, criou na América o ambiente mais desfavorável para a revolução soviética.

[65] Aqui notamos uma das nuances do anticomunismo brasileiro. Ao atuar procurando sustar a tendência de queda nos preços do café, resultado da crise de 1929, o governo Vargas adotou uma política cambial de confisco de parte da renda gerada pela exportação do café em benefício do Estado. Como resultado, publicou-se em São Paulo o livro *O Comunismo Caminha no Brasil* (1933), de autoria de Antônio de Sampaio Dória, com seguras acusações de comunismo dirigidas ao governo federal. Cf. Motta, 2002, p. 09.

[66] Esse aumento de poder de atração do comunismo pode ser exemplificado pela postura de Luiz Carlos Prestes, quando o mesmo tornou público, em maio de 1930, um manifesto onde declarava sua adesão ao marxismo-leninismo e à causa do proletariado, o que, possivelmente, influenciou muitos a fazerem o mesmo.

Ferreira (2002, p. 196), observa que as representações positivas sobre a construção do socialismo na União Soviética tomaram força no início da década de 1930, quando, então, jornais, livros e panfletos passaram a alardear o progresso material naquele país. Toda essa literatura publicitária procurava evidenciar para os trabalhadores brasileiros que um mundo melhor poderia ser construído e, nesse sentido,

> (...) ressaltavam particularmente os aspectos materiais da construção do socialismo na Rússia: surgimento, da noite para o dia, de centenas de cidades e usinas, trabalhos de urbanismo e construção civil, mecanização da indústria e obras suntuosas. Em cada realização, os autores citavam enormes cifras sobre o uso do aço, ferro, asfalto, concreto armado e vidro. Ainda prisioneiros da forte tradição provinda do século passado que associava o progresso social com a riqueza material, os visitantes brasileiros na União Soviética nos anos 30 identificavam socialismo com desenvolvimento econômico. Ou melhor, entendiam o socialismo como o resultado da soma dos sovietes com a eletrificação, bem de acordo com a fórmula elaborada por Lênin. Enquanto o Ocidente sofria com a catástrofe econômica iniciada em 1929, o país dos sovietes, ileso, tornava-se, na imaginação de muitos, o lugar da utopia realizada. (IDEM).

De tal modo, diversos foram os livros sobre a vida econômica, social, política e cultural da União Soviética publicados no Brasil na primeira metade da década de 1930. Entre os escritores nacionais, citamos:

QUADRO I – OBRAS NACIONAIS QUE REPRESENTAM O COMUNISMO POSITIVAMENTE (1931-1934)

TÍTULO	AUTOR	ANO
Rússia: notas de viagem, impressões, entrevistas, observações sobre o regime soviético	Maurício Campos de Medeiros	1931
Uma visita à nova Rússia (traduzido do francês)	Fernand Corcos	1931
Outras revoluções virão	Maurício Campos de Medeiros	1932
Onde o proletariado dirige	Osório Thaumaturgo César	1932
O que é o Estado Proletário	Osório Thaumaturgo César	1933
Um engenheiro brasileiro na URSS	Cláudio Edmundo	1933
O que vi em Roma, Berlim e Moscou	Juvenal Guanabarino	1933
O fenômeno jurídico no país dos soviets	Almáquio Diniz Gonçalves	1934
Sociologia soviética	Almáquio Diniz Gonçalves	1934
Preparação socialista do Brasil	Almáquio Diniz Gonçalves	1934
Dicionário da questão social	Raul Maia	1934
URSS, um novo mundo	Caio Prado Júnior	1934

FONTE: SILVA, 2001; MOTTA, 2002. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Konder (1988, p. 169), ao estudar a recepção das ideias marxistas no Brasil do início dos anos 1930, observou que, em razão da crise instaurada naquele

período, cresceu a preocupação das elites dirigentes frente aos discursos que falavam positivamente sobre uma revolução comunista, o que desencadeou uma "(...) ofensiva da literatura crítica anticomunista entre nós". Houve, então, a publicação de uma grande quantidade de livros sobre a Rússia na perspectiva anticomunista, tanto no que se refere a traduções quanto a obras de escritores nacionais. No primeiro caso, publicou-se uma série de autores europeus, a partir do interesse de algumas editoras que passaram a traduzir para o português e popularizar livros que, em parte, já vinham circulando na edição original no Brasil. Nesse particular, merece menção a editora *Livraria do Globo*[67]*,* que lançou uma coletânea especial intitulada *Coleção Globo, Inquéritos sobre a Rússia* (com opiniões anticomunistas sobre a União Soviética).[68] Do conjunto das obras, listamos as que seguem:

QUADRO II – OBRAS ANTICOMUNISTAS INTERNACIONAIS (1931-1935)

TÍTULO	AUTOR	ANO
No país dos soviets	Jorge Le Fevre	1931
A Tchéka	Jorge Popoff	1931
Como matei Rasputine	Príncipe Yussupoff	1931
As forças secretas da revolução: maçonaria e judaísmo	Léon de Poncins	1931
O que vi em Moscovo	Henri Béraud	1931
Moscovo sem máscara	Joseph Douillet	1931
O paraíso moscovita	Paul Marion	1931
A Rússia núa	Panait Istrati	1931
Soviets	Panait Istrati	1931
A rumo de outra luz	Panait Istrati	1931
O inferno russo. O trágico fim dos Romanoff	V. Nicolaevicht	1931
O mundo comunista	Gustave Gautherot	1931
A tragédia de Ekaterimburgo: relato impressionante do assassínio da família imperial russa	W. Aureli	1931
A noite que vem do Oriente	Sérgio de Chessin	1932
A virgem vermelha do Kremlim	Ch. Lucieto	1932
A onda vermelha: bolchevismo e comunismo (regime de	Sem autor (folheto apócrifo)	1934

[67] A editora *Livraria do Globo*, de Porto Alegre, foi fundada em 1883. Nas primeiras décadas do século XX, publicou algumas obras de autores regionais, traduções da literatura universal e manuais didáticos. Em 1930, intensificou a produção de livros e procurou diversificar o mercado com coleções de baixo custo e grandes tiragens, o que lhe trouxe bons resultados. Entre 1931 e 1933, aparecem outras coleções, dentre elas a *Coleção Globo, Inquéritos sobre a Rússia*. Cf. Torresini, 2004, p. 09. Sobre a divulgação desses livros pelo Brasil afora, observamos que, em 1934, Henrique Bertaso, um dos sócios dessa editora, viajou pelo Brasil com a intenção de ampliar a rede de comercialização do Globo, indo a São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Natal, cidades onde ele nomeou diversos representantes locais e visitou os principais jornais. Nessa empreitada, estendeu a rede de distribuição até o Nordeste do Brasil, onde as edições do Globo receberam uma grande acolhida. Cf. Bertaso, 1993, p. 24.

[68] Por essa coleção foram lançados os seguintes títulos até o ano de 1932: *No país dos soviets*; *A Tchéka*, *Como matei Rasputine*; *As forças secretas da revolução: maçonaria e judaísmo*, *O que vi em Moscovo*; *Moscovo sem máscara*; e *A noite que vem do Oriente*. Cf. Motta, 2002, p. 10.

sangue... de fome... de escravidão)		
O perigo mundial: judaísmo e comunismo	F. Luiz Wist	1935
Espírito e fisionomia do bolchevismo	René Füllöp-Miller	1935

FONTE: SILVA, 2001; MOTTA, 2002. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Com relação às obras anticomunistas dos escritores brasileiros, produzidas entre 1930 e 1933, conseguimos arrolar as seguintes:

QUADRO III – OBRAS ANTICOMUNISTAS NACIONAIS (1930-1933)

TÍTULO	AUTOR	ANO
O communismo russo e a civilização Christã	João Batista Becker (Dom)	1930
Tempestades. O bolchevismo por dentro	Pedro Sinzig (Frei)	1931
As falsas bases do communismo russo	Alfredo Severo dos S. Pereira	1931
Direito de família dos soviets	Vicente Rao	1931
A questão social e a República dos soviets	Alberto de Britto	1932
A bandeira de sangue (combatendo o communismo)	Alcibíades Delamare	1932
A sedução do comunismo	Everardo Backheuser	1933
A Rússia dos sovietes	Vicente Martins (Monsenhor)	1933
O comunismo caminha no Brasil	Sampaio Doria	1933

FONTE: SILVA, 2001; MOTTA, 2002. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Como se pode observar pelos títulos, a experiência soviética ainda sobressaía como representação anticomunista, contudo tais escritas remetem a uma perspectiva de que o comunismo deixava de ser um problema remoto e passava a ser considerado uma ameaça imediata.[69] Segundo Motta (2002, p. 10), o aumento do temor à "ameaça comunista" pode ser percebido na "apresentação" ou "prefácio" das obras, onde é perceptível a preocupação de apresentar ao público brasileiro as "mazelas" do comunismo na tentativa de dificultar o proselitismo do PCB.

Como já dito anteriormente, Silva (2001, p. 15-16) defende a tese de que os elementos inerentes aos discursos anticomunistas no Brasil não foram criados pelas elites brasileiras dos anos 30, sendo mesmo anteriores à Revolução de Outubro de 1917. Contudo, a autora delimita esse período (1931-1934) como recorte temporal de sua pesquisa "(...) por considerá-lo importante na constituição do anticomunismo que tomava como referencial um elemento muito repetido, que era o perigo de uma revolução mundial como conseqüência do que ocorrera na

[69] Essas obras se detiveram a repetir os argumentos utilizados pela literatura européia anticomunista, sendo comum identificar erros factuais graves (confusão de datas e de nomes) sobre os fatos ocorridos na URSS. Cf. Motta, 2002, p. 10.

Rússia Soviética". Ou seja, de acordo com o seu entendimento, foi a partir de 1930 que se articulou de forma intensa o forjamento de representações em torno do "perigo comunista" para justificar projetos políticos totalitários.

Ainda sobre os primeiros anos da década de 1930, é importante registrar que esse significativo crescimento do comunismo e dos anticomunismos também contribuiu para o surgimento e o fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), um partido de inspiração fascista organizado por Plínio Salgado em 1932. Sendo que, além da luta contra o comunismo, o

> Seu surgimento correspondeu a um contexto mundial de crescimento das idéias autoritárias e reação antiliberal, fenômeno relacionado à crise decorrente da Grande Guerra e ao *crack* de 1929. Entendendo que o capitalismo liberal não apresentava alternativas para a solução dos problemas, um número crescente de lideranças passou a aceitar os argumentos dos fascistas e autoritários de vários matizes, defensores de uma transformação que, em essência, levaria à constituição de um Estado forte e interventor. (MOTTA, 2002, p. 11).

Esta tendência européia foi incorporada pelos integralistas brasileiros (AIB), que também passaram a entender que a origem dos problemas do mundo moderno estava no capitalismo liberal (liberalismo), já que o consideravam como responsável pela destruição da "ordem tradicional" e por ter lançado a sociedade "no caos das lutas de classes" (IDEM), fazendo, assim, surgir o comunismo.

Deste modo, os integralistas passaram a defender a proposta de que seria necessária a destruição do liberalismo e do comunismo para que existisse uma sociedade harmônica. Ao mesmo tempo, eles procuraram canalizar o medo crescente ao comunismo a seu favor, propagandeando que apenas a sua ascensão ao poder seria capaz de salvar do comunismo os valores por eles considerados supremos ("Deus, Pátria e Família"). Nesse sentido, observamos que o anticomunismo passou a ser uma das marcas constantes na propaganda integralista, assumindo, portanto, mais uma nuance discursiva.

Conforme já mencionado anteriormente, Motta (2002) analisa que a "primeira grande 'onda' anticomunista" no Brasil ocorreu entre os anos de 1935 e 1937, considerando que o principal contribuinte para a emergência desse quadro foi o expressivo crescimento que vinha sendo experimentado pelo PCB, desde o ingresso de Luiz Carlos Prestes e culminando com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935.

A criação dessa frente antifascista, que reuniu esquerdistas e comunistas de diferentes matizes, possibilitou o desdobramento das ações antifascistas e recrudesceu ainda mais o clima político do período entre aliancistas e integralistas, resultando na Lei de Segurança Nacional, de abril do mesmo ano, com dispositivos que previam a repressão pelo governo àqueles movimentos. O rápido crescimento da ANL, que tinha entre os pontos principais de seu programa o antifascismo, o antiimperialismo e a crítica ao latifúndio, levou-a a ser considerada ilegal (julho de 1935).[70] Essa sua considerável aceitação pela sociedade civil, sobretudo entre militares, estudantes, intelectuais e trabalhadores, provocou os setores conservadores que, de imediato, passaram a representá-la como perigosa.[71] "A propaganda conservadora certamente exagerou no tom anticomunista, apresentando a frente apenas como mero apêndice do PCB e omitindo o papel dos militantes de orientação ideológica diversa" (MOTTA, 2002, p. 183).

Após o fechamento da ANL, houve uma baixa na propaganda anticomunista, apenas sendo continuada pelos setores católicos e integralistas, sendo retomada de forma intensa após o advento do levante comunista de novembro de 1935, considerado o maior responsável pelo recrudescimento e consolidação do anticomunismo no país.[72] Depois da repressão ao movimento, o governo procurou fortalecer a "onda" anticomunista por meio das representações propagandeadas, bem como pelas ações legais implementadas como instrumentos de repressão aos militantes comunistas. A propósito dos conteúdos das representações anticomunistas construídas sobre o levante, é interessante observar que

> Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram os argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da "Intentona Comunista". O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas

[70] Sobre o debate em torno da inadequação da teoria da revolução brasileira à realidade nacional, consultar Prado Júnior, 1966.
[71] Na ocasião em que foi fechada, a ANL tinha 1.500 núcleos espalhados pelo Brasil, com mais de 100.000 adeptos. Na capital federal, eram aproximadamente 50.000 aliancistas. Cf. Motta, 2002, p. 183.
[72] Tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, realizado em novembro de 1935, pelo PCB em nome da Aliança Nacional Libertadora. Para um maior aprofundamento dos meandros desse movimento, ver Motta, 2002.

> aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias de revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da "ideologia malsã". O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. No início dos anos 1960 já encontramos o mito cristalizado, contendo uma narrativa consolidada acerca de "35". (MOTTA, 2002, p. 76).

Para Motta (2002, p. 13), essa propaganda encontrou todo um "terreno preparado", pois o conjunto de representações anticomunistas fixado entre 1930 e 1935 forneceu uma consistente base de argumentos a serem aproveitados na ofensiva pós-"Intentona".[73]

No que diz respeito às ações institucionais exercidas pelo governo na repressão aos comunistas, cabe destacar a aprovação, ainda em novembro, do Estado de Sítio, ampliando os poderes do Executivo federal e de Getúlio Vargas, que foi confirmado no poder até 1937, assim como a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), para julgar os envolvidos no levante de 1935.[74]

> Em suma, poucos meses após a insurreição de 1935, um vagalhão anticomunista havia se formado, trazendo em seu bojo dois desdobramentos principais. De um lado, as forças conservadoras articularam uma reforma institucional que armou o Estado com um formidável dispositivo de repressão, num processo correlato de fortalecimento do poder central. De outro, o pavor aos "vermelhos" deu origem a uma formidável campanha anticomunista, responsável por consolidar, em pouco tempo, um imaginário que associava o comunismo ao "mal" (demônio, doença, violência, imoralidade e etc.). (MOTTA, 2002, p. 213-214).

No período posterior ao fracassado golpe comunista, iniciaram-se as perseguições aos militantes comunistas, bem como se intensificaram as campanhas anticomunistas, agora justificadas não mais por ter no comunismo uma ameaça distante, mas como uma força "real". Apesar dos quadros do PCB terem decaído nos anos seguintes, bem como, conseqüentemente, a difusão das

---

[73] Apesar do combate ao comunismo ter sido marcado por influências internacionais, essa recepção dos discursos anticomunistas se deu de forma "seletiva" ("algumas ideias eram mais bem recebidas que outras e, portanto, eram mais enfatizadas), ou seja, o anticomunismo brasileiro tinha uma dinâmica própria. Ao mesmo tempo, surgiram "elaborações originais", como é o caso do imaginário elaborado sobre o movimento de 1935, a "Intentona Comunista". Cf. Motta, 2002, p. 02.

[74] Em janeiro de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função era fazer investigações sumárias em atividades consideradas de subversão à ordem, auxiliando o executivo a localizar os elementos "perigosos". Cf. Motta, 2002, p. 205.

ideias comunistas, essas campanhas anticomunistas se intensificaram baseadas, em grande medida, na criação de mitos a fim de justificarem os atos do governo. Tais campanhas recrudesceram, sobretudo, após a divulgação do arquitetado Plano Cohen, que é considerado um dos principais componentes do golpe que reafirmou Getúlio Vargas na presidência do país, em 10 de novembro de 1937.[75] Assim, o anticomunismo se converteu em uma das bases de sustentação do Estado Novo (1937-1945): "As autoridades mantiveram vigilância cerrada sobre as ações dos comunistas ainda em liberdade e o combate propagandístico aos 'vermelhos' foi uma preocupação constante". (MOTTA, 2002, p. 229).

1.2.3 OS ANTICOMUNISMOS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O anticomunismo, enquanto tema de investigação no campo da história e áreas afins, recebeu nas últimas três décadas significativa acolhida acadêmica no Brasil, embora ainda sejam considerados poucos os estudos que se proponham a analisá-lo como um todo.[76] Até então, o anticomunismo era citado em parte da historiografia política brasileira como algo secundário em favor de outros aspectos do campo político.[77]

Segundo Rodeghero (2007), já se é possível falar em um "anticomunismo brasileiro", tendo em vista que esse número de pesquisas realizadas sobre o tema, nos últimos anos, permite detectar as peculiaridades desse fenômeno, bem como a sua importância na história contemporânea do país. Diz ela que

> Nas últimas duas décadas, pesquisadores ligados aos programas brasileiros de pós-graduação em História ou áreas afins produziram uma série de trabalhos centrados no tema do anticomunismo. Talvez pelas reflexões que se tornaram possíveis e necessárias devido à crise do "socialismo real", talvez pelo redirecionamento do olhar do historiador, ou

[75] Em 30 de setembro de 1937, quando se aguardavam as eleições presidenciais para janeiro de 1938, o governo de Vargas denunciou a existência de um suposto plano comunista de tomada do poder. Imediatamente esse plano passou a ser utilizado pelo governo federal com o objetivo de aterrorizar a sociedade civil e, assim, justificar um golpe de Estado que permitiria a Vargas continuar no poder.

[76] Ao todo, conseguimos catalogar quarenta e cinco trabalhos que tematizam o anticomunismo entre 1986 e 2010.

[77] O anticomunismo no Brasil não foi tema exclusivo de pesquisadores brasileiros, historiadores estadunidenses também já se detiveram a analisá-lo. Cf. Dulles, 1977 e 1985. Também existe outra pesquisa de brazilianista que não tem o anticomunismo como tema central, mas destaca-o ao final. Cf. Hilton, 1986.

> pelo desejo de compreender melhor as raízes das experiências democráticas e autoritárias pelas quais o Brasil passou no século XX, criou-se um ambiente e uma demanda para trabalhos no tema do anticomunismo. (RODEGHERO, 2007, p. 15).

As recentes pesquisas que assumem o anticomunismo como objeto central de suas preocupações, procuram perceber, sobretudo, as várias nuances pelas quais ele foi instrumentalizado para legitimar reações conservadoras em diferentes momentos da história política brasileira.

Nesse sentido, o trabalho de Ferreira (1986), realizado no campo das Ciências Sociais, se constitui como o pioneiro na discussão mais específica do anticomunismo no Brasil, onde o autor procura entender a estrutura argumentativa dos discursos anticomunistas do Exército brasileiro, principalmente os proferidos pelos generais durante as cerimônias de aniversário realizadas em homenagem aos soldados mortos na "Intentona Comunista", entre 1935 e 1985. Os rituais dessas comemorações também foram objeto de análise. No campo da historiografia, esse pioneirismo foi levado a efeito por Diehl (1987) que, na sua pesquisa sobre os Círculos Operários no Brasil, observa que os mesmos foram criados, em grande medida, para combater o comunismo junto aos operários católicos e, ao mesmo tempo, para servir de base à elaboração do corporativismo presente na organização do Estado Novo e na Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT). Para ele, o anticomunismo do circulismo não significou "(...) apenas a negação dos objetivos e táticas comunistas, mas a elaboração de valores e posturas políticas incorporadas à cultura político-partidária brasileira". E, assim, "(...) desautorizou o comunismo de ser uma alternativa política aos regimes tradicionais, além de perpetuar um divisor político entre o campo dos que já não são homens (os comunistas), por haverem renegado as características da civilização humana". (DIEHL, 1990, p. 50).[78]

Já Dutra (1990), analisando o imaginário político dos anos 1930, defende a tese de que o anticomunismo surge no Brasil apenas nos momentos seguintes à formação da Aliança Nacional Libertadora (1935) quando, então, diferentes setores sociais passaram a se utilizar das representações em torno do comunismo e do anticomunismo como base para a construção do totalitarismo do

[78] Ainda identificamos o registro bibliográfico de um terceiro trabalho produzido na década de 1980 que tematiza o anticomunismo, contudo, não tivemos acesso ao mesmo. Trata-se de Vieira, 1989.

Estado Novo (1937). Cancelli (1991) também investiga o anticomunismo ao debater o aparelhamento da polícia entre 1930 e 1937, observando que o governo Vargas se utilizou do comunismo como justificativa para o desencadeamento de medidas de centralização e de repressão para prevenção da ordem e da estabilidade social.

No ano seguinte, apareceram mais dois trabalhos: Azevedo (1992), que pesquisou o anticomunismo em documentos da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, durante o governo Dutra (1946-1950); e Molinari Filho (1992), que também contribuiu para os estudos em torno do tema, sobretudo por destacar a importância dos jornais como fonte de pesquisa sobre o anticomunismo, ao eleger o jornal *Estado de São Paulo* como fonte central de sua análise, evidenciando que o anticomunismo aparecia nas páginas dessa imprensa conservadora, cuja principal prática era a de contrapor um valor liberal sempre que falava do comunismo, entre os anos de 1930 e 1937.

Quatro anos depois, surgiram mais duas pesquisas: Rodeghero (1996), que estudou o anticomunismo em meio às bases do catolicismo tradicional no Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1964, observando que ocorreu ali a construção de um imaginário anticomunista; e Mariani (1996) que, no campo da Linguística e fazendo uso da análise de discurso como método de abordagem, fez uma profunda pesquisa a propósito das formações discursivas presentes nos jornais cariocas sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus adeptos, entre os anos de 1922 e 1989, aventando a “eficácia da imprensa sobre o político”, onde o discurso jornalístico “(...) acaba assegurando um mundo semanticamente estável, onde o Bem é o anticomunismo em função dos consensos, explicações com encadeamentos de causa e efeito etc., que vão sendo organizados”. (MARIANI, 1998, p. 122).

Silva (1998), analisando os imaginários anticomunistas brasileiros entre 1931 e 1934, tem o mérito de desenvolver um estudo que se coloca como contraponto às pesquisas anteriores, tendo em vista que ela evidencia a existência de campanhas anticomunistas centradas na construção da ideia de “ilusão comunista” antes mesmo da “Intentona Comunista”. Assim, para a autora, o anticomunismo teve sua fase de gestação antes de 1935, durante o Governo Provisório de Vargas, e os fatos posteriores representariam apenas uma

radicalização de um processo que já vinha se desenvolvendo: “Estas campanhas nos indicam que não podemos supervalorizar o período a partir de 1935, descaracterizando as disputas anteriores, parte do mesmo processo” (SILVA, 2001, p. 31-32).

O último trabalho dessa década é o de Medeiros (1999) que, tendo como problema central de seu estudo o questionamento sobre quais eram as formas de “exercício de poder” da Igreja Católica de Alagoas, entre as décadas de 1940 e 1960, observou a ação social assumida por essa instituição e o discurso anticomunista eclesial como tendo desempenhado significativa importância para enraizar no imaginário popular concepções sobre os comunistas, criando, assim, parte das condições para o golpe militar de 1964.

O trabalho precursor da década seguinte é o de Motta (2000), que, abarcando um longo marco temporal (1917-1964), procurou estudar a história dos anticomunismos no Brasil, da Revolução Russa até o golpe de 1964, ressaltando que, ao longo desse tempo, o imaginário anticomunista viveu duas grandes “ondas”, quando, então, foi instrumentalizado para a legitimação, instalação e efetivação do Estado Novo, em 1937, e para o Golpe Militar, em 1964. Uma das questões centrais do trabalho de Motta é a análise sobre o movimento comunista de 1935, em que o autor investiga a sua posterior construção enquanto “Intentona Comunista”, bem como a sua utilização nos referidos golpes de Estado. No mesmo ano, Lima (2000) também desenvolve pesquisa tendo como objetivo perceber a atuação dos comunistas em Uberlândia e noutras cidades do Triângulo Mineiro, no período de 1945 a 1954, com destaque para as formas como algumas instituições e a imprensa local investiram no anticomunismo contra as pretensões dos comunistas a fim de preservar os interesses das elites de plantão.[79]

Privilegiando o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte principal de sua pesquisa, Negrão (2001) desenvolve um estudo evidenciando a intervenção existente dos censores e repressores do governo Vargas na imprensa escrita e falada, entre 1930 e 1939. Mas a questão central de sua tese é a percepção de como esse jornal se prestou como instrumento político do Estado autoritário

[79] Também identificamos, datado desse mesmo ano, mais um registro bibliográfico que tem por tema o anticomunismo, porém não tivemos acesso ao mesmo. Trata-se de Oliveira, 2000.

varguista na construção de mitos políticos, sobretudo no que diz respeito à publicação das imagens da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que procuravam ratificar a representação de que os comunistas eram o "mal" e a "desagregação da civilização", bem como a ideia de que Vargas seria o "Salvador" responsável por livrar o Brasil do comunismo internacional.[80]

Em 2002, Rodeghero retomou o tema do anticomunismo e procurou compreendê-lo a partir da ótica da sua recepção por dois grupos distintos entre 1945 e 1964, a saber: funcionários do corpo diplomático estadunidense que atuavam no Brasil; e fiéis e o clero da Igreja Católica do Rio Grande do Sul. A autora procurou identificar como os primeiros avaliavam as campanhas anticomunistas em curso no país e quais eram as leituras realizadas pelos segundos sobre o anticomunismo para, assim, reconstruir e comparar as visões elaboradas pelos mesmos a respeito do tema. Ela também ampliou seu enfoque no sentido de entender o anticomunismo como um fenômeno nacional, não obstante a última parte de a pesquisa ser dedicada ao Rio Grande do Sul.

A partir de então, e tomando como referência esses trabalhos sumariamente apresentados, uma profusão de projetos de pesquisas sobre o anticomunismo foi desenvolvida a partir dos vários programas de pós-graduação em História ou áreas afins do Brasil, alguns deles analisando as especificidades do fenômeno em alguns dos estados do país. Abaixo, segue uma relação onde aparecem vinte e sete das pesquisas que conseguimos identificar.

QUADRO IV – PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O ANTICOMUNISMO (2002-2010)

Autor	Título	Trabalho/cidade/IES/ano
Antônio Cícero Cassiano Sousa	Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969)	Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
Andrea Beatriz Wozniak Gimenez	O medo da "Revolução Social" na "Terra dos Pinheirais": imaginário anticomunista na sociedade curitibana (1947-1964)	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
Maria Isabel de Moura Almeida	O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964	Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.
Ângela Flach	"Os vanguardeiros do anticomunismo": o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia

[80] Nesse mesmo ano, também foram defendidas duas dissertações, contudo não conseguimos ter acesso às mesmas: Vital Junior, 2001 e Baptista Junior, 2001.

	1966)	Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
Marcos Gonçalves	“Os arautos da dissolução”: mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil (1941-1947)	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. .
Rodrigo Santos Oliveira	“Perante o tribunal da história”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004
Lorena Beghetto	O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas *Seleções do Reader’s Digest* (1946-1960)	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
Roberto Baptista Junior	Brasil e suas relações com Uruguai, Argentina, Chile e Estados Unidos na repressão e cooperação frente ao comunismo internacional (1945-1964)	Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
Lenita Jacira Farias Raad	“... denunciando os males do comunismo”: o anticomunismo na revista Seleções *Reader"s Digest* (1950-1960)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
José Aloísio Martins Pinto	“Serventuários das trevas": os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922-1932)	Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
Francis Wellington de Barros Andrade	Igreja Católica e comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
Alexandre Busko Valim	Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954)	Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
Silvio Luiz Gonçalves Pereira	Seleções *Reader"s Digest*. 1954 – 1964. Um mapa da intolerância política	Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
Faustino Teatino Cavalcante Neto	O PCB paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na fase da “redemocratização” (1945-1953)	Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2006.
Célia Maria Groppo	Ordem no céu, ordem na terra: a revista “A Ordem” e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
Eduardo de Souza Soares	A máscara e o rosto de Chaplin: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936 – 1949)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
Célio Roberto de Araújo	O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

Cristiano Cruz Alves	“Um espectro ronda a Bahia”: as manifestações anticomunistas na imprensa (1930-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
Marylu Alves de Oliveira	Cruzada antivermelha: democracia, deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.
Pâmella Passos Deusdará	Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
Edgar Bruno Franke Serratto	A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.
Sandra Regina Barbosa da Silva Souza	Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis	Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
Maristel Pereira Nogueira	O anticomunismo nos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Última Hora*. Uma perspectiva de análise	Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
Verônica Karina Ipólito	É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.
Marco Antônio Machado Lima Pereira	“Guardai-vos dos falsos profetas”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010.
Martina Spohr Gonçalves	Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
Lindolfo Anderson Martelli	Escatologia e anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

Quadro elaborado pelo autor do texto.

No seu conjunto, essas teses e dissertações tiveram a preocupação de analisar a presença do anticomunismo brasileiro, sobretudo a partir de suas distintas matrizes, a saber: a imprensa (jornais e revistas) com Gimenez (2003), Almeida (2003), Gonçalves (2004), Cavalcante Neto (2006), Alves (2008), Oliveira (2008); Deusdará (2008), Nogueira (2009) e Gonçalves (2010), sendo que Beghetto (2004), Raad (2005) e Pereira (2006) se dedicaram exclusivamente à revista Seleções *Reader"s Digest*. Outros trabalhos abrangeram uma diversidade de enfoques: a Igreja Católica com Pinto (2005), Andrade (2006), Groppo (2007),

Araújo (2008) e Pereira (2010), e a Igreja Assembléia de Deus com Martelli (2010); o cinema com Sousa (2002), Valim (2006) e Soares (2008); o integralismo com Oliveira (2004) e Serratto (2008); o exército com Souza (2009) e Ipólito (2009); o governo com Baptista Júnior (2005); e o partido político com Flach (2003).

Para além das pesquisas que pretenderam investigar o anticomunismo em nível de Brasil, constatamos autores/as que se propuseram pensar as peculiaridades do fenômeno nas regiões do país: o Sul com Gimenez (2003) em Curitiba e Ipólito (2009) no Paraná; Flach (2003) no Rio Grande do Sul e Nogueira (2009) em Porto Alegre; o Centro Oeste, com Almeida (2003) em Goiânia; e o Nordeste com Pinto (2005) em Fortaleza, Cavalcante Neto (2006) na Paraíba, Oliveira (2008) no Piauí e Araújo (2008) e Alves (2008) na Bahia.

No geral, tais estudos fazem o arrolamento de grupos ou instituições que se dedicaram às campanhas contra os comunistas pelo Brasil afora (tais como a imprensa, as igrejas, o cinema, o integralismo, o exército, o governo e o partido político), que tiveram como principal preocupação a constituição de um imaginário anticomunista na sociedade para, assim, se garantirem no poder através de projetos autoritários. Partindo de um conjunto de fontes deixadas pelas campanhas desenvolvidas por esses grupos e instituições (jornais, revistas, livros, filmes, legislação, etc.), a maioria dos autores não se deteve a investigar o anticomunismo no Brasil como uma tradição política decorrente dos acontecimentos que se seguiram à Revolução Russa de 1917. Dos quarenta e cinco estudos identificados em nossa análise, quatro tomaram como início de seus recortes temporais a década de 1920, quinze a de 1930, quinze a de 1940, dois a de 1950 e oito a de 1960. Coube apenas ao trabalho de Motta (2002) o mérito de pensar que o anticomunismo tem seus fundamentos instituídos no país a partir de 1917. Logo, constatamos que o maior número de autores pensou esse fenômeno apenas em momentos específicos da história brasileira, quando o mesmo foi assumido em campanhas que levaram a grandes mobilizações, como

no caso do Estado Novo (1937), da redemocratização de 1945 e do golpe militar de 1964.[81]

Essa breve análise sobre a historiografia política do anticomunismo se fez pertinente para que pudéssemos identificar e extrair lições conceituais que nos auxiliassem ao longo de nossa escrita, bem como para assentar o que faríamos de forma diferente no tocante aos autores alistados. Assim sendo, destacamos que a presente tese, além de ser inédita, já que, até então, inexistiam pesquisas específicas sobre o tema na historiografia paraibana, pretendeu perceber que os elementos intrínsecos ao anticomunismo não foram criados pelas elites políticas e intelectuais paraibanas dos anos seguintes a 1930, mas remetem a uma lógica autoritária anterior a isso, ou seja, escolhemos estudar a disseminação desse imaginário observando-o a partir de 1917, procurando entender o processo que gerou e reivindicou essa tradição política.

[81] Essa diversidade de estudos também aponta para a possibilidade de se traçar um perfil comparativo do anticomunismo no país. A nosso ver, uma análise nesse sentido extrapolaria os limites propostos para o nosso trabalho.

2. A IGREJA CATÓLICA E A "DIABOLIZAÇÃO" DO COMUNISMO NA PARAÍBA

De acordo com o já anunciado no capítulo anterior, os autores que discutem o conceito de anticomunismo, aconselham a problematizá-lo como um fenômeno plural e resultante da cooperação conjunta de grupos políticos e projetos diversos, cujo ponto em comum é a rejeição ao comunismo. Motta (2002, p. 15) diz que essa ação conjunta "(...) contribuiu para nuançar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas", contudo assegura que, por meio de uma observação cautelosa, é possível perceber as suas especificidades. É seguindo esse entendimento que Rodeghero (1998, p. 43), ao analisar o anticomunismo católico, diz que o mesmo deve ser entendido como mais um dos componentes que compreendem o conjunto maior, já que se é possível detectar nele especificidades que o distinguem dos demais, "(...) relacionadas com o modo como a Igreja Católica, ao longo do tempo, interpretou a questão".

Quando Malatian (2003) propõe pensar o anticomunismo na cultura política do Ocidente como tendo raízes anteriores à Revolução de Outubro de 1917, ela o destaca como conseqüente do discurso católico ultramontano, ferrenhamente antiliberal e hegemônico no século XIX.[82] Assim, cabe perceber o anticomunismo católico como sendo procedente de sua posição frente ao Ocidente que se fez moderno e ao seu resultante processo de laicização e secularização.[83] A partir de então, a Igreja Católica assumiu uma posição de combate a essas questões do

[82] O ultramontanismo refere-se à doutrina política católica surgida na França, na primeira metade do século XIX, que buscava em Roma a sua principal referência, reforçando e defendendo o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

[83] Após a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa, se operou um conjunto de mudanças na esfera política, econômica e social, ganhando força a forma de pensamento *moderna*, onde se passou a valorizar o indivíduo, a subjetividade, a experiência e a atividade crítica, em detrimento das instituições e dogmas estabelecidos, que eram a base da ordem social medieval e do pensamento escolástico. Foi nesse quadro que foi se configurando o *laicismo*, uma cultura leiga que se desenvolveu desde a Renascença e que procurou a gradual separação política entre o Estado e a Igreja, bem como a liberdade individual em relação ao Estado e à própria Igreja. Por *secularização* se entende as mudanças ocorridas nos campos social e cultural, mudanças essas transcorridas em meio à transição das sociedades patriarcais e rurais para as sociedades industrializadas e urbanas, quando, então, se processou uma significativa redução do peso social da religião sobre a sociedade; ou seja, compreende-se por *secularização* o processo de perda progressiva dos valores cristãos sobre a vida humana. O liberalismo, a democracia, o anarquismo e o socialismo foram movimentos político-sociais e culturais do século XIX que contribuíram para a laicização do Estado e para a secularização da sociedade. Cf. Rodeghero, 1998, p. 44-45.

mundo moderno e aos seus movimentos intelectuais, contexto esse em que se observa também a sua reação ao comunismo, que passou a ser entendido como um dos desdobramentos da modernidade.

Assim, o Papado passou também a abordar a temática comunista, condenando-a oficialmente a partir do final da primeira metade do século XIX, por meio de suas Cartas Encíclicas.[84] O papa Pio IX (1846-1878) foi o primeiro a se referir ao comunismo em sua *Qui pluribus* (09 de novembro de 1846), onde o representou como "doutrina funesta" e como sendo "(...) sumamente contrário ao próprio direito natural, a qual, uma vez admitida, levaria à subversão radical dos direitos, das coisas, das propriedades de todos e da própria sociedade humana", dizendo ainda que "(...) travestidos de ovelhas, os comunistas camuflariam o ímpeto de lobos vorazes para melhor dissuadir os homens do culto religioso, dilacerando as ovelhas do Senhor." (PIO IX, 1999, p. 83-84 e 89). Esse documento apareceu dois anos depois que Marx anunciou a orientação anti-religiosa do comunismo, considerando a religião como "ópio do povo". (MARX, 2005, p. 145).

Em 1848, o Manifesto Comunista listou o papa, o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e a polícia alemã como os "poderes da velha Europa", reunidos numa "Santa Aliança", cuja principal missão seria exorcizar o "espectro do comunismo". No ano seguinte, Pio IX voltou a expor e a condenar os princípios das doutrinas socialistas e comunistas na encíclica *Noscitis et Nobiscum (*08 de dezembro de 1849), considerando-os como "Transtorno absoluto de toda a ordem humana" e que "(…) os principais autores desta intriga tão abominável não se propõem outra coisa senão impelir os povos, agitados já por toda classe de ventos de perversidade, ao transtorno absoluto de toda a ordem humana das coisas, e entregá-los aos criminosos sistemas do novo socialismo e comunismo." (PIO IX, s/d, p. 121).

A partir da leitura desses documentos papais se verifica que o combate ao comunismo se constituiu em um componente a mais na posição que a Igreja já vinha desenvolvendo frente aos processos de laicização e de secularização então evidentes na Europa moderna. Tal constatação da reprovação ao socialismo e ao

[84] Esses documentos papais são considerados uma das principais fontes doutrinárias da Igreja Católica e eram dirigidos aos seus bispos e cardeais que, por sua vez, faziam-nos chegar aos padres e estes, aos paroquianos.

comunismo, de forma melhor sistematizada, é verificada na encíclica *Quanta Cura* (08 de dezembro de 1864), acompanhada do famoso *Syllabus errorum,* onde se condenou dezesseis proposições que contrariavam a visão católica da época: panteísmo, naturalismo, racionalismo, indiferentismo, socialismo, comunismo, franco-maçonaria, dentre outras formas de liberalismo religioso, tidas como incompatíveis com a religião católica. Procurava a Igreja denunciar o desejo do "funesto erro do comunismo" de eliminar a religião do âmbito familiar.

Observa-se que essas posições da Igreja Católica tenderam a se tornar mais evidentes na medida em que cresceram os movimentos comunistas e socialistas na Europa, intimamente ligados à *questão social* gerada pela Revolução Industrial e às divulgações das teorias revolucionárias de Marx, sobretudo a partir da publicação do primeiro volume de *O Capital* (1867). Assim, os pronunciamentos papais passaram a focalizar, ao mesmo tempo, a condenação do socialismo e do comunismo, bem como a necessidade de uma reforma econômica e social para equilibrar o descontentamento dos trabalhadores europeus. Em março de 1870, um *postulatum* do Concílio Vaticano I (1869-1870) reconheceu abertamente o "mal do socialismo" e exigiu deste mesmo Concílio o esclarecimento dos conselhos da Igreja no que tange à relação entre empregador e empregado.

Todavia, foi Leão XIII (1878-1903) o papa que mais procurou acusar o liberalismo anticlerical e o capitalismo como culpados pelos infortúnios vividos pelos operários, bem como associar os problemas causados pelo laicismo com aqueles relacionados ao comunismo. Na encíclica *Quod Apostolici Muneris - Sobre o socialismo e comunismo* (28 de dezembro de 1878), ele abordou as questões relacionadas ao socialismo e ao comunismo, enfatizando que as procedências do laicismo e das doutrinas que se alimentavam do comunismo, encontravam-se no Renascimento. Disse que os socialistas, os comunistas e os niilistas eram uma "(...) peste mortal que se introduz como a serpente por entre as articulações mais íntimas dos membros da sociedade humana, e a coloca num perigo extremo", considerando ainda que

> (...) esta seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros se chamam socialistas, comunistas ou nihilistas, e que, espalhados sobre toda a superfície da terra, e estreitamente ligados entre si por um pacto de iniqüidade, já não procuram um abrigo nas trevas dos conciliábulos secretos, mas caminham ousadamente à luz do

> dia, e se esforçam por levar a cabo o desígnio, que têm formado de há muito, de destruir os alicerces da sociedade civil. É a eles, certamente, que se referem as Sagradas Letras quando dizem: “Eles mancham a carne, desprezam o poder e blasfemam da majestade” (Jud. 8). (...) nada deixam intacto ou inteiro do que foi sabiamente estabelecido pelas leis divinas e humanas para a segurança e honra da vida. (LEÃO XIII, 1951, p. 03-04).

O pontífice advertia os bispos para que os mesmos instruíssem seus fiéis sobre os “erros” da proposta revolucionária e, sobretudo, para que não ousassem apoiá-la: “É necessário, (...) que trabalheis para que os filhos da Igreja Católica não ousem, seja debaixo de que pretexto for, filiar-se na seita abominável, nem favorecê-la (...)” (IDEM). Para tanto, lembrava que Pio IX já havia combatido por meio de alocuções e encíclicas dirigidas aos bispos de todo o mundo “(...) os esforços iníquos das seitas, como nomeadamente a peste do socialismo, que já irrompia dos seus antros” e que cabia à Igreja ensinar “(...) as doutrinas e princípios cuja verdade consiste em assegurar inteiramente a salvação e tranqüilidade da sociedade e desarraigar completamente o germe funesto do socialismo.” (IDEM, p. 07). No final desta carta, depois de identificar que os “sectários” dessa “doutrinas depravadas” procuravam seguidores entre os trabalhadores, o referido papa sugeria que a Igreja deveria fomentar a criação de sociedades de artífices e operários, cujos associados deveriam aprender a agüentar o trabalho com resignação e se contentar com sua sorte.

Com o mesmo propósito de expor o que considerava como erros do liberalismo, esse papa publicou também a encíclica *Diuturnum Illud* (29 de junho de 1881), onde considerou a Reforma como responsável pelos males da modernidade, da qual havia resultado, por sua vez, as pragas do “(…) comunismo, do socialismo, do nihilismo, monstros horrendos que são a vergonha da sociedade e que ameaçam ser-lhe a morte.” (LEÃO XIII, S/D, p. 16). Ao longo de seu pontificado, Leão XIII manteve-se firme no combate ao que a Igreja Católica considerava como sendo os males da sociedade moderna. Dentre estes, o comunismo se apresentava cada vez mais como evidente.[85]

[85] A encíclica *Humanum Genus* (20 de abril de 1884), que procurava indicar os erros da maçonaria e sua incompatibilidade com a doutrina cristã, dedicou também curta atenção ao comunismo: “Ruína de todas as instituições” “(…) suprimi o temor de Deus e o respeito devido às suas leis; deixai cair em descrédito a autoridade dos príncipes; dai livre curso e incentivo à mania das revoluções; dai asas às paixões populares, quebrai todo freio, salvo o dos castigos, e pela força das coisas ireis ter a uma subversão universal e à ruína de todas as instituições: tal é, em

Em sua mais famosa carta encíclica, a *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), Leão XIII marcou o posicionamento da Igreja em relação à *questão social*, assinalando que os princípios católicos poderiam oferecer uma alternativa tanto ao liberalismo, considerado ineficiente para manter a ordem na sociedade capitalista industrial, como ao socialismo e ao comunismo. Defendeu que "(...) a teoria marxista da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranqüilidade pública." (LEÃO XIII, 1972, p. 28). Assim, o papa partia das seguintes constatações: as soluções marxistas propostas para a *questão social* representavam uma séria ameaça para a religião; os direitos do homem à propriedade privada e à família deveriam ser assegurados; e a teoria da luta de classes deveria ser renegada e substituída pela colaboração entre patrões e empregados.[86]

Motta (2002, p. 20) observa que a grande novidade desse documento "(...) é que agora Leão XIII não se restringe a pedir paciência e resignação aos operários, o que também faz, mas propõe algumas medidas no sentido de minorar o sofrimento dos que trabalham". Para tanto, a solução que se tornava urgente, passaria pela "restauração dos costumes cristãos", bem como pela ação do Estado que deveria passar a atuar "(...) protegendo a propriedade; impedindo as greves; protegendo o trabalho dos operários, mulheres e crianças; limitando as horas de trabalho; assegurando o pagamento do justo salário (...); e garantindo

---

verdade, o escopo provado, explícito, que demandam com seus esforços muitas associações comunistas e socialistas". Cf. Leão XIII, 1955, p. 20-21. Da mesma forma, a Encíclica *Libertas Praestantissimum* (20 de junho de 1888), que expôs sobre os ensinamentos da Igreja a respeito da liberdade natural e moral, considerou "[…] os socialistas e outras seitas sediciosas que trabalham há tanto tempo para arrasar o Estado até aos seus alicerces" Cf. Leão XIII, S/D, p. 16.

[86] Dentre os papas que empreenderam a reação ao mundo moderno, cabe fazer uma observação a Leão XIII, que foi o primeiro a servir-se do conceito de *bem comum*. Afirmou em sua *Rerum Novarum* (1891), que o bem da sociedade é, enquanto tal, superior ao bem dos indivíduos e, em coerência com este princípio, condenou o liberalismo econômico que parecia não opor obstáculos ao uso e à obtenção de riquezas, mas de fato reservava o bem estar aos grupos mais abastados. Igualmente, condenava o socialismo e o comunismo. Contudo, dentre os direitos fundamentais do ser humano, enfatizou o direito ao trabalho e à justa retribuição, além do direito de associação sindical, embora, segundo muitos comentadores modernos, a Igreja da época estivesse condicionada por uma ótica mais corporativa do que sindical em sentido moderno. Assim, a diferença de Leão XIII é que ele vai além da crítica aos comunistas, propondo que a Igreja encare a problemática da relação capital-trabalho e da miséria dos trabalhadores nos contornos da "harmonia entre os fiéis do rebanho de Cristo". Nisto, ele tenta enfrentar a modernidade propondo melhorar as condições de vida dos trabalhadores e não de acordo com a visão de comunidade idílica medieval ainda muito predominante dentro da Igreja de então.

proteção para os velhos, os acidentados e os doentes." (IDEM, p. 20). Ao mesmo tempo, era recomendado pelo papa que se deveria tornar urgente a fundação ou fortalecimento de corporações cristãs de trabalhadores, para que atuassem como peça importante contra a ação dos socialistas e dos comunistas comandados por forças ocultas devotadas ao fim do cristianismo.[87]

Também de acordo com Motta, o despertar da Igreja Católica para a *questão social*, bem como para a proposição de programas visando a sua solução, decorreu, sobretudo, da percepção de que os socialistas e os comunistas ameaçavam aquela instituição, e não apenas de que os mesmos poderiam conquistar o meio operário. Assim,

> A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (MOTTA, 2002, p. 20).

Os temores da Igreja Católica e a sua postura anticomunista se intensificaram, principalmente após a Revolução de Outubro de 1917, quando então o governo soviético passou a adotar políticas de perseguição às instituições religiosas. Sob a alegação de que a Igreja pretendia golpear a revolução, os bolcheviques se empenharam em eliminar a influência religiosa, aprisionando e executando religiosos e fechando templos.[88] Desse modo, o catolicismo se tornou um grande combatente do comunismo ao longo do século XX.

---

[87] De acordo com Diehl (1990, p. 18-19), o liberalismo do final do século XIX terminou por abrir um amplo espaço para que a Igreja Católica pudesse recuperar a sua influência sobre o meio social, sobretudo a partir da orientação católica às associações, partidos e sindicatos, que foram organizados dentro da mística paternalista e moralizados por meio da prática do assistencialismo e do mutualismo.

[88] "Os efeitos da perseguição soviética foram sentidos claramente pela Igreja Ortodoxa russa. Antes de 1917, a Igreja ostentava 54 mil paróquias, 50 mil escolas, mil monastérios e 40 seminários. No fim de 1930, ela tinha perdido virtualmente tudo. Pelo menos 45 mil igrejas ficaram em ruínas, 200 mil padres, monges e freiras foram executados, e mais meio milhão foi aprisionado

O debate sobre a *questão social* foi retomado pelo papa Pio XI (1922-1939) na carta encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931), que aprofundou as recomendações propostas por Leão XIII no sentido de reprovar a ordem capitalista liberal de então e insistir no ponto de que a sociedade deveria ser organizada em sentido contrário ao que o socialismo e o comunismo propunham, por meio de um plano alternativo que pensava substituir a luta de classes por uma organização corporativista da sociedade, que promovesse a harmonização das relações entre patrões e empregados. Ao indicar a interação desses atores sociais por meio da solidariedade como maneira de reestruturar a sociedade, o papa tinha em vista a crescente atração que o socialismo e o comunismo vinham exercendo na sociedade, sobretudo entre os intelectuais europeus.[89] Tendo em vista essa situação, a Igreja Católica se empenhou em recuperar a sua hegemonia européia por meio de dois passos: primeiro, restabelecer o controle cultural sobre a elite dirigente; e segundo, organizar um sistema consensual de sociedade (capital – trabalho).

De acordo com Rodeghero (1998, p. 49-50), essa atitude de combate aos processos de modernização, laicização e secularização, bem como o empenho em assinalar o socialismo e o comunismo como resultantes deste conjunto, não significavam que a Igreja Católica se mostrasse totalmente oposta à sociedade capitalista. O combate dessa instituição ao mundo moderno estava relacionado apenas a alguns pontos (o laicismo, a secularização, a descristianização e, de alguma forma, as injustiças e os conflitos sociais), e se reparados por meio de uma "restauração dos costumes cristãos", o sistema poderia ser aceito. Assim, a Igreja Católica "(...) defendia a manutenção da sociedade capitalista, propondo-lhe apenas alguns remendos; com o comunismo, entretanto, ela não previa qualquer possibilidade de convivência." A autora diz ainda que, nesse sentido, o discurso anticomunista católico pode ter sido instrumentalizado, inclusive, como

---

e deportado na maior onda de perseguição da história do Cristianismo". Cf. Luxmoore; Babiuch, 1999, p. 304.

[89] Segundo Diehl (1990, p. 20), a princípio, essa encíclica pode representar uma continuação das proposições da *Rerum Novarum*, contudo, "(...) o quadro se modifica em função de fatores externos presentes no momento da edição da *Quadragesimo Anno*. Além do liberalismo em crise, temos, nesse momento, o esforço consolidador da Revolução de 1917 e o avanço do fascismo na Itália, razão pela qual a encíclica de 1931 coloca posições mais objetivas, se comparada à de 1891."

um meio de auto-afirmação da Igreja no sentido de mostrar ao mundo capitalista moderno a sua força.

Motta (2002, p. 21) considera que o auge do anticomunismo católico se deu no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939).[90] Durante esse conflito entre os franquistas (monarquistas, católicos conservadores, pequenos grupos fascistas e militares direitistas) e os republicanos (democratas, socialistas, comunistas e anarquistas), a Igreja Católica sentiu-se fortemente ameaçada, já que "(...) o alvo das perseguições anticlericais, desta vez era uma nação católica e não a Rússia ortodoxa."

Esse empenho anticomunista a partir do Vaticano pode ser percebido na carta encíclica *Divini Redemptoris – Sobre o Comunismo Ateu*, de Pio XI (19 de março de 1937), a mais forte declaração anticomunista papal. Nela, o comunismo e a doutrina marxista são vigorosamente abominados por considerarem o homem apenas como matéria e por privarem-no de sua liberdade e dignidade, com especial ênfase na denúncia do caso espanhol. Logo no início desse documento, o papa descreve a respeito da atitude da Igreja frente ao comunismo, enfatizando as condenações de seus precedentes e apresentado os atos de seu pontificado nesse sentido, como segue:

> Também Nós, durante o nosso Pontificado, com freqüente e zelosa insistência temos denunciado as correntes atéias que aumentam ameaçadoramente. Quando, em 1924, a Nossa Missão de Socorro voltava da União Soviética, em alocução apropriada, dirigida ao mundo, Nos declaramos contra o comunismo (18 de dezembro de 1924: A. A. S., vol. XVI, p. 494-495). Em Nossas Encíclicas *Miserentissimus Redemptor* (8 de maio de 1928: A. A. S., vol. XX, p. 165-178), *Quadragesimo anno* (15 de maio de 1931: A. A. S., vol. XXIII, p. 177-228), *Caritate Christi* (3 de maio de 1932: A. A. S., vol. XXIV, p. 177-194), *Acerba animi* (29 de

[90] Em 1931, um grupo de liberais anticlericais e maçons proclamou a Primeira República Espanhola promovendo uma Constituinte, cujos resultados foram considerados insatisfatórios pelas correntes extremistas. A lentidão da direita liberal no poder levantou uma onda anarquista de greves, atentados a bomba, assaltos a quartéis e ocupação de prefeituras, o que, por vez, apavorou a ultra-direita, composta por monarquistas, católicos conservadores, pequenos grupos de tendência fascista e militares direitistas. O estopim da guerra civil foi o resultado das eleições de 1936, que deu uma apertada vitória à esquerda contra a direita. Diante da possibilidade de reformas progressistas a serem empreendidas pela esquerda no poder, os setores ultraconservadores se aliaram e desfecharam um golpe de Estado (17 de julho de 1936), comandado pelos setores conservadores do Exército. O general Francisco Franco assumiu o comando contando com a colaboração da Alemanha nazista e da Itália fascista, já a República contou com o apoio da URSS, através das Brigadas Internacionais. A persistência de ambos os lados na luta pelo poder transformou a tentativa de golpe em guerra civil que durou até a vitória franquista em 1º de abril de 1939. Sobre o anticomunismo católico brasileiro durante a Guerra Civil Espanhola, ver Negrão, 2005.

> setembro de 1932: A. A. S., vol. XXIV, p. 321-332), *Dilectissima Nobis* (3 de junho de 1933: A. A. S., vol. XXV, p. 261-274), levantamos solene protesto contra as perseguições desencadeadas na Rússia, México e Espanha; (...). (PIO XI, 1959, p. 05).

Tendo em vista o assassinato de padres e freiras, bem como a profanação de igrejas e objetos sagrados no decorrer dessa guerra civil espanhola, as instituições católicas empreenderam uma intensa campanha mundial de denúncia contra o comunismo responsabilizando-o pelas "atrocidades" cometidas na Espanha. A esse respeito, a referida carta papal dizia que

> (...) em nossa caríssima Espanha, o flagelo comunista ainda não teve tempo de se fazer sentir todos os efeitos de suas teorias, todavia aí se desencadeou infelizmente com mais violência. Não se abateu uma ou outra igreja, este ou aquele claustro, mas, quando se tornou possível, foram destruídas todas as igrejas, todos os claustros e qualquer vestígio de religião cristã (...). O furor comunista não se limitou a matar Bispos e milhares de Sacerdotes, de religiosos e religiosas, (...); mas fez número muito maior de vítimas entre leigos de todas as classes, que até hoje são, pode-se dizer, diariamente trucidados em massa, pelo fato de serem bons cristãos, ou pelo menos, contrários ao ateísmo comunista. (...). Não pode haver homem privado, que pense sabidamente, nem homem de Estado, consciente de sua responsabilidade, que se não horrorize ao pensar que se possa repetir, amanhã, em outras nações civilizadas, o que hoje acontece na Espanha. (IDEM, p. 12).

Apesar desse documento ter sido elaborado no sentido mais específico de excomungar o comunismo, Pio XI não se desviou de lembrar que o proselitismo comunista estaria sendo eficaz graças ao "(...) terreno preparado pelo liberalismo a-moral e laico". Por fim, ele propunha que, para se combater a disseminação do comunismo, seria necessária a renovação espiritual e a aplicação da justiça social; advertindo os sacerdotes da Igreja que passassem a prevenir a todos os fiéis católicos, sobretudo os operários, sobre o perigo da propaganda comunista, bem como a necessidade de eles defenderem o seu direito de crerem.

Se compararmos com os documentos papais anteriores, observaremos que o aspecto marcante dessa encíclica é o destaque dado à importância de se combater os comunistas. Enquanto as cartas precedentes procuravam orientar no sentido preventivo, Pio XI partia do princípio de que o comunismo já era algo que estava sendo aceito "por tantas multidões de operários" e que, por isso, a luta agora deveria ser menos de prevenção e mais de reação. Também é possível identificar que, nas encíclicas anteriores, o comunismo vinha condenado do

mesmo modo que o socialismo e que, na *Divini Redemptoris*, a condenação ao comunismo assume expressão máxima definitiva: "(...): tratar-se-ia do comunismo, identificado como experiência soviética e baseado no pensamento de Karl Marx." (MOTTA, 2002, p. 22).

Ao se propor a analisar as narrativas anticomunistas católicas no Brasil entre 1930 e 1964, Malatian (2003) procurou matizar as proposições da tese de Motta (2002), segundo as quais o anticomunismo brasileiro é um movimento reativo que teria se fortalecido após a Revolução de 1917 na Rússia. Para tanto, essa autora parte do registro feito pelo próprio Motta em sua escrita de uma "(...) sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo de décadas (...) através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos" (p. XXII) e que se manifesta de modo intermitente ao longo do século XX. E pergunta: "A que atribuir essa sólida tradição anticomunista?" Como resposta, a autora apresenta a sua tese de que essa reação aos movimentos políticos da esquerda (anarquismo, socialismo e comunismo), nas primeiras décadas do século XX, tem como base a releitura das ideias antiliberais da Igreja Católica, tradição essa que remonta ao século XVIII.

Sendo assim, para Malatian, "No Brasil, as manifestações do anticomunismo mais persistentes e organizadas estiveram no âmbito da Igreja Católica (...)." (IDEM, p 176). Apesar de observar a emergência do fenômeno no país a partir de 1917, Motta (2002) também indica o catolicismo como sendo uma das matrizes responsáveis pela utilização e difusão de representações e práticas anticomunistas no Brasil.[91] Sobre isso, vejamos uma terceira opinião:

> No Brasil, pode-se situar o combate católico ao comunismo num conjunto de preocupações que se colocaram à instituição desde a proclamação da República. A Constituição de 1891 consagrara a separação entre Estado e Igreja, o que trouxe novos desafios para esta; da mesma forma, no final do século passado e primeiras décadas deste, tinham se desenvolvido no país movimentos operários de cunho anarquista, socialista e comunista que haviam culminado na formação do PCB, em 1922. Num primeiro momento, as atenções da Igreja voltaram-se para o enfrentamento do laicismo com o objetivo de formação doutrinária das elites e de convencimento dos governantes de que o

[91] De acordo com Motta (2002, p. 17-18), as outras matrizes anticomunistas brasileiras foram o nacionalismo e o liberalismo. "Evidentemente não se trata de uma separação rígida, pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas. Mas isto não altera o fato de que, na origem, os argumentos provêm de tradições de pensamento distintas, identificáveis a partir de um olhar analítico, e que existem divergências apreciáveis separando-as".

> Brasil era um país católico; num segundo momento, a subversão e a materialização do operariado passaram a ser o alvo do seu trabalho. (RODEGHERO, 1998, P. 50-51).

Observamos que, assim como na Europa católica, as preocupações da Igreja no Brasil com o comunismo se desenvolveram a partir das questões que lhe foram postas pela modernidade, a saber, o laicismo e a secularização pretendidos pela recente República.[92] Entre 1890 e 1916, sentindo-se ameaçada e livre da tutela do Estado, a Igreja passou a empenhar-se em consolidar reformas internas que lhe possibilitassem existir numa república secular. Durante as primeiras décadas da República, o discurso católico foi marcado

> "(...) pelo diagnóstico pessimista da realidade nacional, baseado na afirmação de que a falta de religião constituía o ponto crucial da explicação sobre os problemas e debilidades da nação: dependência, ausência de direção política competente, má distribuição da riqueza." (MALATIAN, 2003, p. 181).

Contudo, foi com Dom Sebastião Leme (arcebispo de Recife e Olinda) à frente do grupo católico brasileiro que adveio o modelo da neocristandade e a instituição conseguiu superar os desafios das reformas internas, bem como as dificuldades de lidar com a república secular.[93] A partir dos anos 1920, "A nova missão da Igreja era "recristianizar" a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico." (MAINWARING, 2004, p. 45).

---

[92] Durante o século XIX, a Igreja Católica no Brasil vinha enfrentando problemas que representaram um significativo declínio institucional, contudo, a partir da década de 1850, Roma passou a se esforçar para adquirir maior controle sobre as igrejas nacionais e promover uma presença católica mais marcante dentro da sociedade. Essa nova orientação fez com que a Igreja brasileira procurasse afirmar sua autonomia frente ao Estado, o que gerou problemas com D. Pedro II que, influenciado pelas ideias anticlericais dos círculos liberais, recusou-se a se sujeitar aos bispos ativistas. Essa situação terminou por gerar conflitos que fizeram quebrar os laços oficiais entre Igreja e o Estado em 1890, ruptura essa que foi incorporada à Constituição republicana de 1891. Cf. Mainwaring, 2004, p. 41-42.

[93] Dom Sebastião Leme (1882-1942) foi arcebispo de Olinda e Recife entre 1916 e 1921 e logo ao tomar posse, publicou a carta pastoral que marcou o início de um novo período da história da Igreja no Brasil. "Nela, ele chamava a atenção para a fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira. (...) argumentava que o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade. A Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos." (MAINWARING, 2004, p. 41). Esse cardeal empenhou-se em "recristianizar" a população do país, que, no seu entender, se afastara a cada dia do caminho traçado pela religião.

Permanecendo politicamente conservadora, a Igreja se opôs à secularização, pregou a hierarquia e a ordem, bem como promoveu os interesses que concebia como indispensáveis: a influência sobre o sistema educacional, a moralidade católica e o combate ao materialismo, ateísmo, maçonaria, positivismo, protestantismo, espiritismo e comunismo.

Por esses anos, uma das preocupações centrais da Igreja passou a ser a formação religiosa, sobretudo da elite cultural brasileira, que se efetivou "(...) por meio de uma literatura especializada e da criação de centros de estudos e de órgãos para o engajamento de leigos." (RODEGHERO, 1998, p. 51). Nesse sentido, em 1921, foi criada a revista *A Ordem* (de periodicidade mensal), sob a chefia de Jackson de Figueiredo, cujo principal papel foi o de difundir a doutrina cristã e combater as posições que se colocavam contra a Igreja, e, assim, buscar o apoio da intelectualidade brasileira para a difusão do projeto de "salvação nacional" através da ordem e da moral. Segundo Veloso (1978, p. 158), nessa revista havia a predominância de certos temas, dentre eles "(...) o integralismo, a crítica à burguesia, a questão social, a educação e o combate ao comunismo", todos abordados como resultados do liberalismo e em oposição aos ideais católicos. De acordo com essa autora, "(...) é a partir da denúncia do Estado Liberal que se articula o combate ao comunismo (...). O Estado Liberal, enquanto expressão de poder político burguês, contém em si os elementos que fatalmente conduzirão ao comunismo."

No ano seguinte, Jackson de Figueiredo fundou o Centro Dom Vital, um instituto católico que passou a exercer grande influência na Igreja e na política.[94] Jackson, que era conhecido por expressar um nacionalismo antidemocrático, passou, então, a ser outra figura de destaque na "recristianização" do Brasil, conforme segue:

[94] O Centro Dom Vital, sediado na capital da República, era aconselhado pelo então cardel D. Sebastião Leme e tinha como objetivo atrair a intelectualidade leiga católica brasileira, para tanto, havia semanalmente reuniões, palestras e discussões. Após a morte de Jackson em 1928, o Centro passou às mãos de Alceu Amoroso Lima até o início dos anos 1940. Hamilton Nogueira, Gustavo Corção, Plínio Correia de Oliveira, Sobral Pinto, Perilo Gomes, Allindo Vieira e Jonatas Serrano foram alguns dos intelectuais católicos que participaram do Centro, sendo que alguns deles desempenharam papéis de importância na Igreja e na política brasileira nas décadas seguintes. Cf. Mainwaring, 2004, p. 46-47.

> (...) A pregação de Jackson de Figueiredo, se incentiva os seus adeptos ao trabalho, leva-os, sobretudo à política. Identificando-se essa pregação com o combate ao liberalismo e ao socialismo, à Revolução enfim, como ele gostava de dizer, tal como esse combate se verificava na Europa, em época de afirmação da direita, com as vitórias do fascismo, ela será a primeira manifestação conseqüente do reacionarismo no país. O pensamento conservador, o tradicionalista ou o reacionário, em trajetória ascensional na Europa, depois da primeira grande guerra e da revolução russa, vai refletir-se no Brasil, sobretudo nessa obra. (IGLÉSIAS, 1981, p. 110-111).

Para Beozzo (1986, p. 298), os anos 30 foram, para a Igreja Católica, marcados pelas tentativas de concretizar sua unidade nacional, por meio da realização de um grande número de manifestações populares, o que significa uma maior preocupação com a questão social.[95] Entretanto, na medida em que a ação católica se voltava para os setores populares, a Igreja passou a elaborar um discurso mais sistematizado sobre o "perigo" que os comunistas representavam para a "civilização e a religião cristã".[96] Assim, essa campanha anticomunista dessa década "(...) inseriu-se numa estratégia maior da Igreja, que desde a década anterior vinha lutando para recuperar posições perdidas com a implantação da República" onde, "No primeiro momento os inimigos principais eram o liberalismo, a maçonaria e o positivismo, mas logo os comunistas assumiram o lugar de adversário e concorrente mais perigoso." (MOTTA, 2002, p. 25-26).

Um dos meios utilizados para alcançar seus objetivos foi a fundação da Liga Eleitoral Católica em 1932. Ligada ao Centro Dom Vital e dirigida por Alceu Amoroso Lima, a LEC tinha como justificativa de sua existência e elemento aglutinador fazer frente à penetração comunista no Brasil, tendo como principal objetivo a orientação aos católicos como deveriam votar nas eleições para a Assembléia Constituinte de 1933. Ela não estava ligada a nenhum partido político em particular, contudo, era extremamente anticomunista e estimulava os fiéis a

---

[95] Segundo Rodeghero (1998, p. 51), "A década de 1930 foi marcada por grandes manifestações religiosas populares, entre elas a inauguração da estátua do Cristo redentor; (...)" que "(...) se constitui numa celebração religiosa com forte repercussão política, pois, na oportunidade, d. Sebastião Leme entregou a Vargas a lista das reivindicações católicas para a Constituição a ser elaborada".

[96] "A partir da década de 30, a Igreja dedicou muita atenção ao combate ao comunismo, reproduzindo as atitudes de Roma, embora a ameaça comunista não fosse muito pronunciada no Brasil. Clérigos brasileiros retratavam os comunistas como degenerados com desvios morais, 'uma praga moderna', 'bárbaros modernos, armados de foice e martelo". (MAINWARING, 2004, p. 49).

votarem nos candidatos que aceitassem a defesa da doutrina social da Igreja da época. Sobre a sua atuação, Mainwaring (2004, p. 48) diz que

> Até 1937, quando o regime autoritário eliminou os partidos políticos e as eleições, a LEC alcançou muitos de seus objetivos. A maioria dos candidatos por ela favorecidos para a Assembléia Constituinte de 1933 foi eleita. A Constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para as escolas católicas.

Tais conquistas devem ser compreendidas a partir do entendimento de que o Estado varguista percebeu que tinha muito a ganhar com a Igreja, agarrando, assim, a oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa. De todo modo, depreende-se que a LEC representou uma estratégia da Igreja Católica, de cerco ao Estado, que a fez conseguir várias conquistas corporificadas na Constituição e que, por vez, representou a efetiva colaboração entre Igreja e Estado; um grande passo dos católicos na luta contra o laicismo no Brasil. Assim, “Por meio do modelo da neocristandade, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Por volta dos anos 30, a instituição havia revertido sua decadência.” (IDEM, p. 43).

Significativamente, o anticomunismo foi um forte componente de aproximação entre a Igreja e o Estado no Brasil, sobretudo no pós-1935, quando este último passou a se aproveitar da ação da primeira no meio operário para neutralizar a esquerda. Além disso, a ação da Igreja, pregando a cooperação entre patrões e empregados e o combate ao comunismo, contribuiu para a concretização do Estado Novo em 1937. De acordo com Mainwaring (2004, p. 47), a Igreja apoiava Getúlio não apenas por causa das vantagens que recebera na Constituição, mas também por causa da afinidade política, já que o destaque que ela conferia à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo, coincidia com a orientação de Vargas. “Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo.”

Quanto ao período da redemocratização de 1945, Rodeghero (1998, p. 53) observa que o anticomunismo foi desenvolvido tendo em vista a prevenção frente

aos “perigos” que poderiam acompanhar a liberdade política então instaurada com o fim do Estado Novo. Diz ainda que

> No imediato pós-guerra, o episcopado brasileiro passou a fazer críticas ao capitalismo, condenando-o por expor a sociedade a perigos ainda maiores, como o descontentamento das massas, as perversões morais, o afastamento da religião, quando o que se pregava era a necessária volta para Deus. As críticas ao capitalismo eram acompanhadas por outras ainda mais severas: as dirigidas ao comunismo.

Desse modo, verifica-se que a instrumentalização do anticomunismo tinha a ver com a conjuntura vivida no Brasil, já que a Igreja Católica passou a preocupar-se com as liberdades que a redemocratização havia proporcionado à sociedade que, naquele momento, estava lançada ao jogo aberto das disputas eleitorais, bem como à livre circulação de ideias.

Feitas essas considerações gerais quanto à postura da Igreja Católica, de condenação ao comunismo na Europa Ocidental e no Brasil, temos como objetivo mais específico, nesse capítulo, compreender como as elites católicas paraibanas representaram o comunismo e os comunistas, bem como capturar as práticas de contenção aos mesmos. Nesse sentido, procuramos também perceber as nuances do anticomunismo católico paraibano em relação ao seu quadro mais geral, avaliando a que interesses ele respondeu e a que públicos se destinou, enfim, uma análise da produção e circulação desses discursos e de suas correspondentes práticas.

2.1 A IGREJA CATÓLICA NA PARAÍBA REPUBLICANA: ROMANIZAÇÃO E “MALES” A SEREM COMBATIDOS

Vimos que a Constituição republicana estabeleceu o Estado laico no Brasil e colocou o antigo poder da Igreja Católica em uma situação desconfortável, já que esta perdera a sua posição de religião oficial e passara a ter diminuída a sua rede de ação e influência na sociedade. Assim, para fazer frente a essa situação política e garantir a sua sobrevivência institucional, a Igreja procurou intensificar o processo de romanização da sociedade brasileira, fazendo uso, para tanto, de estratégias no campo interno (congressos, abertura e reforma dos seminários, vinda de religiosos da Europa e unidade pastoral dos bispos) e no externo

(comunicações públicas por meio das cartas pastorais e da imprensa, visitas pastorais, conferências e liturgias) que produziram a sua reorganização no período que vai de 1889 a 1930.

Dias (2008, p. 92), descreve que outro esforço organizacional e de consolidação dessa reforma romanizadora da Igreja Católica foi a crescente criação de novas dioceses pelo Brasil afora, destacando que

> Em 1889, havia apenas uma arquidiocese e onze dioceses no país. Em 1893, Leão XIII criou uma segunda província eclesiástica com sede no Rio de Janeiro, acrescentando mais quatro novas dioceses. Daí por diante o número de dioceses foi crescendo progressivamente: em 1900 havia 17, em 1910 havia 30, em 1920 havia 58 e, em 1930, as dioceses do Brasil já chegavam a 80. Ou seja, a partir de 1890, com a República (1889), o processo de criação de dioceses foi acelerado, passando de doze dioceses para uma soma de oitenta nas diversas regiões do Brasil. Um aumento real de sessenta e oito dioceses.

Leão XIII (1878-1903) foi o papa responsável pelo início da reestruturação da Igreja no Brasil nos primeiros anos da República, sendo a criação dessas novas dioceses parte de suas estratégias de reação, cujo fim era o de ampliar a sua estrutura e a sua influência no país frente à sua separação do Estado que se pretendia secularizado.

Foi, então em meio a esse movimento de romanização e afirmação dessa instituição na República que a Diocese da Paraíba foi criada em 27 de abril de 1892.[97] Dois anos depois, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques foi escolhido para dirigir a diocese paraibana que correspondia a uma "(...) área de 74.731 km² no Estado da Paraíba e 57.485 km² no Estado do Rio Grande do Norte e contava com uma população geral de 725.505 mil habitantes, distribuída em 77 paróquias" (FIQUEIREDO, 1906).[98]

---

[97] A criação da Diocese da Paraíba se deu por meio da Bula *Ad universas orbis eclesias*, que também criou as de Amazonas, Niterói e Curitiba. Entre outros assuntos, também abordava questões consideradas fundamentais para o funcionamento das novas dioceses: as suas subordinações à Santa Sé, as suas autonomias na busca de fundos para suas criações e manutenções, a criação e administração de seminários, assim como sobre admissão dos alunos nestes centros. Cf. Ferreira, 1994, p. 62.

[98] Dom Adauto nasceu em Areia – PB, em 30 de agosto de 1855 e era filho do coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do Engenho Buraco. Segundo Lima, "(...) foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho", o que deixou marcas profundas na sua personalidade. Após ser alfabetizado por sua mãe, estudou até os dezenove anos em sua cidade natal, quando partiu para a Europa onde fez o Curso de Humanidades no Seminário de S. Sulpício em Paris (1875-1876), o curso Superior em Teologia e o Doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma (1877-

Assim como no resto do Brasil, a Igreja Católica paraibana, sob a orientação de Dom Adauto, passou a empreender forte campanha de romanização da sociedade e de tentativa de reaproximação com o Estado durante as primeiras décadas da República. Para tanto, também lançou mão das estratégias que já vinham sendo dinamizadas pelos demais bispos reformadores brasileiros: consciência da comunhão da diocese com Roma, integração com os demais bispos do Brasil, organização estrutural e pastoral da Igreja e combate aos "erros da modernidade". De acordo com Dias (2008, p. 102), "As medidas reformadoras na Paraíba eram pautadas pelos documentos episcopais do Brasil e pelas orientações do concílio Plenário Latino Americano de 1899, que visava, em última instância, à implementação da romanização nas dioceses da América Latina".

Tendo em vista tais orientações, ainda no mesmo ano de sua posse, Dom Adauto criou o Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição com o objetivo de priorizar a formação do clero paraibano.[99] Já para fazer frente à Constituição republicana, em seu parágrafo 6º do artigo 72, que determinava "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", o bispo fundou colégios religiosos pela diocese afora destinados à educação dos jovens paraibanos e potiguares, já na última década do século XIX e primeira do XX, como segue:

QUADRO V – COLÉGIOS CATÓLICOS DA DIOCESE DA PARAHYBA DO NORTE (1894-1909)

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	CIDADE	PÚBLICO ALVO	ANO
Colégio Diocesano Pio X	Paraíba do Norte	Jovens - Masculino	1894
Colégio Nossa Senhora das Neves	Paraíba do Norte	Jovens - Feminino	1895
Colégio Santa Luzia	Mossoró	Crianças - Masculino	1901
Colégio Imaculada Conceição	Natal	Jovens - Feminino	1902
Colégio Santo Antônio	Natal	Crianças - Masculino	1903
Colégio Padre Rolim	Cajazeiras	Masculino	1903
Colégio São José	Paraíba do Norte	Meninos pobres	1905
Seção no Colégio Nossa Senhora das Neves	Paraíba do Norte	Meninas pobres	1906
Escola Santa Inês	Paraíba do Norte	Meninas pobres	1909

FONTE: FERREIRA, 1994, p. 70-72. Quadro elaborado pelo autor do texto.

1882). Ordenou-se padre em 1880 e voltou para o Brasil em 1882, sendo nomeado professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba. Cf. Ferreira, 1994, p. 65-64.

[99] "O número de seminaristas, menores e maiores, no episcopado de Dom Adauto foi grande, quando comparado há outros anos, para uma diocese em processo de instalação. Entre 1894 e 1910 haviam ingressado no seminário 848 seminaristas no curso inferior e 686 no curso superior, sendo que do total de 1534 seminaristas foram ordenados 82. Até 1930 foram ordenados, por Dom Adauto, 132 padres". (DIAS, 2008, p. 105).

A fundação desses centros católicos de ensino indicia que Dom Adauto passou a atuar de forma significativa na educação formal da diocese, já que estava impossibilitado de atuar diretamente na educação pública. Ao mesmo tempo, notamos que o bispo seguia as orientações do clero reformador brasileiro que via a educação como ponto estratégico a ser utilizado para formar uma elite intelectual católica capaz de atuar no campo político do país, que se tornava secularizado e, desse modo, garantir a continuidade dos princípios católicos na sociedade paraibana e potiguar.

Outra estratégia que passou também a ser muito utilizada pela Igreja paraibana no processo de romanização dessas sociedades foi a criação dos periódicos católicos nas capitais da Paraíba (Jornal *A Imprensa*)[100] e do Rio Grande do Norte (Jornal *Oito de Setembro*)[101], no ano de 1897. Essa também era outra orientação posta pelos bispos do Brasil que pensavam que, para recuperar a sua influência sobre o meio social, seria necessário efetivar a imprensa enquanto agência socializadora da sociedade civil a fim de propor a recristianização social.

Sendo assim, na Paraíba, o jornal *A Imprensa* passou a ser uma importante peça de retórica no processo de romanização, cujo principal objetivo dizia ser o de preservar os "bons costumes" e a fé católica dos diocesanos, preocupação essa que se tornou mais evidente quando, então, Dom Adauto publicou a sua Carta Pastoral *Do Nosso Dever para com a Imprensa* (29 de junho de 1918)[102]. Nesse documento, o bispo chamou a atenção para o papel da imprensa de orientação católica no combate às ideias contrárias à Santa Sé e, ao mesmo

[100] Lançado em 27 de maio deste ano, o jornal *A Imprensa* tinha formato grande com periodicidade semanal, circulando na sua primeira fase até 13 de novembro de 1903. Entre 1905 e 1912, ele foi substituído pela publicação mensal do *Boletim Ecclesiastico*. Por esses anos, a Igreja Católica também se fez representar por meio do jornal estatal *A União.* Cf. Araújo, 1986, p. 42.

[101] Já esse teve seu primeiro número lançado em setembro, sendo semanal e em formato pequeno, tipo revista, circulando até 1902. Cf. Araújo, 1986, p. 42.

[102] Essa Carta Pastoral foi publicada na íntegra no jornal *A Imprensa* de 07 de julho de 1918. Enquanto o Papa se dirigia aos bispos por meio das *Cartas Encíclicas*, estes, por sua vez, faziam uso das *Cartas Pastorais* para fazerem chegar as posições doutrinárias provenientes de Roma aos padres da diocese. Eram documentos públicos, divulgados em forma de plaquete, em jornais e nas missas. Excepcionalmente, algumas das cartas eram reservadas ao conhecimento exclusivo do clero. As cartas de Dom Adauto são, portanto, significativos documentos para se perceber como se deu o processo de romanização na Paraíba. Entre 1894 e 1935, esse bispo redigiu 24 cartas destinadas ao clero e ao povo em geral, 05 reservadas ao clero e 10 coletivas. Cf. Dias, 2008, p. 118-119.

tempo, procurou distinguir o que ele considerava como sendo a boa e a má imprensa, conforme se percebe pelo trecho que segue:

> A razão é por que a imprensa constitui hoje, mais que nunca, o principal alimento do espírito, assim para a vida como para a morte, tanto para o bem como para o mal. Boa, transmite aos indivíduos e à família a vida moral, trazendo concomitantemente a segurança das instituições, o bem-estar da sociedade e o verdadeiro progresso dos povos. Má, arrasta consigo a decadência, amontoa destroços sobre destroços: gera a morte. (...) Se os católicos se resolvessem, como devem, a não comprar nunca livros maus e a não assinar jamais um só jornal que publique coisas contra a fé ou os bons costumes, contra a Religião ou seus ministros, contra a justiça ou a caridade, certo desapareciam na sua maior parte estas máquinas de guerra e fatores de demolição e já não teríamos de deplorar as suas más conseqüências na família e na sociedade. (HENRIQUES, 1918, p. 3-7).

Ao longo dessa carta, o bispo orientou os católicos a não lerem o que ele chamou de má imprensa, considerando-a aquela que publicasse notícias "inimigas da fé". Apesar de não nomear a quais notícias ele se referia, evidencia-se que estas seriam o positivismo, o racionalismo, a maçonaria, o protestantismo, o espiritismo, o materialismo e o socialismo, considerados os "erros da modernidade" e tão condenados pelas encíclicas papais, pelo clero brasileiro e pelo próprio Dom Adauto em Cartas Pastorais anteriores e por meio do jornal *A Imprensa*.

Tão logo ocorreu a proclamação da República no Brasil, a imprensa católica paraibana se posicionou em criticar a influência positivista que se fazia expressar no lema da bandeira nacional:

> Como traduzir-se em prática a inserção que orna o seu estandarte – Ordem e Progresso – quando a ordem que temos é uma figura de retórica e progresso a negação absoluta de todas as idéias puras, o desenvolvimento das teorias falsas e a desorganização profunda de todos os ramos dos negócios públicos? Como havemos de ter Ordem e Progresso, calcando-se aos pés o Decálogo, este monumento perene de sabedoria, que nem a calúnia dos adversários, nem o sangue vertido em mil pugnas, nem o fumo denso de combates, nem a cólera vomitada pelas potências do governo e nem a rasura inexorável do tempo conseguiram ainda alterar uma vírgula. [...] O positivismo, o materialismo, o racionalismo e todo este conjunto argamassado de systema hybridos e de seitas heterogêneas tem corrido poderosamente para a inversão dos princípios fundamentaes do direito e da justiça em que repousa o equilíbrio social. (Jornal *A Imprensa*, 20 nov.1898).

A forte mensagem dessa matéria nos mostra que a Igreja paraibana, por meio de seu impresso oficial, logo começou a advogar de forma intensa contra um "conjunto" que ela considerava como sendo responsável pelos males sociais e que, naquele momento, se tornava mais evidente, tendo em vista a concretude da República no Brasil sob influência do positivismo. A reação de Dom Adauto à separação entre Igreja e Estado seguia a mesma orientação dos demais bispos do Brasil, se intensificando depois do decreto que introduziu a liberdade religiosa no país (07 de janeiro de 1890)[103] quando, então, o clero passou a criticar essa laicização e terminou por publicar a primeira Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, de 19 de março de 1890. Assim como se repetia no quadro mais geral do país, a Igreja paraibana passou a entender que a implantação e consolidação do estado secular, positivista, trouxera uma série de outros problemas, dentre eles a maçonaria.

As posições de condenação de Dom Adauto à maçonaria se verificam na Paraíba desde 1899, ano em que essa sociedade passou a desenvolver forte campanha anticlerical através do diário *O Commércio*.[104] Lima (2007, p. 197, 203 e 205) descreve que "'O Comércio' continuou, durante todo o ano de 1900, na sua tarefa inglória de desprestigiar o bispo diocesano, o clero em geral, primando no *metier* um dos seus redatores, distinguindo luminar da 'seita'". Diz ainda esse autor que, durante 1901, a campanha anticlerical de *O Commércio* recrudesceu, e os redatores passaram a publicar escândalos que envolviam os padres paraibanos, bem como "(...) consideravam D. Adauto um grande capitalista, um rico latifundiário, um financista hábil que mal disfarçava a sua avidez de ouro". Observando o jornal *A Imprensa* desse mesmo período, verifica-se que o mesmo reagia veementemente às acusações e instruía os leitores católicos a respeito das

[103] Decreto Nº 119-A da Constituição do Brasil de 1890: "Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. (...) Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de janeiro de 1890, 2° da Republica. Manoel Deodoro da Fonseca."

[104] Em 15 de novembro de 1899, apareceu jornal *O Commércio*, fundado por Arthur Aquilles, ao lado de Leonardo Smith, Antônio Bernardino dos Santos, José de Borba, Antônio Lyra e Coriolano de Medeiros (o gerente). Eram colaboradores figuras como Orris Soares, Oscar Soares, Neves Júnior, Álvaro de Carvalho, Algusto Belmont, Affonso Gouveia, Clemente Rosas, Ignácio Toscano e Francisco P. Carneiro da Cunha. *O Commércio* foi empastelado na noite de 28 de julho de 1904, juntamente com o também anticlerical *O Combate*. Em outubro de 1904, esse jornal reapareceu, desaparecendo definitivamente em março de 1905. Cf. Araújo, 1985, p. 46.

“seitas” condenadas pela Igreja, principalmente sobre a maçonaria e os seus intuitos.[105]

A reprovação à maçonaria por parte de Dom Adauto continuou pelos anos seguintes e foi tema certo quando o mesmo se referia aos “erros” da modernidade e da República no Brasil em seus documentos episcopais. Na Carta Pastoral *Deus e Pátria*, de 05 de agosto de 1909, ele “(...) lastima a sua Pátria achar-se ainda envolta das espessas trevas da maçonaria francesa, que procura derruir o magno alicerce do catolicismo” (SEVERIANO Apud LIMA, 2007, p. 283). O bispo voltou ao tema em 1911, quando dirigiu aos párocos de sua diocese uma carta circular onde pedia que os mesmos orientassem os fiéis católicos a não lerem revistas e jornais maçônicos, como percebemos pelo trecho que segue:

> Revmos. Srs. Vigários; Considerando a grave responsabilidade que pesa sobre nossos ombros de velar pela preservação do nosso rebanho da contaminação das más doutrinas, as quais infelizmente nos tempos hodiernos se difundem por todos os meios e principalmente pela imprensa má a serviço do maçonismo corruptor: julgamos dever chamar a atenção de V. V. R. R. para essa parte do múnus pastoral e recomendar-lhe com todas as veras de nossa alma e toda a autoridade de que nos revestiu o Divino Pastor, que, a par do zelo na propaganda da boa imprensa, empreguem o maior cuidado e esforço em extirpar da sua paróquia, e especialmente do seio das famílias e das mãos da mocidade, as publicações que ostensiva ou veladamente propagam doutrinas subversivas da ordem, da moral ou da religião e preguem insistentemente aos fiéis sobre o perigo das más leituras, fazendo-lhes ver a gravidade da culpa dos que por meio se expõem ao perigo de perder a fé e desviar-se dos bons costumes. (Jornal *A União*, 16 abr.1911).

Notamos que essa perspectiva do bispo sobre a imprensa maçônica seguia as orientações debatidas durante o Primeiro Congresso Católico de Niterói, em 1909, e o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos, em 1910, que resultou na organização das duas instituições às quais caberia a tarefa de reorganizar a imprensa católica no Brasil: o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa. Segundo Diehl, (1990, p. 32), foi a partir desse último congresso que a Igreja Católica passou a adotar uma posição mais firme em relação à preocupação com

[105] “Durante todo o decorrer do ano de 1902, a campanha anticlerical, que tinha como porta-voz “O Comércio”, chegou ao seu clímax”. (LIMA, 2007, p. 209).

a imprensa no Brasil, orientando seus ministros sobre “a má imprensa, a boa imprensa e o clero na imprensa”.[106]

De acordo com tais recomendações, Dom Adauto enviou aos padres de sua diocese uma carta circular, em 05 de junho de 1911, recomendando “(...) a utilíssima instituição da Liga da Boa Imprensa fundada em Petrópolis- RJ, com o fim de auxiliar o Centro da Boa Imprensa.” (Jornal *A União*, 07 jun.1911). Entendemos também que foi a partir das decisões tomadas nesses congressos que se deu a reorganização do jornal católico paraibano *A Imprensa* em 15 de agosto de 1912, reaparecendo agora em publicação bi-semanária com o objetivo de combater o agnosticismo, o laicismo e o ateísmo da primeira República, considerados os males da modernidade.[107]

Na ocasião do 20º aniversário de sua posse episcopal, Dom Adauto escreveu a Carta Pastoral *Da Santidade e do Ministério Sacerdotal* (07 de janeiro de 1914), que foi dirigida ao clero de sua diocese, onde ele descreveu sobre os “perigos modernos” que tentavam arruinar a religião católica e “(...) mostra-lhe o grande progresso resultante da combinação do ateísmo da sociedade civil com a maçonaria internacional; recomenda-lhe muita santidade, muito zelo, muita prudência em todos os seus atos”. (SEVERIANO Apud LIMA, 2007, p. 365).[108]

---

[106] O Congresso da Diocese de Niterói havia sido transferido para Petrópolis como uma forma de comemorar a elevação desta última à categoria de cidade. A perspectiva tomada foi a de que a Igreja precisaria ser a dona dos veículos de comunicação, tanto a imprensa quanto as emissoras de rádio e, se possível, até mesmo produzir filmes. A expressão *boa* imprensa, oriunda de Leão XIII, generaliza-se. E, até o final da II Grande Guerra, a posição do Vaticano frente aos meios de expressão sempre foi a de total oposição e censura. Cf. Della Cava; Montero, 1991, p. 136.

[107] O jornal *A Imprensa* havia deixado de circular desde 1903, reaparecendo agora na sua segunda fase em publicação bi-semanária (quartas e domingos) e com uma tiragem de dois mil exemplares. Durante os anos 1920 e 1930, esse jornal fazia a cobertura de todo Estado da Paraíba, alcançando também outros recantos do país. Por essas décadas, foram seus principais articulistas e cronistas: Batista Leite, Eliseu Lira, Paulo Cintra, Clodoaldo de Oliveira, Luiz Delgado, J. V. Coelho, Padre José Delgado, Hortênsio Ribeiro, Padre J. Cabral, Orlando de M. Henriques, Eudésia Vieira, Serafim Leite, Dom Luís Godde, João Carlos Bezerril, J. Farias Pimentel, Nelson de Almeida Prado. Funcionou regularmente até 1942, quando foi fechado pelo interventor Ruy Carneiro, ressurgindo em 1946 e funcionando na sua terceira fase até o ano de 1968. Cf. Araújo, 1986, p. 42-44 e Lima, 2007, p. 334.

[108] Como parte das estratégias de romanização da sociedade, o papa Pio X, pela bula pontifícia *Majus catholicae religionis incrementum,* elevou a Diocese da Paraíba a Arquidiocese e criou as dioceses de Cajazeiras e Natal, em 06 de fevereiro de 1914. A Arquidiocese compreendia toda a parte oriental do Estado, atingindo 64.000 quilômetros quadrados com uma população de 450.000 fiéis, aproximadamente; a Diocese de Cajazeiras, situada na parte ocidental do Estado, abrangia 43.000 quilômetros quadrados e uma população de 250.000 fiéis; e a Diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, com 57.730 quilômetros quadrados e com pouco mais de 400.000 fiéis. Cf. Lima, 2007, p. 363.

Identificamos que o protestantismo e o espiritismo também foram entendidos como males a serem condenados pela Igreja Católica paraibana durante as primeiras décadas do século XX. O jornal *A Imprensa* noticiou que o padre Júlio Maria chegou à capital da Paraíba em 30 de março de 1903, onde passou a realizar uma série de conferências na catedral, entre 02 e 26 de abril, tendo a primeira por título "O Brasil e a República: A crise contemporânea e o nosso estado social", onde afirmava que a crise contemporânea no Brasil assumia o mais grave e perigoso dos aspectos.[109] Na sua quinta palestra, intitulada de "A Igreja e o preconceito racionalista, teológico e moral", realizada em 16 de abril, ele "(...) Refutou magistralmente os erros contra a autoridade da Igreja: o protestantismo e o racionalismo, sustentando contra o primeiro a necessidade e a realidade do magistério, contra o segundo a harmonia da fé com a razão".[110]

Com o mesmo objetivo de realizar conferências, chegou à capital da Paraíba o missionário capuchinho Frei Celestino de Pedavoli em 28 de janeiro de 1907, com destaque para a palestra "Os males do protestantismo e do espiritismo". Esse religioso italiano, que atuava em Pernambuco e era famoso por sua violenta campanha antiprotestante, pregou na Cidade da Parahyba até 08 de fevereiro daquele ano. (Jornal *A União*, fev.1907). Já em 28 de novembro 1909, o Frei franciscano de Olinda, Matias Tewes, proferiu "(...) a sua última conferência na Catedral contra o protestantismo, obtendo real sucesso". (LIMA, 2007, p. 291).[111]

Em março de 1913, o jornal católico aproveitou-se da conversão da professora Eudésia Vieira do protestantismo ao catolicismo para considerar em suas páginas o primeiro como um erro, conforme segue:

> Talentosa professora diplomada pela Escola Normal do Estado, que desde a idade de dez anos seguia o protestantismo. Não obstante ser

[109] De acordo com Ferreira (1994, p. 203), "(...) ocorriam nas capitais da Paraíba e do Rio Grande do Norte, raramente em outras cidades, as chamadas Conferências Religiosas, que procuravam atingir essencialmente as camadas médias urbanas." Ainda segundo essa autora, o padre Júlio Maria, religioso redentorista, tornou-se conhecido como missionário, percorrendo quase todo o Brasil.

[110] As demais conferências do padre Júlio Maria tiveram os seguintes títulos: "A Igreja e o preconceito teológico"; "Os incrédulos e o ateísmo doutrinário"; "Os crentes e o ateísmo prático"; "A falsa idéia de Deus e a noção da Providência Divina"; "Jesus Cristo, sua humanidade e sua divindade"; "Jesus Cristo e a incredulidade"; e "A Igreja e o preconceito moral". Cf. Jornal *A Imprensa*, 18 abr.1903.

[111] Para Ferreira (1994, p. 211), a ação dos espíritas e protestantes não representava, na diocese da Paraíba, riscos para o catolicismo. Os pequenos grupos existentes eram marginalizados e até sofriam agressões verbais e corporais.

> filha de pais protestantes, D. Eudésia, uma vez convencida da verdade católica, não hesitou em abraçá-la e escolheu o dia em que se comemora a Ressureição de Jesus Cristo dentre os mortos (23 de março) e seu triunfo sobre a morte e pecado, para ressuscitar também dentre o erro em que estava por muitos anos e triunfar dos obstáculos que naturalmente terá encontrado. (Jornal *A Imprensa*, 27 mar.1913).

Para a Igreja paraibana, outro dos resultados do liberalismo tinha sido o anarquismo, que era destacado, sobretudo, a partir da ação violenta e das tentativas de insurreição do movimento. Nesse sentido, o assassinato do rei da Itália, Humberto I, pelo anarquista Ângelo Bressi, foi utilizado pelo jornal católico para afirmar que o anarquismo caminhava tomando dimensões assustadoras, especialmente "(...) devido à ausência da repressão à enchente de abusos e ilegalidade quer no domínio político, quer na esfera religiosa e social" (Jornal *A Imprensa*, 05 ago.1900). Da mesma forma, o assassinato do presidente dos Estados Unidos, William Mckinley, por um anarquista, em 06 de setembro de 1901, foi usado para condenar o anarquismo e o positivismo, ambos entendidos como "sementes do mal":

> O positivismo curva a fronte do operário para a matéria, onde deve retemperar-se, diz, nas orgias da volúpia, quando o contratempo bate as portas do coração. Essas sementes fecundadas no coração humano, pela inclinação inata à perversidade, e desenvolvidas ativamente pela licença que se apregoa, produziram a maldita árvore do anarquismo que não terá já de cair pelo machado das potestades da terra. (Jornal *A Imprensa*, 13 out.1901).

Sobre as posições da Igreja paraibana em considerar o socialismo também como um dos "erros da modernidade", a primeira menção que conseguimos detectar é o editorial do jornal *A Imprensa* de 09 de fevereiro de 1902. Tendo por título "O Socialismo", o discurso contestava os seus fundamentos por se basearem na "(...) negação de Deus, da espiritualidade da alma humana, da existência da vida futura, na teoria materialista da evolução, na igualdade de direitos entre todos os homens". Além disso, duvidava-se de que ele tivesse por fim melhorar as condições de vida do operário:

> Longe de melhorar torna-a mais miserável. Porquanto no sistema da propriedade "particular", o operário pode dispor livre e exclusivamente do salário, e se fizer algumas economias, pode comprar terrenos e assim melhorar a sua condição; e este caso dá-se com todos os operários honestos e laboriosos, que enriquecem, adquirindo fundos, que não são

> outra coisa senão salário transformado. No sistema “socialista” que suprime a propriedade “particular”, não pode o trabalhador tornar-se proprietário; pois que só pode gastar o seu salário em objetos de consumo. (Jornal *A Imprensa*, 09 fev.1902).

O texto prossegue recriminando os meios de luta dos trabalhadores: “a greve que tantos prejuízos trazem ao comércio, à lavoura e a indústria tem seu apoio no ‘socialismo’ e dele recebe todo incentivo na sua marcha de desordens”. (IDEM). Notamos que, apesar de que a expansão do operariado e de seus movimentos reivindicatórios no Brasil fosse ainda elementar no início do século XX, e na Paraíba praticamente inexistente, a preocupação da Igreja com o socialismo já estava presente:

> Já estamos vendo no Brasil cujo horizonte está todo toldado pelas más doutrinas que têm convulsionado a Europa, os efeitos mais ou menos pronunciados do Socialismo, e ai do Estado, se não quebrar logo essa força deletéria do mal, fruto sazonado das sociedades secretas. Ontem as ameaças eram vistas ao longe e já temíamos as suas investidas, hoje de fronte semidescoberta e com artificiosas pretensões favoráveis ao trabalho já vai sorrateiramente destruindo a ordem social e suplantando as nobres aspirações dos que vivem dos esforços empregados honestamente no labor de todos os dias e satisfeitos com a condição elevada ou menos elevada, com o estado de maior ou menor pobreza, em que a Providência de Deus em seus inescrutáveis desígnios os colocou. (IIDEM).

Percebemos que as críticas postas pelo jornal católico ao anarquismo e ao socialismo os relacionavam diretamente com o liberalismo. Tal constatação fica mais evidente a partir da segunda matéria referente ao socialismo (Apostasia da França) identificada nesse periódico no ano seguinte, que procurava mostrar, a partir do exemplo da França pós-revolucionária, que o Brasil correria um grande perigo caso seguisse o caminho anticlerical francês:

> O Radicalismo, o Socialismo e o Liberalismo trabalham sinistramente a lúgubre sepultura da pobre nação. O primeiro mutilando as idéias puras de Deus, de imortalidade e toda sorte de espiritualidade submerge-a no pélago revoltoso do mais brutal ceticismo. O segundo, ora pulverizado o princípio adorável de autoridade, ora anarquizando a sociedade, açoita qual furacão indômito a arrancar desapiedadamente as folhas das árvores, os seus mais belos destinos. E o terceiro? Ah! O Liberalismo. Sistema dissolvedor que tem deixado os mais perniciosos resultados no mundo (...) (Jornal *A Imprensa*, 10 maio 1903).

Durante as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica paraibana foi veemente na condenação ao positivismo, ao laicismo, ao ceticismo, à maçonaria, ao protestantismo e ao espiritismo, sendo também seguidamente incluso nesse conjunto o anarquismo, o socialismo e o comunismo como seus inimigos. Desse modo, seguindo as proposições ditas por Malatian (2003), conseguimos assentar a nossa tese de que o anticomunismo na Paraíba é um fenômeno político que é anterior à década de 1930, e que tem relação direta com a situação vivida pela Igreja Católica do Ocidente no mundo moderno e liberal que se pretendeu laico e secularizado, quadro esse que havia se tornado mais evidente no Brasil após a República de 1889.[112]

Nas páginas seguintes, procuramos perceber as ações e representações empreendidas pela Igreja Católica junto à sociedade paraibana, no recorte temporal proposto para essa pesquisa, no sentido de disputar os sindicatos e associações proletárias com os que anunciavam o socialismo e o comunismo como saída para a *questão social* então em evidência.

2.2 A IGREJA CATÓLICA NA PARAÍBA REPUBLICANA: PRÁTICAS PARA "DESMATERIALIZAR" O OPERARIADO[113]

É possível que a preocupação das elites católicas paraibanas frente ao socialismo tenha se verificado pelo fato de que o mesmo já começara a ser divulgado no estado nos primeiros anos de 1900, por meio "(...) de um grupo autônomo de militantes que defendia essas posições, carregadas de 'ecletismo

[112] Segundo Dias (2008, p. 131), diferentemente do que se viu no sudeste do país, na Paraíba a relação Igreja e Estado aconteceu sem maiores conflitos. Verificando-se mesmo "uma relação amistosa de autonomia institucional e colaboração mútua entre governo de Estado e Cúria Episcopal. Esse diferencial está associado à conjuntura política própria da Paraíba e às relações interpessoais daqueles que estavam na liderança das instituições. Na presidência do Estado, durante o período de implementação da diocese, estava Álvaro Machado e, quando esse não estava à frente do governo, governou o Estado a oligarquia por ele liderada, sendo presidente, entre outros, Monsenhor Walfredo Leal. As duas maiores lideranças da oligarquia *alvarista* nasceram em Areia-PB e eram da mesma procedência social de Dom Adauto. Em 1912, com o fim do Governo de João Machado, subiu ao poder na Paraíba a oligarquia *epitacista* com a qual o Monsenhor Walfredo Leal fez aliança, o que favoreceu politicamente a Igreja." Assim sendo, quando Dom Adauto recriminava a República, ele se referia ao Brasil mais que ao estado da Paraíba.

[113] Em razão do jornal *A Imprensa*, principal fonte utilizada para a construção dos tópicos seguintes, não apresentar registros das ações individuais dos operários paraibanos, procuramos percebê-las coletivamente, principalmente, a partir de suas associações, sindicatos e movimentos grevistas.

político' e de 'socialismo utópico'" (PORFÍRIO, 2003, p. 22). Outro indício que pode ser base para pensarmos a presença das ideias socialistas na Paraíba por aqueles anos é a "(...) participação paraibana no II Congresso Socialista em 1902, (...)" (RUBIM, 1983, p. 35).[114] Gurjão (1994, p. 40) também destaca que a primeira greve realizada na Paraíba foi a dos funcionários da Great Western na última semana de janeiro deste mesmo ano (1902), o que pode sinalizar uma possível preocupação por parte da Igreja Católica com os riscos de propagação de tais princípios no estado.

Talvez esse grupo pró-socialismo tenha continuado existindo na primeira década do século XX, pois, quando das conferências realizadas pelo padre jesuíta Teófilo Levignani (A Providência Divina) na capital paraibana, em 15 e 16 de março de 1908, ele palestrou sobre "(...) a doutrina do mal metafísico, do mal físico e do mal moral em face da Providência, (...)" e como extensão ao estudo do problema do mal na sociedade, disse ainda que "(...) a Revolução Social era apenas o fruto da ganância e da injustiça" (Jornal *A União*, 18 mar.1908).[115] Também é possível que, nos anos seguintes, esse grupo tenha se organizado em uma sigla partidária, pois Koval (1982, p. 112-113) registra que a delegação do Partido Operário da Paraíba se fez presente durante o Segundo Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, em 1913.[116]

Apesar de identificarmos esse foco de fomentação das ideias socialistas no início do século XX, na capital da Paraíba, bem como de reação ao mesmo por parte da Igreja Católica, é somente depois dos movimentos grevistas paraibanos de 1917 que percebemos uma maior preocupação por parte dessa instituição religiosa em disputar o operariado desse estado com os que defendiam os princípios socialistas e comunistas. Galliza (1993), Gurjão (1994) e Diniz (2004),

---

[114] O Segundo Congresso Socialista Brasileiro realizou-se em São Paulo, entre 28 de maio e 1º de junho de 1902, com mais de 50 delegados.

[115] Essas palestras tiveram público definido sexualmente, sem uma justificativa aparente: "As conferências apologéticas do Padre Teófilo Levignani S. J., exclusivamente para homens, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, constituíram por excelência a nota do ano de 1908, já pelo número das mesmas (quatorze), já pelos temas ventilados, já pelo talento e pela cultura do conferencista". (LIMA, 2007, p. 273).

[116] O Segundo Congresso Operário Brasileiro ocorreu no Rio de Janeiro de 8 a 13 de setembro de 1913, organizado pela Confederação Operária Brasileira (COB). Esse congresso contou com 100 delegados e 60 entidades, ainda com maioria de correntes anarquistas e anarcosindicalistas. Seus principais pontos: debateu o que seria o socialismo anarquista e a luta contra o assistencialismo; reconheceu novamente a ação direta como método de luta; discutiu questões de organização, o papel da imprensa operária e da ação sindical; foi aprovada uma campanha pelo salário mínimo nacional e contra a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Cf. Koval, 1982, p. 110.

autores paraibanos que analisam os movimentos operários nesse estado durante a Primeira República, observam que o período entre os anos de 1917 e 1921 é marcado pelo aparecimento das primeiras greves operárias na Paraíba, pois foi um tempo em que “A economia paraibana atravessava uma relativa dinamização, com base, principalmente, na ascensão do algodão, cujo impulso significou um progressivo crescimento urbano” (GURJÃO, 1994, p. 36).[117]

As poucas indústrias paraibanas estavam restritas quase todas à sua capital, além de serem precariamente mecanizadas, eminentemente artesanais, e terem uma pequena concentração operária. De acordo com o Censo de 1920, esse agrupamento era de 3.035 empregados em 251 indústrias, sendo que destas apenas cinco possuíam mais de 100 operários, com o destaque para as do setor têxtil, com 1.818 trabalhadores, e as de alimentação com 420, conforme se pode ver no quadro a seguir:

QUADRO VI - GRUPOS DE INDÚSTRIAS E NÚMERO DE OPERÁRIOS DA PARAÍBA EM 1920

INDÚSTRIAS	Nº ESTABELECIMENTOS	Nº OPERÁRIOS
Têxteis	169	1.818
Alimentação	31	420
Vestuário e toucador	22	144
Produtos químicos e análogos	07	233
Edificações	09	96
Couros, peles e outras matérias duras animais	04	174
Cerâmica	04	47
Móveis	02	75
Madeiras	02	28
Meios de transporte	01	-
Produção e transmissão de forças físicas	-	-
Ciências. Letras e artes	-	-
Metalúrgica	-	-
TOTAL	**251**	**3.035**

FONTE: Censo Industrial de 1920.

Segundo os autores citados acima, as condições de vida desse operariado se encontravam agravadas, pois este era submetido a extensas e intensas jornadas de trabalho, além de não dispor de nenhum direito nem assistência dos poderes públicos. Não obstante, esses trabalhadores urbanos passaram a empreender burlas, negociações e resistências que foram nitidamente expressas,

[117] Sobre as principais teses que tratam da emergência dos movimentos grevistas paraibanos na Primeira República, trataremos especificamente no próximo capítulo.

sobretudo pelas greves que alcançaram o seu auge no ano de 1917, entre os meses de julho e agosto, como percebemos abaixo:

QUADRO VII – GREVES NA PARAÍBA (1902-1928)

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DIA-MÊS	ANO
Ferroviários da Great Western	Capital	22 a 27/01	1902
Ferroviários da Great Western	Capital	13 a 25/01	1909
Cigarreiros	Capital	25/06 a 05/07	1917
Jornaleiros da Great Western	Capital	25/07	1917
Operários da Casa Kroncke & Cia.	Capital	25/07 a 30/07	1917
Tecelões da Fábrica Tibiry	Santa Rita	30/07 a 14/08	1917
Jornaleiros da Great Western	Capital	30/07 a 14/08	1917
Operários da Casa Iona & Cia.	Capital	30/07 a 14/08	1917
Estivadores	Cabedelo	27/07 a 14/08	1917
Carroceiros	Capital	?	1917
Costureiras	Capital	?	1917
Alfaiates	Capital	?	1917
Operários da Escola Normal	Capital	?	1918
Empresa de Tração, Luz e Força	Capital	?	1919
Ferroviários da Great Western	Capital	19 a 28/03	1920
Foguistas e cavoeiros das obras do porto Sanhauá	Capital	09/08	1922
Operários da Fábrica Rio Tinto	Rio Tinto	?/ 10	1928

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 40.

Vemos que a paralisação da indústria cigarreira foi a que deu início ao movimento grevista de 1917, que tinha como principais reivindicações "(...) aumento salarial, redução de jornada de trabalho para oito horas, abolição do trabalho infantil e garantia da permanência de delegados do Sindicato Geral do Trabalho na fiscalização e controle do trabalho." (DINIZ, 2004, p. 194). Essa exigência da presença dos delegados sindicais nas fábricas foi o principal ponto de discordância entre os operários e patrões naquelas negociações, tendo sido o principal motivo de algumas dessas greves.[118]

Para Gurjão (1994, p. 39), a greve dos cigarreiros foi a mais longa e também a que possibilitou a organização dos operários junto ao Sindicato Geral dos Trabalhadores na Paraíba, que passou a atuar dirigindo as greves e intermediando as negociações com o governo estadual e os patrões, "(...) terminado graças à intervenção do governador Camilo de Holanda que propôs uma tabela de conciliação, aumentando o salário dos operários em troca da redução dos impostos sobre a indústria cigarreira." Diz ainda a autora que

[118] A greve da Fábrica Tibiry se deu por conta da demissão de duas operárias que eram delegadas do Sindicato Geral do Trabalho. Cf. Diniz, 2004, p. 91.

> A intervenção do governador também se fez sentir durante as greves subseqüentes, promovendo entendimentos entre a Associação Comercial e as lideranças operárias, conseguindo por fim às paralisações da Casa Kroncke & Cia., dos estivadores de Cabedelo, da Fábrica Tibiry e outras. Ao mesmo tempo em que estimulava as negociações, Camilo de Holanda não descuidava de garantir a "liberdade de trabalho" e a "paz social", através da intervenção da polícia. A repressão também foi feita diretamente pelos patrões, demitindo lideranças grevistas. (IDEM).

No decorrer desses movimentos paredistas, o governador Camilo de Holanda (1916-1920), representando os interesses dos patrões, procurou intermediar a negociação destes com os operários e disponibilizou o aparato policial estadual para garantir a manutenção do *status quo* vigente.

Rubim (1983, p. 14) identifica o Sindicato Geral dos Trabalhadores como a entidade mais atuante no movimento operário da Paraíba no período de 1917 a 1921.[119] Relata também que as Associações Beneficentes, de postura cooperativista e conciliatória, também tiveram participação ativa nas greves dos anos seguintes, com destaque para a Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, durante a paralisação dos ferroviários de 1920, "(...) dando apoio aos grevistas e inclusive organizando um fundo de greve."[120] Segundo Mello (2001, p. 176), esse movimento operário da Paraíba "(...) possuía um caráter associativista e beneficente, através das idéias de 'proteção ao trabalho' e 'fraternidade social'", e cujas principais reivindicações eram bastante específicas: "(...) redução da jornada de trabalho, com eliminação do trabalho aos domingos e feriados, institucionalização da semana inglesa, repouso semanal remunerado, etc."

Abaixo temos o quadro que apresenta a organização dos trabalhadores no estado nas primeiras décadas do século XX, registrando o seu número de sócios no ano de 1932.

---

[119] Fundado em 1917, por Rafael de Holanda, suas tendências iam desde o anarco-sindicalismo até ao corporativismo, cuja postura oscilava entre a conciliação e as atitudes independentes. Cf. Rubim, 1983, p. 18.

[120] A Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais da capital foi fundada em 1881. Ela congregava, no seu início, todos os operários da Paraíba, sendo que depois ocorreram dissidências que acarretaram na criação de outras associações: a Sociedade União Beneficente de Operários e Trabalhadores, em 1915; a União Operária Beneficente, em 1919; e a Sociedade Beneficente 2 de Setembro, em 1927. Cf. Gurjão, 1994, p. 92.

QUADRO VIII – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1881-1929)

DESIGNAÇÃO	SEDE	ANO	Nº DE SÓCIOS EM 1932
Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais	Capital	1881	142
Associação dos Empregados do Commercio	Capital	1915	489
União dos Operários e Trabalhadores Catholicos	Capital	1915	402
União dos Artistas e Operários	Itabayana	1916	148
Sociedade da União Operária Beneficente	Capital	1919	119
União dos Artistas e Operários	Patos	1920	38
Associação dos Empregados do Commercio	Campina Grande	1920	119
Centro dos Chauffeurs da Paraíba	Capital	1922	134
Associação dos Empregados do Commercio	Esperança	1925	24
União dos Alfaiates	Capital	1925	32
Alliança Prol-Beneficente	Capital	1927	251
União Beneficente dos Proletários da I. I. P.	Capital	1928	71
Sociedade Beneficente dos Artistas	Campina Grande	1929	312

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 149.

De acordo com as fontes analisadas, esses movimentos grevistas ocorreram tendo em vista as condições de possibilidade vividas pelo operariado paraibano, ou seja, muito mais pela sua situação específica de experiência de luta por sua sobrevivência do que ocasionados por influências das lutas sociais urbanas que se intensificaram no Sudeste do Brasil depois de 1917, sob a égide do anarquismo e do socialismo. Contudo, conseguimos perceber que é a partir desse surto grevista paraibano que a Igreja Católica passou a dedicar maior atenção aos operários locais, considerando-os, nas páginas da imprensa local, como ordeiros, disciplinados e distantes das ideias anarquistas e socialistas, como bem podemos notar no texto do padre Matias Freire: “(...) os operários da Paraíba, graças a Deus, não se acham eivados do fermento anarquista (...). a nossa gente não tem a precisa educação para se embriagar com esses liberíssimos ideais socialistas.” (Jornal *Diário do Estado*, 08 ago.1917). Possivelmente, essa instituição religiosa passou a perceber que o quadro das resistências operárias começava a apresentar-se como favorável à propaganda de tais ideias, evidenciadas, por exemplo, pela carta de um socialista anônimo em meio à greve dos cigarreiros, publicada no jornal *O Norte* de 29 de junho de 1917, denunciando a situação a que estavam submetidos centenas de homens, mulheres e crianças “que são explorados pela desumanidade de certos proprietários de fábricas, que fazem a sua riqueza a custa dos serviços mal remunerados de suas pobres e indefesas vítimas”.

Essa preocupação da Igreja em "desmaterializar"[121] o operariado paraibano se faz perceber desde 1915, quando, então, essa instituição patrocinou a organização da União dos Operários e Trabalhadores Catholicos na capital do estado; entidade assistencialista que contava com 402 participantes no ano de 1932, conforme descrito no quadro acima.[122] O temor da Igreja ao socialismo pode ser ainda evidenciado pela repetida publicação, no jornal *A Imprensa*, da Encíclica *Humanum Genus* (20 de abril de 1884), no segundo semestre de 1917. Procurando condenar a "seita" maçônica, esse documento papal também dedicava atenção ao socialismo e ao comunismo, considerando-os como desdobramentos do primeiro e como subversivos e prejudiciais à sociedade.[123]

Parece-nos mesmo que essa preocupação da Igreja se verificava pelo fato dos ideais socialistas começarem a ser propagandeados na capital paraibana, bem como a partir das entidades de trabalhadores já mencionadas, pois Menezes (1992, p. 77) descreveu que, quando era um jovem estudante de direito de Recife, proferiu uma conferência na sede da Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, cujo tema era "O Ideal Socialista", em 12 de outubro de 1918.[124] Envolto na *questão social* pensada pelo Vaticano e pelo episcopado

---

[121] Ao longo dessa escrita, usamos o termo "desmaterializar" para nos referirmos à ideia de que o mesmo discurso da Igreja Católica que enfatizava a espiritualidade para o operariado, no sentido de afastá-lo do materialismo e desmobilizá-lo das lutas de classes, escamoteava a sua própria materialidade física, econômica e política (poder temporal).

[122] De acordo com Diehl (1990, p. 32-33), um dos pontos do plano de ação do clero brasileiro para enfrentar a *questão social* no Brasil, desde a separação da Igreja do Estado, foi a educação e orientação do operariado por meio da organização de entidades sindicais assistencialistas que evitassem a sua materialização.

[123] Em 31 de dezembro de 1917, Dom Adauto escreveu a "Tudo pela Pátria, nada sem Deus" que foi destinada ao clero e ao povo em geral, que era "(...) não só a confirmação do exposto na Carta Pastoral 'Deus e Pátria', publicada em 1909, como ainda uma bela lição dada aos que governam, mas que não conhecem a grande responsabilidade dos que dirigem as rédeas de um Governo qualquer que ele seja. Em poucas palavras S. Excia. Revma. ensinou muito. Fez ver o que pensava com respeito à garantia da Pátria querida, qual a sua conduta quando a honra e a dignidade da Nação reclamam dos seus filhos todo o brio e denodo; **reputa inimigos da Pátria e da República** os que desdenham os direitos de Deus sobre a sociedade; disse enfim que outra cousa não desejava senão amar a sua Pátria, a República, **vê-la sem rugas, extreme dos vícios que lhe deformam o organismo.**" (LIMA, 2007, p. 91) (Grifos nossos). Apesar do arcebispo não nomear os "erros", ele diz que são os importados do estrangeiro e que promovem o ateísmo oficial e a apostasia social, "fontes de todas as desordens".

[124] Devemos ter o cuidado para não entendermos que o operariado da capital era, no seu total, materializado e anti-religioso, pois, segundo os registros analisados, algumas das associações proletárias mantinham vínculos com a Igreja. O jornal *A Imprensa* de 17 de maio de 1924 noticia uma festa promovida pela classe operária no dia 13, quando o Cônego Pedro Anísio proferiu a conferência "Miséria e Caridade", no Teatro Santa Roza, em prol dos flagelados da inundação, se fazendo presente o Arcebispo acompanhado do seu secretário e de alguns sacerdotes. Em 16 de janeiro de 1925, identificamos que uma comissão dos centros operários estava entre as demais

brasileiro, o clero paraibano também procurava reivindicar as questões básicas ao operariado, como a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, contudo, sem perder de vista a orientação de que os trabalhadores, na capital do estado, eram de "tradição ordeira e pacata", conforme se capta no discurso do jornal *A Imprensa* intitulado "Comicio operario":

> Domingo, pelas 16 ½ horas, na Praça Pedro Américo, a classe operária desta capital realizou um *meeting* de propaganda das idéas hoje quase vencedoras a respeito do horário de trabalho. A questão, que se vem alastrando no sul do Paiz, com caracter pacífico, **na Parahyba para não desmentir as suas tradições de ordeira e pacata, também se agita no campo da ordem e das idéas, com sympathia,** por isso, de todos os poderes e da população indistinttamente. Os oradores do comício, professor Sizenando Costa e dr. João Machado, interpretaram satisfatoriamente as justas pretenções do proletariado, com ruidosos applausos da grande reunião. Segunda-feira uma commissão dos operários Joaquim Pereira do Nascimento, José Augusto, Leonel de Oliveira Cruz, Luiz José da Franca e Francisco Salles Cavalcante dirigiu-se ao palácio da presidência, afim de depor nas mãos do exmo. Sr. Dr. Camilo de Hollanda uma moção do operariado parahybano, no sentido de sua exc. se identificar com a classe operária para a realização do seu *desideratum*, isto é, a redução da jornada a 8 horas de trabalho. O Sr. Presidente manifestou-se favorável aos desejos da commissão, a qual se retirou muito satisfeita, na esperança de em breve ver em execução medidas concernentes ao seu propósito. *A Imprensa*, fazendo este registro pode afirmar que, independente de reclamação, em suas officinas os operários sempre trabalharam 8 horas. (Jornal *A Imprensa*, maio.1919). (Grifos nossos).

Esse texto nos revela essa intenção do jornal católico em "educar" os operários da capital, contudo também evidencia a organização do movimento de resistência e negociação daqueles trabalhadores por meio de comícios para reivindicarem a redução de sua jornada diária de trabalho, bem como em comissão a ser dirigida ao presidente do estado com as reivindicações propostas. Parece-nos que a preocupação da Igreja Católica da Paraíba frente ao socialismo, entendido como um desdobramento do liberalismo e do anarquismo, se tornava mais evidente, já que *A Imprensa* publicou em primeira página a matéria com o título "Evolução Socialista - A obra negativa do socialismo atheu,

---

representações políticas que foram dar as boas vindas ao visitador apostólico do Papa Pio XI na estação da *Great Western* da capital paraibana. Já em novembro desse mesmo ano, uma comissão das associações operárias estava entre as que se dirigiram ao cais do Varadouro para recepcionar Dom Adauto quando de seu retorno da terceira viagem realizada a Roma. Cf. Jornal *A Imprensa*, 17 maio.1924, 17 jan. e 04 nov.1925.

sem religião, sem família e sem propriedade", em 09 de outubro daquele mesmo ano, onde consta:

> Alça o collo, dia a dia mais audaz, a perigosa serpe do anarchismo. Diffundida, ensinada á luz meridiana, na praça publica, nos clubes e na imprensa, sob a bandeira complacente de um liberalismo criminoso e incongruente, o anarchismo, de generescencia do socialismo, tornou-se uma potencia inexpugnável. Hoje, todos lamentam as suas conseqüências perniciosas, sem, entretanto, apontarem os responsáveis por tão lamentáveis desastres que vêm chamando a attenção universal. O grito de alarme deu-o em tempo de Leão XIII, o eminente doutor, chamando para a questão social a attenção dos príncipes e governantes. Clamou no deserto, mas não tardou a desabalar-se a tempestade predita. Luziu o clarão sinistro dos incencdios e vibrou a picareta da demolição, creando-se a desordem e o desrespeito ao direito e ás instituições. Ninguem pode mais duvidar da gravidade do momento que atravessa o mundo inteiro, uma angústia inaudita e, parece, irremediável. O mal já vai muito fundo e universalizou-se. (...). (Jornal *A Imprensa*, 09 out.1919).

O discurso segue chamando atenção de que, para essa "evolução socialista", foi contribuinte o congresso marxista de 1889, onde estiveram reunidas delegações operárias da Europa e da América que terminaram por ecoarem os gritos "Proletários de todos os países uni-vos!" e "O mundo é nosso, dê no que der", que inspiraram a revolução social.[125] Dizia ainda o artigo que a lição do socialismo na América datava de bastantes anos, apresentando, por fim, a preocupação que as autoridades brasileiras deveriam ter frente a esse "mal moderno", como segue:

> No Brasil frio e retractario ao ódio e a effusão de sangue já se levanta, infelizmente, a cabeça da hydra sanguesedenta. Para honra nossa, - Deus louvado, - a cerebrina corrente anarchica não se abrem espíritos brasileiros. Mas ahi estão, de norte a sul, os emissários da derrocada moderna, a peitar a nossa ingenuidade e a explorar os nossos elementos. É mister que não se illudam as honradas classes de trabalhadores nacionaes. A política sem escrúpulos de homens do pais e a ambição de estrangeiros piratas por ahi andam a explorar. Isso já o comprehendeu o nosso governo e é o echo de nossa imprensa patriótica, que não da desmoralizada, da venal e da vermelha. É mister que o governo lance as suas vistas para esse perigoso estado das coisas. O governo da União e os dos Estados. (IDEM).

[125] O Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), que reuniu delegações de vinte países, fundou a Segunda Internacional Socialista como uma continuidade dos trabalhos da dissolvida Primeira Internacional, embora excluindo o ainda poderoso movimento anarco-sindicalista. Entre as suas principais ações, estão a declaração do 01 de maio como Dia Interncional dos Trabalhadores e a campanha internacional para a jornada de oito horas de trabalho.

A matéria reporta uma postura de recusa por parte dos “ingênuos” brasileiros aos ideais anarquistas, contudo destaca que, de norte a sul, os “emissários da derrocada moderna” já influenciam os trabalhadores do país e que os governos da União e dos estados passassem a se preocupar com “esse perigoso estado das coisas”.

Deste modo, notamos que na Paraíba essa preocupação para com a influência das ideias socialistas sobre o operariado local foi empreendida, sobretudo, pelo clero. Foi nesse sentido, por exemplo, que o arcebispo Dom Adauto presidiu uma reunião da Congregação da Doutrina Cristã no palácio episcopal, em 08 de junho de 1920, onde determinou as novas diretrizes quanto à catequese do operariado, orientando que

> O operário, mais do que nunca, deve ser hoje objeto de todos os cuidados do páraco e dos que têm cura d’almas, para que se não deixe ele arrastar nessa corrente de anarchia e de desordem em que o desejam meter. No campo, nas fábricas, nas oficinas, em toda parte, fará muito bem o ministro de Deus pregando ao operário a verdadeira doutrina social e incutindo no seu espírito o cumprimento exato do dever. (Jornal *A Imprensa*, 10 jun.1920).

Essa inquietação da Igreja Católica com as influências do socialismo no meio operário parece ter seguido uma dinâmica nacional, o que se pode perceber pela Carta Pastoral Colectiva “Sobre os males actuaes da sociedade”, emitida pelo episcopado das cinco províncias eclesiásticas do norte do Brasil, em 15 de agosto desse mesmo ano.[126] Esse foi o primeiro documento católico divulgado pelas paróquias da diocese paraibana que apresentou sistematicamente a condenação ao socialismo e às suas variantes, em dezessete das suas quarenta

[126] “Mandamos que esta Nossa Carta Pastoral, dividida em três partes, seja lida à estação da Missa Conventual em todas as Matrizes e Capellas de Religiosos e Congregados, devendo depois ser archivada na forma do estylo. Dada e passada nesta Cidade de Salvador, aos 15 de Agosto, festa da Assumpção de Nossa Senhora, do anno de 1920.” Ela foi assinada por: Jeronymo, Arcebispo da Bahia; Santino, Arcebispo de Belém; Adauto, Arcebispo da Paraíba; Sebastião, Arcebispo de Fortaleza; Sebastião, Arcebispo de Olinda Recife; Fr. Amando, Bispo Titular de Argos, Prelado de Santarém; Manuel, Bispo de Maceió; José, Bispo de Aracajú; Augusto, Bispo da Barra; Octaviano, Bispo do Piauí; Manuel, Bispo de Caetité; Moisés, Bispo de Cajazeiras; Manuel, Bispo de Ilhéus; Quintino, Bispo do Crato; José, Bispo de Pesqueira; Antônio, Bispo de Natal; José, Bispo de Sobral; João, Bispo do Amazonas; Jonas, Bispo de Penedo; Helvécio, Bispo do Maranhão; João, Bispo de Garanhuns; Ricardo, Bispo de Nazareth. Cf. Henriques (et ali), 1920.

e quatro páginas dedicadas exclusivamente à questão operária e aos cuidados para com esta.[127]

Depois de apresentar os "males atuais da sociedade", dentre os quais o anarquismo e o socialismo, a carta chama a atenção para a "má imprensa" como um dos meios que instigava a revolução social, cujos dois grandes prejudicados seriam a família e o operariado, sendo estes as principais "victimas dos pregoeiros da reforma social". Tendo por base as discussões em torno da *questão social*, o texto diz que

> Para solução de tão grave problema, além da escola liberal, com os seus diversos grupos de phisiocratas, apregoando a liberdade como remédio único dos problemas sociaes, **apresenta-se o socialismo, multiplicando-se em várias formas, desde o communismo, o collectivismo, até o maximalismo e o bolchevismo, sua derradeira feição.** (...) E, com o fim de levar a cabo a sua obra de uma falsa melhoria social, taes systemas se propõem a realizar o impossível: a egualdade social, a abolição da propriedade privada e a nacionalização de todos os bens do homem, com o que suppõem nivelar a felicidade humana e fazer desapparecer a pobreza da face da terra. Então, aguçando no operariado o ódio contra os ricos, os industriais, os proprietários, o seduzem mediante promessas illusorias e irrealizáveis e o arrastam para o abysmo das revoluções. (SILVA et alii, 1920, p. 29). (Grifos nossos).

A Carta Pastoral considerava o socialismo, o comunismo, o coletivismo, o maximalismo e o bolchevismo como um conjunto de teorias que, cada vez mais, se apresentava à sociedade brasileira através, principalmente, da "má" imprensa. Talvez na Paraíba, a divulgação de tais ideias também vinha se verificando por esse meio, já que Araújo (1986, p. 59-60) destaca que a Associação dos Empregados no Comércio passou a manter o jornal semanário *A Tribuna* em 1918, e a Sociedade dos Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, o jornal *Nordeste Operário* a partir de 1920.[128]

---

[127] Esse empenho da elite católica em "educar" o operário da capital paraibana parece ter sido contínuo, pois o jornal *A Imprensa* de 12 de novembro de 1921 tece elogios à iniciativa do Dr. Mateus de Oliveira em promover uma série de conferências de orientação cristã para o operariado paraibano, no concernente às suas reivindicações sociais. Já em 09 de dezembro de 1924, a convite de Mário Viana, superintendente da Fábrica Rio Tinto, o Arcebispo paraibano acompanhou-se dos padres Gentil de Barros (vigário de Serraria) e Artur Costa (coadjutor de Mamanguape) em visita ao centro industrial dos Lundgren que havia sido inaugurado naquele ano. Cf. Jornal *A Imprensa*, 12 nov.1921 e 11 dez.1924.

[128] Essa autora conjectura que o Jornal *União Operária* da Associação Proletária União Operária Beneficente, fundada em 1919, também é do início da década de 1920: "(...) mensário que deduzimos ter sido fundado em 1921, a partir da edição de 12 de outubro de 1932, que diz 'Ano XII'." Cf. Araújo, 1986, p. 231.

Como já analisado anteriormente, essa orientação por parte de Dom Adauto sobre a "boa" e a "má" imprensa era algo que já vinha sendo posto desde o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos (1910) e que culminou com a sua Carta Pastoral *Do Nosso Dever para com a Imprensa* (1918). No contexto dos primeiros anos da década seguinte, foi então realizada na capital do estado, no dia 06 de maio de 1921, a Festa da Boa Imprensa como parte das campanhas de orientação à sociedade sobre o que ela deveria consumir enquanto leitura. O evento foi organizado por um grupo de mulheres tendo à frente as professoras Julita e Noêmia Ribeiro, e cujos patronos foram: o prefeito da cidade Guedes Pereira; o chefe de polícia Demócrito de Almeida; o desembargador Heráclito Cavalcanti; o Major Adolfo Massa; o procurador-geral do Estado José Américo de Almeida; os coronéis Benjamim Fernandes e Elvídio de Andrade; e o chefe do Serviço de Defesa do Algodão João Maurício de Medeiros.

Tendo como palco o Teatro Santa Roza, a festa contou com as presenças dos representantes do arcebispo metropolitano e do presidente do Estado e "(...) um público que lotou os camarotes, frisas, cadeiras e gerais", e cujo ponto máximo foi o seu terceiro momento que consistiu na peça de D. Amélia Rodrigues "No Campo da Imprensa", focalizando "(...) a luta entre a boa e a má imprensa e o triunfo da boa imprensa pela ação do anjo do Brasil contra a má imprensa." (Jornal *A Imprensa*, 11 maio.1921). Vemos que estiveram à frente dessa festa os representantes das elites paraibanas (intelectuais, poderes públicos e a Igreja Católica), cujo objetivo era fazer com que a sociedade descartasse as leituras relacionadas aos "males da modernidade", dentre os quais cabe destacar o mais recente aparecido: o socialismo.[129] Tendo em vista essa campanha, o jornal

[129] Essa ação da Igreja com relação à "boa e a má imprensa" também dizia respeito à publicação de livros por intelectuais paraibanos de formação anticlerical. Foi nesse sentido que o Jornal *A Imprensa* de 16, 23 e 30 de setembro de 1920, publicou três artigos do Cônego Pedro Anísio criticando o livro de Álvaro de Carvalho "Ensaio de Crítica e Estética – Esboço de uma Lição de História", refutando-o pelas severas críticas feitas à Igreja Católica ao longo da História. Em 13 de abril de 1921, o semanário católico registra a publicação do livro do padre Florentino Barbosa "Metafísica versus Fenomenismo" como resultado de uma polêmica travada, havia pouco tempo, entre o autor e o intelectual paraibano Dr. Alcides Bezerra. Já em 23 de maio de 1922, esse jornal publicou editorial criticando severamente a revista "A Novela", publicada na Paraíba, por seu caráter anticlerical. Nesse mesmo sentido, o jornal trouxe na seção "Comentos" e assinado por "A" um artigo de crítica ao livro "Ensaios e conferências" de José Euclídes, em 09 de agosto do mesmo ano. Cf. LIMA, 2007, p. 184, 196 e 234. Também de 1922, é o periódico *O Além*, primeiro jornal da Federação Espírita Parahybana, fundado por um grupo de adeptos para divulgação da doutrina correspondente. Já *O Evangelizador*, da Igreja Presbiteriana, é um jornal protestante que foi editado em 1923. Cf. Araújo, 1986, p. 251.

católico transferiu suas oficinas para a Confederação Católica, um prédio melhor adaptado, melhorou seu maquinário e se tornou bi-semanário a partir de julho desse ano (Jornal *A Imprensa*, 20 e 27 jul.1921).

A ação constante da Igreja em orientar sobre o que a sociedade deveria ler, não impediu, contudo, que surgisse uma fomentação literária esquerdizante por parte de alguns jovens intelectuais paraibanos. Para Mello (2001, p 176), as ideias de revolução social somente começaram a ganhar espaço a nível teórico "(...) em razão da fermentação jornalística e literária que, então na cidade da Parahyba, acompanhava o Movimento Modernista, impulsionado pelo jornal *A União* e pela revista *Era Nova*, à sombra da presidência Solon de Lucena (1920-1924)"[130] Foi na seqüência desse processo que Antônio Bôtto de Menezes, por exemplo, fundou o jornal vespertino *O Combate* em meados de 1923, tendo entre seus colaboradores os jovens idealistas Mário Pedrosa, Ademar Vidal e Antenor Navarro, cujas matérias sempre se referiam ao que eles consideravam como positividades da revolução proletária da Rússia.[131] Joffily (1979, p. 159) diz que é de Antenor Navarro o artigo "A Rússia Revolucionária", publicado nesse jornal em 29 de janeiro de 1924.

Conforme Joffily (1979, p. 159), outro periódico que dedicou atenção positiva à Rússia revolucionária, foi *O Jornal*.[132] Em 1924, a morte de Lênin mereceu seus comentários em dois de seus artigos que enalteciam a revolução, bem como o papel do "grande chefe". Dizia o primeiro que

---

[130] Revista quinzenal, ilustrada e em papel couchê, fundada por Severino Lucena, filho do então presidente do estado Solon de Lucena, em 27 de março de 1921. De perfil literário, quase nunca criticava, trazendo um noticiário que se limitava mais ao social. Circulou de 1921 a 1926, saindo 100 números. Teve como principais colaboradores: Coriolano de Medeiros, Américo Falcão, Abel da Silva, Celso Mariz, Carlos Dias Fernandes, S. Guimarães Sobrinho, Ademar Vidal, Jonas Montenegro, Alfredo Silveira, Juvenal Coelho, Sá e Benevides, Mathias Freire, Vicente Falcone, Rocha Barreto, Elpídio de Almeida, Diógenes Caldas, Lauro Montenegro, Flávio Maroja, Álvaro de Carvalho, Joaquim Inojosa (escritor considerado coordenador do movimento modernista na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Amelinha Theorga, Silvino Olavo, Silvino Lopes, Assis Vidal, Mardokêo Nacre, Analice Caldas, Leonardo Smith, Peryllo de Oliveira (poeta modernista), João da Matta, Silva Lobato, Matheus de Oliveira, Oscar de Castro, Antônio Freire, Eudes Barros, Antenor Navarro, Nelson Lustosa, Samuel Duarte, Manuel Otaviano, Antônio Bôtto de Menezes, dentre outros. Cf. Araújo, 1986, p. 144-146.

[131] Segundo Araújo (1986, p. 61), o jornal *O Combate* começou como órgão oficioso, passando a veículo de oposição governista desde o momento que Antônio Bôtto rompeu com o presidente da Paraíba, João Suassuna (1924-1928).

[132] *O Jornal*, de propriedade de Joaquim Pessoa de Albuquerque, mas dirigido por Otacílio de Albuquerque, circulou entre 1923 a 1926. Esse diário político teve em sua redação figuras como Rodrigues de Carvalho, Severino Ayres, Joaquim Ribeiro, sendo os principais expoentes João Dantas e João da Matta. Cf. Araújo, 1986, p. 61.

> Fez-se, ademais, em torno da revolução moscovita, tal campanha de exagero, de descrédito, de mentira, de difamação, que ainda hoje não têm dela, geralmente, uma noção nítida mesmo a que a supõem ter. Lenine foi um bravo. A sua vida foi um combate ininterrupto contra a prepotência e o despotismo. A sua energia varonil cedeu o absolutismo dos Romanoff e o evangelho de suas idéias criou uma Rússia nova e liberta. Wlademir Lenine é um nome que não se apaga e passará vitoriosamente aos pósteros. As más doutrinas fizeram correr muito sangue, mas esse sangue medrou a árvore da liberdade entre os slavos e redimiu muitos males. A memória de Lenine pode ser amaldiçoada, mas o seu nome há de viver onde se pensar em reivindicações, em liberdade e equiparação social. (...). (*O Jornal*, 25 jan.1924 Apud JOFFILY, 1979, p. 159).

No dia seguinte, esse jornal trouxe o segundo artigo no mesmo sentido:

> A morte de Wladimir Lenine foi o maior acontecimento da semana. O famoso pontífice do Sovietismo chegou, enfim, ao término de sua penosa jornada. Mil vezes apregoada a sua morte, que mil vezes foi também desmentida. Mas, o admirável agitador tinha que ceder às leis fatais do destino e, como todos os homens, passar à vida subjetiva. Passou, deixando sulcos indeléveis de heroísmo, em que se não apagarão ao decorrer dos anos. (*O Jornal*, 26 jan.1924 Apud JOFFILY, 1979, p. 159).

Ainda de acordo com Joffily (1979, p. 160), no início da década de 1920, o regime soviético começou a atrair a atenção dos jovens paraibanos "(...) da classe média e até entre os oriundos da burguesia, o desenvolvimento intelectual aguça a sensibilidade e torna irresistível a fascinação pela justiça social." Assim, foi essa arregimentação de uma pequena juventude na capital do estado que possibilitou surgir o Partido Comunista do Brasil na Paraíba.

Apesar de não existirem maiores registros sobre a fundação do PCB paraibano, Severino Ribeiro (apud PORFÍRIO, 2003, p. 26) diz que foi um dos pioneiros desse partido e que a sigla foi fundada na capital do estado em 25 de março de 1922, data essa a mesma do I Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil em Niterói - RJ. Severino Ribeiro relata ainda que a primeira direção do PCB paraibano foi composta por: Manoel Luiz Dias Paredes, secretário político; Manoel Ferreira de Castro, secretário de organização; Luiz Fonseca,

secretário de divulgação e propaganda; Martiniano Barbosa, secretário sindical; e José Leandro, secretário de finanças.[133]

Sobre a presença das ideias comunistas em Campina Grande, Câmara (1998, p. 147) mostra que elas vinham sendo propagandeadas desde 1927. "Naquele ano a sociedade União Geral dos Trabalhadores funcionava numa casa da rua do Progresso e, dirigida por alguns mecânicos e pedreiros de Recife, era ostensivamente marxista de cujas idéias faziam aberta propaganda." Nesse mesmo sentido, Eurípides Floresta de Oliveira (apud MENDES FILHO, s.d) disse que naquela cidade "(...) em 1926/27, já atuavam grupos comunistas que dirigiam o Sindicato Geral dos Trabalhadores. Organicamente, ele era dividido, nas reuniões cada categoria levantava a sua bandeira: pedreiro, ferreiro, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, (...)".[134]

Contudo, os parcos registros de que dispomos, indicam que o PCB da Paraíba, do ponto de vista numérico e organizacional, era disperso e sem muita influência na sociedade ao final da década de 1920. Tanto é que, nas eleições presidenciais de março de 1930, o candidato do Bloco Operário Camponês, Minervino de Oliveira, obteve "(...) apenas vinte e um sufrágios, todos restritos à capital (...)". (MELLO, 2001, p. 178).

Ainda durante a década de 1920, a Igreja paraibana empreendeu outras ações romanizadoras que faziam com que a sociedade, não só da capital mais também do interior do estado, tomasse conhecimento sobre o que ela considerava como sendo os "males da modernidade". Dentre tais ações, cabe destacar as Cartas Pastorais dirigidas aos párocos locais que as liam durante as missas, como descrito anteriormente, bem como as Visitas Pastorais, que eram práticas comuns do episcopado brasileiro. Por meio destas,

> (...) os bispos conheciam geograficamente as suas dioceses, os trabalhos realizados pelos padres e a situação pastoral e administrativa da Igreja nas diversas paróquias, sobretudo no interior. Objetivavam as *Visitas Pastorais* expandir a doutrina cristã e balizar, por meio de

[133] Severino Ribeiro foi um antigo militante comunista que morreu no PCdoB com quase noventa anos de idade, em 1986, deixando essas impressões sobre a fundação do PCB em uma entrevista gravada pelo jornalista João Batista Barbosa. Cf. Porfírio, 2003, p. 26.

[134] Eurípedes de Oliveira se tornou a principal liderança do integralismo em Campina Grande entre 1933 e 1937, realizando palestras, falando em comícios, escrevendo artigos e catequizando adeptos. Cf. Sylvestre, 1993, p. 202.

> ensinamentos, o que deveria ser o modo de proceder da Igreja Católica em seu aspecto religioso e organizacional. (DIAS, 2008, p. 114).

Nesse sentido, essas visitas faziam parte das estratégias da Igreja para a romanização da sociedade brasileira, uma vez que apresentavam um caráter disciplinar e fiscalizador das atividades e comportamentos do clero e de seus fiéis. De acordo com Ferreira (1994, p. 214), Dom Adauto seguiu essa orientação do episcopado nacional e "(...) nos primeiros anos do seu bispado (1894-1910), visitou praticamente quase todas as sedes de paróquias da diocese da Paraíba, passando vários meses fora de sede do bispado."

Conseguimos identificar que tais visitas continuaram sendo uma prática corrente durante a década de 1920, quando Dom Adauto vistoriou anualmente as diversas e longínquas paróquias de sua diocese, como descrito no quadro que segue:

QUADRO IX – VISITAS PASTORAIS (1921-1929)

ANO	MÊS	FREGUESIAS (MATRIZES E CAPELAS)
1921	Agosto a setembro	Teixeira, Taperoá, São João do Cariri, Cabaceiras, Soledade, Pedra Lavrada e Picuí
	Novembro	Areia
1922	Dezembro	Alagoa do Monteiro, São Tomé, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú
1923	Dezembro	Alagoinha e Guarabira
1924	Janeiro	Serraria, Borborema e Pilões
	Outubro	Bananeiras e Arara
	Novembro	Alagoa Grande e Sapé
1925	Janeiro	Santa Rita
	Fevereiro	Itabaiana e Caiçara
	Março	Espírito Santo, Mogeiro e Fagundes
	Abril	São Miguel do Taipú
1926	Fevereiro	Jacaraú (Freguesia de Mamanguape)
	Março	Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Freguesia de Lourdes
	Novembro	Lagoa do Remígio, Esperança e Cabedelo
	Dezembro	Pirpirituba
1927	Novembro	Alagoa Nova
	Dezembro	Umbuzeiro, Natuba e Aroeiras
1928	Janeiro	Teixeira, Desterro e Imaculada
	Agosto	Campina Grande
1929	Outubro a Novembro	São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú, Alagoa do Monteiro, São Tomé, São João do Cariri, Serra Branca, Serra Redonda e Ingá

FONTE: LIMA, 2007, p. 190-473. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Durante as visitas, que geralmente duravam entre três ou quatro dias, as programações incluíam pregações catequéticas durante as celebrações de

missas e várias práticas sacramentais, como confissões, crismas, comunhões e casamentos dos fiéis. Desse modo, elas se tornaram um grande empreendimento administrativo e pastoral durante os anos 1920, já que por meio delas o arcebispo tanto regraria o funcionamento de suas paróquias como procuraria disciplinar a sociedade.[135]

De acordo com Gurjão (1994, p. 143), o movimento operário na Paraíba voltou a viver um crescimento na década de trinta, assumindo sua maior intensidade em 1935, quando então se efetivou a presença do trabalhador urbano no cenário político estadual em movimentos de resistências frente às condições precárias de vida às quais estava submetido. Sobre o crescimento da indústria paraibana e do seu contingente operário nos anos 1930, vejamos o quadro abaixo:

QUADRO X – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DE OPERÁRIOS NA PARAÍBA (1920 e 1940)

1920		1940	
Estabelecimentos	**Operários**	**Estabelecimentos**	**Operários**
251	3.035	737	13.210

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 144.

Segundo Gurjão (1994, p. 116), no mês seguinte à vitória da “Revolução” de outubro de 1930, a interventoria paraibana promoveu um Congresso Operário, cuja finalidade foi debater a *questão social* e colher sugestões para a solução dos problemas do operariado. Essa autora diz ainda que a relação entre a interventoria de Antenor Navarro (1930-1932) e as lideranças operárias foi relativamente amistosa, tendo contribuído para isso o culto à memória de João Pessoa que, de certa forma, unia o operariado ao projeto político do governo paraibano e, assim, as lideranças operárias passaram a depositar confiança na obra renovadora.[136] Essa relação de aproximação entre o operariado e o Estado

[135] A Diocese de Cajazeiras no sertão da Paraíba, cujo Bispo era Dom Moisés Coelho, passou a editar um periódico de orientação católica a partir de 16 de novembro de 1924, circulando semanalmente às quintas-feiras. Tratava-se do jornal *Rio do Peixe*, sob a direção do Dr. Ferreira Júnior e tendo como redator-chefe o Dr. Cristiano Cartaxo e redator-gerente, o professor Hildebrando Leal. O *Rio do Peixe* circulou entre os anos de 1930-1940, em toda a região do alto sertão paraibano. Entendemos que esse periódico também foi contribuinte para a Igreja Católica romanizar a sociedade paraibana.

[136] Cabe lembrar também, como já mencionado antes, que Antenor Navarro havia sido um dos admiradores do socialismo que estava sendo posto em prática na URSS, tendo publicado artigos

pode ser notada ainda quando da chegada do recém empossado interventor Gratuliano de Brito (1932-1934) ao porto de Sanhauá, já que, na ocasião, um dos discursos de boas vindas foi o de José Marques, que falou em nome do operariado paraibano (Jornal *A Imprensa* 15 dez.1932). Entendemos que essa relação "amistosa" entre Estado e trabalhadores deve ser compreendida como parte das táticas desenvolvidas por estes últimos que, tendo em vista o quadro de repressão estabelecido durante a década de 1920, se voltou para o campo das negociações, como melhor veremos no próximo capítulo.

Nesse sentido, identificamos que em janeiro e abril de 1931, a interventoria da Paraíba, em consenso com o corporativismo varguista, procurava estimular os trabalhadores a se registrarem no Ministério do Trabalho e difundia os benefícios apresentados pela nova legislação (Jornal *A União*, 17 jan. e 14 abr.1931).[137] Todavia, encontramos registros de que esta legislação não era cumprida na Paraíba e, quando ocorria a prática de alguma das leis decretadas, limitava-se às indústrias de grande porte: "Em nosso Estado (e honra nos seja: não estamos sós na desídia) só se beneficia da lei os ferroviários da Great Western e os empregados da Empresa de Tração, Luz e Força. Fica, assim, uma funda desegualdade de condições entre cooperadores de empresas congêneres". (Jornal *A União*, 07 jul.1933).

Por seu turno, a Igreja Católica continuava caminhando no sentido de "desmaterializar" o operariado paraibano, sendo mais um dos meios dessa ação a

---

nesse sentido nos anos 1920. Segundo Mello (1992, p. 102), Navarro saiu da "Revolução" de 1930 convertido em "amigo das classes proletárias", conseguindo a adesão, inclusive, de lideranças operárias.

[137] A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo implantado no Brasil no dia 3 daquele mesmo mês sob a chefia de Getúlio Vargas. O "ministério da Revolução", como foi chamado por Lindolfo Collor, o primeiro titular da pasta - surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Durante a gestão de Lindolfo Collor (1930-1932), o ministério conheceu intensa atividade legislativa, referente, sobretudo à organização sindical e aos direitos trabalhistas, e esboçou as linhas-mestras de sua atuação nos anos seguintes. No campo da organização sindical, Lindolfo Collor declarava explicitamente que concebia os sindicatos como um instrumento para mediar o conflito entre empregados e patrões. Seu objetivo era trazer as organizações sindicais para a órbita do novo ministério, de forma que elas passassem a ser controladas pelo Estado. No que se refere à questão dos direitos trabalhistas, o regime procurava atender algumas reivindicações históricas do proletariado, ao mesmo tempo em que construía todo um discurso ideológico sustentado na ideia da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado. Esse projeto foi intensamente criticado pelos grupos de esquerda, que denunciavam seu caráter corporativista e diluidor dos conflitos entre capital e trabalho. Por conta disso, nos primeiros tempos, somente os sindicatos das categorias com menor tradição organizativa aceitaram se enquadrar nas condições exigidas pelo Ministério do Trabalho para que fossem oficialmente reconhecidos. Cf. Gomes, 2005, p. 164.

União dos Moços Católicos da capital.[138] Uma das atitudes dessa associação com esse propósito pode ser notada quando, em 13 de maio de 1931, ela realizou uma sessão presidida pelo Cônego João de Deus em comemoração ao 5º aniversário de sua fundação, onde estiveram presentes, além dos representantes do governo e da polícia estadual, as representações operárias, sendo que "A nota de destaque da sessão foi a conferência do Dr. Murilo Coelho 'O Catolicismo e o Operariado'" (Jornal *A Imprensa*, 16 maio.1931).[139]

A estratégia dessas ações da Igreja se baseava em procurar sempre envolver os trabalhadores nas programações religiosas, ao mesmo tempo em que continuava a providenciar a sua inserção nas associações que representavam esses trabalhadores. Nesse sentido, identificamos que a Igreja esteve presente durante as festividades do 50º aniversário da Sociedade dos Artistas, Operários Mecânicos e Liberais, em 11 de setembro de 1931. Pela manhã, o próprio arcebispo realizou, na Igreja do Carmo, uma missa em sufrágio das almas dos sócios falecidos. Já à noite, Dom Adauto presidiu uma sessão na sede da Sociedade Mecânica, onde se procedeu à aposição de um crucifixo, que tinha sido presente da União dos Moços Católicos de João Pessoa, discursando por ocasião o Assistente Eclesiástico dessa associação, o Cônego João de Deus. Em seguida, falou Francisco de Assis, presidente da Mecânica, agradecendo a imagem recebida e, ao final da sessão, procedeu-se à inauguração do retrato do presidente João Pessoa, sendo orador oficial dessa solenidade o sócio Mardoqueu Nacre.[140] (Jornal *A Imprensa*, 10 set.1931).

Com essa mesma finalidade, em 10 de outubro de 1932,

> O Sr. Arcebispo Coadjutor, D. Moisés Coelho, profere às 7 da noite, na Matriz de Santa Rita, uma conferência para os operários daquela cidade,

[138] A União dos Moços Católicos foi fundada na capital em 02 de maio de 1927, filiada à sua congênere de Belo Horizonte, com a finalidade de arregimentar a mocidade paraibana para a defesa dos ideais dentro das linhas do catolicismo. Além da capital, sua ação se estendeu a outros municípios do estado: Areia, Campina Grande, Alagoa Grande (20/11/1927), Esperança (21/07/1928), Bananeiras (28/09/1930), Santa Rita (10/04/1932) e Guarabira (03/07/1932). Cf. Jornal *A Imprensa*, 08 maio.1927.

[139] Como já destacado anteriormente, parte do operariado da capital paraibana era de tradição católica e mantinha relações estreitas com a Igreja Católica, que se dizia defensora da *questão social* voltada aos trabalhadores. Talvez por essa razão "representantes das classes proletárias" tenham constado entre as várias visitas que foram parabenizar Dom Adauto, em 30 de agosto de 1933, por ocasião de seu aniversário. Cf. Jornal *A Imprensa*, 01 set.1933.

[140] Durante as celebrações, o Arcebispo se achava ladeado do Tenente-Coronel Elísio Sobreira, representante do interventor Antenor Navarro. Cf. Jornal *A Imprensa*, 10 set.1931.

> abordando os assuntos prementes da vida operária moderna, analisando os tristes efeitos do nosso liberalismo econômico à luz da doutrina social da Igreja. Terminou fazendo um apelo às forças operárias, para a sua arregimentação dentro do programa de reivindicações que lhe traça a Igreja. (LIMA, 2007, p. 574).

O público específico dessa conferência de Dom Moisés Coelho nos faz perceber como andavam as preocupações da Igreja Católica paraibana frente à materialização do operariado no início da década de 1930.[141] Com igual intenção foi realizada outra conferência no Teatro Santa Roza, em 25 de junho de 1932, ministrada pelo tenente Severino Sombra, presidente da Legião Cearense do Trabalho, onde o mesmo defendeu "(...) os direitos cristãos do trabalhador e criticou as ideologias que procuravam resolver o problema social à luz do materialismo." (LIMA, 2007, p. 561).[142] É interessante observar que, no início de sua fala, o conferencista foi aparteado pelos comunistas chefiados por Orris Barbosa e João Santa Cruz[143], o que demonstra as relações de poder então estabelecidas entre os que falavam em nome da ordem instituída e os que se contrapunham a ela.

Apesar de toda retórica do governo e da Igreja Católica, nenhuma ação foi efetivamente posta em prática no sentido de estender a legislação trabalhista aos trabalhadores da Paraíba e as suas condições de vida continuaram agravadas.

---

[141] A Igreja também entendia que outra estratégia muito eficaz na catolicização da sociedade seria a prática do ensino de religião nas escolas da Paraíba. Assim, ela passou a empreender forte campanha no sentido de fazer valer na Paraíba o Decreto Federal nº 19.914, de 30 de abril de 1931, que facultara o ensino religioso nas escolas públicas do país. O Jornal *A Imprensa*, de 14 de janeiro de 1932, publicou o editorial sob o título "A Paraíba quer a execução do decreto federal de 30 de abril", que cobrava do interventor estadual providências nesse sentido, já que o mesmo ainda não pusera o decreto em prática. Ainda em 29 de janeiro desse ano, Dom Adauto publicou a Carta Pastoral "As vantagens do Ensino religioso", que foi noticiada na íntegra no jornal católico de 02 de fevereiro. Seis meses depois, o governo do estado regulamentou o decreto e a Igreja passou a atuar em mais uma frente no combate à materialização do operariado. Cf. Jornal *A Imprensa*, 14 jan., 02 fev. e 03 ago.1932. Contudo, esse jornal comenta em um tópico a atitude de Samuel Duarte e Vasco Toledo que, no conclave do Partido Progressista, impugnaram o ensino religioso facultativo nas escolas. Cf. Jornal *A Imprensa*, 21 abr.1933.

[142] A Legião Cearense do Trabalho foi uma entidade partidária sindical de inspiração fascista que surgiu em 1931 atuando até 1937, no Estado do Ceará. A entidade tinha o caráter católico, antilberal e anticomunista. O jornal *A Imprensa* de 25 de agosto de 1922 registra um telegrama de Odon Bezerra agradecendo a sua aclamação para presidente da Legião Paraibana do Trabalho, instituição organizada na Paraíba à feição de sua congênere cearense, fundada pelo Tenente Severino Sombra.

[143] No contexto da reconstitucionalização de 1932, João Santa Cruz passou a integrar os quadros do Partido Comunista do Brasil na Paraíba, se tornando a maior liderança das esquerdas no estado até meados do século XX. Sobre sua aproximação com o marxismo, Barbosa (1985, p. 30) diz que "Foi, seguramente, a partir dos anos trinta que mais se aprofundou nos estudos do marxismo, quando se tornou um ardoroso combatente antifascista, comandando, praticamente, todos os movimentos contra o integralismo, na Paraíba."

Porém, o operariado da capital partiu para uma ação mais efetiva em torno de mobilizar-se em prol de suas reivindicações: jornada de trabalho de 8 horas, lei de férias e a lei de acidentes de trabalho (Jornal *O Rebate*, 22 out.1932 e jornal *A União*, 09 nov.1932). Essa ação operária pode também ser expressa pela criação de novos sindicatos que, somados aos já citados anteriormente, contribuíram para instigá-lo à luta reivindicatória pelas leis trabalhistas que não eram aplicadas. Pode-se dizer que, mesmo com a lei de sindicalização e a busca do interesse do Estado pela tutela dos sindicatos, uma leva de associações operárias foi se configurando no cenário político paraibano. Abaixo, segue a listagem dessas novas associações pela Paraíba afora com o seu número de sócios do ano de 1932.

QUADRO XI – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1930-1932)

DESIGNAÇÃO	SEDE	ANO	Nº SÓCIOS EM 1932
Centro Proletário Alberto de Brito	Capital	1930	74
Centro Beneficente dos Barbeiros	Capital	1930	43
Associação Proletária Beneficente João Pessoa	Capital	1931	103
Syndicato dos Graphicos	Capital	1931	158
Centro dos Trabalhadores	Capital	1931	92
União Geral dos Trab. de Transporte Marítimos e Porto	Cabedelo	1931	161
Syndicato dos Operários da Fábrica Tibiry	Santa Rita	1931	345
Centro dos Trabalhadores Barreirenses	Santa Rita	1931	72
Syndicato dos Auxiliares do Comércio	Guarabira	1931	108
União Operária Catholica	Campina Grande	1931	600
União dos Artistas e Operários	Patos	1931	46
Syndicato dos Auxiliares do Comércio	Capital	1932	279
União dos Estivadores	Cabedelo	1932	139
Syndicato Geral dos Trabalhadores	Campina Grande	1932	95

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 149 e SANTANA, 1999, p. 223.

De acordo com Gurjão (1994, p. 149), a princípio esses sindicatos adotaram uma atitude conciliatória com o Estado, a exemplo das Associações Beneficentes, entretanto, passaram a se mostrar mais independentes nos anos de 1934 e 1935, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil como o mais ativo e combatente.[144] A autora relata ainda que “Em março de 1935 foi fundada a Frente Única Sindical, a exemplo das que surgiam em todos os Estados do país.

[144] Até 1934, as relações entre as representações dos trabalhadores e a interventoria eram amistosas, tornado-se tensas e até mesmo hostis a partir de então. Porém, simultaneamente, iniciava-se a repressão sobre os trabalhadores por meio de reiteradas ameaças da interventoria àqueles que insurgissem contra a ordem estabelecida. Cf. Gurjão, 1994, p. 150.

Funcionou na sede da Sociedade Mecânica e foi muito ativa, estimulando a criação de novos sindicatos e reforçando a luta dos operários".

A organização do operariado paraibano, na primeira metade da década de 1930, também se evidencia pelos seus instrumentos culturais de luta, a exemplo dos jornais editados pelos próprios trabalhadores, como segue:

QUADRO XII – JORNAIS EDITADOS PELOS OPERÁRIOS NA PARAÍBA (1931-1940)

TÍTULO	PERÍODO	PATROCINADOR
União Operária	1921-1933[145]	União Operária Beneficente
A Voz Operária	1931-1935	Associações Operárias da Parahyba do Norte
A Alvorada	01/05/1933	Alliança Proletária Beneficente
O Norte Operário	12/10/1933	União Operária Beneficente
A Frente	01/05 a 01/08/1934	Alguns sindicatos de Campina Grande
O Clarim	1939 a 1940	Sociedade União Operária Beneficente "Elísio de Sousa"

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 147 e Jornal *A União*, 1933.

Citando o exemplo do jornal *A Alvorada*, Gurjão (1994, p. 147) observa que estes periódicos davam ênfase, sobretudo, à necessidade da união dos operários, acenando para o socialismo de forma vaga e destituída de conteúdo e "apelavam, principalmente para o aperfeiçoamento moral, intelectual e o respeito às autoridades constituídas (...)". De acordo com essa autora, o editorial do *A Alvorada* também procurava advogar o direito à liberdade para os trabalhadores dentro da ordem e da lei (sem se tornarem subservientes), assim como defendia a Alliança Proletária Beneficente das acusações de subversiva frente às autoridades.[146]

Em meio a esse contexto, a Igreja Católica continuava a efetivar suas ações na busca de "desmaterializar" o operariado paraibano através das associações assistencialistas, com destaque para a União dos Operários e Trabalhadores Catholicos, que já funcionava em João Pessoa desde 1915, e a União Operária Catholica, fundada em Campina Grande em 1931. Depois de 1933, esta última atuou em conjunto com a Sociedade Beneficente dos Artistas, que era

[145] Em 12 de outubro de 1936, esse jornal circulou em homenagem as comemorações do 17º aniversário da fundação da União Operária Beneficente. Cf. Jornal *A União*, 14 out.1936.

[146] Apesar dessa efervescência, esses jornais operários tiveram efêmera duração e desapareceram após o levante comunista de 1935, quando seus redatores foram presos e torturados. Cf. Gurjão, 1994, p. 148. Destes periódicos, o mais combativo foi *A Voz Operária*, que reunia várias associações e que conseguiu tem maior periodicidade (1931 a 1935).

administrada e financiada por integralistas, ”(...) realizando relevantes obras filantrópicas, distribuindo alimentos, vestimentos, ajuda em dinheiro e sustentando mais de 500 alunos em suas escolas”. (SANTANA, 1999, p. 231).

A reconstitucionalização do país permitiu a crescente participação do operariado na política paraibana por meio das mobilizações reivindicatórias e/ou formação de frentes partidárias. Durante o processo eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte, com eleições em 03 de maio de 1933, os comunistas paraibanos formaram a Liga Pró-Estado Leigo, uma coalizão também integrada por representantes de várias tendências políticas como liberais-radicais, agnósticos, maçons, espíritas, protestantes, enfim, todas as correntes de pensamento que eram perseguidas pela Igreja Católica.[147]

Tendo em vista esse aumento da participação política dos operários da Paraíba, bem como o transcurso eleitoral vindouro, a Igreja Católica logo cuidou de fundar a junta estadual da Liga Eleitoral Católica, em dezembro de 1932. Seguindo as orientações de sua congênere nacional, a LEC tinha como principal objetivo propugnar pela vitória dos princípios cristãos nas próximas eleições.[148] O jornal católico publicou uma nota sobre a atitude política dos católicos daquele momento:

> Não vamos formar um partido católico, mas vamos arregimentar um eleitorado católico. Não nos limitaremos aos horizontes acanhados dos faccionistas partidários, mas apoiaremos todos os que, dentro ou fora dos partidos, estejam de acordo com os nossos princípios ou aceitem as nossas sugestões. Não queremos mandar; também não deixaremos que mandem os inimigos da nossa fé e da nossa pátria. Não disputaremos cargos; também não entregaremos os cargos a pessoas indignas. Não procuraremos honrarias; também não prestaremos honra aos que se divorciarem de nossas diretrizes. Não nos moveremos por pessoas. Combateremos por ideais. E não nos entibiaremos com as derrotas nem nos enfatuaremos com as vitórias. (Jornal *A Imprensa*, 10 fev.1933).

[147] Para concorrer a esse pleito, a direção nacional do PCB tentou conseguir a sua legalização, mas seu registro foi negado. Foi então decidido que os comunistas do Brasil deveriam constituir frentes amplas que arregimentassem a sua representação eleitoral. Cf. MELLO, 2001, p. 179. A Liga Pró-Estado Leigo não conseguiu êxito, obtendo apenas 412 votos, mas o PCB paraibano, apesar de ser muito pequeno, acumulou força e prestígio para os seus passos seguintes na política paraibana e no movimento sindical. Cf. Porfírio, 2003, p. 34.

[148] O jornal *A Imprensa,* de 15 de dezembro de 1932, noticia a constituição da Liga Eleitoral Católica da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, registrando os nomes dos seus componentes: Dr. Francisco Lianza, presidente; Antônio Carvalho, secretário; João Serrano de Andrade, Angélico Miranda Loureiro e Antônio de Carvalho Dias, vogais. O jornal *A Imprensa* de 03 de fevereiro de 1933 traz a nota da Cúria providenciando a organização da LEC nas paróquias da Arquidiocese.

A partir de então, assim como no resto do Brasil, a participação da Igreja na política paraibana se consolidou, passando a atuar como grupo de pressão junto ao eleitorado no decorrer daquele processo eleitoral. Não obstante se declarar isenta de participação em qualquer partido político, deixava claro o seu apoio aos candidatos do partido situacionista e ao integralismo, atacando veementemente o socialismo.[149]

Com o propósito de "desmaterializar" o operariado, a Igreja também fundou em João Pessoa um núcleo da Juventude Operária Católica (JOC), em 1933, "(...) uma associação que se destina à arregimentação de jovens obreiros no sentido de dar-lhes uma consciência de verdadeiro operario, educando-os e instruindo-os nos princípios de respeito a Deus e às autoridades constituídas". (Jornal *A Imprensa*, 22 mar.1933). Observamos ainda que, às vésperas das eleições de 1933, a JOC passou a atuar no sentido de procurar neutralizar os discursos da Liga Pró-Estado Leigo e constituir-se em um espaço de alistamento eleitoral, já que conseguiu associar mais de 200 operários e inaugurou uma escola de alfabetização para gazeteiros no bairro de Cruz das Armas, com o apoio do governo, que pagava seus funcionários e professores. (Jornal *A União*, 30 mar. 1933).

Essa ação da Igreja sobre os operários da capital pode também ser entendida a partir da programação estabelecida pelo Arcebispo para que o Cônego José Coutinho, vigário da Catedral da capital estadual, promovesse nos seus bairros mais pobres "obras de zelo e ação social católica" durante os meses de novembro e dezembro de 1933. Foram planejadas missões que teriam como pregadores os religiosos franciscanos Frei Florentino e Frei Romualdo, o Monsenhor José Tibúrcio e o Padre Teodomiro de Queiroz, e "No intuito de facilitar a celebração da santa missa e de outros atos litúrgicos (...), o Sr. Arcebispo fez construir uma capela portátil de madeira com toda aparelhagem requerida." (Jornal *A Imprensa*, 07 nov.1933).[150]

---

[149] O processo constitucional de 1932, fez surgir na Paraíba dois principais grupos políticos na disputa pelo poder: o situacionista Partido Progressista (PP), sob a liderança de José Américo, e o oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), liderado por Joaquim Pessoa e Antônio Bôtto de Menezes. Cf. Gurjão, 1994, p. 171.

[150] Como parte dessa ação contínua de cristianizar o trabalhador da capital, o arcebispo procedeu, em 13 de abril e 20 de maio de 1934, as bênçãos das novas igrejas de São Gonçalo e de São José nos bairros operários da Torrelândia e de Cruz das Armas, respectivamente. O jornal *A Imprensa* de 28 de maio de 1935 registra a nota do arcebispo sobre a desapropriação da Igreja

Apesar de ser mais concentrada nas maiores cidades da Paraíba, a ação romanizadora do arcebispado paraibano sempre procurou alcançar as mais longínquas paróquias, quer por meio das orientações postas nas Cartas Pastorais a serem lidas durante as missas, quer fosse pela observação *in loco* do próprio Dom Adauto através de suas Visitas Pastorais, conforme já analisado anteriormente. No que diz respeito às visitações de paróquias, observamos que elas continuaram sendo uma prática do arcebispo paraibano na primeira metade da década de 1930, como segue:

QUADRO XIII – VISITAS PASTORAIS (1932-1935)

ANO	MÊS	FREGUESIAS (MATRIZES E CAPELAS)
1932	Novembro	Pocinhos
1933	Novembro	Itabaiana
	Dezembro	Mamanguape e Rio Tinto
1934	Janeiro	São Miguel de Taipu
	Setembro	Mogeiro e Ingá
	Novembro	Cuité, Picuí, Pedra Lavrada, Alagoa Grande e Esperança
1935	Janeiro	Alagoinha

FONTE: LIMA, 2007, p. 552-630. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A despeito de observarmos um decréscimo, se compararmos com a primeira metade da década anterior, notamos que as visitas pastorais continuaram sendo uma estratégia utilizada pelo arcebispo para supervisionar e doutrinar o clero e a sociedade de sua Arquidiocese.[151]

Concordando com Gurjão (1994, p 143), Santana (1999, p. 228) também narra que o movimento operário da Paraíba assumiu sua maior intensidade em 1935, onde demandava "(...) cumprimento da lei de férias, de acidente de trabalho, jornada de 8 horas, melhores condições de trabalho e transporte mais

---

das Mercês, situada na Praça João Pessoa, para que a mesma fosse demolida por motivos de utilidade pública. Em troca, o governo estadual e municipal construiria, no bairro operário da Torrelândia, uma nova igreja e pavilhões de escolas profissionais para meninos pobres. Diz Dom Adauto: "Peçamos todos de coração ao nosso bom Deus, donde vem todo bem, que estas obras venham em sua integridade, cresçam e floresçam para a glória divina, nossa felicidade suprema, para o bem geral de tantas gerações de operários que atrairão as bênçãos de Deus sobre toda a família paraibana, **livrando-a da peste do comunismo e de muitos outros males sociais**." (Jornal *A Imprensa*, 28 maio1935). (Grifos nossos).

[151] As orientações de Dom Adauto aos párocos da Paraíba também se davam por meio da Conferência Eclesiástica Mensal. O jornal católico de 15 de agosto de 1933 traz o Aviso nº 66 da Cúria lembrando, em nome do Arcebispo, o comparecimento no Palácio do Carmo, em 23 de agosto, dos vigários de Alagoa do Monteiro, Mamanguape, Serra Redonda, Cabaceiras, Serra da Raiz, Pocinhos, Taperoá, Soledade, Alagoa Nova, Esperança, Bananeiras, Campina Grande, Gurinhém, Espírito Santo, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo, como também de todos os padres da capital, para a conferência eclesiástica mensal, segundo as instruções do Boletim Eclesiástico.

barato para a classe operária, com a extensão da linha de bondes aos bairros de maior índice proletário, como o Rogers e Cruz das Armas." Entre os meses de março e julho, essa mobilização foi consubstanciada por meio da participação de alguns núcleos operários na Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança do advogado João Santa Cruz.[152]

A autora diz ainda que tais mobilizações ganharam impulso na capital paraibana graças ao clima de campanha das eleições municipais para vereadores, a se realizarem em 09 de setembro daquele ano, onde o oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), depois de conseguir o apoio de Osias Gomes, Josebias Marinho e Horácio de Almeida, principais nomes da ex-legenda "Trabalhador, Vota em Ti Mesmo", obteve a adesão de parte do operariado por meio de seus sindicatos e associações.[153]

Tendo em vista essa situação, a Igreja Católica continuou a se unir ao poder então constituído no estado, manifestando o declarado apoio da LEC ao situacionista Partido Progressista (PP) por meio do jornal *A Imprensa*, onde recrudesceu a propaganda anticomunista e a doutrinação integralista.[154] Tendo como principal objetivo garantir o apoio dos trabalhadores, o porta-voz da Igreja,

---

[152] O surgimento da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, em março de 1935, empolgou os poucos comunistas que existiam na Paraíba, conseguindo atrair para as suas fileiras estudantes, professores, intelectuais, advogados, médicos, comerciantes, operários e trabalhadores em geral. João Santa Cruz, devido a suas participações nas eleições de 1933 e 1934, representando o PCB, e por sua atuação como advogado junto a alguns sindicatos de operários da capital, foi escolhido pelos comunistas para presidência do núcleo paraibano. Além deste, a direção estadual era composta por Aderbal Jurema, vice-presidente; e os demais membros: Miranda Sá Júnior, Guimarães de Tal, Waldemar Trigueiro, Ademar Vidal, Manuel Florentino, Horácio Mesquita, Altino Macedo, Elias Araújo e Manoel Alves. Cf. Porfírio, 2003, p. 44-49. A ANL chegou a desenvolver intensa propaganda através da imprensa (boletins) e de comícios, contudo não chegou a inaugurar a sua sede em João Pessoa, que estava prevista para o dia 15 de julho de 1935, já que o governo federal proibiu o seu funcionamento no país dois dias antes. Cf. Jornal *A Imprensa*, 03 ago.1937.

[153] As eleições para a Câmara Federal e para as Assembléias Legislativas estaduais, realizadas em 14 de outubro de 1934, abriram espaço para os deputados classistas, que seriam indicados pelas representações dos trabalhadores e patrões. Para aquela eleição, o Partido Comunista do Brasil registrou a chapa "Trabalhador, Vota em Ti Mesmo", que na Paraíba foi composta por quatro candidatos a deputados federais e trinta a deputados estaduais, entre comunistas, socialistas, sindicalistas, evangélicos e maçons. Cf. Porfírio, 2003, p. 35-36.

[154] O jornal *A Imprensa*, de 18 de julho de 1933, noticia a instalação de uma seção da AIB na Paraíba. Já o do dia 08 de agosto desse mesmo ano diz ter chegado à capital no dia anterior uma caravana integralista chefiada por Plínio Salgado, realizando-se uma sessão pública em propaganda do seu ideal, no salão nobre da Escola Normal, cedido pelo diretor Cônego Matias Freire, onde foi empossado o triunvirato da AIB na Paraíba, constituído por Pedro Batista, Hortêncio de Souza Ribeiro e Chileno Alvarenga. Com sede situada na Rua General Osório nº 77, a AIB paraibana passou a fundar núcleos em vários municípios do estado: Souza, São Gonçalo, Catolé do Rocha, Pirpirituba, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, Areia, Santa Rita, Taperoá, dentre outros.

entre meados e fim de julho, procurou incutir na opinião pública a denúncia de um plano objetivando a "bolchevização" do Brasil e ratificar a ideia de que o operariado paraibano era trabalhador e ordeiro e que estava sendo influenciado "por elementos extremistas infiltrados nas fábricas divulgando o credo de Moscou" (Jornal *A Imprensa*, 28 jul.1935).[155] Essa fonte, bem como outras que analisaremos adiante, também deixa rastro de que os elementos professantes do comunismo na Paraíba, ao procurarem se aproximar do meio operário, passaram ainda mais a serem considerados subversivos pelos setores reacionários.

Transcorridas as eleições, verificou-se um novo surto grevista na Paraíba, como se pode observar no quadro que segue:

QUADRO XIV – GREVES NA PARAÍBA (1934-1936)

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DIA-MÊS	ANO
Telegrafistas	CG e JP	12/07-?/07	1934
Operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Marques de Almeida e Cia.	Campina Grande	23 a 31/08	1934
Trabalhadores de Cais, Trapiches e Armazéns	Cabedelo	30/09 a 02/10	1935
Padeiros	João Pessoa e Santa Rita	? a 10/10	1935
Ferroviários da Great Western	João Pessoa	04 a 13/11	1935
Operários da Construção Civil	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Operários das Fábricas de Cigarros	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Telefonistas	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Operários da Fábrica de Óleo e Saboaria	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Estivadores	Cabedelo	04 a 10/11	1935
Operários da Indústria Mobiliária	João Pessoa	05 a 10/11	1935
Ferroviários da Great Western	João Pessoa	10/11 a ?	1936

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 157.

Para Gurjão (1994, p. 155), esses movimentos grevistas ocorridos a partir de 1934, constituem o sintoma mais evidente do crescimento da mobilização operária na Paraíba. Diz a autora, também, que as duas greves de 1934, assim como as duas primeiras de 1935, transcorreram com certa tranqüilidade e que as seguintes (novembro de 1935) foram tratadas pelo jornal católico com apreensão e temor, evidenciando também a ação repressiva por parte do Estado. Estas últimas envolveram várias categorias profissionais que paralisaram suas

[155] Os resultados desse pleito foram: o Partido Republicano Libertador conseguiu 2.477 votos, elegendo 07 vereadores, e o Partido Progressista 1.618, elegendo cinco vereadores. A chapa "Trabalhador, Vota em Ti Mesmo" obteve apenas 295 votos em João Pessoa, não conseguindo coeficiente eleitoral para eleger representantes na Câmara Municipal. Cf. Jornal *A Imprensa* 13 nov.1935.

atividades por uma semana, o que fez com que o governo estadual armasse um estado de guerra para conter o movimento.[156]

Coube à Igreja procurar atribuir uma referência comunista às greves e continuar a insistir na índole pacífica e ajuizada do proletariado paraibano, alertando-o para o perigo da infiltração de elementos subversivos em suas manifestações, como vemos:

> A massa grevista mal orientada toma atitudes contraditórias. Os propósitos conciliatórios de alguns perdem-se deante da balburdia que reina dentro dos sindicatos. E a demora de greve vem ocasionando um mal estar geral na cidade. Percebe-se que por traz dos pobres operários há quem esteja empecendo a resolução do caso. (Jornal *A Imprensa*, 08 nov.1935).

Procurando intermediar o retorno dos grevistas aos seus trabalhos, o porta-voz da Arquidiocese pedia para que os operários acabassem com a greve que "há quase uma semana sobressalta a cidade" (Jornal *A Imprensa*, 08 nov.1935). Ao mesmo tempo em que reconhecia que os salários mereciam ser reajustados e que o patronato não pensava em justiça social, o jornal católico dizia que o operariado não tinha uma mentalidade formada para resolver por si os seus problemas, deixando-se por isso "(...) explorar para gáudio dos fabriqueiros de situações sociais insustentáveis". No dia seguinte, por meio do editorial "Amai-vos uns aos outros", esse jornal continuou a insistir para que os trabalhadores acabassem com a paralisação e acusava a ANL e os comunistas de estarem usando os operários para seus objetivos políticos e como os responsáveis pelas greves daquele ano.

> A greve continúa. E continúa a intranqüilidade da família paraibana. Já se pensa, com razão, que os nossos pobres operários – o homem honesto que conhecemos, incapaz de violências e de rapina, estão inconscientemente servindo à trama de um plano preparado pelos "inocentes" idealistas da Aliança Nacional Libertadora (...). A táctica dos communistas foi sempre esta: provocar a intranqüilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais, para, no

[156] A Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil (1934) orientou para que os seus militantes fizessem esforços no sentido de organizar movimentos grevistas por todo país e, desse modo, entrassem na luta pela realização da revolução proletária. Essa diretriz conseguiu mobilizar algumas categorias da Paraíba no ano de 1935, que paralisaram suas atividades sob a orientação da Frente Única dos Trabalhadores, entidade constituída pelo PCB. Cf. Porfírio, 2003, p. 50-51.

> momento exato, dar o golpe “armado”. (Jornal *A Imprensa*, 09 nov. 1935).

Vemos que a Igreja tratou de explorar o que ela entendia por “tradição pacífica e a bondade dos trabalhadores paraibanos”, insistindo na tese de que as greves eram produtos dos comunistas. Ao apelar para a concórdia e fraternidade entre os patrões e os trabalhadores, o discurso católico também construía a representação da incapacidade destes “de lutarem pelos seus direitos, legitimando, assim, a permanente tutela do Estado” (GURJÃO, 1994, p. 162).[157]

A partir de então, a Igreja Católica paraibana passou a referendar os atos repressivos do governo de Argemiro Figueiredo aos movimentos operários e a intensificar a sua campanha contra o comunismo enquanto veiculava a propaganda integralista, por meio de uma seção semanal no seu jornal, denominada “Coluna Integralista”.

2.3 “ELEMENTOS EXTREMISTAS”: IGREJA CATÓLICA PARAIBANA E REPRESENTAÇÕES ANTICOMUNISTAS

No tópico anterior, pretendemos analisar notadamente as práticas empreendidas pela Igreja Católica no tocante à pretensa “desmaterialização” do operariado paraibano e, nesse sentido, perceber como as mesmas contribuíram para edificar uma tradição anticomunista naquela sociedade. Agora, é nossa pretensão analisar como esta instituição religiosa se posicionou no combate ao comunismo na sua forma teórica, ou seja, procuraremos perceber como a Igreja constituiu um conjunto de representações para dar sentido ao comunismo e aos comunistas. Buscamos filtrar a forma que esse discurso assumiu através do jornal *A Imprensa* e dos documentos eclesiásticos (cartas pastorais e encíclicas), já que

[157] Depois de seis dias, a greve terminou no sábado (09/11/1935), mediante um acordo firmado no palácio do governo entre uma comissão de representantes dos grevistas, liderada por João Santa Cruz, e o Secretário do Interior e Segurança Pública, José Mariz. Ficou acertada a volta imediata dos operários ao trabalho como primeira condição para um entendimento sobre o aumento de salário e, em contrapartida, as sedes dos sindicatos seriam reabertas e as pessoas que haviam sido presas durante a greve seriam postas em liberdade. Um mês depois, os empresários pessoenses não cumpriram as promessas de negociação e os operários não puderam reagir e fazer nova greve, devido à repressão desencadeada após o levante militar de 23 e 24 de novembro em Natal e Recife, chamada de “Intentona Comunista”. Cf. Gurjão, 1994, p. 162 e Porfírio, 2003, p. 61.

estes meios impressos pela Igreja Católica paraibana cumpriram uma importante e eficaz função na divulgação da propaganda anticomunista e produziram efeitos práticos na sociedade. Como descrito na introdução desse trabalho, abordamos o anticomunismo a partir das práticas e das representações; duas dimensões distintas, contudo, complementares.

Conforme já proposto, durante o século XIX, a Igreja Católica do Ocidente travou ferrenha batalha intelectual com o mundo moderno e liberal que se desejou laico e secularizado, condenando o que ela considerou como sendo os seus males: o positivismo, o laicismo, o ceticismo, a maçonaria, o protestantismo, e o espiritismo; sendo também inclusos nesse conjunto o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Desse modo, para se pensar as representações católicas sobre o comunismo no Brasil e, especificamente na Paraíba, se faz necessário primeiro perceber que as mesmas mantêm estreitas nuances com as demais doutrinas que a Igreja considerava como sendo "erros da modernidade" e, portanto, prejudiciais à sociedade.

Nesse sentido, as primeiras representações da Arquidiocese paraibana relacionadas ao comunismo, que conseguimos verificar, estão no editorial do jornal *A Imprensa* de 09 de fevereiro de 1902, cujo título é "O Socialismo". Partindo do princípio de que o socialismo se baseava na negação de Deus, do espírito e da existência da vida futura, o discurso daquele editorial representava o socialismo como uma "força deletéria do mal, fruto sazonado das sociedades secretas", que pretendia caminhar "sorrateiramente destruindo a ordem social" e, se ele fosse implantado, "tornaria as condições de vida do operário mais miserável."

Também é clara nesse texto a estreita relação que a Igreja fazia entre o socialismo e o liberalismo, entendendo o primeiro como mais um dos resultados do segundo. Tanto é assim que a segunda matéria sobre o socialismo, encontrada nesse jornal católico, representa-o conjuntamente com o liberalismo, entendendo que ambos "(...) trabalham sinistramente a lúgubre sepultura da pobre nação", o socialismo, "(...) ora pulverizado o princípio adorável de autoridade, ora anarquizando a sociedade, açoita qual furacão indômito a arrancar desapiedadamente as folhas das árvores, os seus mais belos destinos",

e o liberalismo “Sistema dissolvedor que tem deixado os mais perniciosos resultados no mundo (...)”. (Jornal *A Imprensa*, 10 maio.1903).

Igualmente rico em representações nesse sentido é o editorial desse jornal de 09 de outubro de 1919, que trouxe como título “Evolução Socialista - A obra negativa do socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade”, cujas palavras introdutórias fazem referência à “perigosa serpe do anarchismo” como uma variante do socialismo que, sob “a bandeira complacente de um liberalismo criminoso e incongruente”, emergia potencialmente. Segundo o texto, colaborou para a expansão do socialismo, nos últimos trinta anos, o Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), momento em que, sob a justificativa de proteção interncional ao operariado mundial, os “homens foram ali apenas deliberar uma campanha tremenda de ódio”.

A narrativa segue mostrando a dimensão que o movimento operário vinha conseguindo na Europa e na América, considerando que para tal contribuíram as posições do “socialismo demolidor”.

> Parece não exagerarmos em affirmar que ahi se ergue a anarchia trêfega, mascarada de socialismo humanitário, a explorar a laboriosa classe operária. Sim. Porque lá estão, a nossa vista, nos dias presentes, a obra negativa desse socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade, tríplice dogma que constitui a base fundamental da sociedade em seu tríplece aspecto religioso, moral e econômico. (IDEM).

O artigo continua, reconhecendo o importante papel das confrarias, sindicatos, uniões, ligas e cooperativas enquanto promotoras de grandes vantagens educativas e de proteção ao operariado, contudo adverte que

> (...) a táctica manhosa da seita socialista trabalha dia e noite sem tréguas, forcejando por corromper essas e outras tão poderosas quanto úteis instituições. É a proletarização dos homens do Trabalho como das demais classes que, desgraçadamente, aos pares, se têm deixado arrastar na corrente, á música lethal da sereia socialista.

O texto termina chamando atenção de que “Campeia na Europa a mais desabrida e satânica anarchia; contorcem-se em convulsões de medo países da América ameaçados”; uma chave narrativa que desemboca no alerta ao governo brasileiro, bem como de seus estados, para as “conseqüências perniciosas” do socialismo e de sua variante, o anarquismo. Destaca que, no Brasil, “frio e

refractario ao ódio e a effusão de sangue, já se levanta, infelizmente, a cabeça da hydra sanguesedenta da corrente anarchica", disseminada entre os trabalhadores nacionais por "estrangeiros piratas".

No seu conjunto, observamos que esse editorial traz algumas emblemáticas representações sobre o liberalismo, o socialismo e o anarquismo: o primeiro é adjetivado de criminoso e incongruente; o segundo é referenciado como promotor do ódio, demolidor, agente de uma obra negativa por ser sem religião, sem família e sem propriedade, de ser uma seita que se utiliza de táticas manhosas e de ser uma sereia de música letal; e o terceiro, de ser desabrido, satânico, serpe perigosa, hidra sanguesedenta e de ser importado para o país por piratas estrangeiros. Assim, percebemos que o texto é recorrente ao emprego de elementos narrativos como ódio, crime, violência, pirata, seita e satânico, bem como a seres mitológicos (sereia, serpe e hidra), epítetos que carregam uma significação negativa na cultura ocidental.

Notamos que as representações sobre o socialismo, tanto nessa matéria como na anterior, o relacionavam diretamente com o anarquismo, portanto, entendidos como fazendo parte de um mesmo corpo doutrinário, sendo difícil, se não impossível, desvinculá-las. Nesse sentido, durante as duas primeiras décadas do século XX, os discursos postos pela Igreja sobre o anarquismo, o socialismo e também o comunismo mantinham as mesmas referências, já que, até então, esses três princípios teóricos de organização da sociedade pareciam fazer parte, para a Igreja Católica, de um único projeto político e ideológico.

Conforme já analisado, as Cartas Pastorais de Dom Adauto constituíram uma das estratégias da Igreja Católica para "desmaterializar" o operariado paraibano, sendo as mesmas também importantes fontes para percebermos como aquela instituição representava o comunismo e os comunistas. Dentre todas, destacamos a "Sobre os males actuaes da sociedade", emitida pelo episcopado das cinco províncias eclesiásticas do norte do Brasil (15 de agosto de 1920), que, como já analisada mais acima, foi o primeiro documento católico que chegou às paróquias paraibanas com orientações muito claras sobre a questão

operária e de condenação sistemática ao socialismo e às suas variantes, entendidos como “males atuais da sociedade”.[158]

Partindo do debate sobre as soluções para a *questão social*, o texto dizia que para tal se apresentava, além do liberalismo, “o socialismo, multiplicando-se em várias formas, desde o communismo, o collectivismo, até o maximalismo e o bolchevismo, sua derradeira feição”, destacando que “À primeira vista, Irmãos e Filhos muito amados, essa doutrina parece salvar a situação do pobre, no entanto, falsa em seus princípios e em seu conjunto, é perigosa em seus effeitos e irrealizável na prática.” (HENRIQUES, 1920, p. 29). Depois de defender a desigualdade social, entendendo-a como um fato natural da vida humana, a narrativa segue advogando em favor da propriedade privada que as escolas socialistas “relegam para o domínio do Estado”:

> O socialismo nacional ou a democracia social, também chamada collectivismo, que attribue ao Estado collectivo toda a propriedade, como a producção e a distribuição dos bens econômicos; o socialismo agrário ou parcial; o socialismo anarchista, ainda subdividido em possibilista, quando procura a consecução do Estado do porvir pela diffusão de suas idéas, e em revolucionário, quando emprega a força. Seria longa a citação de todos os systemas socialistas, sendo maior a nomenclatura dos seus famosos chefes, entre os quaes se notam Carlos Marx, Bebel, Wolmar, na Alemanha; Krapotkin, Lenine, Bakunin, na Rússia; Ferri, Turate, na Itália; Brousse, Malou, Jaurés, na França. (IDEM, p. 30).

As representações aparecem na seqüência, quando a Carta Pastoral segue se reportando aos resultados sociais de onde o socialismo foi posto em prática:

> Todos esses systemas fizeram promessas de um reino phantastico, onde não penetrariam a dor, a lágrima e a pobreza, acenando de longe como uma felicidade perpétua, a qual, pelo contrário, se tornou em verdadeiro infortúnio para todos os povos. De facto, sem Deus, sem família, sem pátria, lançam-se os homens uns contra os outros num phrenesi de bárbaros. Dir-se-ia serem um agrupamento de feras que não uma sociedade composta de filhos do nosso Pae que está nos céos. De sorte que, em vez de melhorar, o socialismo peora a situação dos operários, subtrahindo-lhes a liberdade e reduzindo-os à triste condição de servos do Estado ou das juntas. (IDEM, p. 30).

[158] Na Carta Pastoral Coletiva “Sobre os males actuaes da sociedade” (15 de outubro de 1920), a Igreja Católica manteve um discurso que teve por base a Encíclica *Rerum Novarum* para a solução da *questão social*, onde procurou condenar o socialismo e seus variantes, bem como estabelecer o entendimento entre as classes, pregando, por um lado, a paciência e resignação dos operários, e cobrando, por outro lado, do Estado e dos patrões mais atenção à situação vivida pelo operariado brasileiro. Assim, o teor dessa carta caminha no sentido de procurar substituir a ideia de “luta de classes” por “harmonização social”.

Somam-se ao conjunto anterior já analisado mais um número de significados que vão sendo atribuídos ao socialismo e seu congêneres: doutrina falsa e perigosa, onde penetra a dor, a lágrima, a pobreza e a infelicidade; agrupamento de bárbaros, feras e servos do Estado.

O texto segue argumentando que a Igreja Católica sabe e considera as grandes necessidades dos operários, cuja solução do problema foi apresentada na Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), onde também se alertou para a falsidade do socialismo que, objetivando destruir a propriedade privada e o capital, promoveria a violência, a morte e ia "de encontro ao direito natural e a todas as legítimas aspirações do coração humano" Assim, o princípio de salvação socialista, "(...) ao envez de resolver a condição do operário, o escravisa, tornando-o uma creatura do Estado, do qual depende em tudo, na distribuição do trabalho, do pão, das vestes e, *proh pudor*! até na formação da família, que passa a constituir um patrimônio das juntas dos *soviets."* (HENRIQUES, 1920, p. 33).

Tomando como exemplo o caso da Rússia, a carta continua contestando a nacionalização dos bens, das forças do trabalho e dos ofícios, dizendo que, para a execução de tais princípios, "seria preciso um polícia em cada lar, cujos habitantes ficariam na difficuldade de se mudar", alertando ainda que, entre tantas conseqüências graves,

> (...) está a destruição da dignidade do homem, que, perdendo a sua liberdade, se vê obrigado a trabalhar para o Estado, recebendo em recompensa uma ração que mal lhe chega para saciar a fome. Mas, o maior perigo do socialismo é a anarchia, a desordem social, que o bolchevismo procura levar a effeito a força da revolução e da morte. De facto, o bolchevismo é o expoente maximo de todo o mal socialista é a negação de Deus, da Religião, da Patria, da família e do lar. (IDEM, p. 34).

Vemos que o socialismo posto em prática na Rússia é representado como promovente do cerceamento da liberdade do indivíduo, que passou a ser obrigado a trabalhar forçadamente para o Estado e a receber em troca uma "ração" insuficiente para se fartar; também referendado tendo como maior perigo a anarquia e a desordem social que são efetivados por meio da revolução e da morte. Em seguida, a Carta descreve que alguns estudiosos católicos coligiram

cinco sentenças, “todas inçadas de impiedade e blasphemias”, consideradas como centrais em diversas obras e congressos socialistas:

> 1º *Aborrecer* a Deus: “Deus é inimigo, Deus é a mentira”. “Todo o nosso systema é atheu e não se pode desviar de sua direcção”. 2º Maldizer o nome de Deus; “Nós só podemos nos volver para Deus com o fim de lançarmos contra Elle as nossas maldições”. 3º Profanar o que é sagrado e as festas: “As egrejas, os conventos, as capellas e outros logares sagrados serão demolidos e transformados em estabelecimentos públicos de utilidade e de recreio, como theatros...”. 4º Desprezar pae e mãe: “O pae não tem direito algum sobre seus filhos”. “Não valem os filhos os mesmos que os paes?... Não mais obediência, sem isto não pode haver egualdade”. 5º Matar sem escrúpulos: “Chegado que seja o dia, os fusis e canhões revolver-se-ão por si mesmos para triturarem todos os inimigos do povo socialista”. (HENRIQUES, 1920, p. 34-35).

Nessa súmula do decálogo socialista, o desprezo pela religião, pelos pais e o assassinato são apresentados como pontos centrais, sendo ainda acrescida nela a união livre entre homem e mulher, “a liceidade da mentira, do engano, do roubo e de tudo quanto seja necessário para o goso.” (IDEM). Assim, o bolchevismo russo é apresentado nesse documento episcopal como um grande perigo demolidor de Deus, da família e da pátria, que promove na Rússia uma grande multidão de horror, de destruição e de morte, destacando-se, por fim, o alerta para o fato de que a sociedade brasileira estava diante da presença de um “grave perigo” que requeria “imprescindíveis remédios”:

> De facto, essas idéas revolucionarias, espalhando-se entre as classes populares, a pouco e pouco lhes destroem todas as virtudes sobrenaturaes e cívicas, preparando-nos assim um futuro quiçá semelhante ao estado actual do povo russo, ora a braços com os tristes infortúnios da anarchia, da descrença, da fome e da morte. (IDEM, p. 35-36).

Como bem destaca Motta (2002), notamos que o ano de 1917 foi simbólico para a escalada da propaganda comunista e anticomunista no Brasil. Na medida em que o Estado proletário russo avançava, também se fortalecia a construção de representações sobre o comunismo: de um lado, alguns o representavam como doutrina redentora do mundo; por outro lado, recrudesciam as visões que o percebiam como o grande mal da sociedade de então que a tudo e a todos veio destruir.

“Doutrina contra Doutrina”, de 08 de dezembro de 1928, foi outra Carta Pastoral onde o Arcebispo Dom Adauto, criticando o conceito de liberdade proposto pelas filosofias inspiradas no liberalismo, no racionalismo e no materialismo, representou o socialismo e o comunismo como segue:

> A sociedade civil, qualquer que seja a sua forma de governo, não é possível, senão por meio de uma hierarquia, cujos chefes são investidos do poder de mando; mas o radicalismo **socialista**, em virtude do tal princípio de independência, proclamado pelos mais responsáveis do bem social, para logo reivindica a perfeita e inalienável igualdade de todos, destrói todo direito de comando, toda obrigação de obedecer, sendo cada um soberano de si mesmo. E a esta primeira conseqüência do princípio revolucionário dos Enciclopedistas, do *evangelho moderno*, o **comunismo**, sob o império da cobiça, erigida em teoria, acrescentou uma outra: fazendo substituir aquela lei natural, que o senso comum de todos os séculos e de todos os povos civilizados sempre reconheceu, assegurando aos citados cidadãos a posse e a transmissão dos bens adquiridos pelo talento, pelo trabalho e pela economia, por aquilo que eles chamam de *direito de partilha igual*, e que não é mais do que a espoliação dos proprietários. (HENRIQUES, 1981, p. 72). (Grifos nossos).

Descreve o texto, ainda, que esse direito de liberdade tornou-se um tema predominante no comunismo, sendo o mesmo responsável pela destruição da família e pela abolição das leis sagradas do matrimônio. “Nenhum dos elementos de ordem pública escapa das excomungadas seitas que, para melhor segurarem a sua presa, terminam pelo niilismo.” (IDEM). Vemos que as representações postas sobre o socialismo na Carta Pastoral anterior continuaram sendo reforçadas oito anos depois, sendo que agora a ideia de comunismo começou a ganhar mais evidência.

Segundo constatamos no jornal da Arquidiocese da Paraíba, essas Cartas Pastorais foram divulgadas em suas páginas ao longo dos anos que as seguiram e, desse modo, fizeram a sociedade paraibana ter acesso às representações que a Igreja Católica promovia sobre o socialismo e o comunismo durante a década de 1920. Identificamos também que outros textos postos nesse periódico traziam imagens negativas a respeito da Rússia e do regime político ali instaurado em outubro de 1917, como o editorial intitulado “*Habemus Pontificem*”, por exemplo, que noticiou a eleição de Pio XI como Papa, em 06 de fevereiro de 1922. A matéria procurava salientar a sua “vasta cultura e extraordinária erudição”, atribuindo-lhe ainda a “firmeza de atitudes” e “a coragem moral” de que dera

prova quando foi Núncio Apostólico de Varsóvia, ao ser o único de todo o corpo eclesiástico ali estabelecido a permanecer no seu posto quando a cidade estava "ameaçada de ser invadida pelos bolchevistas", em julho de 1920. (Jornal *A Imprensa*, 08 fev.1922).

Já em seu número de 16 de abril do ano seguinte, esse jornal noticiou o "gesto bárbaro do governo soviético" mandando fuzilar na praça pública o Monsenhor Constantino Butkiewicz, administrador dos bens eclesiásticos de Petrogrado, na Sexta-Feira Santa, 30 de março de 1923, como segue:

> Monsenhor Butkiewicz não excitara o povo contra o poder discricionário do sovietismo, não pregara desordem e não se insurgira contra o elemento político que desagrega e estraga a vida social e moral de seu país. Defendera, sim, os direitos de Deus e da sua Igreja, as prerrogativas de sua religião, o patriotismo de sua fé, cousas sagradas que todos os povos civilizados, todas as nações cultas respeitam e acatam. O venerado Arcebispo de Petrogrado e outros sacerdotes que lhe seguiram as pisadas sofreram pelo mesmo motivo o martírio dos ergástulos no mesmo ambiente de irreverência, de maus-tratos, de escárneos e de mofas satânicas que preludiaram a morte trágica do Monsenhor Butkiewicz. (Jornal *A Imprensa*, 16 abr.1923).

Pensamos que essa notícia da execução do Monsenhor Butkiewcz, que fazia parte das medidas de repressão do governo soviético aos movimentos contra-revolucionários naquele país, deve ter causado significativo impacto entre os leitores católicos desse periódico pela Paraíba afora, já que o representa como um mártir que teve trágico fim por defender os direitos de Deus, da Igreja Católica e da pátria.

Também conseguimos identificar que o primeiro conflito armado ocorrido no Brasil, de que o jornal *A Imprensa* fez uso para representar a "real" ameaça dos comunistas, foi a segunda Revolta Tenentista de 05 de julho de 1924.[159] Em seu

[159] A Revolta Paulista de 1924 foi deflagrada no dia do segundo aniversário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, primeira revolta tenentista, ocupando a cidade de São Paulo por vinte e três dias, sendo considerada como o maior conflito bélico já ocorrido naquela cidade. Comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, a revolta teve a participação de numerosos tenentes, entre os quais Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Índio do Brasil e João Cabanas. A "Revolta de militares", como também ficou conhecida, contou com um ingrediente que desagradou bastante à velha aristocracia bandeirante: a adesão do proletariado. Os sindicatos de tendência anarquista declararam seu apoio irrestrito à revolução dos tenentes e por isso foram duramente perseguidos. Já os comunistas, taticamente, nem apoiaram nem criticaram a revolução. Esperaram ver a real força do movimento para se manifestarem. Politicamente, essa posição mostrou-se vantajosa, pois, enquanto a repressão aos anarquistas tornava-se ferrenha, os espaços deixados em aberto por aqueles militantes passaram a ser ocupados pelos partidários do comunismo. Cf. Romani, 2011, p. 168.

editorial “Os estrangeiros e a revolta militar”, de 17 de setembro desse ano, o semanário destaca a participação dos “subversivos imigrantes” no levante paulista e chama a atenção do governo para que se passe a fazer uma rigorosa seleção quando do recebimento de estrangeiros no país, considerando-os

> Gente perversa, sem patriotismo e sem ideal, não se importa ou não se apercebe da desgraça que cava ao espírito nacional de suas pátrias nessa luta de bolchevismo, de sovietismo, de socialismo, de comunismo e de tantos outros princípios de correção da sã política e dos bons costumes. Pois bem, é dessa fornalha acesa onde se gastam as energias universais, é dessa caldeira onde fervem ódios, vícios de toda natureza que saem muitas vezes para o Brasil levas e mais levas de imigrantes. (Jornal *A Imprensa*, 17 set.1924).

O que o jornal não percebeu e não declarou em sua narrativa, ou não quis admitir abertamente, é que esse movimento revolucionário não era protagonizado por socialistas e comunistas e sim pelos tenentes das Forças Armadas brasileiras, restando àqueles uma participação coadjuvante.[160] Desse modo, a matéria é emblemática por ser a primeira a instrumentalizar um motim armado ocorrido no país, portanto “real”, para acrescer o estigma que já vinha sendo elaborado sobre o regime soviético.

Durante o mês de fevereiro do ano seguinte, aquele periódico católico levou à sociedade paraibana notícias ainda mais próximas sobre ações praticadas, segundo ele, pelos anarquistas. Tratava-se das reportagens referentes à mobilização da polícia paraibana sendo distribuída em pontos estratégicos das fronteiras do sertão do estado, com o objetivo de defendê-las dos revoltosos comandados por Luiz Carlos Prestes, cuja Coluna vinha atravessando o interior do Nordeste. (Jornal *A Imprensa*, 10 fev.1925). Contudo, foram os acontecimentos desenrolados quando da passagem da Coluna pela cidade sertaneja de Piancó, cujos confrontos se deram em 09 de fevereiro e resultaram na morte do padre Aristides e de outros defensores do lugar, que mais representativos foram para o jornal diocesano fomentar o temor entre seus leitores sobre as ações ditas anarquistas.[161] Vejamos:

---

[160] Sobre a participação dos imigrantes, notadamente operários, nessa Revolta Tenentista, consultar Aquino, 1988.

[161] Aristides Ferreira da Cruz (1872-1926) era natural de Pombal e foi ordenado padre em 1901. No ano seguinte, passou a ocupar a função de vigário da Freguesia da Vila de Piancó, sendo afastado de suas funções, em 1912, por não obedecer às ordens emanadas da Diocese da

> Mal poderíamos supor que a incursão dos revoltosos em nosso território tivesse o seu epílogo nessa dolorosa tragédia de que foi teatro a vila de Piancó. Já não há mais o que discutir ou pôr em dúvida o trucidamento frio e requintadamente perverso do padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político local e membro do Congresso do Estado, e de mais 16 pessoas, entre as quais o prefeito municipal, funcionários públicos e anônimos. Ficou selada com o sangue das infelizes vítimas a passagem pelo sertão da Paraíba dessa coluna de anarquistas bárbaros. (Jornal *A Imprensa*, 17 fev.1925).

Depois de referendar o "trucidamento frio e perverso" como tendo sido obra de "anarquistas bárbaros", a matéria segue verberando a perversidade dos assassinos:

> As vítimas tiveram o crime de defender a legalidade e a ordem dentro de seu território, de sua própria casa. Poderiam ter morto os inimigos no campo da luta, no fragor das armas, não o quiseram, porém. Preferiram sacrificá-los a sangue frio, de arma branca, com os requintes de atrocidade que o mundo já sabe. Dos sacrificados pela morte em Piancó cabe-nos o dever de destacar o padre Aristides Ferreira da Cruz pela sua posição social e política. O padre Aristides era um sacerdote sobre quem pesavam as penas da Igreja Católica, de cuja disciplina se distanciara infelizmente. Não obstante, era um elemento de confiança de seu partido político e tinha nas mãos as responsabilidades de chefe local e representante do seu município na Assembléia do Estado. Sabendo-se condenado à morte, o Pe. Aristides implorara dos verdugos um instante para arrepender-se dos seus pecados e fazer as últimas orações, mas isto não lhe fora concedido. (IDEM).

Interessante observar que o jornal *A Imprensa* também fazia uso de acontecimentos ocorridos no plano político estadual para representar o que ele entendia por comunismo e, nesse particular, cabe o registro da sua opinião omitida em editorial sobre os episódios transcorridos no município paraibano de Princesa Isabel no ano de 1930.[162]

Paraíba. Estabeleceu-se naquela cidade onde foi eleito deputado estadual em 1915, tendo sido reeleito por mais duas legislaturas consecutivas. Como chefe político do lugar, comandou a reação legalista contra a Coluna Prestes em 09 de fevereiro de 1926. Derrotados junto aos seus, foram conduzidos para um barreiro e aí assassinados. Cf. Otaviano, 1979, p. 18.

[162] Após assumir o governo do Estado da Paraíba em 1928, duas linhas de ação nortearam a administração de João Pessoa: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a tutela governamental; e o estabelecimento do centro comercial do estado na capital em detrimento da relação até então existente com Recife. Para tanto, ele empreendeu uma reforma tributária que passou a retirar a máquina fiscal da influência dos coronéis e a reduzir o papel intermediador das praças comerciais vizinhas, o que desagradou a burguesia comercial-exportadora pernambucana e as oligarquias açucareira e algodoeira da Paraíba, cujos interesses comerciais estavam sendo contrariados. Os desdobramentos deste conflito engendraram a luta de Princesa. Ao apresentar a chapa para deputados federais em Princesa, João Pessoa deixou de fora o coronel Zé Pereira,

> De caso pensado nos temos abstido de trazer á baila a questão de Princesa. Mais de três meses de lutas entre irmãos, de morticínio e depredações. Custa crer que haja um só brasileiro que ouse apoiar um levante como o de Princesa contra a autoridade legitimamente constituída. Os próceres da política nacional, entre os quais se acham homens de responsabilidade, já deviam ter dado passos para fazer cessar este terrível flagelo. Mas em política de tudo se cuida, menos do bem comum. Cada qual procura os seus interesses pessoais e do religioso pouco se lhe dá. Que falta para explodir a revolução? **O liberalismo de nossa Carta Magna, e mais ainda a tolerância criminosa dos governantes, deram azo à obra de esfacelamento das instituições nacionais.** O Estado da Paraíba já não figura como uma unidade da Federação: tudo lhe falta, tudo lhe é negado pelo Poder Central. **Bandos de malfeitores, tal qual na Rússia dos Sovietes, vão infestando o interior com imenso dano da população.** (Jornal *A Imprensa*, 05 jul.1930). (Grifos nossos).

Vemos que a Igreja paraibana seguia sua clássica orientação de condenação ao liberalismo, considerando-o responsável por fazer surgir movimentos que contestassem a ordem então estabelecida e, ao mesmo tempo, tomando como referência a sua visão sobre o comunismo, entendia os acontecimentos desenrolados em Princesa como sendo semelhantes aos da Rússia pós-revolução. Assim, essa interpretação pode ser entendida como uma nuance do anticomunismo católico na Paraíba.

Depreende-se que na Paraíba, assim como no resto do país, o anticomunismo católico surgiu seguindo as orientações do episcopado brasileiro que, por sua vez, advinham do Vaticano. Contudo, conseguimos perceber que, no decorrer das primeiras três décadas do século XX, as representações sobre o comunismo e os comunistas paraibanos foram adquirindo alguns matizes específicos relacionados com os acontecimentos em ocorrência a nível estadual.

Conforme já posto antes, Rodeghero (1998, p. 50) analisa que o início da década de 1930 foi marcado pelo recrudescimento do discurso anticomunista católico que foi instrumentalizado como forma dessa Igreja mostrar a sua força ao

---

que era deputado estadual por aquele município, e seus amigos e correligionários, inclusive o ex-governador João Suassuana. Tal ofensa fez o coronel José Pereira romper com João Pessoa, que era candidato a vice-presidente do Brasil na chapa de Getúlio Vargas, declarando apoio aos adversários do presidente do estado no plano nacional. João Pessoa, então, destituiu o prefeito, o vice-prefeito e o promotor de Princesa, que eram ligados ao coronel e mandou tropas da polícia militar para Teixeira, cidade vizinha, para acabar com a rebelião, em 28 de fevereiro de 1930. Vitorioso nesta e na batalha seguinte, o coronel Zé Pereira proclamou o Território Livre de Princesa, desligado da Paraíba, mas subordinado ao governo federal, com bandeira, hino, exército e leis próprias. Resistiu até 11 de agosto de 1930. Cf. Rodrigues, 1978.

mundo capitalista moderno, e para tanto foram importantes os discursos propostos pela Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931).[163] Nesse documento papal, Pio XI reitera a condenação ao comunismo e faz uma forte crítica ao socialismo, considerando-o inteiramente incompatível com a prática e a fé católicas; simultaneamente, condena os abusos do capitalismo e do livre mercado, afirmando que sem justiça social e atenção aos preceitos do Evangelho, não seria possível uma ordem econômica justa.

Na Paraíba, assistimos o esforço da Arquidiocese em seguir tais orientações a partir da publicação de suas Cartas Pastorais. Nesse mesmo ano, por exemplo, Dom Adauto republicou no órgão diocesano a Carta Pastoral Coletiva "As Bases Fundamentaes da Sociedade", de 1927. Durante todo esse ano, seguindo essa mesma orientação, o jornal *A Imprensa* passou a insistir constantemente na ideia da volta do homem e da sociedade para Deus como única solução para os graves problemas político-sociais daquele momento, como destaca o trecho abaixo:

> Sem a religião, como elemento essencial da renovação brasileira, é o mesmo que edificar-se sobre areia, pois a religião é a única força coordenadora e capaz de compelir o indivíduo ao cumprimento fiel de seus deveres temendo a sansão de Deus, a lesão de sua própria consciência. Várias nações, despertando do mais perigoso dos letargos, já estão permitindo a educação e o ensino religioso nas escolas públicas. A Itália, a Colômbia, a Espanha, a Suécia, a Irlanda, a Romênia, a Costa Rica, formam esse brilhante cortejo de povos que reconheceram o estado de miséria moral a que chegou a infância e a adolescência nos países em que **a tirania bolchevista ou maçônica** descristianizou a criança, educando-a no ateísmo. A própria sociologia materialista vai fazendo luz sobre a importância social da religião e à infelicidade calamitosíssima do agnosticismo político de todos os tempos. Uma pátria sem altares é uma pátria sem idéias, que rasteja no terra-a-terra das competições mesquinhas (...). (Jornal *A Imprensa*, 15 jun.1931). (Grifos nossos).

Vemos que essa matéria se reporta ao decreto de 30 de abril de 1931, que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas do Brasil, contudo, ela também traz a impressão de que a Igreja paraibana passara a representar o bolchevismo da mesma forma como já vinha concebendo a maçonaria desde o início do século, ou seja, como "erros da modernidade".

---

[163] Como já dito na nota 89, à primeira vista, essa encíclica representa uma continuação das posições da *Rerum Novarum* (1891), mas o quadro se modifica em função de fatores externos presentes no momento de sua edição. Cf. Diehl, 1990, p. 20.

Seguindo essa mesma linha de reivindicações sobre a questão do ensino religioso nas escolas públicas, o Arcebispo Dom Adauto publicou a Carta Pastoral "Das Vantagens do Ensino Religioso", em 29 de janeiro de 1932. Esse documento foi publicado na íntegra no jornal da Arquidiocese e trouxe no início uma chamada de Dom Adauto, onde afirmou que

> Tendo finalmente desaparecido o ateísmo constitucional e oficial, **cujos péssimos efeitos já todos conhecemos**; e iniciando-se a liberdade da grande obra de Deus – *Docete omnes gentes* – que é, ao mesmo tempo, um dever para nós e um direito divino, já é tempo de pormos em execução a primeira reparação da Nova República, permitindo o ensino ,religioso nas escolas públicas. (...) A instrução e a educação religiosa preparam o homem para a luta contra **as grandes chagas da sociedade moderna – a impiedade e suas diferentes modalidades, principalmente o indiferentismo religioso**. (Jornal *A Imprensa*, 02 fev. 1932). (Grifos nossos).

Apesar de não especificar os "péssimos efeitos" e as "grandes chagas da sociedade moderna", evidencia-se que essas representações de Dom Adauto fazem referência também ao comunismo que, como já frisado, por esses anos havia se tornado uma "ameaça" mais evidente no Brasil e também na Paraíba. Desse modo, consideramos que essas Cartas Pastorais pesaram para que a Igreja Católica forjasse uma imagem do comunismo e dos comunistas na sociedade paraibana.[164]

Conforme já analisado no primeiro capítulo, a historiografia brasileira sobre o anticomunismo é consensual em afirmar que foi durante a década de 1930 que se articulou de forma mais sistematizada a elaboração de representações em torno do "perigo" comunista para justificar projetos políticos autoritários. Quanto ao caso da Paraíba, temos duas observações que singularizam o anticomunismo católico destes anos. A primeira é a de que compartilhamos dessa tese do recrudescimento do combate ao comunismo pela Igreja Católica naquela década, contudo, assim como Silva (2001, p. 15-16), averiguamos que os elementos basilares de tais discursos não surgiram nos anos 30, sendo mesmo anteriores à

[164] Em 31 de janeiro de 1934, por determinação do Arcebispo, o jornal *A Imprensa* iniciou a publicação de sua Carta Pastoral "A Volta do Homem e da Sociedade para Deus", de 1923. De acordo com Lima (2007, p. 608), essa ação se inscreve no contexto em que estava reunida a Assembléia Constituinte a fim de elaborar a nova Constituição da República e o Arcebispo procurava chamar a atenção dos constituintes para que eles elaborassem uma Lei Fundamental respeitadora dos direitos de Deus à frente do corpo social.

Revolução Soviética de 1917, como podemos constatar nas páginas anteriores. A segunda é que o anticomunismo católico na Paraíba, a partir de 1933, adquiriu mais uma nuance discursiva que contribuiu significativamente para a sua consolidação: o integralismo.

Surgida no Brasil em 1932, a Ação Integralista Brasileira passou a defender a proposta da destruição do liberalismo e do comunismo para que, desse modo, se chegasse a uma sociedade harmônica. Para Oliveira (2004, p. 95), destes dois inimigos, o comunismo era o principal a ser combatido pelo integralismo e, assim, a bandeira anticomunista era mais freqüente e importante que a do antiliberalismo. Ao analisar esse movimento no Brasil, diz esse autor que

> (...) a doutrinação do militante muitas vezes era feita a partir de uma identificação do comunismo como o seu oposto ou como principal inimigo a ser combatido. Outros militantes, por sua vez, aderiram ao movimento pelo seu apelo anticomunista. Dessa forma, o anticomunismo acabou se tornando um dos sustentáculos da base doutrinária do movimento integralista. (IDEM, p. 19-3).

Logo, essa postura de combate ao comunismo, além de atrair membros para as fileiras da AIB, garantiu a sua inserção em outros setores sociais, sobretudo aqueles que tinham amplo apelo anticomunista nos anos 1930. Cabe destacar, nesse tocante, a estreita relação, então estabelecida, entre a Igreja Católica e a AIB, já que o anticomunismo desta, devido ao seu apelo religioso, em muitos pontos se assemelhava ao daquela.

Na Paraíba, essa simpatia da Igreja pelo integralismo pode ser observada já em 1932, quando o jornal da Arquidiocese publicou um artigo de Plínio Salgado, onde o mesmo comentava as disputas das elites políticas pelo poder e condenava "o partidarismo regionalista inócuo, as lutas estéreis, a cabala eleitoral, as discussões parlamentares, a licenciosidade da imprensa, enfim o ambiente político que estava favorecendo a incompreensão entre as classes e levando o país à anarquia." (GURJÃO, 1994, p. 175-176).

Todavia, a consolidação dessa aliança se deu entre julho e agosto de 1933: no primeiro mês, observamos a notícia dada pelo periódico católico sobre a instalação da seção da AIB na Paraíba; já no segundo mês a mesma folha descreve a vinda à Paraíba da caravana integralista dirigida por Plínio Salgado e

reunida no salão nobre da Escola Normal, que foi cedido pelo então diretor Cônego Matias Freire. (Jornal *A Imprensa*, 18 jul. e 08 ago.1933).

Percebemos que a Igreja Católica da Paraíba cedeu espaços de sua influência (jornal e escola) para o estabelecimento do integralismo no estado, passando a manter com esse movimento uma afinada relação até 1937, quando a AIB foi extinta. Portanto, para falarmos das representações católicas sobre o comunismo desse período (1933-1937) é necessário procurar percebê-las como mantendo nuances com o integralismo.[165]

A partir da fundação da AIB na Paraíba, a Igreja Católica passou a veicular no seu jornal a propaganda daquele movimento, através de uma secção semanal denominada "Coluna Integralista", intensificando, assim, a sua campanha anticomunista em nome da preservação de Deus, da família e do direito de propriedade. Nesse sentido, percebemos que o periódico católico passou a dar ênfase aos "horrores" ocorridos na Rússia e a criticar o regime soviético, como vemos nos trechos que seguem:

> Os jornais publicam notícias de fontes diferentes da Rússia, as quais informam que lavra naquele país um movimento geral de reação contra os soviets. Acrescentam as informações que a situação se agrava dia a dia causando extraordinária preocupação às autoridades do governo. O Regime Soviético já não satisfaz aos russos. (Jornal *A Imprensa*, 13 dez.1934).

> NÃO DEU CERTO O SISTEMA DOS SOVIETS. A deficiência do sistema econômico dos Soviets foi demonstrada em discurso pelo Presidente do comitê Executivo, provando que a propalada perfeição econômica está longe de ser atingida na prática pelo Estado comunista. (Jornal *A Imprensa*, 24 jan.1935).

A intenção dessas narrativas, de impor a ideia de fracasso da experiência soviética, evidencia o temor da Igreja paraibana perante a relativa aproximação que os movimentos operários locais vinham tendo com o socialismo dado o agravamento das condições de trabalho em curso na Paraíba. Em conformidade

[165] A aliança entre o Arcebispo e a AIB da Paraíba manteve-se até o momento em que a mesma foi extinta, como bem podemos perceber pelo telegrama enviado pelo primeiro quando da realização do maior evento promovido pelos integralistas, o Congresso ocorrido em fevereiro de 1937, durante três dias, no Teatro Santa Roza: "(...) Faço votos que grandioso nobre ideal Deus, Patria, Família, vem sendo sua brilhante divisa prossiga seu glorioso triunfo como dique ação maléfica infausto comunismo. Dom Moisés Coelho, telegrama à chefia provisória da AIB na Paraíba." (Jornal *A Imprensa*, 04 mar.1937). Dom Moisés assumiu como Arcebispo da Paraíba em 15 de agosto de 1935, após a morte de Dom Adauto.

com os princípios integralistas, essa instituição religiosa entendia que aquele quadro de agitações sociais era resultado do liberalismo de onde decorrera o socialismo e o comunismo. Essa compreensão pode ser percebida na matéria de H. Sobral Pinto[166] publicada no jornal *A Imprensa*, que trouxe como título "A missão do comunismo":

> Por toda a parte, no seio das sociedades contemporâneas, só um sentimento se mostra universal e dominador: o da **angustia**. Nos dias que correm ninguém mais respira com facilidade. A sensação de **perigo** eminente fere, ininterrupta. (...) Não há vontade – embora de excepcional resistência –, que mantenha firme e segura diante da **ameaça** que sente crescer, de momento em momento, contra a paz social. Os ouvidos menos alertados já escutam, no horizonte do futuro, a **zoeira brutal do proletariado**, que clama por **vingança** e pede justiça. Os regimes estremecem nas suas bases fundamentais e os governos, para se manterem, fuzilam, decapitam e enforcam os que atentam contra a segurança do Estado. A **onda de sangue** que cresce dia por dia, já não tem a força de atemorizar o proletariado que a miséria, a fome e o abandono mergulharam no desespero. (Jornal *A Imprensa*, 18 jan.1935). (Grifos nossos).

Na medida em que criticava a sociedade burguesa, considerando-a como responsável pela não solução da *questão social*, e defendia o projeto político pensado pela Igreja Católica e pelo integralismo, o articulista católico também referendava representações sobre o comunismo: angústia, perigo, ameaça, zoeira brutal, vingança, onda de sangue.

Ao mesmo tempo, o jornal da Arquidiocese discursava alertando os leitores sobre a "bolchevização" do país como na matéria "Contra a propaganda do exótico credo de Moscou - O 'Correio da Manhã' pede providências mais radicais do governo no sentido de aniquilar as atividades dos elementos extremistas no país":

> Escrevendo, ontem, sobre as atividades dos elementos extremistas no nosso país, "O Correio da Manhã" dizia o seguinte, no seu artigo de fundo: Tudo indica que o programa traçado pelo Congresso Mundial comunista realizado em Moscou já vai tendo a sua execução no Brasil, si verificarmos a freqüência com que se praticam ultimamente greve e agitação, bem como si observarmos a visível organização dos centros comunistas brasileiros que se estendem a todo país. O "Correio da Manhã" conclue afirmando que os últimos movimentos grevistas no Brasil demonstram que as instruções de Moscou já tiveram entrada no nosso país sem o menor obstáculo, urgindo, por isso, providências mais radicais da parte do governo. (Jornal *A Imprensa*, 18 jan.1935).

[166] Intelectual católico colaborador da Revista *A Ordem* (1921-1945). Cf. Beired, 1999, p. 23.

De acordo com Oliveira (2004, p. 106), a imprensa católico-integralista procurava dar ênfase ao discurso anticomunista de que “elementos extremistas” pretendiam a “bolchevização” do país também como estratégia política para atrair militantes para o seu movimento. Notamos que também no jornal paraibano analisado esse discurso apresentou-se contínuo, como podemos perceber pela chamada apresentada em letras garrafais na sua primeira página de 28 de fevereiro de 1935:

> A propaganda extremista no Brasil. Vivemos fora da realidade. Muitas pessoas há por ai que não crêem na existência de provocadores pagos pelo estrangeiro com o fim exclusivo de perturbar a vida da nação ateando rivalidades, desabando greves, planejando pânicos cambiais, determinando revoluções e estimulando divergências sociais. Há centenas deles agitando em toda parte, inclusive nos seio da tropa, milhares de contos de réis entram anualmente no paiz, para subvencionar o diabólico serviço. Sei de fonte certa que, através de uma República vizinha, entraram num só mez, seis mil contos de réis. (Palavras do General Góes Monteiro a propósito do plano de perturbação da ordem agora descoberto).

Assim, vemos que também na Paraíba, esse ano, por ter sido marcado pelo combate à influência do socialismo e do comunismo nos movimentos sociais, foi significativo no recrudescimento, bem como na “padronização” do discurso anticomunista católico. O seu veículo na imprensa paraibana vinha pregando o temor que a sociedade deveria ter por “elementos extremistas” estarem, a serviço de Moscou, planejando a implantação do comunismo no Brasil e, desse modo, procurava apresentar o resultado daquela experiência na Rússia. Sobre isso, vejamos partes da matéria “Que força sustentaria a sociedade comunista?”:

> (...) pergunta-se: que teria lucrado o mundo com essa experiência dolorosa? O operário sendo obrigado a manter um regimen que a todos reduziria a miséria, que resultados tiraria? Por acaso ver a todos miseráveis, cativos de trabalhar para comer, impossibilitado o homem da iniciativa de por em prática seu dinamismo, em vez de servir a mil patrões que poderiam ser trocados, estar subordinado a um só que mandará, tendo às mãos a polícia, pode construir uma conquista? (Jornal *A Imprensa* 01 fev.1935).

Depois de apresentar a situação econômica em que vivia o operariado russo, segundo sua perspectiva, o discurso prosseguia alertando o público leitor

para a onda de violência que vinha sendo praticada pelo Estado soviético sobre a sua sociedade:

> Os fuzilamentos prosseguem, o que é um signal de que o paraíso prometido não é tão bom de ser habitado sem justas revoltas. O início da implantação do regimen comunista na Rússia caracterizou-se por uma babel de quê o gênio de Lenine soube tirar os necessários proveitos em favor de uma ditadura respeitável pela sua energia. Doutrinariamente o comunismo se dividia em duas correntes, uma composta de ingênuos, tendo a frente Kautsky, denominados mencheviques e os práticos sanguinários, adeptos da violência como meio de dominação – os bolcheviques, Lenine, chefe dos últimos, venceu, como seria racional assim fosse. Lenine (...) mandou fuzilar em massa, de cambulhada, operários e pequenos burgueses, e pelo terror provou mais uma vez que o governo é governo e dará ao povo o regimen que bem entender, seja isso de gosto ou não de uma turba ignara. Está, portanto, vitoriosa a tese ditatorial. (IDEM).

Por fim, o texto dava destaque para a "ameaça" que a experiência soviética apresentava para o Brasil naquele ano:

> Há também no Brasil uma ala de socialistas revolucionários ao lado dos bolchevistas sanguinários, que por ocasião dos manifestos assignam em comum. Seria com o concurso desses pobres de espírito que o comunismo teria de vencer por estas bandas, como, aliás, sucede na Rússia e ia acontecendo em outros países europeus. Na hora revolucionária, os violentos não deixariam tempo a refletir e os imaginosos teriam de ficar a ver de longe a mão do Estado, sendo os mais audaciosos passados pelas armas para não perturbarem com seu choro a carnificina que se desencadearia por toda parte onde houvesse vítimas a fazer. (...) De prolectaria também nada tem essa revolução russa. Si matar padres, professores, kulahs e operários é preparar o mundo para sociedade comunista, não sabemos bem por onde anda o juízo dos que nessa loucura crêem. (IDEM).

A partir de julho de 1935, à medida que se avolumavam os movimentos grevistas na capital e cidades industrializadas do estado, bem como após a deflagração da campanha para as eleições municipais a se realizarem em 09 de setembro, o jornal *A Imprensa* fortaleceu ainda mais a propaganda anticomunista e a doutrinação integralista, cujo ponto de denúncia era o plano objetivando a "bolchevização" do Brasil: "As tétricas características da projetada Revolução Comunista os dias de luto que estariam reservados ao Brasil com a vitória do credo moscovita. Deus há de livrar o nosso país dessa onda de lama e sangue." (Jornal *A Imprensa*, 18 jul. e 22 jul.1935).

Tais anúncios eram publicados na primeira página e vinham acompanhados com declarações de Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal) garantindo que, segundo o "plano", os católicos, a burguesia, os políticos, os camponeses e operários que não atendessem os princípios revolucionários bolcheviques, seriam fuzilados. A narrativa ainda afirmava que "O Brasil está envolvido na trama da Ação da II Internacional. Declarações do Sr. Felinto Muller aos Diários Associados, em torno das atividades extremistas do país." (Jornal *A Imprensa*, 28 jul.1935). Seguindo uma campanha que era desenvolvida pela Igreja e pelo governo Vargas a nível nacional, o periódico católico paraibano enfatizava o "perigo" da doutrinação comunista e que o Brasil era o país escolhido pelos comunistas para o seu quartel-general na América Latina.

Os princípios integralistas nesse jornal ainda podem ser identificados em matérias tipo "Os crimes do communismo", que historia o caso do jovem que delatou o pai como opositor da revolução, sendo este condenado ao fuzilamento na Rússia:

> O comunismo não só prega contra a propriedade privada e a religião... O regime bolchevique tem praticado através da propaganda pertinaz e materialista, a destruição da família, jogando os filhos contra os pais e irmãos contra irmãos... Vede o exemplo do jovem que denunciou o pai e contribuiu para o fuzilamento a mando de Stalin... Fora o communismo, Viva a democracia brasileira! (Jornal *A Imprensa*, 25 ago.1935).

O objeto de representação nesse discurso passa a ser a família soviética, que é apresentada como destruída pelo bolchevismo materialista em evidente contraposição à ideia integralista de que o homem vale pelo sacrifício em favor da família. A defesa do Estado Integral pelo movimento integralista era entendida como o Estado que, uma vez estabelecido, realizaria na ordem moral a cooperação espiritual de todas as forças que defendessem a ideia de Deus, Pátria e Família, uma trilogia que marcou toda a sua trajetória.

Durante a semana das greves paraibanas de novembro de 1935, o jornal manifestou-se dentro da lógica de considerar que a presença dos tão já apresentados "elementos extremistas" nos sindicatos era responsável pelo clima de pânico que sobressaltava a capital paraibana, como, por exemplo, no editorial "Acabemos com a greve":

> Operario paraibano! Honrai a vossa tradição de cordura e patriotismo. O vosso problema não é apenas um aumento de salário arrancado sob ameaça das injunções coletivas. É muito mais complexo. É dentro da paz e da ordem que se constrói alguma coisa. Temei a intromissão dentro de vossa classe de elementos que vos quer explorar para servirdes de palha na fogueira social que a toda hora pretendem atar. (Jornal *A Imprensa*, 08 nov.1935).

No dia seguinte, o já destacado editorial “Amai-vos uns aos outros” continuava persistindo para o operariado ultimar a greve e culpava inteiramente a ANL e os comunistas como responsáveis pelo clima de “instabilidade” e de “anarquia” que se apossara da cidade.

O discurso religioso continuava a explorar o caráter pacífico e a bondade dos trabalhadores, apelando para o sentimento de concórdia e fraternidade entre as “classes”. Ao mesmo tempo, a Igreja tratava o movimento grevista como inaceitável e insistia que o mesmo era produto das maquinações da ANL, que é apresentada como um instrumento do “comunismo internacional” a fim de organizar a ação “vermelha” dentro do país, destruindo a nação e os valores religiosos. Por ter sido o principal exemplo de frente antifascista no Brasil, a ANL era considerada como principal inimiga da AIB e, por isso, mesmo depois de seu fechamento em julho de 1935, continuaram surgindo matérias destinadas ao seu combate na imprensa religioso-integralista.

3. MOVIMENTOS OPERÁRIOS/PROLETÁRIOS, ESTADO E ANTICOMUNISMO NA PARAÍBA REPUBLICANA

Conforme analisado no capítulo anterior, o anticomunismo de matriz católica no Brasil é datado do século XIX, e, especificamente, na Paraíba dos primeiros anos do XX, sendo, por conseguinte, anterior à Revolução de Outubro de 1917, como defende Malatian (2003). Já no que diz respeito às elaborações discursivas e às práticas correspondentes das elites políticas paraibanas referentes ao comunismo e aos comunistas, encontramos equivalência com a tese de Motta (2002), que as situa no Brasil no período compreendido entre 1917 e 1935, entendido como o dos "primórdios do anticomunismo no Brasil".

Desse modo, é nosso objetivo no presente capítulo perceber as especificidades dessa última matriz anticomunista na Paraíba no quadro que pensamos ser referencial de nossa tese, qual seja: as bases do anticomunismo nesse estado já se encontravam assentadas antes dos acontecimentos de 1935, sendo as mesmas forjadas a partir de 1917, ano em que a *questão social* se fez mais evidente e que, por isso, também começou a existir por parte das elites dirigentes uma maior preocupação em disputar os sindicatos e associações proletárias com os que propalavam as ideias comunistas como solução para o problema operário então em evidência.

Para uma melhor compreensão desse quadro, elaboramos nossa narrativa apresentando, inicialmente, as condições de possibilidades nas quais estava assentado o operariado paraibano, os seus embates políticos e a sua aproximação com as ideias advindas da Rússia Soviética para, em seguida, procurarmos perceber as ações e representações das elites políticas da Paraíba responsáveis pela sedimentação de um imaginário anticomunista nas três primeiras décadas do século XX.

3.1 FÁBRICAS, OPERÁRIOS E POLÍTICA NA CAPITAL PARAIBANA

Problematizar a maneira como um conjunto de ações e representações, agenciadas pelas elites políticas paraibanas, foram responsáveis pela elaboração de um determinado imaginário anticomunista naquela sociedade, nos remete a

refletir sobre a historicidade do movimento operário durante o recorte espacial e temporal proposto para esse trabalho. Ao tratarmos do movimento operário paraibano, é preciso ter em conta que, diferentemente do caso europeu, os trabalhadores envolvidos em greves e associações não pertenciam apenas às poucas indústrias existentes, mais também ao setor de serviços (ferroviários, telegrafistas, telefonistas, estivadores, carroceiros, costureiras, alfaiates, padeiros, etc.) presentes naquela sociedade. Apesar disso, nossas fontes apontam para a efetiva participação dos trabalhadores fabris no movimento operário local, o que nos fez considerar necessário um olhar primeiro sobre a historicidade da industrialização e do seu mercado de trabalho assalariado.

Gostaríamos de esclarecer que, para refletirmos sobre essas duas questões (industrialização e movimento operário/proletário), fizemos uso, principalmente, da historiografia paraibana que se deteve aos temas e das poucas fontes diretas de que dispomos. Com relação à industrialização, utilizamos informações colhidas no trabalho em Ciências Sociais de Diniz (2004), em um relatório apresentado pelo presidente Ulysses Machado Pereira Vianna à Assembléia Legislativa Provincial da Província da Parahyba do Norte (1879), no livro de Barbosa (1935), no Almanach do Estado da Parahyba do Norte (1922) e no Censo Industrial (1920). Já com relação à temática do movimento operário, dois momentos serão notados: o primeiro, onde recorremos, sobretudo, aos estudos de Galliza (1993), Gurjão (1994) e Diniz (2004), destacando que uma "história dos sujeitos" não aparece em suas pesquisas, já que esse debate ainda não estava posto no momento de suas produções; e o segundo, que, partindo do apresentado por esses autores, recorremos ao jornal *A União* para perceber os embates políticos do movimento operário paraibano com seus patrões e o poder estatal constituído.[167] Nesse último caso, ainda cabe ressaltar que, dada a insuficiência de nossas fontes, nos limitamos a perceber as ações coletivas dos trabalhadores empreendidas por meio de seus sindicatos e associações.

[167] Cabe o registro de que as datas apresentadas das obras desses autores fazem referência aos anos de suas publicações, merecendo mesmo que sejam ditos os anos de suas produções: o de Gurjão é resultado de sua pesquisa de mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba defendida em 1985; o de Diniz é a sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba concluída em 1988; e o de Galliza é a tese de doutorado em história pela Universidade de São Paulo finalizada em 1989.

Sobre o surgimento da indústria na Paraíba, levamos em consideração o estudo realizado por Diniz (2004), em que o mesmo discute a reativação da produção açucareira e a montagem de uma indústria têxtil nesse estado nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do XX, rejeitando o discurso racionalista e reducionista que diz que tais transformações estariam ligadas diretamente à necessidade que tinha o capitalismo local de promover uma total modificação na sua organização do trabalho para atender apenas a condicionamentos externos (demandas do mercado mundial, oscilações dos preços, transferência de tecnologia dos países centrais para as áreas periféricas), sendo essa tecnologia o elemento prioritário de acumulação de capital. Contrapondo-se a essa explicação, o autor propõe, então, que essa modernização tecnológica da indústria açucareira e têxtil paraibana figurou como um meio decisivo não só para a acumulação capitalista, mas também como instrumento estratégico de controle e disciplinamento da força de trabalho. Assim,

> A substituição dos engenhos escravocratas pelas usinas, bem como a implantação da indústria têxtil parece ter sido uma resposta ou uma jogada estratégica dos fabricantes para impor mecanismos de controle, hierarquia e disciplina mais eficazes sobre os trabalhadores, sobretudo numa época histórica em que as relações entre senhor e escravo, tanto nos ambientes de trabalho como fora deles, haviam chegado ao máximo de confronto, com as constantes fugas de escravos, assassinatos do senhor, suicídios, abortos, embriaguez, etc. (IDEM, p. 70).

Portanto, o aparecimento de fábricas paraibanas nesse momento histórico se apresentou mais como um meio de controle social, passando a suplantar as demais formas de organização do trabalho, cujos mecanismos de disciplina e hierarquia fossem menos eficientes. Notadamente, os empreendimentos fabris tomaram certo impulso na Paraíba nas duas primeiras décadas do século XX, beneficiadas por incentivos fiscais e estimuladas por uma conjuntura econômica mundial e nacional, justamente dentro do projeto social burguês de construção de uma nova ordem assentada em novos padrões de disciplina e controle social.

No que diz respeito à formação do mercado de trabalho assalariado na região Nordeste, e especificamente na Paraíba, a maioria dos autores paraibanos que tratam do tema, analisa que se deu diferentemente do caso europeu ou mesmo do Sudeste do Brasil. Diniz (2004), por exemplo, destaca que, diversamente do caso europeu, onde a constituição dessa mão-de-obra livre

ocorreu a partir da destruição do campesinato e do artesanato (separação do produtor dos seus meios de produção) e do Sudeste brasileiro, que introduziu a imigração européia, no Nordeste a origem do trabalhador urbano assalariado (ex-escravos e homens livres pobres) é rural e nacional, e sua inserção na sociedade do trabalho passou pela "(...) imposição de uma estratégia de controle social dos espíritos e mentes – a internalização de novos hábitos e valores calcados na noção de que o trabalho era um bem –, assim como pela imposição de uma vigilância policial no seu cotidiano". Ainda sobre essa formação do mercado de trabalho, identificamos que

> A seca de 1877-79 deslocou um grande contingente de trabalhadores rurais do interior para o litoral, sobretudo para a capital da Paraíba, calculando-se que cerca de trinta e cinco mil retirantes chegaram àquela cidade só no ano de 1878, o que pode ter provocado um esvaziamento do trabalho escravo e estimulado o surgimento da mão-de-obra livre. (RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE PELO PRESIDENTE ULYSSES MACHADO PEREIRA VIANNA, 1º jan.1879).

Barbosa (1935, p. 25), observa que a ação estatal desenvolvida por Epitácio Pessoa para combater a seca de 1923 contribuiu para a conversão de milhares de camponeses em proletários industriais, uma vez que o contato com elementos de educação técnica (mecânicos, eletricistas, topógrafos e arquitetos práticos) possibilitou a iniciação dos sertanejos em outros métodos de trabalho e outros ofícios. Diz ainda que, ao término das obras de combates a essa seca, pedreiros, marceneiros, eletricistas e *chauffeurs* passaram a procurar as capitais do Nordeste a fim de continuarem o exercício de suas novas aptidões profissionais. Para pensarmos os fluxos migratórios do interior para a capital do estado, é interessante observarmos que, em apenas um decênio, esta cidade quase dobra a sua população, uma vez que tinha uma "população de 28.793 habitantes na primeira década do século XX, alcançando a soma de 52.990 em 1922." (ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE, 1922, p. 336).

Deste modo, o projeto social burguês de construção de uma nova ordem se fez expresso na Paraíba, e na sua capital em particular, sobretudo a partir de um discurso modernizador que pretendeu tanto a remodelação da cidade como a sua reequiparação com centros industriais mais modernos, e cujo principal objetivo foi o de consolidar uma nova ordem onde valores e normas se constituíssem sob o

princípio do trabalho. Um indicativo de que a temática da industrialização já se fazia presente na sociedade paraibana nos anos dez do século XX, é o Censo de 1920, como já analisado no capítulo anterior, que arrolou 215 estabelecimentos industriais existentes na Paraíba, sendo que destes a maioria (aproximadamente 90%) foi fundada no século XX, notadamente na década de dez, período esse que coincide com a I Guerra Mundial, mais exatamente entre os anos de 1915 e 1919, quando, então, foram instaladas 93 indústrias.[168]

Galliza (1993), Gurjão (1994) e Diniz (2004), autores paraibanos que observam os movimentos operários na Paraíba durante a Primeira República, fazem reflexões acerca do relacionamento estabelecido entre os donos desses primeiros estabelecimentos industriais e os seus respectivos trabalhadores, enfocando o tratamento que os primeiros dispensavam aos segundos.[169] Sobre essa questão, um dos pontos considerados pelos mesmos diz respeito ao fato de que o surgimento da indústria paraibana, nas duas primeiras décadas do século XX, foi marcado pelo excesso de uma mão-de-obra não-qualificada (ex-escravos e homens livres pobres) e, por essa razão, aproveitava quantia mínima desse exército industrial de reserva. Situação essa descrita por Barbosa (1935, p. 73) como ainda existindo na segunda metade da década de 1920, quando "Famílias e mais famílias de camponeses desocupados vivem nos arredores das fábricas, de olhos fixos às vagas que são registradas no quadro de pessoal. Qualquer salário serve, conquanto que não se morra de fome. E as greves são raras..."

Tais autores são consensuais em afirmarem que a inserção do homem pobre na sociedade industrial paraibana se deu pela imposição de longas jornadas de trabalho, pelos baixos salários recebidos e pelas precárias condições de moradia e de higiene. Para considerarmos a respeito desses dois primeiros pontos, cabe mencionar o artigo "O tipógrafo", publicado no jornal *Estado da Paraíba*, de 09 de janeiro de 1908:

---

[168] O jornal *A União*, bem como os Almanachs do Estado da Parahyba do Norte são importantes fontes para se rastrear informações sobre esses empreendimentos industriais, especialmente no que diz respeito às visitas constantes das autoridades políticas locais quando de suas inaugurações, às informações sobre as máquinas utilizadas e número de operários, bem como elogios e louvores a tais iniciativas empresariais.

[169] Conforme destacado no segundo capítulo, o Censo de 1920 registrou que as 251 indústrias da Paraíba agrupavam 3.035 operários, sendo 1.818 ligados ao setor têxtil e 420 ao de alimentação.

> **Não vede ali aquele artista, curvado sobre a caixa, dia e noite, alcachinado, simples, mãos calejadas e tintas? Examina-o bem sob a claridade das lâmpadas elétricas: é o tipógrafo**. É o grande maquinista que dá vapor a essa vertiginosa locomotiva: a imprensa. Sua missão na sociedade é altruística e civilizadora. Pelas suas mãos, antes de figurarem nas estantes custosas, nas raras bibliotecas, passaram os extraordinários romances, as inebriantes poesias, os belicosos livros de guerra e as tranqüilas páginas da Bíblia, as do Direito, da História... (...) **No entanto, a sua vida nada tem de confortável, não excede nunca do artista que lhe traçara a sorte: trabalhar para não morrer de fome**. (Grifos nossos).[170]

De um modo geral, o proletariado enfrentava duras condições de trabalho nas fábricas paraibanas, com "baixos salários, longas jornada de trabalho oscilando de 10 a 12 horas e crianças e mulheres recebendo salários aviltantes." (KOURY, 1985, p. 137). Para percebermos essa última questão, citamos o exemplo descrito por Rubim (1983, p. 13) a respeito da Companhia de Tecidos Paraibana, a maior concentração fabril desde a sua fundação (1892) até o início da década de 1920, que empregava um maior contingente feminino, o que significava pagar menos por tarefas equivalentes às do operariado masculino. Parece-nos que tais condições operárias se agravaram a ponto da *questão social* logo passar a ser vista pelas autoridades médicas e sanitárias como um problema a ser resolvido, a julgar pelo relatório intitulado "A luta antituberculosa nas classes trabalhadoras", de autoria do médico J. J. Enrique da Silva, do ano de 1912. No documento lemos que:

> (...) os operários das fábricas entre nós vivem ao desamparo de qualquer beneficiadora. Se não lhes voltaram as vistas os governantes, que importa, pois os proprietários que eles morram ou se invalidem. Isso de cubagem de ar, iluminação, aparelhos de proteção, são exigências dos médicos para terem de que ganhar dinheiro, disse-me um dia um industrial. (Jornal *O Centro*, 12 jul.1912).

Ao longo desse texto; o seu autor se mostrou preocupado com as condições de trabalho, moradia e saúde dos operários do estado, relacionando as várias razões da tuberculose entre os mesmos, dentre elas: as péssimas condições de

[170] Vemos que o autor desse texto faz referência a "lâmpadas elétricas" na capital paraibana em 1908, quando a luz elétrica só chegou ali em 1912. Não conseguimos identificar se o articulista se referia a alguma forma "real" de iluminação ou mesmo se foi um recurso de linguagem usado pelo mesmo.

higiene e iluminação e o amontoamento de pessoas, tanto nos locais de trabalho como em suas habitações.[171]

No que diz respeito às precárias condições de moradia desses trabalhadores urbanos, pensamos que elas continuaram existindo nos anos que se seguiram, pois conseguimos identificar uma matéria publicada no jornal *A União* com o título "Aluguel de terras à pobreza (um roubo ao proletariado)", de 07 de abril de 1918, onde se protesta contra os elevados aluguéis e foros que se cobravam aos pobres:

> (...) Vem de algum tempo a esta parte, se enraizando nos costumes da terra, abusiva prática de se alugar terra a quem tenham de construir uma casinha, um albergue, uma choça qualquer. Não raro um proprietário faz trombetear seu altruísmo (...). Não há maior conto do vigário – são futuras vielas, estreita sem obediência a planta, ou causa que tenha de oferecer normas às linhas da cidade. O Zé-povo que habita em pés de cajueiros, que disputa um lar coberto à margem da Great-Western, corre a tomar um quadro do terreno anunciado (...). É o seu lar. (...) Mas, sabe o leitor que população é aquela? É a rafaméia. São cozinheiras, amas-secas, lavandeiras, carroceiros, ganhadores, toda essa população anônima, desventurada, que moreja concorrendo diretamente para o gozo existencial da melhor sociedade. **Depois, um operário de outra categoria já se aproxima dali, obtém alguns quadros de terra, constrói o seu chalé de taipa com aspectos menos rudimentar**. Assim, em 2 ou 3 anos, medram ruas (...) por todos os subúrbios (...) por onde vai fervilhando essa população dessorada, caquética (...). eis senão quando lhe aparece o cobrador, não do aluguel do tugúrio em que mora; mas do solo. Traz a bolsa em que conduz os cobres e o caderno dos recibos. Cada sete palmos de terra, pagam dez tostões por mês. E como? Não se trata de um contrato que garanta o foreiro: mas de uma tolerância momentânea, a aprazimento do senhoria. Pode ser despejado quando e como entender o suposto dono das terras. (Grifos nossos).

Somava-se às péssimas condições de trabalho e de moradia o alto custo de vida, sobretudo no período da Primeira Guerra Mundial, quando adveio a inflação e a escassez de gêneros alimentícios em todo o país, o que agravou ainda mais

[171] Diniz (2004, p. 170-171) observa que as condições de moradia dos operários da capital paraibana foram agravadas ainda mais nas duas primeiras décadas do século XX, tendo em vista o discurso modernizador burguês (estético e higienista), bem como as práticas correspondentes, que efetivou a remodelação das áreas centrais da cidade, transformando-as em "(...) espaço amplo, controlado e elegante e segregar a pobreza urbana na periferia, longe do contato e das vistas das camadas dominantes, mas também onde pudesse ser vigiada e controlada pela nova disciplina espacial". Sobre isso é interessante o registro feito pelo jornal *Correio da Manhã*: "Na Rua do Rosário se ostentam, nas proximidades do prédio onde funcciona a E.T.L. e F. uns casebres horrendos que, além de afearem nossa cidade, representam um perigo a nossa saúde pela immundície que reina naquelas pocilgas. E estão prestes a desabar, com flagrante perigo para o público." (Jornal *Correio da Manhã*, 25 abr.1917). Ao que tudo indica, a denúncia foi levada a efeito pelas autoridades de plantão, pois meses depois o mesmo jornal noticiou a interdição de alguns casebres naquele espaço. Cf. Jornal *Correio da Manhã*, 10 ago.1917.

as precárias condições operárias paraibanas. No nosso entendimento, esses trabalhadores industriais devem ser compreendidos como sujeitos históricos que viviam experiências e expectativas na singularidade de seu contexto histórico e, portanto, diante das condições de possibilidades nas quais viviam, quando não negociavam com seus patrões, partiam para a resistência, como veremos a seguir. Nesse sentido, pensamos que a maior evidência de oposição dos operários da capital paraibana a esse quadro foi a sua organização em torno do Sindicato Geral dos Trabalhadores da Paraíba, fundado por Rafael Holanda em 1917, bem como as greves de julho desse mesmo ano.

As análises realizadas por Galliza (1993) e Gurjão (1994) sobre os movimentos grevistas de 1917 na Paraíba sustentam a tese de que os mesmos só podem ser analisados tendo em vista o seu quadro internacional e nacional, uma vez que as disputas interimperialistas, a I Grande Guerra, o crescimento dos movimentos revolucionários na Europa e, sobretudo, a Revolução Proletária na Rússia, abalaram o mundo capitalista e repercutiram na conjuntura nacional. A primeira autora, por exemplo, considera que a eclosão dessas greves “foi reflexo de uma conjuntura mundial, caracterizada pela I Grande Guerra, pela elevação do custo de vida e pela intensa mobilização operária nos planos internacional e nacional” (IDEM, p. 178). Segundo essa linha de raciocínio, as greves ocorridas foram sobredeterminadas pela conjuntura mundial de ascensão das lutas operárias, ou seja, o plano estadual parece, assim, acompanhar e refletir os acontecimentos da conjuntura nacional e internacional.

De outro ponto de vista, Mello (2001, p 176) procurou explicar as paralisações de 1917 na Paraíba sinalizando-as como resultantes da influência das ideias anarquistas que eram predominantes no movimento operário do Brasil. Segundo a tese desse historiador, as greves paraibanas daquele ano tinham reivindicações de cunho bastante específico “(...) não se pautando pelo viés socialista da luta de classes, com essa última expressão sendo cuidadosamente evitada pelo chamado operariado amarelo, majoritário no nascente sindicalismo brasileiro”.

As interpretações desses três historiadores sobre as greves de 1917 na Paraíba privilegiaram o geral em detrimento do particular, além de não

apresentarem os sujeitos participantes daqueles movimentos.[172] Não pretendemos negar por completo a validade de suas argumentações, entretanto, pensamos que ambas as teses silenciam totalmente outros aspectos específicos que esses movimentos grevistas puseram em evidência, como, por exemplo, “a luta do trabalhador para controlar o processo de trabalho”, no que se refere à greve dos cigarreiros, como observado por Diniz (2004, p. 201). Sendo assim, optamos por pensar tais movimentos como legitimamente políticos e decorrentes das condições de possibilidades das suas experiências particulares, não havendo sentido importar modelos externos para compreendê-los, conforme percebemos nas análises seguintes.[173]

Como já mencionado no capítulo anterior, as duas primeiras décadas do século XX foram palco de, aproximadamente, quinze greves operárias, sendo que dez delas se verificaram em 1917, um ano muito significativo para percebermos as resistências dos operários paraibanos às condições específicas às quais estavam submetidos. Sobre o impacto dessas mobilizações, um periódico da capital assim se expressou: “De certos dias para cá, os jornais têm-se preocupado freqüentemente com notícias graves, greves dos cigarreiros, greves dos carroceiros, greve dos costureiros, greve dos alfaiates, greve do armazém de couros, greve da fábrica de óleo e na Great Western”. (Jornal *O Norte*, 03 ago.1917).

Foi a paralisação das indústrias de cigarros, de aproximadamente duas semanas de duração (25/06 a 05/07) e a mais longa do período, que deu início ao movimento grevista que se estendeu por outros setores industriais da capital paraibana naquele ano.[174] Para Diniz (2004, p. 193), as especificidades do

---

[172] Esses textos são resultados de suas pesquisas de dissertações defendidas na década de 1980, momento em que as abordagens marxistas clássicas vigoravam nos seus respectivos programas de Pós-Graduação.

[173] Não comungamos com uma concepção teórica hegemônica do marxismo clássico que procurou interpretar as ações dos movimentos operários nacionais utilizando termos como “atrasadas”, “primitivas”, “pré-políticas”, etc. e que tomava como modelo, para classificar uma ação como política, a organização do movimento operário internacional, tido como “racional”, “consciente”, de “mobilização duradoura”. Pretendemos romper com essa visão e estudar as ações dos movimentos operários considerando-as como políticas, entendendo que os trabalhadores sabiam ler o seu mundo social de acordo com os códigos do seu universo cultural e, desse modo, se moviam no campo da negociação e da resistência. Sobre o tema, ver Pamplona, 1996.

[174] De acordo com o Censo de 1920, as indústrias de cigarros da capital paraibana eram uma das mais promissoras, pois, além de favores orçamentários, eram protegidas por tarifas alfandegárias que cobravam taxas elevadas para cigarros de outros estados, o que dificultava a entrada na

movimento grevista dos cigarreiros podem ser elencadas a partir dos seguintes pontos:

> 1º porque apresentou um leque de reivindicações que ultrapassam questões puramente salariais; 2º pôs a nu as contradições entre os próprios fabricantes de cigarros; 3º polarizou os interesses em jogo (Associação Comercial, de um lado e Sindicato Geral do Trabalho, de outro); 4º colocou no centro da discussão a questão da introdução de máquinas no processo produtivo e a perda do controle operário; 5º porque, talvez em função das razões anteriores, teve grande destaque na imprensa local.

A greve teve início em uma segunda-feira (25/06) quando, então, os operários da Tabacaria Peixoto decidiram abandonar o trabalho naquele estabelecimento tendo em vista a insuficiência de salários e as péssimas condições de trabalho (falta de ventilação nas oficinas), além de outras questões que foram se incorporando com o desenrolar do movimento, como, por exemplo, o desemprego provocado pela introdução de máquinas mais modernas e a luta pela abolição do trabalho infantil. Da Tabacaria Peixoto, no dia seguinte o movimento logo se propagou para as outras quatro fábricas de cigarros da Cidade de Parahyba, descritas no quadro que segue:

QUADRO XV – FÁBRICAS DE CIGARROS DA CAPITAL DA PARAÍBA EM 1917

FÁBRICA	FIRMA	PROPRIETÁRIO	ANO FUNDAÇÃO
Fábrica Popular	Ferreira & Cia.	Coronel Roque Barbosa	1875
Fábrica Planeta	Paulo Bastos & Cia.	Clodomiro de Paula Bastos	1893
Tabacaria Peixoto	-	-	1898
Fábrica Triunfo	Vieira Amorim & Cia.	-	1906
Fábrica União	Gomes de Souza & Cia.	-	1910

FONTE: DINIZ, 2004, p. 194-197. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Conforme já anunciado acima, observamos que o poder de organização dos operários dessas fábricas, naquele momento, se fez melhor expresso a partir do Sindicato Geral dos Trabalhadores da Paraíba (SGT), que dirigiu essa greve durante todo o seu decorrer formando uma comissão encarregada de estabelecer negociações junto à Associação Comercial, órgão de representação dos

---

Paraíba de produtos similares das regiões vizinhas. Empregavam juntas 315 trabalhadores, uma média de 61 para cada fábrica.

empresários.[175] O SGT também formou comissão que ficou encarregada de "percorrer os jornais e esclarecer a opinião pública sobre os boatos de perturbação da ordem pública e reafirmar a intenção dos grevistas em continuarem paralisados até que as reivindicações fossem atendidas". Esse sindicato ainda dirigiu passeatas ao palácio do governo do Estado, onde a comissão de operários foi recebida pelo então presidente Camilo de Holanda[176] que "se mostrou propenso a interceder junto aos fabricantes para atender às exigências dos trabalhadores" (DINIZ, 2004, p. 194-195).[177]

O que queremos destacar aqui, é que aqueles operários das indústrias cigarreiras foram sujeitos conscientes de que a sua filiação em torno do SGT lhes possibilitaria um maior poder de pressão junto aos seus patrões e ao governo do estado, o que se faz perceber pelas táticas empreendidas por aquele sindicato, acima apresentadas (comissões e passeatas). Notamos, também, que a resistência operária expressa pela paralisação dos trabalhos dos cigarreiros foi concomitante a relações de negociação junto aos patrões e ao governador do estado.

---

[175] Essas duas organizações da sociedade civil (Sindicato Geral dos Trabalhadores e Associação Comercial) procuravam estabelecer um contrato coletivo de trabalho entre patrões e empregados em uma época em que não havia nenhuma instância reguladora das relações de trabalho. O Estado, de acordo com a política liberal, só passou a intervir nessa relação de poder quando da impossibilidade do contrato se estabelecer, evidenciando-se por meio da disposição do aparato policial ou mesmo intermediando as negociações entre as partes.

[176] Francisco Camilo de Holanda (1862-1946) era um médico militar natural da capital da Paraíba e foi presidente desse estado de 22 de outubro de 1916 a 22 de outubro de 1920. Sua vitória eleitoral em 1915 marca a consolidação do poderio da facção do Partido Republicano Conservador da Paraíba, chefiada por Epitácio Pessoa, político paraibano de maior prestígio durante a Primeira República, que até 1930, mesmo distante (Rio de Janeiro ou Europa), ditou todas as decisões da política estadual. Todos os candidatos epitacistas foram eleitos, garantindo-lhe a consolidação do poder. Cf. Gurjão, 1994, p. 65.

[177] "(...) Sendo este o primeiro movimento grevista occorrido na Parahyba, é explicável que o governo fosse procurado como auctoridade e mediador entre os interesses desentendidos. Recebi mais de uma vez a commissão dos grevistas, convidei para virem á minha presença os fabricantes e das equitativas concessões de ambas as partes consegui uma melhoria de situação daquelle ramo da classe operária, sem muito ônus para os nossos industriaes." (MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA NA ABERTURA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 8ª LEGISLATURA, A 1º DE SETEMBRO DE 1917, PELO DR. FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA, PRESIDENTE DO ESTADO). Em 1º de julho, o fim da greve foi anunciado na Tabacaria Peixoto e na Fábrica Popular, após o surgimento de uma nova tabela de conciliação apresentada por Camilo de Holanda, que propôs, dentre outras coisas, reduzir o imposto sobre a indústria cigarreira. Entretanto, a paralisação dos operários das fábricas Triunfo, União e Planeta continuaram, já que seus proprietários argumentaram que concordar com a tabela proposta levaria à ruína de seus estabelecimentos, uma vez que não possuíam nenhuma mecanização e, por isso, não podiam concorrer com as fábricas Peixoto e Popular. A greve continuou naquelas indústrias até o dia 05 de julho, quando, então, as mesmas concordam com a tabela de negociação do governo. Cf. Diniz, 2004, p. 195-198.

Exatamente um mês após esta greve, paralisaram suas atividades os operários da Great Western e os da Casa Kroncke & Cia, movimento esse que se estendeu aos estivadores do porto de Cabedelo, aos operários da Fábrica Tibiry e aos da Casa Iona & Cia, cujas reivindicações em muito se assemelhavam com as da greve dos cigarreiros, conforme demonstrado no quadro que segue:

QUADRO XVI – GREVES NA PARAÍBA EM 1917

OPERÁRIOS E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DURAÇÃO	REIVINDICAÇÕES
Cigarreiros	Capital	25/06 a 05/07	Aumento salarial, melhoria das condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, abolição do trabalho infantil e a permanência de delegados do SGT como diretores das tarefas diárias.
Jornaleiros da Great Western	Capital	25/07	Aumento salarial.
Operários da Casa Kroncke & Cia.	Capital	25/07 a 30/07	Redução da jornada de trabalho e 30% de aumento no pagamento para trabalhos noturnos.
Estivadores	Cabedelo	27/07 a 14/08	Aumento salarial, redução da jornada de trabalho e a permanência de delegados do SGT como diretores das tarefas diárias.
Tecelões da Fábrica Tibiry	Santa Rita	30/07 a 14/08	Readmissão de duas operárias pertencentes à sucursal do SGT naquela cidade e contra a exploração do Bazar Tibiry.
Operários da Casa Iona & Cia.	Capital	30/07 a 14/08	Readmissão de um operário pertencente ao SGT.
Jornaleiros da Great Western	Capital	30/07 a 14/08	Aumento salarial.

FONTE: DINIZ, 2004, p. 190-192. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Durante o transcorrer destas mobilizações, o SGT continuou a ser o grande interlocutor destes operários junto à Associação Comercial e ao governo do Estado, empregando suas comissões de negociação, passeatas e comícios no sentido de pressioná-los a atenderem suas reivindicações. Diante do impasse e da crescente tensão entre a Associação dos patrões e o Sindicato dos operários, estes últimos realizaram uma grande manifestação na capital paraibana com os contingentes operários desta cidade, de Cabedelo e de Santa Rita, no dia 07 de agosto, que representou o auge das mobilizações proletárias da Paraíba de 1917. A ação do governo do Estado, na pessoa de Camilo de Holanda, no decorrer

dessa situação de conflito entre patrões e empregados, se fez notar por meio da repressão policial empreendida sobre estes últimos em nome dos primeiros, bem como pela negociação de uma tabela entre as partes que pôs fim às paralisações em 14 de agosto.[178]

Entendemos as greves desse ano, resultantes muito mais das experiências que viviam aqueles operários do que de influências externas, como os primeiros movimentos de resistências que introduziram de vez os operários no centro da cena política paraibana, tendo sido o Sindicato Geral dos Trabalhadores da Paraíba a maior expressão dessa organização de resistência e negociação. Não obstante percebermos essa associação como tendo surgido por congregar tais experiências operárias, pensamos também que a mesma passou a buscar uma base teórica para sua orientação e construção de sua identidade, já que Rubim (1983, p. 18) descreve que ela apresentava tendências que iam desde o corporativismo até o anarco-sindicalismo, e sua postura oscilava entre a conciliação e as atitudes independentes.[179] Ainda sobre a presença de propostas doutrinárias no contexto daqueles anos, cabe o registro de que, durante a greve dos cigarreiros, foi publicada uma carta de um socialista anônimo no jornal *O Norte,* de 29 de junho de 1917, denunciando a situação a que aqueles operários estavam submetidos, assim como Menezes (1992, p. 77) descreve ter proferido uma conferência com o tema “O Ideal Socialista” na sede da Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, em 12 de outubro de 1918, como já descritos no capítulo anterior. Da mesma forma, notamos o surgimento de mais nove sindicatos e associações de trabalhadores paraibanos entre 1919 e 1929 (Ver QUADRO VIII), possivelmente carreados pelo contexto nacional do movimento operário e pela difusão das ideias da Revolução Russa de 1917.[180]

---

[178] A assinatura do Contrato de Trabalho pelos donos das fábricas de cigarro, que elaborava uma tabela de preços regulamentando os salários e criava o delegado sindical em cada local de trabalho, foi apenas uma jogada estratégica destes empresários para fazer com que os seus trabalhadores voltassem ao trabalho. Cf. Diniz, 2004, p. 196.

[179] O discurso do corporativismo propugnava a eliminação da luta de classes em prol de um modelo de colaboração entre elas; já o anarco-sindicalista entendia que os sindicatos independentes poderiam ser utilizados como instrumentos para mudar a sociedade, substituindo o capitalismo e o Estado por uma nova sociedade autogestada pelos trabalhadores.

[180] A partir de 1917, O jornal *A União* passou a divulgar telegramas recebidos que, resumidamente, tentavam dar conta das greves européias e do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre e Recife) referenciando-as, na maioria das vezes, como que promovidas pela influência anarquista ou da Rússia soviética. Acreditamos na possibilidade de que essas

As pistas acima destacadas apontam para a presença tanto do anarquismo como do socialismo enquanto formulações que, de certo modo, buscavam construir a identidade dos sindicatos e associações operárias da Paraíba nos anos que se seguiram. Pode-se dizer, acompanhando Gomes (2005, p. 86), que esse era o tempo em que anarquistas e socialistas, em competição pelo monopólio da "palavra operária", procuraram produzir a "identidade da classe trabalhadora brasileira".[181] Nossa interpretação sobre a chegada destes discursos na Paraíba ganha evidência maior ao cruzarmos os rastros acima analisados com os registrados pela elite letrada nos jornais locais, cujo objetivo era o de estereotipar essas pretensões de doutrinamentos. Já vimos no capítulo anterior que o jornal *A Imprensa,* de 09 de outubro de 1919, descreveu em sua primeira página que "Alça o collo, dia a dia mais audaz, a perigosa serpe do anarchismo. Diffundida, ensinada á luz meridiana, na praça publica, nos clubes e na imprensa, (...)". No jornal *A União* dos anos seguintes a 1917, também aparece um significativo número de notas e matérias com a preocupação de representar o anarquismo, o socialismo e a Rússia maximalista negativamente, como destacaremos no próximo tópico desse capítulo.

Diante do quadro geral de mobilizações sociais emergente a partir das greves de 1917, os empresários, em acordo com o governo da Paraíba, passaram a atuar em três frentes: a das negociações com os empregados; a das repressões policiais; e a das representações por meio da palavra impressa. Nota-se, por exemplo, que, durante aquelas paralisações operárias, o presidente do estado, ao mesmo tempo em que estimulava as negociações, também cuidava de garantir a "liberdade de trabalho" e a "paz social", através da intervenção da polícia nos locais de associações e manifestações operárias, ocorrendo, inclusive, prisões de

---

informações possam ter contribuído para fazer chegar aos trabalhadores paraibanos a possibilidade de uma construção de identidade operária.

[181] Apesar de serem considerados como a grande e praticamente única força organizadora do movimento operário da capital brasileira nas duas primeiras décadas do século XX, os anarquistas conviveram com os socialistas, tendo suas áreas de influência e desenvolvendo relações de competição e confronto, mas também de tolerância e colaboração. Assim, dois discursos de construção da identidade da classe trabalhadora foram concomitantes: o socialista, que privilegiava bolsa de trabalho, crédito, atividades recreativas, assistenciais e educacionais, sendo o partido operário uma espécie de "centro sindical" centralizador e dispensador destes benefícios; e o anarquista, que rejeitava o partido político e as funções assistencialistas, tendo como núcleo de sua estratégia revolucionária, para a eliminação total de todas as formas de governo compulsório, a luta política, através das greves, e a educação dos trabalhadores. Cf. Gomes, 2005, p. 81.

operários.[182] Por seu turno, os patrões também passaram a efetivar a repressão sobre os trabalhadores, sobretudo por meio da demissão das lideranças grevistas de suas indústrias, como foi o caso das fábricas de cigarros que, poucos meses depois do início das greves, iniciaram processos de dispensa dos "operários cuja conduta era elemento pernicioso à boa ordem da casa" (Jornal *A União*, 02 ago.1917). O jornal oficial do governo paraibano também publicava telegramas chegados da capital federal a respeito dessa ação policial sobre as associações e os movimentos operários:

> Rio, 10. Propaganda anarchista. A polícia desta capital dissolveu e fechou a Sociedade de Construção Civil e a Sociedade dos Sapateiros, por fazerem propaganda anarchista e incendiária, apprehendendo vários objetos e boletins sediciosos. (11 set.1919).

> Rio, 27. "Meeting" de operários. Realizou-se hontem, no logar Encantado, um "meeting" promovido por cerca de seiscentos operários. Por fim chegou a polícia apprehendendo boletins anarchistas. (30 set. 1919).

Nos anos que se seguiram até o final da década de 1920, os industriais e o governo paraibano, como que despertados para a *questão social* e refazendo-se do espanto em que os deixaram as greves de 1917, aumentaram a repressão e procuraram conciliar-se minimamente com os sindicatos e associações trabalhistas como medida preventiva.[183] Perante essas novas condições de possibilidades, o movimento operário não se retraiu em se manifestar no sentido de ter atendida parte de suas reivindicações, contudo, mudou de tática

---

[182] Cabe destacar que, no governo de Camilo de Holanda, se procede à reforma da Cadeia Pública da capital, no primeiro semestre 1917, "Com objetivos de transformar ou excluir do convívio social todos aqueles que se recusassem a ingressar na sociedade do trabalho ou transgredissem as suas regras, (...)" (DINIZ, 2004, p. 180). Também de acordo com esse autor, durante a greve dos estivadores da Cabedelo, o operário João Vermelho foi preso para averiguações. Ainda no governo desse presidente se deu a reestruturação da polícia paraibana por meio do decreto nº 851 de 25 de junho de 1918. Até então, a Força Pública do Estado cumpria as funções de tropa auxiliar do Exército para intervir em ocasiões excepcionais como sedições, motins, revoltas populares, banditismo, etc. Com essa reestruturação, criou-se uma escola para formar os soldados e a polícia saiu dos quartéis e delegacias para vigiar permanentemente as ruas. Cf. Diniz, 2004, p. 180-181.

[183] A derrota do proletariado, na Alemanha e na Hungria, deu novo ânimo às elites dominantes da Europa e dos EUA, que passaram a empregar todos os esforços para debelar os focos de descontentamento e os surtos de insurreição. Esse refluxo dos movimentos sociais na Europa, com o conseqüente confinamento da revolução proletária na Rússia, atingiu, igualmente, o movimento operário brasileiro que declinou a partir de 1920, frente à crescente repressão. Cf. Bandeira, Mello & Andrade, 1980, p. 241.

abandonando a resistência por meio das greves e procurando apenas atuar no campo da negociação para, desse modo, obter concessões.[184]

Nesse ponto discordamos da tese de Mello (1992, p. 100-101) que analisa o movimento operário paraibano do período 1928/30 como tutelado, "desviado de caminho próprio, em troca do atendimento de suas reivindicações pelo Estado." Preferimos seguir as trilhas das teorizações abertas por Ferreira, Gomes, Badaró e Capelato (2010) e compreendermos as ações dos trabalhadores da Paraíba no recorte temporal pretendido não os coisificando como "inconscientes", "cooptados" e "manipulados" pelo Estado. Aqueles sujeitos tinham sua própria racionalidade, sabiam ler a seu modo o jogo do poder e dele tiravam proveitos nos seus limites, como demonstraremos a seguir.

Nesse sentido, identificamos que as comemorações do 1º de Maio passaram a se constituir como o principal espaço simbólico de luta onde esses trabalhadores se irmanavam em torno da *questão social* e mobilizavam suas reivindicações. Suas festividades eram realizadas em torno da Sociedade dos Artistas e Operários, Mechanicos e Liberais.[185] Em 1918, vemos essa associação organizando as manifestações públicas do Dia do Trabalho procurando estrategicamente envolver nelas, por meio de convites entregues em mãos, o presidente do estado e a imprensa oficial, cabendo a esta a publicidade da programação daquele ato comemorativo, bem como a de discursos referentes às questões operárias. Naquela data, o jornal *A União* dedicou espaço em sua segunda página para noticiar a matéria "1º de Maio. *Ao proletariado*", de autoria da liderança operária Joaquim Pereira do Nascimento, onde a ênfase recaiu sobre a principal luta dos trabalhadores paraibanos daquele tempo:

> Na história dos povos, há datas ou acontecimentos, que gravam na memória das novas gerações sulcos profundos, immoredeiros. 1º de Maio é uma destas datas, pois relembra o maior feito, o acontecimento mais extraordinário, produzido pelo operariado do mundo inteiro. Correndo as vistas para o passado de trevas, vemos que data de 1860, o

[184] Entre 1918 e 1928, são registradas apenas cinco greves operárias na Paraíba, porém, sem o mesmo impacto das de 1917. Ver QUADRO VII.

[185] Desde a Primeira República, o 1º de Maio era comemorado na Paraíba. O presidente Castro Pinto assinou o decreto nº 632, de 28 de abril de 1912, que feriava essa data como comemorativa do "trabalho universal" (Jornal *A União*, 1º maio.1914). Apenas no governo do presidente Arthur Bernardes, pelo decreto federal n 4.859, de 26 de setembro de 1924, foi que o dia 1º de maio se tornou feriado nacional.

> início dos preparativos das classes trabalhadoras da América do Norte, para a conquista da **jornada de oito horas de trabalho**. Fundaram-se diversas aggremiações, dentre as quaes, Partidos Operários, Liga das Oito Horas e a dos Cavaleiros do Trabalho, effectuaram-se vários congressos, realizaram-se diversas greves parciaes, em que não obstante terem sahido prejudicados em sua maioria, reinava a mais animadora cohesão e a esperança mais viva, no seio immenso das classes trabalhadoras. (...). (Jornal *A União*, 1º de maio.1918) (Grifos nossos).

O texto continua discorrendo sobre os passos da luta que desembocaram nos acontecimentos de 1886 em Chicago, quando trabalhadores foram às ruas reivindicar melhores condições de vida e a redução de jornada de trabalho e alguns acabaram sendo mortos em confronto com a polícia. A sua conclusão se dá nos seguintes termos:

> Eis ahi, companheiros, alguns traços da história do dia 1º de maio, este dia, na opinião geral, não é um dia de festa: é um dia em que o proletariado, cônscio de seus deveres, manifesta-se emmocionado, com o coração acabrunhado, pela lembrança daquelles que morreram pela causa sacrosanta da Liberdade. Companheiros, permitti que vos faça um appello no sentido de levarmos avante a idéa sublime há tanto tempo almejada, porém, que seja ella conquistada pela ordem, pela paz e pelo direito. (IDEM).

Vemos que a trágica simbologia dos fatos de Chicago foi apropriada como passado mítico importante a ser rememorado naquela data festiva, onde os operários da Paraíba dramatizavam seu raio de luta, a saber: a redução da jornada diária de trabalho. Ao mesmo tempo, entendemos que o fato do jornal oficial ter publicado essa matéria de uma liderança operária pode significar que o Estado passou a compartilhar de opiniões e ações políticas que caminhavam no sentido de amenizar a *questão social* em evidência. Tanto é assim que esse mesmo periódico noticiou, nessa mesma data, outra matéria enfatizando que aquelas festas se revestiriam de um “caracter muito significativo, pois é patente o contentamento da classe proletária de todo Estado por sua optima situação de desafogo, relativamente à angústia que assoberba os seus companheiros dos demais Estados da República”. Isso porque o governo estadual havia empregado em seus serviços “para mais de mil proletários num trabalho afamoso e animador de reforma completa da nossa velha capital que vai perdendo o seu triste aspecto

colonial e tomando feições de uma cidade moderna e civilizada".[186] Se compararmos essa matéria com a de Joaquim Pereira do Nascimento, que falava em nome dos operários, perceberemos que o elemento retórico diferencial impresso no discurso do jornal consistia em procurar promover o culto ao trabalho, assim como afirmar a "generosidade" do governo do estado para com os operários paraibanos.[187]

As referências jornalísticas ao 1º de Maio do ano seguinte constituem outros rastros importantes para entendermos aquelas festividades da Mechanica enquanto espaço de luta operária. Nelas se fizeram presentes dois auxiliares do governo: o capitão Heráclito de Almeida, representando o presidente do estado, e Tavares Cavalcanti, chefe de polícia; além do associado e então deputado estadual Pedro Ulysses de Carvalho que, naquela ocasião, teve seu retrato posto no salão nobre daquela associação. Segundo informa o jornal, o professor Joaquim Claudino, presidente daquela sessão comemorativa, iniciou os trabalhos se referindo "à acção destemerosa e enérgica daquelle político conterrâneo, sempre se colocando ao lado da causa operaria. Enumerou os seus commettimentos e as demonstrações publicas do seu amor àquella instituição operaria." (Jornal *A União*, 03 maio.1919).[188] Esse dado indica que esse constituinte passou a se dizer representante das reivindicações trabalhistas no parlamento paraibano, fato esse que remete à emergência dos operários na cena política paraibana e que naquela ocasião, como parte de suas táticas de negociação, procuravam prestar-lhe homenagem com a aposição de sua fotografia no seu palco de luta para, em troca, provavelmente conseguirem garantias.[189]

---

[186] As festas programadas para o dia 1º de maio de 1918 não se realizaram "por ter ocorrido, na véspera, a morte de um dos mais acatados membros da Sociedade de Artistas, que estava na frente das mesmas solenidades". Cf. Jornal *A União*, 03 maio.1918.

[187] O 1º de maio era considerado como um dia marcado por várias manifestações de protestos e críticas dos operários às estruturas sócio-econômicas do país. Contudo, notamos que o poder público estadual também começava a se apropriar da data como forma de ganhar a simpatia dos trabalhadores paraibanos.

[188] Pedro Ulysses de Carvalho era chefe político de Santa Rita e foi deputado estadual pelo Partido Republicano da Parahyba nas legislaturas da Primeira República de 1916-1919, 1920-1923, 1924-1927 e 1928-1930. Cf. Mariz, 1987, p. 75-79. O jornal *A União,* de 08 de fevereiro de 1930, reporta-se a uma manifestação realizada no dia anterior pelos associados da Mechanica ao deputado Pedro Ulysses, tendo em vista o seu apoio à Aliança Liberal.

[189] Ao término dessa sessão festiva, bem como das demais analisadas, sempre era executado o Hino Nacional brasileiro e o Hino do Trabalho, sendo que a letra deste último era de Carlos D. Fernandes, diretor do jornal *A União*, e a música, do professor Claudino Ferreira.

Ainda sobre as comemorações de 1919, cabe destacar que Antônio Botto de Menezes realizou naquela associação uma conferência com o título *O Trabalho* "(...) tratando por essa ocasião do momentoso problema social que presentemente empolga a attenção do mundo civilizado." *A União* do dia 03 de maio outra vez reservou espaço para publicar aquela palestra, que começa tomando o trabalho como "necessário ao progresso de toda a humanidade" para, em seguida, dizer que as atenções do mundo inteiro se voltavam para o operariado:

> **É chegada a hora das reivindicações operarias, que somente serão exeqüíveis dentro das normas de justiça, de direito e de equidade, à sombra da ordem e da harmonia.** (...). Os operários devem confiar no futuro que se avizinha. O clarim vem cheio de notas de esperanças. (...). **Não é possível que o maior productor da riqueza publica seja aquelle que não tem direito nem merece descanso.** Não! A egualdade entre os homens é o mais sagrado e inviolável dos postulados jurídicos. A equidade deve ser feita na distribuição de direitos. (...). Portanto, se é o operário o máximo trabalhador, que elabora a própria autonomia das nações, porque o relegam? Porque as suas poucas aspirações são malbaratadas e escarnecidas?! Deve haver harmonia entre os viventes e os interesses sociaes. (Grifos nossos).

O conferencista continuou orientando os associados da Mechanica no sentido de caminharem reivindicando a redução da jornada de trabalho por meio da justiça, da ordem e distante das influências do anarquismo:

> O tempo mais opportuno para equilibrarem esses prefalados interesses é o actual. As cogitações surgem. Os chefes de Estados tratam do relevante assumpto e volvem para ele toda a attenção. **As discussões jurídicas se ensaiam para os melhores esclarecimentos**. A luz projecta-se intensa sobre o scennario. Adiar para muito longe é precipitar acontecimentos. Tratemos de evoluir. Nunca estacionar ou retrogradar. O século que passa tem o marco indelével do maior feito do universo! Se nelle a justiça vencer os estrépitos da ambição, os ímpetos de cólera, o ódio dos selvagens, é preciso que nelle nasça o espírito da concórdia e a bandeira do equilíbrio tremule entre os direitos sociaes. **Desejamos que tudo isso se faça longe da anarchia e dentro do congraçamento de todas as forças**. (Grifos nossos).

Ao que parece, o operariado paraibano ainda se utilizou, durante o mês de maio daquele ano, de outras práticas que já vinham sendo postas desde as greves de 1917, tendo em vista reclamar e tornar ainda mais públicas as suas reivindicações, o que revela a continuidade e a ressignificação das mobilizações operárias na Paraíba:

> Domingo, pelas 16 ½ horas, na Praça Pedro Américo, a classe operária desta capital realizou um *meeting* **de propaganda das idéas hoje quase vencedoras a respeito do horário de trabalho**. (...) Segunda-feira uma commissão dos operários Joaquim Pereira do Nascimento, José Augusto, Leonel de Oliveira Cruz, Luiz José da Franca e Francisco Salles Cavalcante dirigiu-se ao palácio da presidência, a fim de depor nas mãos do exmo. Sr. Dr. Camilo de Hollanda uma moção do operariado parahybano, no sentido de sua exc. se identificar com a classe operária para a realização do seu *desideratum*, isto é, **a redução da jornada a 8 horas de trabalho**. O Sr. Presidente manifestou-se favorável aos desejos da commissão, a qual se retirou muito satisfeita, na esperança de em breve ver em execução medidas concernentes ao seu propósito. (...). (Jornal *A Imprensa*, maio.1919). (Grifos nossos).[190]

O discurso exposto nesse texto é revelador tanto da permanência de formas de organização daqueles trabalhadores, por meio de comícios realizados e formação de comissões para irem ao palácio do governo, como da postura favorável de seu autor e do então presidente estadual no que se refere à redução da jornada diária de trabalho muito debatida por aqueles anos.

Outra data comemorativa que também se constituiu como espaço de luta política dos operários paraibanos, foi a do aniversário de fundação da Mechanica, realizada anualmente em 11 de setembro, e que, geralmente, contava com a presença das autoridades estaduais e realizava posses de seus presidentes, homenagens e conferências.[191] Ainda no ano de 1919, vemos como parte da programação destas festas: a posse do presidente Francisco Plácido de Assis em substituição ao professor Joaquim Claudino Ferreira, que havia dirigido a entidade durante cinco meses; a aposição "no lugar de honra da sede social, do retrato do exmo. sr. dr. Epitácio Pessoa, benemérito presidente da República"; e a realização de uma "brilhante conferência sobre o tema socialista pelo bacharelando João da Mata Correia Lima". Mais uma vez, percebemos que a

[190] Essa nota é um dos poucos achados impressos no jornal *A União* que notificam as ações efetivas daqueles trabalhadores. Nela, identificamos Joaquim Pereira do Nascimento, autor do texto "1º de Maio. *Ao proletariado*" acima analisado, compondo a comissão de operários que foi tentar negociar suas reivindicações com o governador do estado.

[191] A Sociedade dos Artistas e Operários, Mechanicos e Liberais foi fundada em 11 de setembro de 1881. Em 1918, funcionava na Rua 13 de Maio e mantinha um quadro efetivo com mais de dois mil associados, se configurando como a maior expressão da organização operária da capital paraibana na década de 1920. De acordo com o seu orçamento geral da receita e despesa para o ano financeiro de 1º de maio de 1920 a 30 de abril de 1921, essa associação recebia subvenção do Estado no valor de 1:200$000 (um conto e duzentos mil réis) para funcionamento das três escolas instaladas em sua sede social. Além da educação, a Mechanica também oferecia serviços advocatícios, médicos e funerais aos associados. Cf. Jornal *A União*, 13 abr.1920.

homenagem ao então presidente do Brasil pode ser compreendida como um elemento de negociação daquela associação com as elites políticas do governo paraibano para, em troca, ter garantidas algumas concessões, ao mesmo tempo em que continuava a promover palestras de doutrinamento sobre a *questão social* aos seus sindicalizados.

Com o título “A acção do operario”, as edições de 14, 16 e 17 de setembro do jornal *A União* transcreveram as peças daquela longa palestra que, assim como as anteriores, procurou ratificar no operariado paraibano a cultura do trabalho como fazendo parte da “dignidade humana”, sendo que a sua ênfase principal recaiu sobre dois pontos: primeiro, explicou as desigualdades sociais do tempo presente; e segundo, orientou para os caminhos que deveriam ser tomados no sentido de superá-las. Quanto ao primeiro momento deste texto, é interessante o trecho que segue:

> Se é mester que todos trabalhem, justo não é existirem classes que moirejem e morram no trabalho, para outras que se regalem e gozem a vida na lapidez da estufa da sociedade e do vício; classes que, sem eguaes direitos e com maiores obrigações, se externem e exhauram para outras que se recheiam e refolguem na preguiça e inanição. E está ahi acaso o mais grave aspecto da *questão social*. (...). A insatisfação para com a sociedade presente é de modo absoluto irrecusável. A prova, têm-na todos na grita que se ergue vibrante contra a estructura da sociedade contemporânea. (...). A organização social da actualidade, dizem, é injusta, desde a partilha dos bens a partilha da liberdade. Permitte a existência de classes que porfiam e soffrem e de classes que parasitam na ociosidade e se atufoam nos gozos. Alimenta a permanência de classes que vivem ao sol da liberdade e de outras que estiolam à lôberga escuridade da oppressão; classes que fruem a alegria de viver e classes que gemem e se estagnam e se atascam no tremedal do infortúnio. Legitima o patriarcado e a plebe, os dominadores e os hilotas. E os mais bem aquinhoados no fel das injustiças são, sem tergiversações nem dúvidas, - dizem-no todos – os Operários.

Quanto às orientações de doutrinamento para que assim o operariado pudesse reagir frente a tais condições sociais, João da Matta falou que:

> Baptizou-se em o nome de **socialismo**. Foi elle a princípio balbuciante e tímido, sentimental e piegas; tinha medo a abantesmas; era puramente metaphysico. Hoje é resoluto no falar, enfrenta a tudo, tem rigores scientificos e se tornou positivo. Essa doutrina, vós a adoptastes e a vindes seguindo, sob a flâmula protectora de grandes pensadores. **Ninguém melhor que vós, soffredores das injustiças actuaes, poderia tomar a frente da campanha; ninguém a esse posto tem mor direito que o vosso**. (Grifos nossos).

Esse autor continuou discorrendo sobre as dificuldades que a luta operária, sob a orientação do socialismo, encontrava no seu combate, destacando que ela deveria procurar superar três inimigos que o tradicionalismo lhes oferecia: a violência, a indiferença e a calúnia. Sobre esse último, disse:

> Nada há mais traçoeiro e insidioso que a calumnia. Pecca menos por ignorância, que por maldade ou ruim fé. Torce-vos o "credo", phantasia-vos intentos, crêa-vos utopias, irroga-vos monstruosidades. **Confunde socialismo com miserabilização, communismo com promiscuidade, collectivismo com divisão, syndicalismo com não sei que falsidades**. **Isso pelo lado econômico. Irmana o anarchismo ao dynamitismo, à desordem, à tyrannia, à sangueira, pelo lado político**. Chega a tal ponto a mentira, que alguns de vossos adeptos por ella se deixam imbair e dão curso a muitas de suas creações. Dahi se increparem a alguns socialistas certos exaggeros abominados. São elles filhos da mentira, do embuste, da má fé, que suggestionaram e venceram nesses espíritos fracos. (Grifos nossos).

O palestrante termina sua fala apontando os passos que o operariado deveria tomar para a superação dessas dificuldades, sendo estes: a instrução, para por fim às calunias e fazê-lo ver com clareza o que deseja; a associação, para vencer a violência e consolidar a sua força; e a ação, para a construção de uma nova sociedade socialista e solidificação de suas instituições. Cabe destacar que, além do público associado presente naquela reunião da Mechanica, os leitores paraibanos que tiveram acesso a essa imprensa, puderam recepcionar e tomar conhecimento das teses que apontavam para a revolução social.

Esse extenso discurso é muito significativo para pensarmos a presença de intelectuais no movimento operário paraibano que apontavam como solução para as suas questões sociais o doutrinamento socialista. Assim, dada a visibilidade que os operários paraibanos adquiriram no cenário político estadual e tendo em vista o aparecimento dessas propostas doutrinárias, os empresários, em parceria com o presidente da Paraíba, passaram a disputá-los com os que propalavam tais propostas como solução para a *questão social*.[192] Tanto foi deste modo que logo

[192] Sobre a emergência política da Mechanica, cabe o registro de que, durante as paralisações dos ferroviários da *Great Western* por aumento de vencimentos, entre 19 e 28 de março de 1920, que tiveram início em Pernambuco e logo contaram com adesão dos operários de Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, coube à direção dessa associação paraibana dar encaminhamento às orientações que vinham do comando geral de Recife. Organizaram, inclusive, um fundo de greve. Cf. Jornal *A União*, 23-28, mar.1920. Em meio a esse contexto, identificamos três editoriais do jornal *A União* que nos dão pistas da circulação das ideias anarquistas e socialistas na Paraíba. O primeiro, "Talvez socialismo", vem assinado por Júlio Lira e emite opinião sobre a ação das obras

alguns industriais da capital paraibana concederam a redução da jornada de trabalho, conforme destaca a nota intitulada “A semana ingleza”:

> Os senhores Barbosa Filho & Cia, adeantados industriaes desta praça e proprietários da *Fábrica Popular*, **acabam de adoptar para seus operários a semana de trabalho de 44 horas**, a exemplo das indústrias ingleza e norte-americana. Essa medida vem satisfazer as aspirações dos numerosos empregados dos estabelecimentos dos irmãos Barbosa, cujo espírito de iniciativa verdadeiramente *yankee* é bastante conhecido. Aos sábados, todos os trabalhadores das fábricas de cigarros dos srs. Barbosa Filho & Cia vão despedir-se ao meio dia em ponto, podendo ocupar-se de outros afazeres. (...). A bem de toda e grande classe trabalhadora, seria louvável que os demaes industriaes deste Estado imitassem as providencias levadas a effeito recentemente pelos srs. Barbosa Filho & Cia, relativamente a justa diminuição das horas de trabalho a que tem direito aquela classe.” (Jornal *A União*, 24 fev.1920). (Grifos nossos).

Ao que pudemos perceber nas fontes arroladas, a Mechanica logo entendeu o jogo posto por aqueles que a disputavam e, procurando tirar proveito da situação, caminhou no sentido de realizar aliança com os políticos que estavam no comando da Paraíba. Foi com esse fim que essa associação fundou o Centro Político Operário em 27 de setembro de 1922, presidido pelo deputado Pedro Ulysses de Carvalho que já vinha se dizendo representante daqueles operários no parlamento estadual desde 1919. A respeito da organização desse Centro, o jornal estatal publicou a nota de esclarecimentos que segue:

> Hoje, porque se queira tendenciosamente emprestar aos seus fundadores uma tantas velleidades que jamais lhes passaram pela mente, é-nos grato declarar que o alludido sodalício não visa outro fim senão o de apoiar o partido dominante, obedecendo em tudo e tão somente, a palavra de ordem dos nossos supremos directores pollíticos.

---

contra as secas para sanar a *questão social* e conter as ideias anarquistas e socialistas no Nordeste brasileiro (24 jan.1920). O segundo, “A Greve”, diz que no Brasil a relação trabalho e capital é justa e que por isso não se justifica o direito de greve. O articulista C. P. expõe também que o operário brasileiro procura pertencer à grande classe poderosa do trabalho pelo simples exercício empírico de sua profissão, “muitas vezes desprovidos de cultura intellectual e techinica imprescindivel para a afirmação de taes direitos”, e que “Ouve falar em socialismo, em anarchismo, em bolshevismo, sem poder penetrar o sentido sociológico de taes expressões e faz-se adepto dessas correntes subversivas e attestatorias de sua mesma conservação” (30 mar. 1920). E o terceiro, “O problema operário”, onde A. R. começa dissertando sobre desequilíbrio econômico e social europeu causado pela I Guerra para, em seguida, dizer que o proletariado não devia se envolver em tais conflitos, já que, ao final, é ele o maior penalizado. Fala que, devido a essa ignorância que lhe é peculiar, o operário da Europa também se deixou influenciar pelas ideias anarquistas, citando o caso da Rússia como exemplo de país onde o “terror” dessa doutrina foi implantado, e conclui alertando o proletariado nacional de que ainda era tempo para libertar-se da cegueira em que vive e não deixar-se influenciar pela “onda subversiva que ameaçava tragar as conquistas da civilização” (04 abr.1920).

> Foi justamente para cerrar fileiras ao lado dos srs. Dr. Epitácio Pessoa e senador Venâncio Neiva, conforme se lê da acta inaugural transcripta linhas abaixo, que os operários da Sociedade Mechanica se congregaram, instituindo o seu "Centro Político". Reproduzindo a acta questionada, o que fazemos por solicitação da novel agremiação, queremos simplesmente mostrar que os propósitos do "Centro Político Operário" são bem diversos daquelles que se lhe deseja attribuir. (Jornal *A União*, 12 nov.1922).

Esse discurso nos é revelador por expressar a acentuada força que o movimento operário que estava em torno da Mechanica, havia adquirido por aqueles anos no palco político paraibano. Outra interpretação desse texto caminha no sentido de percebermos que a principal intenção dessa publicação foi a de explicar para a sociedade paraibana que a referida agremiação surgiu com a única finalidade de firmar acordo político com o epitacismo predominante na Paraíba e não com os fins que desejavam atribuir-lhe. Talvez essas atribuições das quais o articulista da matéria fala, pudessem ser referentes ao doutrinamento anarquista e socialista que aquela associação estaria promovendo.

Durante os anos que se seguiram até 1934, houve um acentuado recuo do movimento operário de resistência a partir das greves e estabeleceu-se uma relação "amistosa" entre trabalhadores e Estado que se fazia expressar no campo da negociação. As associações operárias trilharam caminhos de luta cotidiana apresentando-se como distantes das ideias "subversivas" e próximas aos conceitos de ordem e justiça defendidos pelos presidentes estaduais do período. Restou a um restrito círculo de intelectuais o debate sobre as teses do socialismo que eram, ao mesmo tempo, representadas pela imprensa oficial como prejudiciais à sociedade.

Essa demonstração de aproximação política dos trabalhadores com o Estado também pode ser percebida quando Solon de Lucena, dirigente do governo e do partido situacionista, indicou os nomes de João Suassuna, Walfredo Guedes Pereira e Flávio Ribeiro Coutinho para a sucessão presidencial do estado, que se processaria em 22 de outubro de 1924.[193] Assim que os candidatos foram apresentados ao público, a Mechanica realizou uma grande passeata até a residência de Walfredo Guedes Pereira, associado daquela agremiação, em apoio político à escolha de seu nome para 1º vice-presidente do

[193] Esses nomes foram indicados para presidente, 1º vice-presidente e 2º vice-presidente do estado, conforme estabelecia a Constituição em vigor durante a Primeira República.

estado (Jornal *A União*, 08 maio.1924). Tratava-se da pessoa do então prefeito da capital que, já dentro das manobras de negociação articuladas pelos operários, havia sido condecorado com o diploma de sócio benemérito e que, naquela ocasião, mais uma vez passava a ser envolvido como um futuro representante daqueles no governo estadual.[194]

Pensamos que essas táticas vinham se processando naquela relação de poder porque os trabalhadores perceberam que, desse modo, podiam ter atendidas partes de suas reivindicações. Um exemplo a mais é o identificado sobre a Sociedade da União Operária Beneficente, fundada em 1919 e que começa a aparecer em nossa documentação como outra entidade trabalhista em evidência política.[195] Em torno dela, apareceu a figura do deputado Genésio Gomes Gambarra que procurou estabelecer uma relação de apoio mútuo entre as partes, onde a primeira consagraria seus sufrágios quando dos pleitos eleitorais do constituinte e este conseguiria garantias de sobrevivência para a associação.[196] O jornal *A União*, de 10 de dezembro de 1924, evidencia que Gambarra obteve na última reunião legislativa desse ano, por unanimidade, uma concessão de uma subvenção de cem mil réis para a União Operária Beneficente. Em agradecimento, esse jornalista foi surpreendido, quando se encontrava no Café Moderno, "com a presença de mais de cem operários daquele grêmio proletário que pela palavra do sr. José Liberato lhe agradeceram a generosidade do seu gesto favorecedor".

Ao longo da década de vinte, essas manifestações esporádicas expressas aos políticos paraibanos se tornaram cada vez mais comuns e, durante suas celebrações, bem como nas do Dia do Trabalho, as associações trabalhistas desenvolveram formas simbólicas de agradecimentos e de cobranças, ao mesmo tempo em que se mostravam distantes das teorias esquerdizantes.

---

[194] Guedes Pereira (1882-1954) era um médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1908), sendo filho de um senhor de engenhos em Bananeiras e primo do então Arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Foi prefeito da Cidade de Parahyba entre outubro de 1920 e outubro de 1924, quando refez todo o traçado urbanístico dessa capital, abrindo avenidas e praças.

[195] A União Operária Beneficente, situada na Rua Índio Piragibe 489, também fez uso do 1º de Maio como espaço de luta simbólica nos anos que se seguiram.

[196] Genésio Gambarra era jornalista e foi deputado estadual pelo Partido Republicano da Parahyba nas legislaturas da Primeira República de 1922-1923, 1924-1927 e 1928-1930. Cf. Mariz, 1987, p. 77-79.

A figura política mais assediada pelos trabalhadores paraibanos era Solon de Lucena, que foi a representação máxima do epitacismo na Paraíba até a sua morte em 1926. Para ele, a Mechanica promoveu, juntamente com as demais sociedades operárias da capital, uma grande festa no Teatro Santa Roza na noite de 17 de abril de 1925, ocasião na qual ele recebeu, além de discursos elogiosos, o diploma de sócio benemérito de duas associações (União Beneficente de Operários e Trabalhadores e Sociedade Beneficente Familiar Barreirense) e "um artístico bronze representando o trabalho", oferecido pela Sociedade dos Artistas e Operários Mechanicos e Liberais (Jornal *A União*, 18 abr.1925). Dias depois, durante as celebrações do 1º de Maio, Solon teve seu retrato aposto na galeria nobre da Mechanica sob a justificativa de que "no governo do Estado sempre procurou auscultar os reclamos e desejos justos do operariado", sendo nesse discurso enumerados os "benefícios de ordem moral prestados aos trabalhistas que estiveram sempre cercados de garantias e conforto compatíveis com a condição modesta da classe" (Jornal *A União*, 03 maio.1925).[197]

Com a morte de Solon de Lucena, o então presidente estadual João Suassuna (1924-1928) se tornou o dirigente do epitacismo na Paraíba e, por vez, começou a ser a figura alvo das manifestações operárias.[198] Durante as festividades do Dia do Trabalho de 1927, as associações de trabalhadores paraibanas fizeram circular em edição especial o periódico *O Trabalho*, que estampou, dentre as imagens de todos os presidentes dos centros proletários do Rio Grande do Norte e da Paraíba, a de Suassuna "em logar de honra" (Jornal *A União*, 03 maio.1927).

Ainda naquele mês, a Mechanica organizou uma grande manifestação de cortejo entre seus sindicalizados para recepcionar na gare da Great Western o presidente estadual, "após ausência de quase um mês no sertão onde se achava

[197] Sobre aquelas comemorações, o jornal oficial assim se expressou: "A data de 1º de maio que o operariado mundial commemora todo anno, em alguns logares com festas cívicas e noutros com exaltações e excessos provocados por essas theorias insensatas assoalhadas por maus livros e demagogos de todos os paizes, foi solennizada na Parahyba com uma festa de comovente cordialidade, promovida pela Sociedade de Artistas Operários, Mechanicos e Liberaes." (Jornal *A União*, 03 maio.1925).

[198] João Suassuna foi eleito presidente da Paraíba em 22 de julho de 1924 e governou entre 22 de outubro desse mesmo ano e 22 de outubro de 1928.

em tratamento de saúde".[199] Os discursos proferidos naquela ocasião, entre a estação ferroviária e o palácio do governo, pelos representantes dos operários e por Suassuna, são significativos por indiciarem as cobranças que os primeiros faziam ao segundo, assim como as respostas deste àqueles.[200]

Na Great Western, o presidente foi saudado em nome daquela associação por Francisco Marques que, em meio a sua fala, fez questão de relembrar "(...) a atitude que o proletariado da Mechanica, arregimentado em legião política, assumiu no pleito presidencial de 1924, ocorrendo às urnas com altivez e desassombro, para resguardar e defender os thesouros da política generosa e leal de Solon de Lucena"; entregando a Suassuna ao final um ramalhete de flores naturais.[201] Já no palácio do governo, o discurso dessa Sociedade coube a Mardokeu Nacre que proferiu um discurso em nome da família operária paraibana, seguido pelas "incisivas alocuções de João Belísio e Antônio Bandeira representantes da União Operária Beneficente e da União dos Trabalhadores, respectivamente". Por fim, a palavra coube a Suassuna que, depois de tecer considerações de apreço ao proletariado paraibano, percebendo as cobranças postas em meios às falas operárias, retrucou:

> Eu quero apenas protestar contra o tópico de um delles [operários] alludido à deficiência dos nossos recursos, à escassez dos meios do numerário público, para obras que poderíamos tentar na medida das nossas posses, mas que prudentemente são adiadas, enquanto a limitação dos nossos recursos assim o exigir e aconselhar. Não, não nos lamentemos por sermos pobres: tenhamos confiança porque graças à sobriedade dos nossos costumes vamos atravessando esta época sem os choques em que explodem as más paixões, e em que principalmente o duello mais triste é o ferido entre o governo e o operariado. O essencial é que essa estabilidade seja mantida. Ella é a base de todos os surtos e todos os avanços e progressos a que naturalmente os povos devem aspirar. Entre nós as afinidades entre governo e o operario tanto os fraternizaram, tanto um comprehende a missão do outro, que em vez desses antagonismos espalmamos a mão um para o outro, compenetrados de que o governo é fadado a nortear, a dirigir, enquanto ao trabalhador compete a missão de construir. Vivemos numa

[199] A Sociedade Mechanica providenciou queimar girândolas de fogos quando o trem com a comitiva presidencial passou por Itabaiana, Santa Rita e Barreiras. Também fez com que comissões de operarias ornamentassem a estação da *Great Western* e o trecho da Rua Duque de Caxias em que fica o situado o palácio do governo. Cf. Jornal *A União*, 17 maio.1927.

[200] Segundo Mello (1992, p. 99), a administração de Suassuna foi marcada por "um caráter reacionário" frente às ações conciliatórias com o movimento operário.

[201] Quando da eleição da sua nova diretoria, realizada em 15 de agosto de 1924, o periódico do Estado sinalizou a força política dessa agremiação ao descrever que ela tinha quase mil associados. Cf. Jornal *A União*, 15 ago.1924.

> democracia, cuja principal belleza é justamente o nivelamento de todas as classes. (Jornal *A União*, 17 maio.1927).

Ao procurarmos perceber o interdiscurso posto nessa fala presidencial, notamos que um dos representantes operários reclamou a respeito da deficiência de recursos para a realização de obras públicas e das condições de pobreza do proletariado, bem como é presumível que o mesmo tenha externado a possibilidade da quebra das relações "amistosas" mantidas entre trabalhadores e Estado. Por meio de sua retórica, o presidente não apenas rebateu ao discurso operário como também procurou fazer com que os trabalhadores continuassem a manter afinidades cordiais consigo, como vemos abaixo:

> Aos operários não tenho palavras para agradecer esse traço que têm sabido imprimir em todas as homenagens que me têm sido feitas, com o desinteresse de sua posição e a franqueza daquelles que só têm o braço para viver, e asseguro a todos elles, mais uma vez, em nome do partido que me elegeu, que continuarei no meu posto, com disposição absoluta para todos os actos de sacrifício que a Parahyba me queira impor. (...) Cultivemos o amor sagrado à Parahyba. Proscrevamos em nossas relações e entendimentos as preocupações mesquinhas, as paixões, as prevenções pessoaes; erradiquemos do coração o demônio do ódio que nelle corroe todas as boas tendências. Quantas vezes tenho reflectido, meditado na confusão reinante a que Mardokeu Nacre alludiu em termos tão eloqüentes! Por que essa confusão de espíritos, donde essa desconfiança entre os homens? (...). O provérbio inglez diz que se a traição teve sucesso é porque não era traição, sentença applicavel aos bons propósitos em que todos devemos inspirar nossas acções. (IDEM).

A possível ameaça de rompimento das relações pode ter se constituído em mais uma peça no jogo político daqueles trabalhadores, não se concretizando por fim, já que identificamos a continuidade das homenagens àquele político. A União Operária Beneficente em 1928, por exemplo, "(...) se dirigiu no domingo último em passeata à sede do governo para lhe entregar o título de sócio benemérito", já nos últimos dias de seu mandato, e Suassuna concluiu o discurso de agradecimento "concitando os operários, mais uma vez, a serem amigos do governo prestando-lhe o seu apoio, como elementos de paz e de trabalho" (Jornal *A União*, 09 out.1928).

A imprensa oficial também reservou espaço em suas páginas para noticiar mensagens de apoio dos trabalhadores paraibanos à política tributária e de realização de obras públicas do presidente João Pessoa (1928-1930):

> Os operários da capital, abaixo assignados, representando a classe, vem perante v. exc. hypotecar a sua absoluta solidariedade, applaudindo a energia admirável posta ao serviço de defesa intransigente dos interesses da Parahyba. Nós, os mais humildes dos conterrâneos de v. exc., nós somos aquelles que mais sentimos directamente as conseqüências da vida boa ou má. Podemos assegurar agora que atravessamos uma época de trabalho e serviços públicos. Tudo isso sem dúvida que se deve a acção formidável de v. exc. collocado em defesa da Parahyba contra o capitalismo ganancioso que outra coisa não vê sinão o imediato interesse de suas bolças. (...). Essa miserável campanha do *Jornal do Commercio* de Recife é fructo do capitalismo sem contenhas que tripudia sobre os soffrimentos alheios e só vê a arrecadação maior da fortuna com o directo prejuízo de quantos vivem na miséria. As nossas mãos se levantam para o alto bendizendo a attitude de v. exc. que dá tão forte exemplo de dignidade e nobreza na lucta contra os insólitos inimigos da Parahyba. (Jornal *A União*, 23 jun.1929).

> Os directores da Sociedade de Artistas e Operários Mechanicos e Liberaes, abaixo assignados, que de perto vêm acompanhando o governo modelar de v. exc. se tornariam criminosos se não trouxessem o seu apoio ao homem que com denodo e entranhado suor patriótico se vem batendo em prol da redenpção commercial da nossa querida Parahyba. A campanha movida por elementos despeitados e inimigos da nossa terra contra v. exc. e contra o nosso actual regime tributário é a demonstração mais eloqüente do bem que v. exc. está prestando à Parahyba, arrancando-a das garras dos concorrentes poderosos que de há muito extorquiam o commercio desta praça, chupando-lhe as energias, matando-o. (IDEM).

Ao mesmo tempo, o jornal estatal fazia questão de propagar o discurso de que os trabalhadores paraibanos sempre tiveram uma conduta pacífica e ordeira, nunca trilhando pelas influências dos “falsos postulados”, como vemos:

> O operariado da Parahyba foi sempre um elemento disciplinado, vivendo só para o trabalho e dentro da ordem, e collaborando patrioticamente ao lado do poder constituído no engrandecimento de nossa terra. Vale a pena salientar essa conducta dos nossos trabalhistas, que não se deixaram embair pelos falsos postulados de uma demagogia sem freios e sem ideal, que agora mesmo os explora na metrópole do paiz, attrahindo as vistas da polícia para a ação subreptícia dos seus paladinos, factores só da cizânia e da desorganização social. (IDEM).

Tais considerações desse jornal parecem ter sido feitas devido à exclusão de membros de tendências comunistas, empreendida por uma das associações operárias da Paraíba, a perceber já no título da matéria “A eliminação de elementos subversivos”:

> A União Operária Beneficente acaba de expurgar do seu meio vários elementos que estavam em desacordo com os seus estatutos, entre os

> quaes o sr. Fiuza Lima. Esses associados vinham promovendo um movimento incompatível com os fins a que se destina aquella sociedade, que trata exclusivamente da beneficência e protecção dos seus agremiados. O operariado da Parahyba comprehendeu, pois, perfeitamente que as ideias subversivas não podem florescer num meio pacífico e moralizado como a nossa terra. **A propaganda communista que avassala diversos meios operários do paiz e do estrangeiro, vem encontrando a repulsa que era de esperar do operariado parahybano**. O gesto da União Operária Beneficente que tem no sr. João Belísio, um dos seus mais esforçados membros representa a defesa da classe contra os máos elementos que procuram desviál-a dos seus objetivos. (Jornal *A União*, 23 jul.1929). (Grifos nossos).

Compreende-se, portanto, que, durante o curto período da gestão João Pessoa, ocorreu o expurgo daqueles que pensavam em fazer com que algumas das associações operárias aderissem às teses comunistas como solução para os problemas sociais dos seus agremiados.[202] Vemos mesmo que essa administração presidencial apresentou-se para estes como de expectativas positivas, tanto foi assim que ocorreu uma ratificação do acordo político entre essas partes na ocasião em que as corporações dos trabalhadores da capital paraibana, utilizando-se do palco do Teatro Santa Roza, formaram a Aliança Liberal Proletária, em 07 de fevereiro de 1930, ocasião na qual "cerca de trezentos operários, inclusive vinte senhoritas", assinaram o livro de adesão (Jornal *A União*, 08 fev.1930). Tratava-se de um ato político de apoio à chapa da Aliança Liberal, movimento nacional organizado em oposição à candidatura de Júlio Prestes (presidente de São Paulo) à sucessão do presidente da República Washington Luiz e que tinha Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos a presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente, para as eleições de 1º de março daquele ano.[203]

Por sua vez, o Estado procurava se mostrar envolvido em discutir as questões que inquietavam o operariado. Foi nesse sentido, por exemplo, que no mês seguinte à vitória da "Revolução" de 1930, a interventoria paraibana promoveu no Teatro Santa Roza o Congresso Proletário, entre os dias 07 e 09 de novembro, para onde "mais de seiscentos operários attenderam ao convite para

---

[202] A União Beneficente dos Estivadores estabelecia em seu regulamento que "(...) não terá idéias communistas, não tolerará a reacção à mão armada e obrigar-se-á a respeitar e obedecer as auctoridades constituídas, reagindo sempre dentro da justiça e do direito". Cf. Jornal *A União*, 20 jul.1928.

[203] Durante essa reunião, Fiúza Lima, figura apontada como líder dos comunistas por aqueles anos, falou ao público presente aderindo à Aliança Liberal. Até então, Fiúza tinha se constituído como liderança operária autônoma e desvinculada das relações com o Estado.

tomar parte de seus trabalhos", que foram coordenados por Fiúza Lima, quando "Numerosas theses, versando o problema social entre nós, foram apresentadas e pela mesa tomadas em consideração." (Jornal *A União*, 07, 08, 09, 11 e 18 nov.1930). Ao emitir convites na imprensa para "os operários de fábricas e officinas e trabalhadores de ambos os sexos" se fazerem presentes àquele encontro, o governo também se expressou que se colocava contra, por "higiene social e política", a circulação de publicações clandestinas, em forma de boletins espalhados pela cidade e denunciava como maus cidadãos os que, invocando as transformações verificadas na União Soviética, "prometem uma liberdade e um bem estar incompatíveis com o que poderiam realizar em benefício dos obreiros." (IDEM).

Durante as interventorias de Antenor Navarro (10/11/1930-26/04/1932) e de Gratuliano Brito (28/06/1932-26/12/1934), as relações entre os trabalhadores e o Estado continuaram "amistosas". No tocante a Navarro, vemos que, logo após a sua posse no governo estadual,

> A classe operaria desta capital prestou hontem ao dr. Anthenor Navarro, interventor federal neste Estado, uma expressiva manifestação. As 15 ½ horas uma comissão de diversos sócios da Mechanica compareceu ao Palácio do Governo para fazer entrega ao chefe do executivo de uma moção de solidariedade e de apoio a acção programmática da Revolução. Interpretou os manifestantes o nosso companheiro sr. Mardokêo Nacre, gerente desta folha, que após a leitura da mensagem do operariado proferiu incisivo discurso terminando por felicitar o dr. Anthenor Navarro pela sua investidura no posto de interventor federal neste Estado. O orador disse que não vinham fazer suggestões ao governo, pois, sobretudo confiavam na acção enérgica e efficiente do dr. Anthenor Navarro a frente dos destino da Parahyba e a sua attitude em benefício da classe que representavam, cujos membros se confessavam solidários com as ideas revolucionárias. Respondeu o sr. dr. Anthenor Navarro estendendo-se em consideração sobre a *questão social* e cuja physionomia se lhe afigurava a mesma no Brasil e em toda a parte. Estudou o problema do operariado em face da revolução brasileira e referiu-se com sympatia ao operariado da Parahyba cuja linha de conducta elogiou. Nas suas mais legítimas aspirações de ordem e de trabalho, o operariado havia de contar com o apoio do governo dentro do programma revolucionário. (Jornal *A União*, 26 nov.1930).

Quando da realização do Congresso Proletário, o Secretário Ademar Vidal coordenou uma comissão composta por industriais, comerciantes, bacharéis e técnicos a fim de diagnosticar as condições gerais da *questão social* e apontar sugestões para as dificuldades encontradas, o que resultou no trabalho

"Problemas e Necessidades da Parahyba", publicado em 1931. No seu capítulo referente à assistência social, a citada comissão destacou as principais reivindicações do operariado local: jornada de trabalho de 8 horas, lei de férias, proteção ao trabalho da mulher e do menor, "para trabalho egual salário equal", pensões, aposentadorias e assistência médica (VIDAL, 1931, p. 18). Além de essas aspirações revelarem as precárias condições de trabalho nas indústrias paraibanas, esse documento evidencia, também, a preocupação dos que estavam a serviço da interventoria de Anthenor Navarro em conterem a *questão social* através do corporativismo ao procurarem promover a colaboração entre patrões e trabalhadores.

Todavia, parece-nos que o ato de maior expressão do período da interventoria de Anthenor Navarro, em procurar buscar o apoio daqueles operários, se deu com a inauguração da Praça do Trabalho durante a semana de homenagens pela passagem do primeiro aniversário de morte do ex-presidente João Pessoa, entre 19 e 26 de julho de 1931, data essa que simbolicamente já começava a se revestir de um expressivo significado político.[204] Tais medidas do Estado se inscreviam dentro de um projeto político que visava tutelar o trabalhador urbano que, segundo os representantes estatais, "já tinha quase tudo, não oferecendo risco de aderir ao comunismo." (ALMEIDA, José Américo de, entrevista ao jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, apud *A União*, 19 out.1932). Parece-nos, porém, que os trabalhadores logo passaram a se apropriar daquela praça enquanto espaço simbólico de luta, já que na temporalidade da presente narrativa o identificamos como o principal palco onde eles explanavam suas reivindicações.

Vemos que as primeiras manifestações trabalhistas ao já interventor Gratuliano Brito tiveram como palco inicial a Praça do Trabalho, de onde uma passeata partiu com destino ao Palácio do Governo, onde Rômulo de Avellar "a

[204] Em 20 de julho de 1931, "Às 14 horas realizou-se a inauguração da PRAÇA DO TRABALHO. No local onde foi collocada a grande pedra de granito, no início da Rua São Miguel, já se encontrava considerável massa de operários, com as seguintes representações: da 'União B. Operaria dos Trabalhadores', da 'Sociedade de Artistas, O. Mechanicos e Liberaes', do 'Centro dos Chauffeurs da Parahyba', da Empresa de Construcção Giovanni Gioia, da 'Companhia Commercio e Indústria Kroncke', da 'Great Western Company Railway of Brasil', da Imprensa Official, da Prefeitura Municipal, do Saneamento, da 'Fábrica de Tecidos Tibiry', da 'Colônia de Pescadores Z-6', do 'Centro Operario Natalense', da E. T. L. e Força, da 'Alliança Proletária Beneficente' e da 'Sociedade União Graphica Beneficente Parahybana', conduzindo quase todas seus respectivos estandartes". No marco da praça foi aposta uma coroa de louros, em bronze, tendo ao centro em letras negras, a seguinte inscrição "Homenagem da classe operária ao presidente João Pessoa – 26-7-931". Cf. Jornal *A União*, 21 jul.1921.

pedido das associações proletárias e do partido operário em formação" falou ao dirigente do Estado "não somente a saudação do operariado, como os postulados daquella visada organização que se baterá pelas reivindicações trabalhistas". Na sua resposta, Gratuliano disse que "tinha a maior satisfação de verem debatidos, estudados e resolvidos" os problemas sérios que foram então expostos, desde que estes se subordinassem à ordem e aos supremos interesses da Paraíba. Reconhecia, por fim, que "das classes, os operários são a que mais soffriam na a actual situação, em virtude do desgoverno que foi o traço predominante da República errada e desvirtuada do período de mais de 40 anos encerrada com a victória de outubro de 1930" e que se prontificaria para que "ao operariado fossem outorgadas as suas justas reivindicações." (Jornal *A União*, 06 jan.1933).[205]

Parece-nos que o partido operário em formação, do qual falou Rômulo de Avellar, diz respeito ao Centro Político Operário, uma vez que o jornal estatal de 26 de abril desse mesmo ano traz uma matéria descrevendo "o comparecimento de mais de trezentos operários eleitores" a uma grande reunião na sede da Mecânica para discutirem os seus estatutos e apresentarem os membros do seu diretório (Jornal *A União*, 26 abr.1933). Essa sessão foi presidida por Argemiro de Figueiredo que foi convidado para se fazer presente àquela assembléia, tendo, depois que aprovaram os estatutos do Centro Político Operário, apresentado o programa do Partido Progressista, que também foi discutido e aprovado.[206] Com a reconstitucionalização, a deflagração do processo eleitoral e a organização dos partidos, ocorridas naquele ano, o grupo político dirigente envidou esforços para adquirir o apoio dos operários aos seus candidatos, ao mesmo tempo em que as lideranças operárias procuravam continuar a parceria com o partido dominante,

[205] A partir de 1931, a Igreja Católica passou a fazer parte da programação das comemorações operárias, como foi o caso do aniversário de 50 anos da Mecânica, quando houve celebração de missa e aposição de crucifixo. Cf. Jornal *A União*, 10 set.1931. Já nestas manifestações a Gratuliano, a sua inserção se deu nos seguintes modos: "Às 20 horas, da Egreja da Conceição partia o préstito cívico-religioso, conduzindo a bandeira do "Nego" e o estandarte dos Santos Reis, e acompanhado pela banda de música do Regimento Policial do Estado. Durante o trajeto, pela Rua da República ao Palácio da Redempção, foi cantado por senhoritas, o hynno dos Santos Reis" (Jornal *A União*, 06 jan.1933).

[206] O Partido Progressista estava sendo constituído para arregimentar as diversas correntes favoráveis à "Revolução" de 30, e era dirigido na Paraíba por José Américo de Almeida, então ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Provisório. Argemiro de Figueiredo era a figura chave da administração de Gratuliano de Brito e do Partido Progressista em formação, sendo, do primeiro, Secretário do Interior e Justiça e, do segundo, presidente do Diretório Estadual. Cf. Araújo, 2000, p. 10.

sob a justificativa da confiança que depositavam na “obra renovadora” do Estado “revolucionário” do pós-1930.[207]

Dentro de suas condições de possibilidades, os trabalhadores procuravam desenvolver esse tipo de política conciliatória porque entendiam que, através dela, poderiam, de forma mais imediata, conseguir garantias que, por mais que nos pareçam mínimas, representavam significativos ganhos no seu jogo cotidiano. Isso pode ser expresso nas razões que fizeram com que a Mechanica, o Centro dos Trabalhadores e o Centro Político Operário homenageassem o deputado federal Irenêo Joffily e o prefeito da capital José de Borja Peregrino, em 28 de julho de 1933.[208] Essas associações dirigiram-se às residências daqueles políticos para entregar-lhes os títulos de sócios beneméritos, ao primeiro pelos serviços gratuitos prestados como seu advogado, e ao segundo pelo “acto do governador da cidade isentando de impostos as casas de palha e permitindo a reconstrucção das mesmas” (Jornal *A União*, 29 jul.1933). Outro dado que expressa esses ganhos, é o da ocasião em que a União Operária Beneficente comemorou o seu 14º aniversário de fundação enfatizando, dentre os pontos mais importantes, suas cerimônias festivas, a entrega do diploma de sócio benemérito a Gratuliano de Brito “pelos múltiplos serviços prestados, principalmente na edificação de sua nova sede” (Jornal *A União,* 12 out.1933).[209]

Apesar dessas posturas conciliatórias, observamos que, durante esse ano, o debate em torno da *questão social* se mostrou mais acentuado tanto nas conferências trabalhistas como no jornal estatal, talvez carreado pela política de

---

[207] O Jornal *A União* dos dias seguintes registra outras associações e sindicatos trabalhistas se filiando ao Centro Político Operário, assim como o presente debate sobre a próxima eleição para deputados à Constituinte Nacional a realizar-se em 03 de maio daquele ano. As agremiações que gravitavam em torno do referido Centro, até as eleições de 1934, eram: Centro dos Trabalhadores, Centro Beneficente Paraibano, Sociedade dos Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, Sociedade Proletária Beneficente “João Pessoa”, Sociedade Beneficente “Dois de Setembro”, Sociedade Esportiva Beneficente “São Bento” e Sindicato Têxtil Tibiry.

[208] Joffily tinha sido eleito como deputado federal nas eleições de 1º de maio desse ano e Borja Peregrino havia sido nomeado prefeito de João Pessoa em 16 de fevereiro de 1931, gestando a cidade até 13 de novembro de 1934.

[209] Outra conquista operária presente em nossa documentação foi o Hospital Proletário “João Pessoa”, que a União Operária Beneficente vinha idealizando fundar e construir desde 1930. Para tanto, passou a organizar festivais com o fim de angariar fundos e a desenvolver campanhas de doações junto ao governo do estado, ao Banco do Estado da Paraíba, aos empresários e aos prefeitos municipais. Cf. Jornal *A União*, 1930-1934. Como resultado das conquistas simbólicas, identificamos que os trabalhadores da capital também conseguiram, durante a gestão do prefeito José Ávila Lins (1928-1930), em meio às batalhas de memória, que fosse posto o nome do operário Alberto Britto a uma rua do bairro Jaguaribe, por ocasião do levantamento da planta da cidade. Cf. Jornal *A União*, 15 nov.1930.

sindicalização das classes e pela discussão em torno da reconstitucionalização do país que foram os dois principais assuntos da arena política daquele período. No que diz respeito a esse primeiro ponto de pauta, observamos que, desde a Lei de Sindicalização (1931), um número significativo de sindicatos e associações beneficentes foi se configurando no cenário político paraibano (Ver QUADRO XI). Entretanto, somos do entendimento de que, apesar desse interesse do Estado pela tutela dos sindicatos, havia também a busca por uma solidariedade entre os próprios trabalhadores. Sugerimos, com isso, que as propostas de sindicalização do Estado coexistiram e concorreram com propostas sindicais autônomas dos operários paraibanos.

Talvez tenha sido o debate político do qual falamos acima, que também tenha possibilitado a parte de algumas dessas associações uma imprensa operária como mais um instrumento cultural de luta. Vemos, por exemplo, que a União Operária Beneficente fez circular uma edição do jornal *União Operária* nas comemorações do Dia do Trabalho e outra de *O Norte Operário* nas solenidades do 14º aniversário de sua fundação (Jornal *A União*, 25 abr. e 12 out.1933). Já a Alliança Proletária Beneficente publicou um número do *A Alvorada* em homenagem ao seu 6º aniversário (Jornal *A União*, 05 maio.1933).

Não obstante essas organizações de resistência (associações, sindicatos, homenagens e imprensa), no transcorrer da interventoria de Gratuliano Brito (1932-1934) os trabalhadores continuaram manifestando apoio ao Estado através de suas agremiações e, sobretudo, do Centro Político Operário, sendo que, no último ano desse governo, a figura-alvo delas passou a ser José Américo, que era o dirigente do partido dominante. A este político, o Centro Político Operário: enviou apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (Jornal *A União*, 26 abr.1934); parabenizou-o pela sua investidura no cargo de embaixador do Brasil junto ao Vaticano (Jornal *A União*, 17 jul. 1934); ofereceu banquete no Parque Arruda Câmara (Jornal *A União*, 12 ago. 1934); e hipotecou apoio na Praça do Trabalho aos nomes que seu partido havia indicado para disputar as próximas eleições para presidente do Estado, senadores e deputados federais e estaduais, em 14 de outubro de 1934 (Jornal *A União*, 16 set.1934).

Como já descrito no capítulo anterior, o contexto do debate da reconstitucionalização do país e suas ressonâncias nos estados primeiro girou em

torno das eleições para deputados à Assembléia Nacional Constituinte, a ocorrerem em 03 de maio de 1933. Além do situacionista Partido Progressista, liderado por José Américo, e do oposicionista Partido Libertador, comandado por Joaquim Pessoa e Antônio Bôtto de Menezes, aquela atmosfera dita democrática fez surgir um pequeno movimento de intelectuais (liberais-radicais, maçons, protestantes, espíritas, exotéricos e comunistas) agrupado em torno da Liga Pró-Estado Leigo, que visava aprofundar o "Revolução" de 1930, sobretudo fazendo frente ao tradicionalismo da Igreja Católica expresso pela Liga Eleitoral Católica.[210] A Liga Pró-Estado Leigo apresentou o advogado João Santa Cruz de Oliveira como candidato por essa legenda àquelas eleições, contudo, sem atrair o movimento operário para as suas fileiras que, como dito acima, tinha firmado apoio ao Partido Progressista; e Anacleto Vitorino, presidente do Sindicato dos Estivadores de Cabedelo, um dos poucos que não havia aderido ao partido situacionista, havia organizado o Partido Popular Paraibano com o registro de cem eleitores e lançado como candidato à Assembléia Nacional Constituinte, Rômulo Rubens de Avelar.[211]

Já no ano seguinte, quando do pleito para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa do estado, a ocorrerem em 14 de outubro, essa liga fundiu-se com a legenda "Trabalhador, Vota em Ti Mesmo" que foi formada e dirigida pelo Partido Comunista do Brasil e que, tendo o nome de Santa Cruz à frente, constituiu chapa completa para os dois níveis do pleito.[212] Para Mello

---

[210] Neste contexto, as facções em disputa, embandeiradas com a legenda de João Pessoa, declaravam-se continuadoras de sua obra como forma de conseguir adesão dos operários, que, como vimos, demonstravam grande admiração pelo ex-presidente. Nas vésperas das eleições seguintes, o Partido Libertador ainda procurava atrair a simpatia dos operários paraibanos para as suas fileiras, o que fez com que o jornal oficial, a serviço do Partido Progressista, publicasse, "Como uma resposta altamente explícita as explorações políticas que a oposição vem fazendo em torno do momento político", mensagens de alguns núcleos proletários em apoio aos candidatos indicados por José Américo. Foram eles: o Centro Político Operário, os operários do Depósito das Obras Públicas, o Centro dos Trabalhadores e a Sociedade Mecânica. Cf. Jornal *A União*, 16 set.1934.

[211] Além de João Santa Cruz, faziam parte dela os advogados Horácio de Almeida e Renato Bastos, o jornalista Aderbal Piragibe, o professor José Gomes Coelho e o líder protestante Osias Gomes. Nos quatro distritos/turnos dessas eleições, Santa Cruz obteve, respectivamente, 444, 444, 414 e 466 votos, e Rômulo Avelar 30, 00, 302 e 122. Cf. Mello, 1996, p. 496 e 498.

[212] Para a Câmara dos Deputados, concorreram: João Santa Cruz de Oliveira, Raymundo Nonato Cordeiro, Esteliano da Silva Monteiro e Osias Nacre Gomes. E para a Assembléia Constituinte Estadual, disputaram: David Falcão, Josibias Fialho Marinho, José Lopes de Andrade, João Francisco de Macedo, Cândido Pereira Viana, Manuel Lourenço das Neves, Manoel Bianor de Freitas, Luiz Gomes da Silva, Anacleto Vitorino da Silva, Manuel Isidro da Silva, Cesário Gonçalves da Silva, Euclydes Magalhães, Pedro Sérgio Gomes, Joaquim Pereira do Nascimento,

(1996, p. 498), “tudo indica que, (...), Santa Cruz já despontava como intelectual marxista e homem do Partido Comunista”, pois já vinha se batendo resolutamente contra o integralismo desde 1933, bem como advogando em favor de alguns sindicatos de operários da capital, o que pode ter contribuído, segundo esse autor, para os resultados obtidos naquelas eleições.[213]

Isso não significa dizer que todos os sindicatos e associações proletárias paraibanas haviam aderido à influência santacruzista, uma vez que, como já exposto antes, as que haviam aderido ao Centro Político Operário também conferiram o seu apoio eleitoral ao partido de José Américo, um mês antes daquele pleito, em comício na Praça do Trabalho.[214] Outras não filiadas àquele Centro publicaram manifestos independentes: a União dos Retalhistas, apoiando seu presidente, o industrial Delfino Ferreira da Costa, a deputado pelo Partido Progressista (Jornal *A União*, 16 set.1934); a Associação dos Empregados no Commercio da Parahyba do Norte, conclamando os empregados do comércio da capital e do interior do Estado, ferroviários, operários e o povo em geral para apoiarem a candidatura de Miguel Bastos Lisboa a deputado também pelo Partido Progressista (Jornal *A União*, 19 set.1934); e Pedro Ulysses de Moura, presidente do Syndicato dos Estivadores de Cabedelo, declarando que a “referida associação não tem compromisso de natureza partidária com qualquer agremiação política”, embora afirmando que “sempre prestigiou e continua solidário com o governo do Estado” (Jornal *A União*, 16 set.1934).

Todavia, esse foi o momento em que os comunistas paraibanos começaram a aparecer na cena política estadual e a disputarem aqueles grêmios trabalhistas com o Estado, que representava os interesses das elites econômicas e políticas de então. Esse surgimento dos comunistas se efetivou, sobretudo, quando da constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) na Paraíba, entre os meses de

---

Antônio Henriques de Mello, José Amorim, José Coimbra de Araújo, Deocleciano Pereira Dativo, Leonel do Valle Mello, Abílio Lins Caldas, Fernando César de Paiva, José Mariano Arcoverde, José Malheiros Maciel, Colombiano dos Santos, Manuel Freire Costa, Pedro Crisóstomo Vieira, Orlando Xavier de Oliveira, José Torquato, José Simeão dos Santos, Elias Gomes de Araújo. Cf. Fernandes, 2009, p. 194.

[213] Essa legenda não logrou êxito eleitoral. Os seus candidatos a deputados federais obtiveram os seguintes votos: João Santa Cruz, 407; Osias Gomes, 410; Raimundo Nonato Cordeiro, 400; e Esteliano Silva Monteiro, 400. Já os seus deputados estaduais mais votados foram: João Santa Cruz de Oliveira, com 849 e 1.020; e David Falcão, com 812 e 876. Cf. Mello, 1996, p. 498.

[214] Mello (1996, p. 502) descreve que Santa Cruz dirigiu-se para o Sindicato de Operários em Indústria de Óleo e Saboaria e Conexos quando soube do levante comunista de 23 de novembro de 1935. É possível que essa associação recebesse a sua influência teórica.

março e julho de 1935, tendo como presidente João Santa Cruz de Oliveira devido a sua ligação com algumas associações trabalhistas de João Pessoa e atuação nos últimos pleitos.

Como o governo estadual não se dispunha a atender às reivindicações dos sindicatos no sentido de efetivar as leis sociais que vinham sendo decretadas desde 1930, terminou por desenhar-se um quadro favorável para que o discurso propalado pela ANL começasse a atrair determinados núcleos operários da capital para as suas fileiras. Desse modo, alguns sindicatos deixaram de lado a tática da negociação com o Estado e passaram a consubstanciarem suas exigências por meio da ALN, bem como da Frente Única Sindical, fundada em março de 1935, que passou a funcionar de forma ativa "estimulando a criação de novos sindicatos e a reforçando a luta dos operários" (GURJÃO, 1994, p. 150).[215] Talvez, por isso, é que não conseguimos identificar na documentação analisada nenhuma homenagem ou condecoração das que, até então, vinham se dando por parte das associações aos políticos de plantão no decorrer daquele ano. Ao mesmo tempo, vemos que, durante as comemorações do 1º de Maio na Praça do Trabalho, uma comissão liderada pela Frente Única Sindical, sob o comando do deputado classista Anacleto Vitorino, agiu de forma mais direta ao entregar uma lista de reivindicações ao governador Argemiro de Figueiredo[216].

Concordamos com os historiadores que abordam a temática do movimento operário paraibano, ao defenderem que as relações entre trabalhadores e Estado se tornaram tensas nos anos 1934-35. Até então, os operários vinham resistindo por meio da negociação e até mesmo alcançando algumas garantias, sendo que, no momento em que deixaram de ter atendidas partes de suas reivindicações, passaram a consubstanciá-las através de movimentos paredistas, como vemos:

QUADRO XVII – GREVES NA PARAÍBA EM 1934 e 1935

OPERÁRIOS E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DURAÇÃO	REIVINDICAÇÕES

[215] A Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, realizada em julho de 1934, orientou para que os seus militantes fizessem todos os esforços no sentido de organizarem movimentos grevistas por todo o país. Já a Frente Única Sindical (FUS) vinha sendo fundada nos estados do país congregando os sindicatos reconhecidos ou não e tinha como objetivo a agitação em sinal de protesto contra a Lei de Segurança Nacional, por meio de paredes, telegramas e boletins. Cf. Araújo, 1998, p. 231.

[216] Na pauta, constava: melhores condições sanitárias e de assistência médica para os bairros proletários e transporte mais barato para os trabalhadores. Cf. Jornal *A União*, 03 maio. 1935.

Telegrafistas	Campina Grande e João Pessoa	?/07/1934	Solidariedade aos colegas de outros pontos do país.
Operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Marques de Almeida & Cia.	Campina Grande	23 a 31/08/1934	Contra a dispensa de um dos trabalhadores dessa fábrica que se encontrava doente.
Trabalhadores de Cais, Trapiches e Armazéns	Cabedelo	30/09 a 02/10/1935	Aumento salarial.
Padeiros	João Pessoa	?/10 a 10/10/1935	Implantação da jornada de trabalho de oito horas, aumento salarial e revezamento de turmas.
Ferroviários da Great Western	João Pessoa	04 a 13/11/1935	Aumento salarial.
Operários da Construção Civil	João Pessoa	04 a 10/11/1935	Aumento salarial.
Operários das Fábricas de Cigarros	João Pessoa	04 a 10/11/1935	Aumento salarial, direito de beber água fria, higiene geral, proibição de revistamentos às operárias e mais respeito às mesmas.
Telefonistas	João Pessoa	04 a 10/11/1935	Aumento salarial.
Operários da Fábrica de Óleo e Saboaria I. R. F. Matarazzo	João Pessoa	04 a 10/11/1935	Aumento salarial e solidariedade aos companheiros em luta.
Estivadores	João Pessoa	04 a 10/11/1935	Aumento salarial.
Operários da Indústria Mobiliária	João Pessoa	05 a 10/11/1935	Aumento salarial.

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 157. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Tais greves aconteceram após o governo federal decretar a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora (julho de 1935), cabendo a coordenação dos sindicatos envolvidos no movimento à Frente Única Sindical, que tinha Francisco Xavier como presidente e João Santa Cruz como advogado. Faz-se importante o registro de que as associações operárias da capital não aderiram no seu conjunto àquele movimento de resistência, tocando a participação mais efetiva aos seguintes: Sindicato dos Trabalhadores em Cais, Trapiches e Armazéns, Sindicato dos Trabalhadores em Padarias e Conexos, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Sindicato dos Operários e Empregados em Tabacarias, Sindicato de Operários em Indústria de Óleo e Saboaria e Conexos, Sindicato dos Operários da Indústria Mobiliária e Sindicato dos Operários Estivadores de Cabedelo. Ademais, outras logo se congratularam com o

governador Argemiro de Figueiredo quando foi debelado o movimento comunista de 23 de novembro daquele ano.[217]

Por sua vez, durante a semana grevista, a polícia atuou ostensivamente no sentido de "manter a ordem" e a imprensa da capital demonstrou apreensão ao procurar acusar diretamente a ANL e os comunistas como responsáveis diretos pelo movimento: "Já se pensa, com razão, que os nossos pobres operários (...) estão inconscientemente servindo a trama de um plano preparado pelos 'inocentes' idealistas da Aliança Libertadora", alertando ainda para o fato de que "A tática dos comunistas foi sempre esta: provocar a intranqüilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais para, no momento exato, aparecer o golpe 'armado'" (Jornal *A Imprensa*, 09 nov.1935).[218]

Vemos, portanto, que, apesar de aqueles operários empreenderem as greves por razões que já lhes eram postas há muito tempo, foi-lhes atribuído o sentido de que as mesmas se deram apenas pela influência dos "agitadores comunistas". Ao mesmo tempo, notamos que o período correspondente a essas greves pode ser compreendido como o da fase em que os que falavam em nome do comunismo, conseguiram atrair a simpatia de parte significativa do movimento operário paraibano que, até então, vinha mantendo uma relação de negociação com o Estado.

Objetivamos analisar o movimento operário paraibano nas três primeiras décadas do século XX, para mostrarmos como o mesmo, diferentemente de outros centros urbanos do país, por um bom tempo procurou se conservar distante das ideias anarquistas, socialistas ou comunistas e optou por uma relação de negociação com o Estado, restando tais ideias serem propagadas por um restrito grupo de intelectuais que as viam negativadas pelo jornal oficial. Porém, também notamos que o período 1934-35 foi marcado pela relativa

---

[217] Centros proletários que enviaram telegramas hipotecando solidariedade ao governador Argemiro de Figueiredo após a derrota do movimento comunista: Sindicato dos Auxiliares do Comércio de João Pessoa, Sociedade Mecânica, Centro Proletário "João Pessoa", Sociedade Operária "Silva Mariz", Sindicato dos Estivadores de Cabedelo, União Operária Beneficente de Itabaiana e União Artistas Operários de Itabaiana. Cf. Jornal *A União*, 05-17 dez.1935. É possível que esses grêmios proletários tenham preferido continuar a manter sua relação de conciliação com o Estado e evitado aproximação com os militantes comunistas.

[218] O término desse movimento paredista se deu no sábado (09/11/1935), após acordo firmado no palácio do governo entre uma comissão de representantes de grevistas e o Secretário do Interior e Segurança Pública, José Mariz. Nos mês seguinte, os empresários não cumpriram o combinado e foram assegurados pela onda repressora do Estado desencadeada após o levante comunista. Cf. Gurjão, 1994, p. 162.

aproximação de alguns sindicatos com os movimentos esquerdizantes então em evidência, quando se efetivou de forma mais sistematizada uma intensa propaganda objetivando negativar o comunismo e os seus seguidores, como veremos a seguir.

3.2 O JORNAL ESTATAL E A FORÇA DAS PALAVRAS: A "AMEAÇA" COMUNISTA

No período posterior à Revolução de 1917, até o final da década de 1920, as manifestações contra a Rússia Soviética (maximalista e/ou bolshevista) já começaram a aparecer na imprensa paraibana, o que nos mostra que o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos políticos de plantão que se faziam expressar, sobretudo, pelo jornal estatal *A União*. Entretanto, uma primeira constatação é a de que, durante os primeiros anos desse período, a *questão social* e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados de maneira predominante ao comunismo, inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política no movimento operário brasileiro do que os adeptos do bolchevismo. Assim, para pensarmos as representações anticomunistas, se faz necessário destacar que estas têm bases assentadas, sobretudo, em um discurso antianarquista e/ou antisocialista, já que primeiramente os anarquistas, e mesmo os socialistas, foram tomados pelas elites políticas brasileiras como os seus inimigos "reais"; bases discursivas essas que foram fundamentais para, em seguida, se configurarem as representações sobre os comunistas, na medida em que estes se tornavam cada vez mais majoritários no movimento operário depois da segunda metade da década de 1920. Ou seja, consideramos que o anticomunismo não teve como referencial exclusivamente a ação comunista assumida após a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, mas também as ações dos movimentos operários independentes de qualquer partido político, que ocorriam no estado desde 1917.

Por conseguinte, pretendemos agora perceber o conjunto de representações das elites políticas da Paraíba que foi responsável pela sedimentação de um imaginário anticomunista nas três primeiras décadas do século XX. Para tanto, analisamos uma das principais fontes a fornecer argumentos para a elaboração

das representações acerca da “ameaça” comunista na Paraíba. Trata-se do jornal *A União*, importante instrumento que traduz o sentimento oficial da época, uma vez que era o porta-voz do pensamento do Estado e do projeto político-ideológico das elites por ele representado, além de ter sido o periódico de maior circulação na Paraíba durante o período em estudo. Sendo assim, é nosso objetivo entender o que os seus textos apreendiam a respeito do comunismo e dos comunistas para vermos as suas nuances anticomunistas entre 1917 e 1935.[219]

Entendemos que o discurso analisado nesse jornal foi eficiente com relação aos seus propósitos de gerar efeitos de sentido na sociedade paraibana, na medida em que criou, ostentou e aumentou “ameaças” comunistas. Sendo assim, consideramos que tais construções discursivas possuíam uma relação concreta e complementar com o mundo “real”, já que procuravam atender aos objetivos daqueles que as pronunciavam, o que nos permite perceber que não é possível fazer a dissociação entre prática e discurso anticomunista. Essa nossa argumentação segue a mesma linha de interpretação proposta por Silva (2001, p. 34):

> Falar sempre é agir, é se posicionar. O discurso não pode ser entendido como um ente. Ele sempre tem de fundo uma ação de algum sujeito. Não é muito elucidativo dizer que os homens agem a partir de uma representação do real, pois os historiadores trabalham sempre com representações acerca do real, quando fazem interpretações, o que faz com que a historiografia seja também historicamente determinada. Mesmo que se esteja analisando o discurso, a análise tem que levar em conta que ele faz parte da realidade, é complementar e se confunde com a ação, influenciando-se e transformando-se.

Convergirmos, portanto, no entendimento de que a representação e a ação estão conectadas em uma relação necessária, sendo possível pensar que os enunciantes do jornal em análise, quando procuravam discursivamente construir o “inimigo” comunista, estavam defendendo interesses ligados à manutenção do

[219] Fundado no dia 2 de fevereiro de 1893, pelo então presidente da Província Álvaro Machado, o jornal *A União* é o periódico mais antigo dos que hoje circulam no Estado da Paraíba. Tendo surgido como órgão do Partido Republicano da Paraíba, apresenta-se como associado à oficialidade, evidenciando o poder político predominante no Estado em cada momento de sua história. De um modo geral, o seu conteúdo fundamenta-se em exaltar os atos do governo nacional e local ou as obras públicas implantadas pelos governos vigentes, bem como nas discussões públicas que refletem as relações de poder estabelecidas. É importante registrar que o referido jornal por meio de suas estratégias discursivas visava influenciar o leitor quanto ao bom desempenho político do governo da época. Cf. Martins, 1977, p. 25-63.

poder então estabelecido em torno do governo do estado da Paraíba. Passemos agora a analisar em que termos essa lição teórica pode ser verificada no quadro espacial e temporal de nossa escrita.

Como já dito antes, Motta (2002) considera que o período seguinte à tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia, quando então estes passaram a adquirir sustentação do seu novo regime e afirmarem-se no cenário europeu, como o correspondente ao que a ação estatal no Brasil transpôs a empreender a campanha que engendrou o anticomunismo no país. Coincidindo com as greves ocorridas em algumas das cidades brasileiras mais industrializadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife) entre 1917 e 1920, logo a imprensa nacional passou a noticiar sobre as ocorrências na Rússia procurando associá-las às possibilidades de levantes e conspirações desses movimentos paredistas. Bandeira (1980, p. 38), observando as repercussões da Revolução Russa no Brasil, também destaca que, depois da Guerra russo-japonesa de 1904 e da Revolução de 1905,

> A Rússia desapareceu do noticiário da imprensa, para retornar, com violento impacto em 1917, primeiro, com a revolução de março e, depois com a de novembro. Discutia-se a Rússia não só nas colunas de jornais, como no Congresso, nos sindicatos, nas ruas. (...).

Analisando o jornal *A União*, também consideramos que o ano de 1917 foi simbólico para a escalada anticomunista na Paraíba.[220] Seguindo a dinâmica dos principais órgãos da imprensa brasileira, esse periódico paraibano saudou com simpatia e entusiasmo a revolução em sua fase democrático-burguesa (março a novembro), oportunidade na qual se manipulou e se mistificou as informações sobre os fatos; entretanto, passou a minimizar a perspectiva dos acontecimentos quando relacionados à Revolução Bolchevique ocorrida em novembro daquele

[220] As informações sobre a Rússia aparecem no jornal *A União*, entre 1917 e 1919, quase que exclusivamente em sua sessão *Informações Telegráphicas* (terceira página), espaço dedicado a publicação de curtos telegramas recebidos das agências internacionais (Londres, Paris e Nova York) e nacional (Rio de Janeiro). Segundo Bandeira (1980, p. 73), "O Brasil acompanhou a queda do Czar e a deposição de Kerensky com a retina de *Havas*, *United Press* e outras agências internacionais. A imagem da Revolução Russa, que projetavam, era a imagem que as altas finanças de New York, Londres e Paris dela faziam." Fundada por Charles-Louis Havas em Paris, no ano de 1835, a *Havas* foi a primeira agência de notícias internacional. Já a *United Press*, com sede nos EUA e fundada em 1907, foi pioneira em muitas áreas na cobertura e distribuição de notícias em todo o mundo. Ambas enviavam as principais notícias do exterior por telegramas para os jornais do mundo afora, que pagavam por esse serviço.

mesmo ano.[221] Abstraindo-se do seu significado social, o diário oficial não se aprofundou nessa última revolução e passou, então, a vê-la do ponto de vista da I Guerra Mundial em curso e da Entente (Inglaterra, França e EUA), reconhecendo-a muito mais como um episódio da guerra manipulado pelos alemães. Até o fim do conflito imperialista (novembro de 1918), as notícias do jornal *A União* referentes à Rússia seguiram esse entendimento, todas foram apresentadas na sessão "Informações Telegraphicas" e com o termo "GUERRA EUROPÉA", sempre antecedendo os seus respectivos títulos.

Talvez a emergência desses discursos jornalísticos tenha se dado devido à eclosão das greves na Paraíba, entre os meses de junho e agosto de 1917, já que esse jornal estatal seguia a dinâmica dos seus congêneres da capital brasileira, que falavam negativamente sobre a Rússia bolchevista também em razão dos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, envolvidos no debate sobre a *questão social* em evidência, procurarem se nutrir da influência do anarquismo, do socialismo e agora da Rússia revolucionária para conseguirem adeptos para suas fileiras.

Do período compreendido entre a Revolução Bolchevique e março de 1918, data em que foi assinado o acordo de paz entre a Alemanha e a Rússia e esta saiu da guerra, uma das principais ênfases dos vários telegramas recebidos das agências internacionais recaiu sobre as seguidas tentativas russas de negociação com os alemães: "O novo governo russo fará a paz em separado" (23 nov.1917); "O governo russo e os preliminares da paz" (23 nov.1917); "O armistício russo-allemão" (05 dez.1917); e "Os russos querem a paz" (05 dez.1917). No geral, essas mensagens procuravam destacar as dificuldades do armistício ser estabelecido, como vemos na que segue:

> GUERRA EUROPÉA. LONDRES, 25. Os allemães recusam negociar a paz com o governo russo.
> Telegrammas de Petrograd informam que se anuncia haverem os allemães recusado receber os delegados maximalistas, enviados para negociar a paz. Pelos alludidos despachos teriam exigido um governo constitucional, sob a condição preliminar de que as tropas russas se

[221] A Revolução Russa se deu em dois momentos distintos: em fevereiro (março no calendário Ocidental), que derrocou a autocracia do Czar Nicolau II e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal dirigida por Kerensky; e em outubro (novembro no calendário Ocidental), na qual o Partido Bolchevique derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético sob a liderança de Lênin. Cf. Reis Filho, 2000, p. 47-59.

> retirassem para 100 kilometros de distância das posições que occupam actualmente, ficando os allemães nas em que ora se encontram. (Jornal *A União*, 27 nov.1917).

Outros telegramas publicados não se poupavam em chamar a atenção dos leitores no sentido de considerarem o governo instalado na Rússia como a serviço da Alemanha, condição essa que o situava como traidor dos Aliados em guerra. Sobre isso se destaca:

> NACIONAES. RIO, 3. Os russos residentes no Brasil e o actual governo maximalista.
> Os russos aqui residentes publicaram um manifesto dizendo não reconhecerem a auctoridade do **governo de espiões allemães, ora instalado na Russia**, exprimindo a convicção de que em breve terá a Russia de retornar o seu logar na lucta contra os inimigos da humanidade. (Jornal *A União*, 05 dez.1917). (Grifos nossos).

De resto, o jornal noticiava os episódios forjando-os positivamente em favor da contra-revolução e da vitória de Kerenski, traduzindo "os desejos dos senhores da guerra e das altas finanças de Londres, Paris e New York" (BANDEIRA, 1980, p. 109). Ou seja, ao difundir informações advindas das agências de notícias internacionais, o periódico paraibano também se posicionava na política global do imperialismo. Notemos:

> GUERRA EUROPÉA. LONDRES, 15. A situação russa.
> Uma nota semi-official assegura que Kerensky está senhor de Petrogrado e que tomou já virtualmente toda a cidade. Egualmente acham-se em seu poder as repartições telegráphicas. O Governo Provisório tem presentimente sua sede em Moscou. Todos prevêem próximo o fim do movimento bolchevista. A agencia telegraphica finlandeza confirma que Kerensky se acha agora em Petrogrado e tomou virtualmente toda a cidade. (Jornal *A União*, 17 nov.1917).

> GUERRA EUROPÉA. COPENHAGUE, 22. Entrevista com o secretário de Kerensky.
> (...) Saiés declarou que o regimen maximalista não se aguentará mais um mez no poder, pois todas as classes sociaes russas são contrárias a ele e provavelmente o pseudo governo chefiado por Lenine será derrubado em breve, devendo substituíl-o um governo que terá como ministro do exterior Kerensky. Declarou ainda que Kerensky a frente de grande exército se dirige em direção a Petrogrado a fim de depor o comitê maximalista e depor o Governo Provisório. (IDEM, 23 nov.1917).

Ao fazermos uma leitura mais específica no conjunto das notícias referentes ao período que se seguiu à Revolução de Outubro, notamos que aqueles

acontecimentos passaram a ser representados nessa imprensa da Paraíba sempre associados a significados que os negativavam. Vejamos alguns enunciados: a respeito dos líderes e militantes, chamados de ditadores e rebeldes; sobre o movimento, tido como conspiração, rebelião, anarchia e *complot*; e sobre as ações, entendidas como pilhagens, assaltos, crimes, embrulhada e drama. Foi com esse vocabulário que o jornal *A União* começou a narrar aos seus contemporâneos a história da Revolução Russa. Começava na Paraíba, assim como no resto do país, a difusão de informações sobre a Rússia, formadas ou deformadas de acordo com as conveniências dos grupos que as articulavam, num contexto de guerra psicológica que se principiava. Assim, observamos que, por trás da aparente objetividade expressa nesses discursos, escondem-se fins políticos, se fundem, portanto, desejos e "realidade".

A primeira matéria que o jornal *A União* trouxe, dedicada exclusivamente à Rússia pós-revolução blchevista, é datada em sua edição de 25 de outubro de 1918, encontrando-se centralizada em sua primeira página e tendo como título *A alma russa*. O autor do texto diz tratar-se de um resumo feito pelo mesmo a partir de um artigo que é atribuído a um colaborador anônimo da *Revue de Paris*, sendo apresentado pelo mesmo nos seguintes termos:

> Depois do **desmoronamento político e moral da Rússia**, todos constatamos que a idéa que formávamos dos russos já não correspondia a realidade. Esses sonhadores idealistas revelaram-se em muitas occasiões **ferozes revolucionários**, e o que se passou ultimamente nesse **desgraçado paiz** causa-nos profundo desalento e surpreza. (Grifos nossos).

Após emitir as suas impressões a respeito do que entende como efeitos desencadeados pela revolução russa, o articulista passa a configurar suas interpretações sobre o artigo do autor francês e, desse modo, reelabora uma narrativa que propõe pensar o modo de ser do povo russo. Por ter sido a primeira matéria veiculada pelo periódico em análise que apresenta representações anticomunistas, passamos a descrevê-la ma íntegra, como segue:

> O russo é lento, não possue na sua língua expressão equivalente a nossa "estou com pressa". É indifferente ao tempo que passa e não conhece o valor das horas. Não se preocupa nem com o passado, nem com o futuro, e não pensa senão no presente. É por isto que a vida é fácil na Rússia, a ignorância do valor do tempo contribuindo muito para

> diminuir os cuidados pecuniários da existência. Muitos russos vivem de dívidas. Recebendo o seu ordenado no dia 20 do mez, pagam algumas prestações, gastam o resto e a partir do primeiro do mez seguinte acham-se sem nada e decidem-se a fazer novas dívidas. Quer disponha de 30 quer de 300 rublos por mez o russo vive sempre do mesmo modo, as dívidas são mais avultadas, eis a única differença. Gasta o que tem dia a dia, não se apoquenta com o que deva e ainda menos com as difficuldades do dia seguinte. De modo que nelle a sua indifferença com respeito ao dinheiro completa a sua indifferença com respeito ao tempo. Quando tem meios, empresta dinheiro com a mesma facilidade com que pede emprestado. O russo gosta de dinheiro para satisfazer as suas necessidades e os seus desejos impulsivos, mas não é calculador nem egoísta. Mais ou menos inconscientemente considera o dinheiro immobilizado como um roubo em prejuízo da communidade e é por isso que o roubo se lhe afigura as vezes um acto de justiça immanente, que restitue à circulação thesouros de que o thesoureiro não precisa. Isto explica talvez a maneira de Lenine e de Trotsky, nas suas relações com os bancos e as grandes indústrias. De facto, os russos, e não exclusivamente os mujiks, não possuem o sentimento da propriedade; existe nelles um fundo de communismo que provém da idéa religiosa.

Procurando pensar uma psicologia do povo russo, esse discurso começa generalizando-a como indiferente à noção de tempo, entendendo ser esta a razão contribuinte para diminuir o zelo daquela sociedade para com o seu dinheiro, o que a levava a um endividamento contínuo. Descreve ainda que, inconscientemente, os russos consideravam o dinheiro acumulado nas mãos dos capitalistas (bancários e industriais) como um roubo em seu prejuízo, sendo por isso que o assalto a estes lhes aparecia como um ato de justiça inerente já que visava devolver à circulação tais capitais excedentes. A segunda parte do texto segue assim:

> Para o mijik a liberdade representa logicamente um estado de **demência**, o soldado revolucionário não admitte que se ponha obstáculo à sua absoluta liberdade. Como já ninguém manda, todos têm o direito de serem consultados: dahi nasceram os Soviets dos soldados, dos trabalhadores e dos lavradores. O patriotismo haveria podido salvar a Russia revolucionária, mas não existe na realidade; o verdadeiro sentimento patriótico russo resumia-se na fidelidade ao Czar orthodoxo. **A Russia é de resto incapaz de todo o esforço prolongado, de perseverança e fidelidade a lógica. Dahí resultam crimes e suicídios impulsivos, uma espécie de ausência completa de senso moral, que se affirma também na vida sentimental. Cada qual segue os seus instintos, de modo que nenhum paíz conta tantos divórcios e separações como na Russia.** Apesar disso todo o russo possue inconscientemente qualidades: franqueza de caracter, a bondade, consideração, tem, geralmente, uma coragem inquebrantável, mas é victima do "ottchalanyé", **misto de desespero pueril, de acolhimento mystico de necessidade de acção boa ou má e de resignação passiva a tudo quanto dahi puder realizar**. É uma espécie de hypnoseu e muitas vezes faz do camponez russo um heroe ou um

> criminoso. Dado que o povo russo é assim no seu conjuncto, que podemos esperar dele para o futuro? O collaborador da *Revue* julga que a restauração do império será difficil, se não impossível a não ser que surja um grande chefe que se imponha pela espada e crie uma nova dynastia, pois que a dos Romanoff se acha deffinitivamente liquidada. Julga que se deve procurar noutra via a solução da crise actual que a alma russa precisaria de outra religião, em conformidade com as suas tendências; que seria necessário disciplinar a evolução cujo caracter se exprime nos acontecimentos da revolução. (Grifos nossos).

Depois de fazer suas considerações quanto ao que entende como sendo a ideia de liberdade e de patriotismo daquele povo, o texto segue expressando que aquele país era incapaz de qualquer esforço prolongado "de perseverança e fidelidade a lógica", dizendo que disso resultavam crimes, suicídios, ausência de senso moral, divórcios e separações. Ao tomar como peça argumentativa esse significativo conjunto de representações, o seu autor conclui a escrita lançando a seguinte questão: "Dado que o povo russo é assim no seu conjunto, que podemos esperar dele para o futuro?" Para respondê-la, ele lança mão da retórica do colaborador da *Revue de Paris*, que fala da impossibilidade do retorno ao czarismo deposto e aprecia que se deveria buscar outro meio como solução ao que considera como sendo a crise em que se encontrava a Rússia de então.

Foi também por esse tempo que se passou a cunhar o termo "maximalista" para designar os bolcheviques. Bandeira (1980, p. 145) considera que a Revolução Russa introduziu nos movimentos operários, na intelectualidade e na imprensa do Brasil, novos conceitos, novas ideias e palavras, embora, inicialmente, de forma vaga e confusa, faltando-lhes maiores informações sobre o regime que ali se implantava. Nesse sentido, a imprensa brasileira, e paraibana em particular, passou a chamar os bolcheviques de "maximalistas" porque entendia que eles proclamavam um programa máximo de socialismo radical, e os mencheviques de "minimalistas", por achar que estes defendiam o programa mínimo, ignorando que essas denominações procediam da cisão do Partido Operário Social-Democrata Russo ocorrida durante o seu Segundo Congresso em 17 de novembro de 1903.[222]

[222] Durante esse Congresso, Lênin afirmou as posições políticas que vinha defendendo para o Partido Operário Social-Democrata Russo: lutar por uma estrutura de poder centralizada; trabalhar sem alianças com outras agremiações políticas; e filiação ao partido restrita apenas aos versados na doutrina marxista. Lênin foi contestado em todas as suas propostas por Julius Martov, o que levou o partido a se dividir em duas facções irreconciliáveis: os bolcheviques (maioria em russo), liderados por Lênin; e os mencheviques (minoria em russo), liderados por Plekhanov e Martov.

Até 1920, as referências que o jornal em análise fazia sobre o novo governo russo, eram interpretadas como maximalistas e, desse modo, essa imprensa foi naturalizando não só esse termo para designar os bolcheviques, mas também supostas ações que remetiam ao extremo proposto pelo partido, que defendia um programa radical. Tais observações podem ser percebidas nas notícias que continuavam a falar em nome da contra-revolução:

> GUERRA EUROPÉA. PARIS, 11. As execuções na Russia.
> Os maximalistas executaram quatro ex-ministros russos monarchicos e mais 512 contra-revolucionários. Entretanto, apesar dessas medidas de repressão o movimento cresce cada vez mais. (Jornal *A União*, 13 set.1918).

> GUERRA EUROPÉA. LONDRES, 12. A anarchia russa.
> Petrograd acha-se em chammas. Há matanças de contra-revolucionários e saques em suas habitações pelos maximalistas. (IDEM, 14 set.1918).

Ao representar os bolcheviques como maximalistas e suas ações, como promoventes de assassinatos, incêndios e saques, esses discursos jornalísticos forjavam infâmias, mentiras e provocações pretendendo promover o temor nos seus leitores. Esse conjunto de representações foi sendo acrescido de outras mais na medida em que a palavra *sovietes* foi ganhando espaço no Ocidente e a revolução social que começara na Rússia, foi se alastrando pela Europa, como foi o caso das experiências da Alemanha e da Hungria entre 1918 e 1919.[223] A burguesia européia estava assustada, pois temia a consolidação do governo bolchevique na Rússia por entender que ela se converteria em um estímulo para a revolução mundial. O fantasma do bolchevismo começava a assombrar os capitalistas.

Em contrapartida, a imprensa que falava em nome dessa burguesia, passou a insistir nos riscos do avanço daquela revolução. Na Paraíba não foi diferente,

---

Essas denominações não decorreram em razão do número de filiados a estes grupos durante o Congresso, onde, inclusive, os mencheviques eram a maior parte, mais sim após uma votação para definir a junta editorial do jornal do partido, cujos resultados apresentaram os bolcheviques em maioria e os mencheviques em minoria. Cf. Bandeira, 1980, p. 145-146.

[223] Entre novembro de 1918 a janeiro de 1919, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, líderes da Liga Espartaquista (ala revolucionária dos socialistas alemães), derrocaram o Kaiser e proclamaram a Revolução Alemã em Berlim. Já entre março e agosto de 1919, o Partido comunista da Hungria (comandado por Béla Kun) se juntou ao Partido Social Democrata Húngaro e proclamou naquele país uma República Soviética. Porém, ambos os movimentos foram derrotados. Cf. Reis Filho, 2000, p. 60.

pois o jornal oficial imprimiu telegramas que reportavam ao maximalismo naqueles países, parte apresentando mesmo a sua ascensão, parte numa campanha dirigida para atemorizar ainda mais a sociedade e justificar a intervenção contra os que falassem em nome dos sovietes. Vejamos:

> EXTRANGEIROS. PARIS, 21. Os communistas em Vienna
> Informam de Vienna que o governo conseguiu abafar a tentativa de revolta dos communistas, sendo estes repellidos após forte tiroteio, durante o qual cahiram muitos mortos e feridos. (Jornal *A União*, 23 abr.1919).

> EXTRANGEIROS. GENEBRA, 10. Repugnantes scenas retrospectivas do maximalismo hungaro
> O escriptorio rumeno informa que as tropas rumaicas encontraram 270 corpos de victimas dos communistas húngaros superficialmente enterrados sob o edifício do Parlamento. Mais 60 cadáveres foram encontrados dentro de uma usina em estado repugnante. Num convento foram encontrados oitenta sacerdotes famintos, numa lucta de morte. (IDEM, 11 set.1919).

Simultaneamente, e mesmo depois da derrocada dos movimentos na Alemanha e na Hungria, o jornal estatal paraibano falava também do maximalismo no Egito, na Itália, na Argentina, na Polônia, na Alemanha, na Ucrânia, na França e em Portugal, em uma aberta campanha de temor sobre os feitos atribuídos aos comunistas. No quadro que segue, reunimos algumas das mensagens que mais expressavam esse objetivo:

QUADRO XVIII - TELEGRAMAS SOBRE A REVOLUÇÃO MUNDIAL PUBLICADOS NO JORNAL *A UNIÃO* (1919-1921)

1919
EXTRANGEIROS. LONDRES, 21. Ainda o maximalismo Annunciam do Cairo que os **terroristas** continuam a fazer **arruaças**, empregando **vitríolo** contra os empregados que não querem adherir ao maximalismo. (23/04).
EXTRANGEIROS. ROMA, 11. O maximalismo na Itália É **gravíssima** a situação do paiz, tendo o governo tomado enérgicas providencias. (13/07).
1920
O maximalismo na Argentina Informam de Buenos Aires que a *Nacion* mandou um dos seus redactores ao territorio nacional do Pampa, a fim de averiguar os estragos causados á lavoura local pelos ultimos **incêndios** ateados propositalmente por elementos maximalistas. O enviado especial da *Nacion* verificou que cerca de vinte leguas de terras cultivadas foram totalmente devastadas pelo fogo, tendo morrido carbonisadas 15000 cabeças de gado lanígero. (24/02).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. PARIS, 28. A **avalanche** bolchevista Os russos continuam occupando as cidades polacas. (30/07).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. Paris, 2. Os russos tomam Varsovia A última hora affirma-se que os russos tomaram Varsóvia **destroçando** os polacos que a defendiam. Os maximalistas fraternizaram com os allemães na Prússia Oriental. (04/08).

NOTÍCIAS POR TODA PARTE. PARIS, 13. O **furor bellico** dos russos sobre a Polônia Os polacos estão recuando ante o furor dos bolshevistas, tendo sido até agora improficuos os auxilios francezes. O nosso govêrno reconheceu o govêrno do general Wrangel, estabelecido no sul da Russia, não acontecendo o mesmo com a Inglaterra, que sucumbe-se a aprovar o acto de Millerand, em vista da attitude ameaçadora do operariado. O govêrno de Lloyd George está inclinado a reconhecer a actual situação da Russia sob o duunvirato Lenine-Protzki. (14/08).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. ROMA, 9. A **bolshevicada** em Milão Em Milão os operarios apoderaram-se da fabrica de automoveis <<Fiat>> repellindo a policia. (09/09).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. ROMA, 18. **Conspiração** em Roma O anarchista Malatesta foi accusado de conspirar contra o govêrno italiano. (20/10).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. BERLIM, 19. O bolshevismo na Allemanha Foram enviados dois delegados bolchevistas, a fim de representar a convenção do Partido Socialista Allemão no Congresso dos <<Soviets>> russo. (20/10).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 16. Victorias bolshevistas Os bolshevistas estão de posse de toda a Criméa tendo occupado Sebastopol á noite passada. Toda a costa russa do Mar Negro está bloqueada. (17/11).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 26. Victorias bolshevistas As forças da Ukrania renderam-se totalmente aos bolshevistas. (30/11).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. BERLIM, 20. Propaganda bolchevista na Allemanha Victor Kapp, cumprindo instrucções reservadas, que lhe foram transmittidas por Trotzky, tem desenvolvido activa propaganda para a queda do actual governo. O ministro do exterior, possuindo copia photographica da carta de Trotzky, pede a prisão ou expulsão immediata do representante maximalista. (21/12).
1921
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 27. **A ameaça de um formidavel exército vermelho** Os bolshevistas preparam uma grande ofensiva contra os paizes da Europa occidental dispondo de um exército de 600 mil homens. Na Siberia oriental os bolshevistas iniciaram o regimen **do terror sanguinário** contra os camponeses. (29/01).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 31. Os communistas italianos Os communistas italianos trabalham activamente pela decretação da greve geral, contando com a adhesão dos ferroviários. (01/02).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. PARIS, 3. Conspiração maximalista Abortou completamente a **conspiração** maximalista para a implantação do regimen sovietico em França. Os presos responderão pelo crime de attentado á segurança do Estado e serão expulsos todos os estrangeiros envolvidos. (04/02).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. ROMA, 2. O maximalismo na Italia Foi lido na Camara o relatorio apresentado pela comissão incumbida de estudar os **tragicos acontecimentos** de dezembro em Bolonha e Syracusa, cidades que foram theatro de **serios tumultos, havendo mortos e feridos**. A commissão parlamentar aconselha o govêrno italiano a decretar medidas economicas e sociaes que satisfaçam as necessidades do povo de Roma. O Giornali d'Italia, tratando da propaganda do bolshevismo diz que os partidarios do communismo contam com a verba mensal de quatro milhões de liras e pergunta se seria conveniente indagar sobre a procedencia de tão avultada quantia. (04/02).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. ROMA, 2. Conspiração communista As auctoridades italianas estão convencidas de que os tumultos occorridos ultimamente em Florença obedeciam ao plano de uma **conspiração** communista. (05/03).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. ROMA, 25. As questões sociaes na Italia E' **gravissima a situação** communista na Italia. Foi apunhalada a marqueza de Serpupisa e também assassinaram um estudante, por serem as victimas fascistas. (26/07).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. RIO, 30 (A. Star). O bolshevismo em Portugal Dizem de Londres que as potencias talvez intervenham em Portugal, onde parece que triumphou o bolshevismo. (02/12).
NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 30. Movimento bolshevista em Portugal O <<Times>> tratando da situação de Portugal, diz que está se desenvolvendo naquelle paiz um **serio movimento** bolchevista que requer a intervenção urgente das outras potencias. (02/12).

FONTE: Jornal *A União*, 1919-1921. Quadro elaborado pelo autor do texto. (Grifos nossos).

Ao fazermos uma observação mais atenta a esses discursos, percebemos o impacto que os mesmos podem ter causado no público paraibano que os recepcionou durante aqueles anos. Já que neles os bolcheviques são tomados como terroristas que conspiram, ameaçam e promovem arruaças, tumultos e avalanches através do seu furor bélico, com destaque para o uso de vitríolo (ácido sulfúrico) e de incêndios, matando e ferindo as populações dos países ao implantarem o seu regime de terror sanguinário.

Notamos que esse periódico foi gradativamente acrescendo a veiculação dessas notícias nos primeiros quatro anos após a Revolução de Outubro, tendo contribuído também para isso os fatos que eram relacionados à Rússia durante a sua guerra civil (1918-1921)[224]. Para Reis Filho (2000, p. 56):

> A guerra civil radicalizou o atraso. Retrocesso econômico, queda brusca de todos os índices. A produção de energia elétrica caiu em mais de 75%. Na grande indústria a queda chegou a 80%. E, além disso, as epidemias, as mortes inúteis, o encadeamento das represálias, as atrocidades maciças, a brutalização das relações sociais. No quadro dessas misérias sem fim, a própria moeda desapareceu, decretou-se a interdição de qualquer empreendimento privado e se expropriaram os camponeses de todos os excedentes.

Desse modo, a Rússia passara a ser o cenário perfeito para que pudessem responsabilizar apenas os bolcheviques pelos resultados daquele conflito, assim como exemplo do que poderia ocorrer em outros países caso tal regime neles também fosse implantado. A análise da nossa fonte nos permitiu fazer um levantamento quantitativo das publicações que seguiam esse entendimento , durante esses anos até 1930, cujos dados registramos a seguir:

---

[224] A guerra civil russa foi um conflito armado que eclodiu em abril de 1918 e terminou em março de 1921. Durante este período, exércitos e milícias de diversos matizes políticos se enfrentaram com o objetivo de implantar o seu próprio sistema. As partes em conflito incluíram, de um lado, o *Exército Branco* (tzaristas e republicanos liberais apoiados por capitais e tropas estrangeiras), de outro, o *Exército Vermelho* (organizado pelos bolcheviques e chefiado por Trotsky), além de outros matizes revolucionários que tentavam abrir espaço próprio: socialistas, mencheviques e anarquistas. As nações Aliadas da Primeira Guerra Mundial intervieram nessa guerra com os seguintes objetivos: derrubar o governo bolchevique (que havia assinado a paz com a Alemanha), instaurar um regime favorável à continuação da Rússia na guerra e evitar a propagação dos ideais comunistas pela Europa Ocidental. Tropas inglesas, francesas, estadunidenses e japonesas desembarcaram tanto nas regiões ocidentais (Criméia e Geórgia) como nas orientais (Vladivostok e Sibéria Oriental). O *Exército Vermelho* foi o único vencedor do conflito, após o qual foi criado o Estado Soviético, sob liderança dos bolcheviques. Cf. Reis Filho, 2000, p. 55-57.

QUADRO XIX – TELEGRAMAS, MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (1918-1930)

ANO	TELEGRAMAS	MATÉRIAS	EDITORIAIS	TOTAL ANO
1918	21	01	-	22
1919	19	04	-	23
1920	44	15	05	64
1921	22	01	-	23
1922	14	04	01	19
1923	17	01	-	18
1924	07	02	-	09
1925	05	01	-	06
1926	06	08	01	15
1927	02	03	-	05
1928	01	-	-	01
1929	13	-	-	13
1930	-	-	-	00
TOTAL	**171**	**40**	**07**	**218**

FONTE: Jornal *A União*, 1918-1930. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Vemos que a escalada de notícias (telegramas, matérias e editoriais) nesse jornal atingiu seu auge em 1920, sendo possível que isso tenha se verificado também em razão da eclosão da greve dos ferroviários da Great Western na capital paraibana, em março daquele ano, uma vez que alguns de seus editoriais e matérias chamavam a atenção do seu público leitor para os *perigos* relacionados à possível influência das ideias advindas da Rússia naquele movimento social. Ou seja, na medida em que surgiam condições de possibilidade dos sindicatos se aproximarem das teorias anarquistas, socialistas ou comunistas como resposta à *questão social* presente, as elites econômicas e políticas locais intensificavam, por meio de sua imprensa, as representações anticomunistas.

Outra chave argumentativa que foi recorrente para as agências telegráficas informarem o seu interesse sobre a Rússia, foi a seca ali ocorrida entre os anos de 1921 e 1922, que afetou principalmente a região de Volga-Ural e chegou a matar cerca de cinco milhões de pessoas. Identificamos oito telegramas no jornal *A União* desse período que chamavam a atenção para o que consideravam como a "situação aflictiva" ocasionada pela fome que se alastrava provocando doenças e mortes, bem como sobre as ações da Cruz Vermelha internacional, do Vaticano e do Brasil no sentido de enviarem médicos, enfermeiros, remédios e víveres para socorrerem aquelas vítimas. Dos telegramas, vejamos o que segue:

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LISBOA, 24. A fome na Russia
> Cerca de trinta milliões de russos occupam a area flagellada, sendo que em certas regiões a população já destruiu os cães. Os famintos proccuram activamente gatos, gafanhotos, arvores de toda a sorte e passaros para servirem de alimentos. Até agora, as classes mais desprotegidas comem apenas hervas e raízes. *Os soviets* fazem esforços titanicos para pôr um paradeiro a essa alarmante situação. Mais de mil e quinhentas cosinhas ambulantes, algumas montadas em trens e automoveis, percorrem a região flgellada, alimentando cerca de doze milhões de homens. (Jornal *A União*, 26 ago.1921).

Cães, gatos, gafanhotos, pássaros, árvores, ervas e raízes são citados como meios que os russos encontravam para saciarem a sua fome, contudo, os telegramas alarmavam mais ainda ao informarem sobre os casos de canibalismo após assassinatos e desenterros de cadáveres vítimas do flagelo como solução aos famintos, como vemos no citado abaixo:

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. MOSCOW, 10. O cannibalismo na Russia
> As auctoridades resolveram sustar os processos criminaes movidos contra os individuos culpados em mais de duzentos casos de cannibalismo, nas regiões do vale de Volga, assolados pela fome, nos mezes mais tragicos do terrivel flagello. Os accusados foram encaminhados ao departamento de Saúde, para serem internados nos hospitaes de loucos e instituições idênticas. Essa resolução veiu como resultado de uma investigação levada a effeito pelo sr. Rosenstein, que chegou á conclusão que os responsaveis por esses crimes eram visivelmente degenerados e portanto logicamente irresponsáveis. Na maioria dos casos, os que os mataram seres humanos para se alimentarem, ou comeram corpos de pessôas mortas pelo flagello, não se achavam em estado de espírito capaz de os fazer comprehender o crime que praticavam e nem mesmo imaginar que especie de repasto faziam. Pelo que apurou o sr. Rosenstein nas suas investigações, affirma que os crimes de cannibalismo e sacophagia de que eram acusados varios individuos proccessados, eram devidos menos ao desespero da fome do que a um estado especial de profunda desorganização mental, cujas manifestações começavam pelo cannibalismo praticado contra as pessôas mal vistas pelos doentes e tomando depois um desenvolvimento rapido que os conduzia ao sarcophagismo. O flagello da fome, affirma o investigador, naturamente contribuiu para dar essa fórma de ferocidade aos degenerados, precipitando o desenvolvimento do mal, até então latente, e dando-lhe occasionalmente a forma de caannibalismo. O relatorio do sr. Rosenstein salienta, entretanto, uma curiosa observação: que as mulheres e adolescentes tinham muito maior propensão aos actos de cannibalismo e sarcophagia do que os homens de edade mediana ou madura. Concluindo as suas observações, afirma Rosenstein que os exemplos de cannibalismo mais se espalharam á proporção que se foram tornando conhecidas das populações. Entretanto, na quasi totalidade dos casos, elles tinham por motivo uma alta manifestação de loucura, provocado pela situação terrivel das zonas flagelladas, mas tendo como base a degenerescencia dos indivíduos, tornados inconscientemente criminosos. (Jornal *A União*, 12 ago.1922).

Segundo Bandeira (1980, p. 247), durante esses dois anos, as agências telegráficas intensificaram a guerra psicológica ao passarem a transmitir notícias alarmantes sobre a fome na Rússia, inclusive informando que a polícia fechara restaurantes que serviam carne de crianças aos seus fregueses, o que em muito contribuiu para a construção do mito que se naturalizou, nos anos seguintes, pelo mundo afora, de que os comunistas comiam criançinhas.

Para percebermos como essas notícias podem ter repercutido na sociedade da capital paraibana e como essa estava envolvida no imaginário do terror pelo qual se dizia passar a Rússia, vejamos uma matéria que fala de suas mobilizações na busca de soluções para aqueles famintos:

> Pelas creanças famintas da Russia
> Attendendo ao appello que o chefe da christandade dirigiu a todos os povos em favor de milhares de creanças russas, um grupo de creanças desta capital vae realizar, no próximo domingo, às 19 e meia horas, no Theatro Santa Rosa, uma linda festa, cujo producto será entregue ao exmo. Sr. arcebispo d. Adaucto, que o enviará ao Papa, para o nobre fim acima alludido. O programa da festividade foi organizado de modo a satisfazer ao gosto dos apreciadores desses bellos espetáculos infantis, que, nos centros civilizados, soam ser realizados com extraordinário êxito. Alem, de duas pequenas chistosas comédias, as creanças interpretarão composições musicaes de vários maestros nacionaes e estrangeiros, entre estes o empolgante “Fox-trot” do afamado Franz Lebar, Les Gigolettas. (Jornal *A União*, 05 out.1923).

Sobre isso, temos duas constatações: primeiro, registra-se que o Vaticano foi um dos principais responsáveis pela elaboração do discurso da fome russa, uma vez que essa festa foi organizada atendendo à orientação do papa; e, segundo, nota-se que essa ação da Igreja Católica procurou envolver uma geração de crianças da capital paraibana, possivelmente, por entender que nelas seria mais fácil a elaboração de um imaginário anticomunista. Essa foi mais uma das frentes de batalha dessa instituição na Paraíba para conter a propagação das ideias relacionadas ao anarquismo, ao socialismo e à Rússia bolchevista, como já descrito no segundo capítulo.

Ainda de acordo com Bandeira (1980, p. 88), de abril de 1917 em diante, o nome de Lênin começou a aparecer nos jornais brasileiros como “espião alemão”, “agente do Kaiser” e “vendido aos Impérios Centrais”. Diziam mesmo terem descoberto a “verdadeira identidade” do “perigoso agente alemão”.

Transcrevendo os telegramas das agências internacionais, o jornal *A União* também seguiu essa orientação discursiva de chamá-lo de traidor ou mesmo informando sobre suas supostas decisões de abandonar o governo: “ESTRANGEIROS – GUERRA EUROPÉA. MOSCOU, 23. Na Russia – Lenine cogita de abandonar o governo. Lenine exprimiu a intenção de pedir demissão de chefe do executivo” (Jornal *A União*, 26 jun.1918). Além disso, foram reproduzidas notícias que falseavam tentativas de morte e o seu assassinato:

> ESTRANGEIROS – GUERRA EUROPÉA. PETROGRAD, 10. O drama russo.
> Foi hoje executada Dora Hasplan, assassina do sr. Lenine, chefe do governo maximalista. (Jornal *A União*, 12 set.1918).

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. SÃO PAULO, 20 – Anarchistas <<versus>> anarchistas.
> Na occasião em que Lenine se dirigia para o Congresso, cuja sessão ia assistir, atiraram uma bomba de dynamite no seu automovel, matando oito guardas vermelhos e três civis e ferindo ainda vinte pessoas. (IDEM, 22 jan.1921).

Entretanto, foram as notas sobre o estado de saúde do líder bolchevique as que mais predominaram na sessão “Informações Telegraphicas”:

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 28. A enfermidade de Lenine.
> Dizem de Moscow que começaram a chegar alli os primeiros <<*leaders*>> communistas, que forâm chamado áquela cidade a fim de tomarem importantes deliberações a respeito da situação decorrente da molestia do chefe do govêrno bolshevista Lenine. Continúam a circular boatos dizendo ser gravissimo o estado de Lenine, esperando-se o desenlace fatal. (Jornal *A União*, 30 mar.1922).

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. BERLIM, 2. Lenine agonizante.
> Telegramma de Stockolmo diz que, segundo as informações recebidas da legação dos soviets da Rússia em Heizfafors, Lenine está agonizando lentamente, estendendo-se a paralysia, que lhe impede já o funcionamento do braço direito. Foram organizados planos do governo para o caso em que Lenine venha a fallecer, tendo ficado resolvido a organização de uma dictadura militar, composta do ministro da guerra Trotsky e de mais seis leaders communistas. Essa informação, comtudo, não foi confirmada pelo correspondente da *United Press* em Moscow. (IDEM, 03 abr.1923).

Vemos que o periódico do governo paraibano insistia na gravidade da enfermidade de Lênin e na sua morte desde 1922, quando o mesmo foi a óbito

apenas em 21 de janeiro de 1924. Ao mesmo tempo, essas notícias chamavam a atenção do público leitor para as decisões políticas que caminhavam no sentido de, após a morte de Lênin, ser estabelecida na Rússia uma ditadura militar dirigida por Trotsky.

Outro nome também expresso nesse jornal de forma negativa foi o de Leon Trotsky, sobretudo no contexto em que ele passou a liderar de forma decisiva a criação e organização do Exército Vermelho, que acabou por vencer a violenta guerra civil e garantiu a sobrevivência do regime soviético. No geral, as referências sobre Trotsky seguiram-se na mesma acepção das de Lênin, expressando sentidos dele se encontrar ferido e enfermo, como notamos nos telegramas a seguir:

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. RIO, 3. Principio... do fim do bolshevismo.
> Telegramma de Londres informa haver estalado em varios pontos da Russia a revolução anti-bolchevista, **sendo Trotzky ferido**. A multidão nas ruas de Petrogrado exige que no paiz seja restaurado o antigo regimen, em que as classes populares se sentiam mais felizes. (Jornal *A União*, 05 out.1920). (Grifos nossos).

> NOTÍCIAS POR TODA PARTE. LONDRES, 17. O dictador Trotzky
> Noticiam da Polonia que o sr. Trotzky encontrou-se **gravemente enfermo**. (IDEM, 20 maio.1921). (Grifos nossos).

> Serviço especial para *A UNIÃO* da Agência Americana. MOSCOW, 11. Trotsky em viagem
> Trotsky deixou esta cidade com destino à costa de Montenegro, no gozo de dois meses de férias para **tratamento de saúde**. (IDEM, 15 jan.1924). (Grifos nossos).

Também foi presente a publicação de matérias que o representavam comparando-o com Lênin, como na que veio em primeira página e teve como título “TROTSKY” (Jornal *A União*, 09 mar.1920). Nela se diz: “Se Lenine é primitivo, Trotzky é um apurado e desnortes muitas vezes pelo imprevisto de suas attitudes. Quando apparece na tribuna, após o grande chefe, o contraste é frisante: (...)” e continua o adjetivando de falso, vaidoso, ambicioso, intolerante, antipático, demagogo, imprudente, cínico, inescrupuloso, covarde e medíocre. Conclue nos seguintes termos:

> Tendo suffocado todo sentimentalismo, este homem tornou-se dos mais

> crueis da Russia, crueldade tanto mais perigosa quanto é terrivelmente vingativo. Lenine, mais astuto, tolera os crimes, os encoraja mesmo, mas fica sempre nos bastidores. Lenine deixou fuzilar Alexandroff, o jovem revolucionario sincero que urdiu a conspiração contra o conde Lirbach (o embaixador allemão depois da paz de Brest Litovsk), e ao mesmo tempo contra a organização official do terror, mas Trotzky foi assistir á execução e gelou o coração dos bolchevistas, chegando em plena noite, ao conselho executivo dos Soviets, para annunciar com a sua voz metallica a nova que cada um temia ouvir: <<Alexandroff foi fuzilado; morreu como um heroe>>. Do capitão Stchastny, o salvador da frota baltica, e accusado de conspiração contra o Soviet central, foi Trotzky o proprio accusador, depois de recusar a deposição das testemunhas, apesar das reclamações dos marinheiros ligados ao seu chefe. Com Lenine, Trotzky tem isto de comum: ambos são avidos de poder. Elle não é amado pelos bolchevistas e não representa o papel que se acredita no estrangeiro. Mas tornou-se indispensável, consagrando toda a sua actividade á organização do exercito vermelho. Ahi elle mostrou a sua alma militarista. Com a mesma imprudencia revelada em outras occasiões, elle renegou todos os principios anti-militaristas, que elle professava, outr'ora, sob o regimen Kerensky, estabeleceu a antiga disciplina á prussiana. (...).

Outra matéria interessante a propósito das representações feitas sobre esse político russo, é a que também veio na primeira página da edição de 27 de março de 1920, chamando ainda mais a nossa atenção pelo fato de a mesma vir ao lado de uma que falava da greve dos ferroviários da *Great Western*, que estava ocorrendo na capital da Paraíba. Tendo como chamada "Os dirigentes da Russia actual. A ferocidade de Trotzky", esse texto diz que os principais representantes do maximalismo russo, com exceção de Lênin, são judeus que renegaram a sua religião e que, em suas perseguições ferozes, irromperam entre as populações cristãs um ódio violento contra os semitas. Continua descrevendo que uma delegação dos judeus russos, temendo as represálias de que viriam a ser vítimas até o desaparecimento do regime bolchevista, procurava meios para fazer com que Trotsky abandonasse o poder ou, pelo menos, por fim às crueldades de que era instigador. O primeiro desses meandros foi o de recorrerem à amante do "dictador bolchevista" que, contudo, não logrou êxito; o segundo foi o de pedirem a seu pai para que o mesmo intercedesse pelos interesses do povo semita. Quanto a esse encontro, o texto diz expor a descrição feita por Sergio Persky, já que ela "dará perfeita idéa da figura sinistra de Trotsky". Descrevemo-la na íntegra por entendermos que se faz importante para percebermos como o seu conjunto narrativo procura emergenciar representações sobre Trotsky. Notemos o diálogo entre ambos:

> - Que a paz seja comtigo, meu filho, disse o pae.
> - Bons dias, respondeu Trotzky. Fala depressa, tenho muito que fazer.
> - Meu filho, a delegação israelita encarregou-me de dizer-te que a tua politica está sendo precipitada num abysmo. Não vês que estás anniquilando a tua raça? E's judeu e a conservação da raça exige que deixes o govêrno ou te moderes. Por tua culpa, vão os raios de Jehovah cahir sobre os inocentes. O povo russo grita que pretendemos destruil-o para sobre a Russia construirmos a nossa Sião. Um morticínio ameaça a nossa raça e és tu quem a mata. É justo que caia sobre nós o sangue que tú derramas?
> Trotzky ouviu-o impacientemente, tamborilando com os dedos sobre a mesa. Logo que o velho se calou retorquiu:
> - E então? Tens medo da ameaça? Deixa-te disso... quanto aos que te mandaram cá, dize-lhes que vão passear...
> O velho estremeceu, surprehendido por aquellas palavras desrespeitosas de seu filho, dominou-se, e levantando-se, avançou para Trotzky:
> - Filho, disse, falei-te como mandatário da delegação israelita que fez a honra de enviar-me a ti convencido de que attenderias a teu pae. Enganou-se. Agora, escuta-me: renegaste a Deus; para o seu logar criaste um ídolo, a cujos pés quotidianamente immolas milhares de vidas humanas. Não veneras teu pae, nada respeitas; matas, saqueias, roubas, e ensinas aos outros as perversas acções que praticas. Despresas todas as leis do nosso deus e todos os teus actos são em sua affensa. Elle te castigará. Quanto a mim, teu pae, preferia ver-te morto, a ver-te renegado, atheu...
> - Estás doido, disse Trotzky com entono desdenhoso. Dás-me vontade de rir com essa historia do teu Deus. Eu não sou judeu, sou internacionalista, ouviste? Vae dizel-o aos que te enviaram aqui...
> O velho, erguendo os braços, exclamou:
> - Ouvél-o, senhor? Renega-te a ti e renega a tua raça!
> - Olha lá! Farás favor de não gritar muito, interrompeu o tyranno.
> Então o pae, ameaçador, com os olhos faiscantes, estendeu para elle a mão descarnada, dizendo:
> - Muda de proceder, ou amaldiçoar-te-ei..., amaldiçoar-te-ei em publico, perante todos os presentes!...
> Trotzky, que até então se conservara sentado, levantou-se, avançando até junto do pae. Os dois homens contemplaram-se cara a cara, os olhos nos olhos, confundindo os batidos ardentes, incendiários. No olhar decidido e cheio de amargura do pae, e no filho, em que se lia uma vontade indomável havia o que quer que fosse de commum denunciando o estreito parentesco que os ligava. Fixaram-se por um momento, depois os labios do dicador contrahiram-se num rictus de ferocidade, as narinas dilataram-se-lhes sacudidas pela raiva, e, em voz suffocada pela cólera, respondeu tragicamente:
> - Antes que me amaldiçoes, ordenarei que te fuzilem...
> A audiência terminara. O velho tranzido de dor, encaminhou-se para a porta; no limiar demorou-se um pouco e, conforme o antigo costume israelita, sacudiu o pó dos sapatos.

Os tons que carregaram essa escrita, imprimiram sentidos que fizeram o público que a recepcionava, perceber Trotsky como feroz, tirano, assassino, saqueador, ladrão, ímpio, intransigente, inacessível, impiedoso e indiferente ao amor e à piedade. E a maneira apresentada de como Trotsky tratou o pai idoso e

doente, com destaque para a indiferença e o desrespeito, possivelmente impactou a sacrossanta família cristã paraibana que recepcionou esse discurso. Não é demais lembrar que esse mesmo público era o que assistia as agitações sociais entre os ferroviários da *Great Western* carreadas pela *questão social* evidente na capital da Paraíba, como já dito antes. Falando em nome das elites econômicas e políticas de então, o jornal *A União* procurava implantar o temor sobre a Rússia bolchevista e seus dirigentes, como forma de evitar que os movimentos operários paraibanos se envolvessem pelas suas teorias políticas, a exemplo do que vinha acontecendo nas cidades mais industrializadas do Brasil.

Dois anos depois, esse periódico voltou a reportar sobre esse caso na matéria "Trotsky amaldiçoado pelo próprio pae e expulso do judaísmo". A mesma diz que, de acordo com informações transmitidas pelo correspondente do *"Daily Express",* Moysés Bronstein, pai de Leon Trotzky, ao terminar o seu ofício religioso na Sinagoga de Ekaterinoslaw, exclamou:

> - Um israelita pede que lhe seja permittido accusar outro israelita.
> Em meio a profundo silencio, que seguiu a essas palavras, viu-se avançar um ancião de longas barbas brancas, vestido com um largo <<*caftan*>> negro, como é de uso entre os judeus do Oriente. A passos lentos, dirigiu-se elle para o altar, tendo em uma das mãos o seu rozario. Era quasi cego e estava acompanhado por filhos, genros e netos. Do altar, voltou-se para a assistencia e disse:
> - Venho accusar a Leon Bronstein (o verdadeiro nome de Leon Trotzky), membro de nossa communidade!
> - Como justificas a accusação? Perguntou-lhe o sacerdote.
> A voz do velho tornou-se então, mais firme.
> - Leon Bronstein trahiu as crenças de seus maiores; tornou-se o inimigo do judaismo; é o açoite da humanidade.
> De novo feito silencio, o sacerdote indagou:
> - Que devo fazer?
> Moysés Bronstein levantou o braço e, como um propheta do Velho Testamento, disse pausadamente:
> - Peço que Leon Bronstein seja expulso da egreja judaica. Peço, para elle, a maldição e a condemnação que se não tem pedido, desde o começo do mundo, senão para os inimigos de Deus - a comndenação irremissivel na terra e na outra vida. (Jornal *A União*, 30 mar.1922).

Talvez, essa reportagem tenha pesado no sentido de naturalizar ainda mais o estigma que vinha sendo elaborado a respeito de Trotsky, já que nela os seus leitores de cultura cristã tiveram acesso às elaborações que enfatizavam a ação de um pai já idoso de reconhecer e acusar o seu filho de "açoite da humanidade" para, em seguida, pedir a sua expulsão do judaismo, assim como a sua maldição

e condenação irremissível “na terra e na outra vida”. Foi nestes termos que Lênin e Trotsky dirigiram a Revolução Russa na imprensa estatal paraibana.

No quadro que segue, fizemos o levantamento de todas as matérias e editoriais do jornal *A União*, entre 1918 e 1927, que fizeram menção ao regime político estabelecido na Rússia pós-revolução de Outubro, de maneira a depreciá-lo. Vejamos:

QUADRO XX – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (1918-1927)

1918
A alma russa (25/10).
1919
O que é o bolshevikismo. Assinada por Maurice Ajam (25/04).
O clamor da Russia. Assinada por João de Lourenço (29/04).
Os allemães vão empolgando a Russia (23/08).
O bolshevismo na França (27/08).
1920
O bolchevismo em acçao. Hygiene, regimen industrial, financeiro, militar dos soviets. O exercito vermelho. Assinada por C. A. (16/01).
A RUSSIA SEGUNDO UM RUSSO. Matéria do *Jornal do Brasil* e assinada por Gonçalo Alves (22/01).
Talvez socialismo. Editorial assinado por Julio Lira (24/01).
O novo fracasso da campanha bolsheviki. Editorial (05/02).
O maximalismo na Argentina (24/02).
TROTZKY (09/03).
Um raio de luz sobre o BOLSHEVISMO. Considerações preciosas de um russo illustre – A politica dos alliados. Kerensky e Lenine (13/03).
Os dirigentes da Russia actual. A ferocidade de Trotzky (27/03).
Em defesa de Trotsky. Editorial assinado por C. P. (28/03).
A actividade de Trotzky. Como elle dirige a campanha (28/03).
A GREVE. Editorial assinado por C. P. (30/03).
O problema operário. Editorial assinado por A. R. (04/04).
A vida dos professores na Russia bolchevista (14/04).
O regimen communista (09/06).
Resultados bolchevistas - Concessões ao capitalismo – A’ falta de argumentos, um murro. Assinada por A. C. (13/06).
Epinicio bolchevista. Assinada por Adhemar Vidal (17/07).
A Russia Bolchevista. Assinada por Vicente Falcone (18/07)
As desillusões do Bolshevismo (29/08).
Maximalismo. Assinada por X. X. (23/09).
O maximalismo na Russia. A desorganização da producção e do trabalho. A situação deplorável dos meios de transportes. O fortalecimento do sentimento de propriedade. A propaganda bolshevista em favor da Allemanha contra a “Entente” (08/10).
1921
A religiosidade russa (28/03).
1922
A TRAGÉDIA BOLSHEVIKI VISTA DE PERTO. Lenine e seu systema terrorista (27/01).
Trotsky amaldiçoado pelo proprio pai e expulso do judaismo (30/03).
Porque perdura o bolshevismo. Editorial assinado por Affonso Celso (27/08).
A ITALIA E O “BOLCHEVISMO” Como nasceu o fascismo e como os fascistas se têm opposto efficazmente aos manejos dos bolchevistas (28/10).

1923
Pelas creanças famintas da Russia (05/10).
1924
Fascismo e catholicismo. Original para *A UNIÃO* assinado pelo Cônego Florentino Barbosa (31/01).
O BOLSHEVISMO NA FRANÇA. Correspondência de Paris assinada por E. Bellegard (10/12).
1925
NO PAIZ DOS “SOVIETS”. De Paris. Especial para *A UNIÃO* assinada por P. do B. (26/05).
1926
Agitação bolshevista na China. Periclita o prestígio commercial da Inglaterra no Oriente. A missão diplomática do sr. Miles Lampson. De Londres, março. Especial para *A UNIÃO* (01/04).
Uma grande obra de benemerência sob o nome de Lenine. O serviço de assistência à infância é em Moscow realizado pela polícia. De Riga, abril. Especial para *A UNIÃO* (16/05).
A nova Russia. Editorial assinado por Osias Gomes (20/05).
As difficuldades do divórcio na Rússia. A triste história do casal Osipik. De Moscow, maio. Especial para *A UNIÃO* (27/06).
A volta dos christãos russos ao catholicismo. Informações sobre o relatório do jesuíta Père D’Herbigny, apresentado ao Vaticano. De Roma, junho. Especial para *A UNIÃO* (13/07).
O vermelho, cor nacional russa. O regimen da papelada em pleno vigor. De Moscow, julho. Especial para *A UNIÃO* (27/08).
O jazz não será popular na Russia – affirma o maestro Albert Coats. O senso rythmico nacional. De Londres, agosto. Especial para *A UNIÃO* (31/08).
Rodeiam a Russia nações hostis ao communismo. Nem no Egypto o gérmen bolshevista pegou. De Londres, agosto. Especial para *A UNIÃO*. Communicado da “I. New Service” (02/10).
A abertura dos túmulos dos soberanos russos. Surpresas sobre surpresas. De Berlim, outubro. Especial para *A UNIÃO*. Communicado da “I. New Service” (12/11).
1927
Contra o bolchevismo. Um substitutivo do sr. Aníbal Tolêdo (24/07).
Os plagiários da revolução russa. O desfile das emancipadas – O “espírito novo” – O casamento moderno – O “Exército da Consolação” – Os “Lenminn” – A China Agrária – A destruição das Missões – O último “plágio”. De Han-Kew, junho. Correspondência da A. A. para *A UNIÃO* e assinada pelo Tenente LAURENT LAWSON (01/09).
O perigo russo prophetizado por Napoleão De Paris, julho. Correspondência da A. A. para *A UNIÃO* (11/09).

FONTE: Jornal *A União*, 1918-1924. Quadro elaborado pelo autor do texto.

No geral, essas matérias seguiam um padrão que tinha como objetivo adquirir força argumentativa de convencimento junto aos seus leitores. Esse padrão pode ser pensado como tendo procurado atender as seguintes demandas: informar que as matérias advinham do Rio de Janeiro, geralmente do *Jornal do Brasil*; trazer títulos que apresentavam a Rússia a partir da ideia de sofrimento vivido e esperança em dias melhores, como por exemplo: “O clamor da Russia” (Jornal *A União*, 29 abr.1919), “Um raio de luz sobre o BOLSHEVISMO” (IDEM, 13 mar.1920), “As desillusões do Bolshevismo” (IDEM, 29 ago.1920) e ”A TRAGÉDIA BOLSHEVIKI VISTA DE PERTO. Lenine e seu systema terrorista” (IDEM, 27 jan.1922); anunciar que as informações procediam de Paris, geralmente despachos dos correspondentes especiais da *United Press* (como

Carl Randan e Henry Wood); dizer ter por base experiências de pessoas que haviam vivido no país dos Soviets, como Joseph Noulens e Maurice Paléologue (embaixadores franceses na Rússia), Robert Davis (encarregado da Cruz Vermelha estadunidense na Rússia Meridional), Ducitey Mentzikof (russo condenado à morte pelo governo bolchevista e exilado no Canadá); ou que tinham visitado aquela nação como os socialistas italianos (Dugoni, Seratti e D'Arragonne) e os membros do Partido Trabalhista Norte-americano e que de lá voltaram desencantados; descrever ter como base dados coletados em fontes oficiais bolchevistas ou livros de escritores que haviam residido na Rússia, como *La Russie Rouge* (A Rússia Vermelha – 1920) do suíço Camille Dudon, *O Apocalipsis russo* (1922) de Sérgio Chessim e *Ce que j'ai vu en Russie Sovietique* (O que eu vi na Rússia Soviética - 1924) do escocês Charles Serolea; e referir ser resultado de conferências ou palestras realizadas em Paris sobre o bolchevismo, como as de Kerensky e Alexis Staal.

Assim sendo, pensamos que esses elementos de retórica eram chamados nos respectivos textos com o propósito de criarem efeitos de verdades sobre os fatos ditos ocorridos na Rússia. Ou seja, tais acontecimentos eram representados de acordo como os interesses das elites econômicas e políticas de Paris e do Rio de Janeiro, que se coadunavam com os da capital paraibana no sentido de agenciarem um imaginário na sociedade local de negação ao bolchevismo, já que este constituía uma ameaça às suas pretensões.

Também notamos que a maior recorrência dos assuntos presentes nas matérias diz respeito, em um primeiro momento, ao que se anunciava como sendo a situação política e, depois, econômica da Rússia pós-revolução. Para Motta (2002, p. 37), além do catolicismo e do nacionalismo, o liberalismo em suas versões política e econômica também se constituía em uma "matriz ideológica" para que as elites de plantão agenciassem representações sobre o comunismo e os comunistas. Segundo esse autor, os liberais brasileiros rejeitavam o comunismo por entenderem que ele "atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desaprovava os particulares de seus bens e os estatizava."

No que tange à dimensão política da temática liberal, já nos primeiros anos, a direção do jornal estudado procurou informar ao público paraibano sobre esse novo regime de governo por meio de uma matéria assinada pelo francês Maurice Ajam e intitulada “O que é o bolshevikismo” (Jornal *A União*, 25 abr.1919). Dela se é possível extrair as seguintes significações: “Movimento anarchista que devasta a Russia”; “guardas vermelhos dominam a população honesta pelo terror”; “extermínio sistemático por fuzilamento ou enforcamento sem julgamento de milhares de pessoas instruídas (industriais, comerciantes, engenheiros e professores) que ocuparam lugares importantes na antiga sociedade”; “movimento terrorista que precipitou o país na mais terrível miséria acarretando a fome para todos os territórios sob sua dominação”; e “invasores dos países cultivados”.

Poucos dias depois, esse periódico imprimiu um texto subscrito por João de Lourenço que reforçava a sua explicação sobre a mudança política que se processava na Rússia, cujo título era “O clamor da Russia” (Jornal *A União*, 03 maio.1919). Começando com uma chamada que já impactava o seu público leitor, a longa matéria de primeira página destacava a situação russa deste modo: “Estado de terror inundado com lágrimas e sangue que geme e grita ao mundo”; “sanguesedento movimento”; “regime terrorista”; “empresa flamivoma de Lenine, qual um gládio do demônio”; “catástrofe que submerge em nuvens de fogo e sangue”; “anarquia coletiva que ameaça a todos os institutos humanos, desde a família até propriedade”; e “trágico morbus da inominável epidemia maximalista”.[225] Assim, a revolução bolchevista era apresentada como um movimento anárquico e terrorista que aniquilou o regime democrático e impôs aos russos um verdadeiro e brutal despotismo, constituindo-se em uma ameaça que conduziria o mundo a um estado de destruição. De resto, vemos que os demais textos jornalísticos deram ênfase à luta contra a ditadura soviética, o

[225] Ao longo das matérias analisadas, notamos que o comunismo também foi associado a doenças e temas correlatos como morbus, epidemia, peste, praga, gérmen, gangrena, contaminação. Destacamos duas delas: “Rodeiam a Russia nações hostis ao communismo. Nem no Egypto **o gérmen** bolshevista pegou” (02 out.1926); e “O perigo russo prophetizado por Napoleão. (...), até hoje, a **gangrena bolchevista** ainda não estendeu a sua **contaminação** de forma a receiar a próxima effectivação da catastrophe completa; mas trabalha para isso.” (11 set.1927). (Grifos nossos).

intervencionismo estatal e as denúncias contra a “tirania” ou a “escravização” vigentes na Rússia.

Já com relação às recorrências à dimensão econômica do liberalismo, logo os jornalistas passaram a se fundamentar em análises que os contra-revolucionários apresentavam sobre a economia russa como forma de propalar o imaginário anticomunista. A.C., por exemplo, rubricou o texto “Resultados bolchevistas” dizendo ser produto de uma conferência proferida por Kerensky em Paris, quando esse chamou atenção para a então condição do setor industrial daquele país afirmando que “Os bolchevistas entregaram as usinas e fabricas aos operários, mas estes, incompetentes na maior parte, sabotaram a producção, dissiparam as matérias primas, saquearam os stocks” (Jornal *A União*, 16 jun.1920). Com relação aos efeitos da nacionalização da indústria, argumentou:

> (...) tornou a producção inferior ao que era ao tempo do capitalismo. A servidão sucedeu ao salariado; os operários vivem agora sob o jugo de funcionários irresponsáveis que os dirigem despoticamente. Suprimiram-se os sindicatos; aboliu-se o direito a greve; o dia do trabalho elevou-se a 10 ou 12 horas; formaram-se campos de concentração, onde são internados os operários pela menor falta profissional. (IDEM).

Quanto à reforma agrária realizada pela revolução, Kerensky teria exposto, segundo o jornalista, que “(...) o bolchevismo desencadeou o assalto às propriedades, a desordem e a anarchia”. E encerrou dizendo que, cedo ou tarde, chegará o fim desse regime, “mas deixará por longo prazo empobrecida a capacidade produtiva da nação. As concessões oferecidas pelos bolchevistas aos capitalistas ocidentais hão de reduzir o paiz a uma espécie de colônia, cujas riquezas só ao estrangeiro, que a explorará, hão de aproveitar” (IDEM). Grosso modo, esse anticomunismo liberal tomava como argumento central a defesa da propriedade como um direito individual e inalienável.

Outra análise da economia bolchevista também é posta no discurso “O maximalismo na Russia” (Jornal *A União*, 08 out.1920), que diz ser uma síntese de um longo relatório elaborado por uma comissão do Partido Trabalhista Norte-Americano, que estivera no começo desse ano naquele país com o fim de estudar a sua conjuntura sob o regime bolchevique. Depois de frisar que esse relatório teve por base dados colhidos em fontes oficiais daquele governo, o texto relata que a situação econômica da Rússia dos Soviets estava piorando a cada dia e

que a causa básica dessa catástrofe deveria ser atribuída à diminuição geral da capacidade da população para o trabalho, isso devido:

> (...) Á insufficiencia na remuneração do trabalho, que attinge nem a metade das despesas necessárias para o sustento da vida; Á fome e doenças chronicas; Á falta de segurança individual; Á atribuição de cargos de responsabilidade á gente sem adequado preparo, designada unicamente pelo mérito de sua filiação ao partido communista e á sabotagem consciente ou inconsciente de toda a população contra o govêrno actual da Russia dos Soviets, sabotagem praticada em todos os domínios da vida do Estado na medida em que esta sabotagem é impprevisivel e, por conseguinte é impossivel de ser punida; Ao estado de guerra que retém fora de qualquer trabalho productivo três e meio milhões de homens; Ás continuas mudanças tanto no pessoal governante quanto nas leis que muitas vezes são contradictorias, provocando malentendidos e conflictos entre vários departamentos do Estado. (Jornal *A União*, 08 out.1920).

Mesmo após o término da guerra civil (1921), quando então a Rússia começou a restabelecer a sua economia e a fortalecer o poder do Estado, a campanha anticomunista continuou recrudescendo na imprensa brasileira e, na Paraíba, o periódico em estudo apresentou algumas singularidades que destacamos nas linhas que se seguem.

De um modo geral, o jornal *A União* continuou a expressar a aversão à Rússia comunista, inclusive dedicando a essa questão o editorial “A nova Russia”, de autoria de Osias Nacre Gomes, na edição de 20 de maio de 1926. Esse colaborador começa observando que o regime soviético transformou todos os aspectos sociais e políticos na Rússia e, em seguida, lança questões: Vão executando os Soviets o programa largamente traçado do seu governo? Contam com o apoio do povo? Será a sua ação capaz de restabelecer na Rússia as forças econômicas de que ela, mais que nenhuma outra nação da Europa, necessita? Melhoraram em alguma coisa as condições sociais no país?

Para respondê-las, o autor fez uso do livro “Ce que j'ai vu en Russie Sovietiqué” (O que eu vi na Rússia Soviética - 1924), do professor da Universidade de Edimburgo Charles Serolea e prefaciado pelo cardeal Joseph Mercier, que, segundo ele, analisa com severidade a ação dos comunistas na Rússia. A narrativa segue argumentando que, para esse professor,

> (...) o regimen fracassou integralmente. Aliás, o fracasso começou em vida de Lenine, quando elle, desmentindo theorias anteriormente

> defendidas com vigor, compactuou com o capitalismo. E os seus sucessores nada mais têm feito do que accentuar a derrota. A nova política econômica dos soviets combina os peores traços do communismo com os peores abusos da mais odiosa forma de capitalismo. (Jornal *A União*, 20 maio.1926).

As impressões sobre a política econômica da Rússia extraídas do livro de Charles Serolea apresentam-na como resultado da ação de bandos de fanáticos e facínoras, de alucinados e de assassinos, cujos efeitos eram catastróficos para aquele país. A matéria continua dizendo que o livro ataca os princípios administrativos dos comunistas e os acusa de terem feito a revolução mediante um regime de terror mais agressivo e mais sangrento que o da Revolução Francesa e que

> Entre os maiores males infligidos ao paiz aponta a irreligião. Nos templos que os Soviets não transformaram em museus ou em repartições públicas, têem-se as lettras officiaes de grandes cartazes sarcásticos, depreciativos, onde a religião é apontada como o vício do povo. Nas escolas o atheismo é ministrado com as primeiras lettras e os primeiros dogmas communistas. (IDEM).

Depois de lançar uma forte crítica a propósito do laicismo e do sistema de ensino russo, o professor Serolea prossegue atribuindo aos Soviets a responsabilidade pelas pestes que estavam dizimando a população do país, sob o argumento de que

> Enquanto Moscow, capital do communismo, tem as ruas escrupulosamente limpas, para impressionar bem os estrangeiros, Petrogrado, a cidade que morre, apresenta um aspecto triste de ruínas. (...). A miséria estrangula a gente das ruas humildes. Houve na população baixa de milhares levados pela peste. E os que ficaram, os que escaparam, formam uma espécie de selecção natural, immunizados a novos assaltos. (IDEM).

Osias Gomes conclui sua escrita chamando a revolução bolchevista de tragédia russa e destacando que dias aflitivos continuavam a pesar sobre aquela sociedade. Trata-se de um texto muito revelador em termos de representações contra o comunismo e os comunistas e que pode em muito ter influenciado para agenciar um imaginário anticomunista na Paraíba daqueles anos.

Também são identificadas no jornal *A União* narrativas que são reveladoras por tratarem de representações outras no que diz respeito ao amor livre, à mulher,

à família, ao casamento e à religião. Encontramos, por exemplo, duas matérias que procuravam estabelecer um princípio de verdade sobre o amor livre. A primeira denunciava que 80% do dinheiro que vinha sendo doado ao "Fundo Lenine", destinado às crianças russas sem lar, havia sido desviado para o Comsomoltzy (União Juvenil Comunista) a fim de ser empregado na propaganda que pregava o amor livre entre a juventude russa (Jornal *A União*, 16 maio.1926). Já a segunda, tratava de apontar os resultados da Revolução Nacionalista na China, destacando que o "Instituto Sun Yat-Sen", em Han-Kew, "parece criado para dar base scientifica às loucuras sociaes da China contemporânea. Hospeda, actualmente, 150 moças, que estudam os ensinamentos do "Pae da República', e apprehendem as doutrinas do amor livre". (Jornal *A União*, 01 set.1927).

Essa segunda matéria, de autoria de Laurent Lawson e intitulada de "Os plagiários da revolução russa", se inscreve no contexto em que Chiang Kai-shek, dirigente do Partido Nacionalista Chinês, empreendeu campanhas militares de reunificação da China com o auxílio do Partido Comunista Chinês (PCC) e de conselheiros e armamentos soviéticos.[226] Esse texto, que era uma correspondência da Agência Americana para o referido jornal, também passava as imagens que seguem com relação às mulheres da Rússia e da China:

> Moscou, há três annos, teve a sorte de assistir a um espectaculo singular: um desfile de moças, trajadas apenas de uma fita vermelha a tiracollo, com a inscripção: "Abaixo o pudor". Há três mezes, leu-se, nas ruas de Han-Kew, um cartaz, que apareceu também no "placard" official do Município, e que rezava da forma seguinte: Casadas ou donzelas, nós, as mulheres, fomos sempre opprimidas, sofrendo pelas cruéis condições de vida que os reaccionarios nos criaram. Mas o exercito revolucionário victorioso libertou-nos e a "Associação Feminina do Kuominiana" propõe-se organizar um cortejo de mulheres nuas, para celebrar a nossa libertação. (IDEM).

[226] A vitória da Revolução Russa em 1917 influenciou na criação do Partido Comunista Chinês (PCC), cujos principais fundadores foram o intelectual Chen Duxiu, o educador Peng-Pai e o ativista político Mao Tse-tung. Em 1924, Sun Yat-Sen, precursor da revolução democrática e fundador do Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês), começou a cooperar ativamente com o Partido Comunista Chinês, formando a Primeira Frente Unida composta pelas massas operárias e camponesas para a Expedição do Norte, cujo objetivo era submeter os poderosos senhores feudais. Após o falecimento de Sun Yat-Sen em 1925, Chiang Kai-shek passou a controlar o Kuomintang e, com a colaboração dos comunistas, empreendeu campanhas militares de reunificação da China até 1928. Em março de 1927, uma rebelião de trabalhadores em Xangai, liderada especialmente por comunistas, permitiu a tomada da cidade como parte da Expedição do Norte. Cf. Pomar, 2004, p. 15.

Essa ideia desemboca no pensamento de que, antes da Revolução Nacionalista, “Havia, na China, uma instituição respeitável, sobrevivida a todas as ruínas do tempo e da historia, tradição solidíssima e intangível: a Família. (...). Hoje, o filho não obedece ao pae e a esposa deserta do lar”. O casamento também é apresentado como tendo passado por uma revolução tanto na Rússia como na China, sendo que, nesse último país, fora instituído o matrimônio de forma rápida diante do retrato de Sun Yat-Sen e a substituição do rito de a noiva chegar à cerimônia de palanquim pelo dela dirigir-se em carro aberto “de modo que todos vejam o grande véu vermelho que é a sua única veste”.

O articulista descreve que a província de Hunam caiu na mais desgraçada anarquia, uma vez que foi onde a “paródia da revolução russa assumiu um caracter de paroxismo agudo, às vezes cômico e às vezes trágico por demais.” Diz ele que, na capital Changsha

> (...) as mulheres começaram a agitar-se, reunindo-se aos milhares, gritando pelas ruas, bamboleando-se nos pés contorcidos, appelando para as mulheres de todo o mundo, para que rompessesm as horríveis cadeias do casamento. Fundaram “clubs” de amor livre e organizaram um Tribunal feminino, que condemna a uma berlinda atroz os paes que procuram salvaguardar as filhas e os maridos que procuram conservar as suas esposas. Muitos maridos ultrajados mataram as mulheres que os denunciaram, e correu, e corre ainda, muito sangue vertido em vinganças cruéis e desforras ferozes. (IDEM).

Termina dizendo que, assim como na Rússia, na China a revolução também havia de ser anti-religiosa, já que há nove meses o movimento nacionalista vinha empreendendo violento tratamento contra a presença cristã colonizadora, como exposto abaixo:

> Em Han-Kew e em toda a província de Hunam, destruíram-se e saquearam-se as Missões catholicas francesas e as inglezas protestantes. Em Changsha, a Missão italiana foi incendiada, aos berros de “Abaixo Mussolini”, (...). Tudo ficou destruído, ainda uma semana depois do saque, viam-se as estradas cobertas, por kilometros, de papeis rasgados: eram os restos da preciosa biblioteca de dez mil volumes, orgulho da Missão e da sua obra civilizadora.

Assim, observamos que o anticomunismo continuou sendo presente no periódico em estudo, contudo, apresentando algumas singularidades que se inscrevem no plano internacional, nacional e estadual. A primeira delas é a de

que, entre os anos de 1925 e 1927, foi concomitante a presença de discursos que representaram o comunismo e os comunistas tanto negativa como positivamente. Sobre o caso dos textos anticomunistas, vimos às análises acima descritas; já com relação aos que falavam favoravelmente, preferimos arrolá-los no quadro que segue:

QUADRO XXI – REPRESENTAÇÕES POSITIVAS SOBRE A RÚSSIA SOVIÉTICA NO JORNAL *A UNIÃO* (1925-1927)

1925
ASSUMPTOS ECONOMICOS. O regime financeiro da União dos Estados soviéticos. De Paris. Especial para *A UNIÃO* e assinada por C. P. (09/06).
A pedagogia dos bolchevistas. Matéria do jornal (21/08).
1926
Revelações econômicas sobre a Russia dos Soviets. A oscillação dos salários. CLASSES MELHOR AQUINHOADAS. O CUSTO DE VIDA EM MOSCOW. Assinada por H. R. KNICKERBOCKER. Moscow, março. Correspondência epistolar da K. F. S. – Especial para "*A UNIÃO*" (26/03).
Os Soviets e a Indústria Russa. Augmenta a circulação monetária no paiz. Riga, maio. Especial para *A UNIÃO* (03/06).
Um bello título de nobreza proletária. "Heróe" ou "heroína" do trabalho. Moscow, maio. Especial para *A UNIÃO* e assinada por H. C. KNICKERBOCKER (08/06).
As estradas de ferro allemãs e russas. Operários germânicos contractados pelos Soviets Berlim, agosto. Especial para *A UNIÃO.* Communicado da "I. New Service" (01/09).
Progride a Russia sob os Soviets. A situação agrícola do paiz é cada vez melhor. Moscow, agosto. Especial para *A UNIÃO*. Communicado da "I. New Service" (30/09).
1927
A Rússia Soviética. Matéria do jornal (13/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte I (15/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte II (16/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte III (17/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte IV (18/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte V (19/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte VI (20/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte VII (22/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte VIII (23/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte IX (24/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte X (25/03).
A Rússia Soviética. Folhetim assinado por José Vieira. Parte XI (26/03).
O bom homem Kalinin. Como é feita a propaganda soviética – Kalinin no meio do povo – O caso hilariante do "Gotha" – Moscow e Liningrado. Moscow, fevereiro. Correspondência da A. A. para *A UNIÃO* e assinada por VASSILI KRASSINOFF (24/04).

FONTE: Jornal *A União*, 1925-1927. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Para o entendimento da presença destes discursos nesse jornal oficial, faz-se necessário compreender que os mesmos seguiam uma dinâmica posta pelos novos rumos das relações européias e mundiais entre 1924 e 1925, a saber: o pacifismo da opinião pública na Europa; a ascensão de governos de esquerda na França e na Inglaterra, com Édouard Herriot e Ramsay MacDonald,

respectivamente; e o reconhecimento da União Soviética por esses países, bem como a sua entrada na Sociedade das Nações.[227] Como as elites do Brasil mantinham relações culturais e políticas com a Europa ocidental, sobretudo com a França, a imprensa brasileira passou a adotar uma postura dúbia no que se refere às notícias a respeito da Rússia. Na Paraíba, por exemplo, notamos que o jornal *A União* prosseguiu a sua campanha anticomunista combinando-a com matérias que anunciavam o progresso econômico atingido pelo setor industrial daquele país, como se pode perceber ao compararmos os quadros XIX e XX.

Uma segunda singularidade diz respeito à observação de que a campanha anticomunista decresceu nos últimos anos da década de 1920, como posto no quadro XVIII. É possível que esse descenso da propaganda contra o comunismo e os comunistas tenha se dado em razão do refluxo dos movimentos sociais que estava se dando no Brasil, e na Paraíba em particular. Com relação a esse último caso, vimos no tópico anterior que houve um marcante recuo do movimento operário de resistência por meio das greves e constitui-se uma relação "amistosa" entre trabalhadores e Estado que se fez expressar no campo da negociação. Restou a um pequeno grupo de intelectuais o debate sobre a Rússia Soviética, o que fez com que a imprensa oficial fosse deixando de anunciá-la como prejudicial à sociedade. Tanto foi desse modo que não há nenhuma menção àquele país no referido periódico durante o ano de 1930.

Por último, notamos que, no decorrer da década de vinte, o jornal *A União* passou cada vez mais a empregar a palavra comunismo em substituição aos termos maximalismo, bolchevismo, anarquismo e socialismo. Já discutimos antes como, após 1917, o meio intelectual e jornalístico brasileiro, equivocadamente, compreendeu o maximalismo como sendo sinônimo do bolchevismo e mesmo como foi-lhe difícil, se não impossível, desvincular anarquismo, socialismo e comunismo, já que esses intelectuais e jornalistas entendiam da mesma forma todas as possibilidades teóricas que se aproximavam dos movimentos sociais. Todavia, na medida em que os anos se passaram e o Estado Soviético avançava e se tornava um arquétipo para o mundo, o comunismo foi assumindo o lugar de

[227] Esse reconhecimento pela França e Inglaterra foi imposto, em primeiro lugar, pelas exigências da competição capitalista entre os países burgueses que procuravam ocupar seu posto no mercado da União Soviética, onde a Alemanha havia se firmado comercialmente, e, em segundo lugar, pelo programa do pacifismo, que pedia o estabelecimento de relações normais com a União Soviética, ou, pelo menos, a conclusão de algum tratado com esse país. Cf. Cervo, 2001, p. 188.

inimigo único a ser combatido. Assim sendo, consideramos que as bases conceituais dos anticomunismos brasileiros, e paraibanos em particular, estão assentadas mesmo nas teorias que os movimentos sociais tomaram como referência para sanar a *questão social* então posta, quer fosse ela anarquista, socialista ou referente à Rússia (maximalista, bolchevista, comunista).

Como dito no primeiro capítulo, as transformações políticas desencadeadas pelo movimento "revolucionário" de 1930 contribuíram para que o comunismo deixasse de ser visto por seus adversários como um problema relacionado à Europa e passasse a ser encarado cada vez mais como um perigo interno, já que o mesmo foi tomado por certo número de pessoas como uma opção ao modelo liberal derrocado após a Grande Depressão.[228] Hilton (1986, p. 31) diz que o fechamento de "fábricas e a crise geral produziram ainda maior instabilidade no meio operário, e o PCB, respondendo em parte à pressão do Comintern, tentou intensificar suas atividades, visando estimular o descontentamento dos trabalhadores." Essa presença comunista, que também se fez expressar por meio de uma literatura que procurava chamar a atenção dos trabalhadores brasileiros sobre o progresso material da Rússia, fez com que os setores conservadores acentuassem os anticomunismos no Brasil.

Vemos que esse mesmo quadro se repetia na Paraíba. Apesar das relações entre os trabalhadores e o Estado continuarem "amistosas" entre 1930 e 1934, o governo logo se posicionou na imprensa oficial contra a circulação de boletins clandestinos distribuídos pela capital paraibana, acusando como maus os cidadãos que invocavam as mudanças processadas na União Soviética como promessa de "uma liberdade e um bem estar incompatíveis com o que poderiam realizar em benefício dos obreiros" (Jornal *A União*, 07 nov.1930). Diante dessa situação, o Estado passou a atuar em duas frentes: primeiro, operando a repressão sobre os trabalhadores por meio de ameaças àqueles que insurgissem contra a ordem estabelecida e, segundo, empreendendo uma acirrada campanha

[228] Depois de 1930, vários documentos oficiais passaram a dar conta das orientações do Comintern (Terceira Internacional Comunista) para que os comunistas redobrassem seus esforços na América do Sul. Tais fontes serviram para reforçar a imagem de um continente assediado pelos soviéticos, cujo propósito era o de deixar a Europa entre dois fogos, a Rússia e a América em estado de revolução permanente. Esse suposto plano soviético estabelecia o Brasil como espaço estratégico de ataque à América do Sul. Cf. Hilton, 1986, p. 32-34.

na imprensa paraibana no sentido de postergar qualquer ideia de mudança e inculcar a imagem exagerada do “perigo vermelho”.

Ao observarmos esse ressurgimento da campanha anticomunista no periódico estatal, de forma cada vez mais intensa e sistemática, conseguimos listar os títulos que seguem entre 1931 e 22 de novembro de 1935, data essa em que ocorreu o levante comunista:

QUADRO XXII – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (1931- 22/11/1935)

1931
Que é Communismo? O que tem sido, através dos tempos, a evolução dessa modalidade avançada do socialismo. Do livro “Olho de Moscou”, de combate as theorias communistas e editado por “Gazeta Policial” (04/02).
A Legião de Outubro através da palavra de seus organizadores. Uma idéa nascida nas trincheiras – Acção educativa e política pela influencia moral junto aos governos – A defesa da Revolução pela conquista dos ideaes que a geraram – Restabelecimento das energias desaggregadas – Nem communismo, nem fascismo – Como o sr. Raul Bittencourt synthetizou os objectivos da instituição. Correspondência do Rio (01/03).
O communismo e o sentimento brasileiro. D’ “O Jornal” do Rio (17/03).
Campanha ante-communista. Nota do jornal *A UNIÃO* (19/03).
A questão social e o momento brasileiro. Organização syndicalista. Editorial (29/03).
Presta attenção, trabalhador! Editorial (30/04).
A imprensa dos Sovietes. PARIS, março. Especial para *A UNIÃO* (12/05).
A Russia e os direitos autoraes. BERLIM, julho. Especial para *A UNIÃO*. (04/08)
O Communismo em Belém. Matéria paga (17/12).
1932
COMMUNISMO OU ANARQUISMO? Editorial assinado por Samuel Duarte (21/01).
O CINEMA SOVIÉTICO. A PROPAGANDA MONÓTONA DA REVOLUÇÃO MUNDIAL – UM FEITIÇO QUE VIRA CONTRA O FEITICEIRO – A CINEMATOGRAPHIA RUSSA É PUERIL PARIS, 20. Correspondência aérea (20/02).
CONTRA OS PROCESSOS COMMERCIAES SOVIÉTICOS. A expectativa de intervenção da sociedade das nações. LONDRES, abril. Correspondência epistolar (17/04).
RUSSIA. A VIGOROSA PREPARAÇÃO MILITAR DA MOCIDADE. MOSCOU, 27 (28/04).
OS HORRORES BOLCHEVISTAS DO DNIESTER. A repercussão dos massacres de Dniester – Os intellectuaes ucranianos em guarda – O que diz o seu apello à civillização occidental. PRAGA, maio. Correspondência epistolar (25/05).
1933
Chimera communista. Matéria do jornal assinada por F. Medeiros (05/07).
1934
CONFLICTO APÓS UM “MEETING” COMMUNISTA. O capitão Felinto Muller, chefe da polícia do Rio, fala ao nosso correspondente. Assinada por *A UNIÃO*. RIO, 24. Nacional (25/08).
Os mussulmanos da Russia estão fugindo para a Índia. Assinada por *A UNIÃO*. BOMBAIM, 18 (19/10).
Assassinado pelos communistas? Assinada por *A UNIÃO*. RIO, 5. Nacional (06/11).
Stalin exige novo juramento de fidelidade dos seus correligionários. MOSCOW, 27 (28/12).
1935
A REPRESSÃO AS ACTIVIDADES ANTI-SOVIETICAS. Medidas excepcionalmente rigorosas são adoptadas contra os adversários do governo da Rússia – O protesto dos laboristas ingleses MOSCOU, 5 (06/01).
A Russia Soviética vista por um jornalista brasileiro. Assinado por A. B. RIO, 21. Nacional (22/03).

FONTE: Jornal *A União*, 1931-1935. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Com o título “Que é Communismo? O que tem sido, através dos tempos, a evolução dessa modalidade avançada do socialismo”, a primeira matéria anticomunista dessa década, expressa no jornal *A União*, ocupou toda a sua segunda página e metade da terceira. Tendo por base o livro “Olho de Moscou”, o texto descreveu o seu propósito da maneira seguinte:

> Esmerilhemos as minúcias do plano diabólico concebido pelos Soviets para envolver o mundo. Sendo nosso intuito incutir no espírito de todas as correntes de opinião a necessidade de um combate systematico ao regime político-social que infelicita a Russia, cumpre-nos expor o assumpto em moldes accessíveis a todas as inteligências. (Jornal *A União*, 04 fev.1931).

Notamos que o seu autor procurou chamar a atenção do público leitor para a preocupação quanto à possibilidade da expansão da revolução soviética sobre o mundo, bem como para a necessidade do seu combate, questões que também se fazem notar na maioria das matérias seguintes. Com esse propósito, ele elaborou seu extenso texto propondo inicialmente pensar uma história do comunismo ao longo dos tempos para, em seguida, examinar o método revolucionário posto em prática na Rússia, destacando os seus principais fundamentos, suas técnicas de propaganda, seus desdobramentos quando da subversão à ordem e sua ação direta sobre o poder. E conclui com as palavras abaixo:

> Como se vê, a montagem da machina revolucionária de Moscou é perfeita. Isso não pode significar que a civilização esteja vencida, incapaz de neutralizar o perigo. Não! A Russia succumbiu porque estava atordoada: o mesmo, porém, não se dá nem se dará conosco. Estamos, de há muito, sufficientemente advertidos. **Repellimos o regime social communista, porque não queremos destruir as conquistas liberaes da democracia**. Estamos na phase decisiva da repulsa, dispostos não a um combate platônico, mas a uma batalha de vida ou de morte. **O governo da República está vigilante. Presta ao regime um serviço de grande benemerência e alto patriotismo. Unido ao povo, constitue a vanguarda da lei contra a tyrannia**. E dilata, cada vez mais e sempre, o espaço que, no terreno das idéas, medeia entre o Brasil e a Russia. Ainda bem. Quanto mais longe estivermos daquelle foco de misérias sociais, de vícios sem símile, de theorias absolutistas erigidas em forma de governo, tanto menor será o perigo contra o qual, de norte a sul, se levantam todos os bons brasileiros, aquelles que irão até o sacrifício da própria vida na **defesa da liberdade e da grandeza da terra em que nasceram**. (IDEM) (Grifos nossos).

Essa narrativa é reveladora no sentido de entendermos como o liberalismo político continuou sendo base para as representações anticomunistas no início da década de 1930. Ao mesmo tempo, ela apresenta como o nacionalismo passou a constituir também uma importante matriz do anticomunismo brasileiro, como proposto por Motta (2002, p. 29). Segundo esse autor, o nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas, tem seu fundamento central na "visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatiza a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem." (IDEM). No editorial "Presta attenção, trabalhador!", a imprensa oficial emitiu representações que demonstram mais claramente como o nacionalismo foi tornando-se mais presente naqueles anos. Vejamos o trecho abaixo para termos uma ideia desse conteúdo:

> Cuidado com os que te querem enganar! Abre teus olhos com os que pagos pelo dinheiro estrangeiro querem fazer dos teus braços, que são alavancas do progresso, degraus de escada para se escarrapacharem no poleiro da governança! Desconfia desses "propagandistas" comprados pelo governo russo, como aquelle falso garçom de Santos, que morava num palacete, e fazia-se passar por pobre para assim melhor te illudir! És brasileiro como eu! Como eu sentes palpitar no coração a chamma ardente do amor da Pátria! Patriota como és, trabalhador do Brasil, eu que te vi de armas na mão em todos os lances heróicos da nossa história sei que está na tua consciência que os nossos problemas, as nossas questões devem ser resolvidas entre nós brasileiros, brasileiramente, sem interferência de estrangeiros, e sem imitação ou cópia de coisas estrangeiras. E esses propagandistas do communismo não são senão agentes da Rússia, que quer lançando os brasileiros contra os brasileiros, transformar a nossa Pátria num "Soviet" ligado a URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas), obediente ao governo russo. (Jornal *A União*, 30 abr.1931).

Aqui notamos alguns aspectos importantes do anticomunismo de inspiração nacionalista e que também são identificáveis nas demais matérias jornalísticas. Notemos: primeiro, a acusação de que os militantes comunistas eram agentes a serviço de uma potência estrangeira, a URSS, o que os tornavam traidores de seu país; segundo, o amor à pátria, e as tradições, a índole, a crença, a consciência e o sentimento brasileiro não teriam como ser compatibilizados com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes do Brasil; terceiro, a referência de que as ideias defendidas pelos membros do PCB seriam formulações provenientes da Rússia que não teriam nenhuma relação com a realidade

nacional; e quarto, se os comunistas tivessem sucesso em seus intentos traidores, o destino do Brasil, entregue aos desígnios do império russo, seria tenebroso.

O articulista procura dar significado à ideia de nação como um conjunto uno, indiviso, intocável e sagrado do povo brasileiro. E, desse modo, os comunistas consistiriam em elementos deletérios, já que incitavam a divisão e a destruição do "corpo" nacional, à medida que insuflavam o ódio entre trabalhadores e patrões. Vemos, portanto, que o discurso anticomunista propunha inventar ou recuperar uma tradição para "salvaguardar" a sociedade brasileira do comunismo, onde a construção do ideal de nação tomava importância maior já que reforçava outros valores que eram tomados como imutáveis, a exemplo da religião e da família. A propósito da primeira, o mesmo editorial destaca que

> Até mesmo a crença em Deus, a religião, a família, tudo isto é perseguido pelo communismo russo. Deste modo, catholicos, protestantes, espíritas, etc., os sectários de qualquer religião são perseguidos pelo communismo. Basta a pessoa acreditar em Deus para ser mal vista, para ser odiada. Lenin, fundador do communismo russo, dizia odiar a Deus, como seu inimigo pessoal e por isso queria guerreal-o e afrontal-o. (...). No A.B.C. do Communismo, no seu § 22, os padres, os pastores e seus ministros das religiões são comparados as prostitutas e se affirma que hão de desaparecer no caso da victoria do communismo. (...). A crença em Deus é o poder mais forte que sustenta o homem, evitando-o a fazer o mal. Ora, os communistas querem acabar com essa crença, instituindo o atheismo official, por isso a immoralidade, o crime campeiam na Rússia. (IDEM).

Em seguida, argumenta-se quanto à condição da família na Rússia Soviética:

> O governo communista não só tomou para si os instrumentos de producção, como também se intrometteu na família, para desmantelal-a. o individuo na Russia casa-se tantas vezes quantas quer, ficando os filhos havidos desses "casamentos", pela impossibilidade econômica dos paes em sustental-os, ao abandono. Dahi o numero elevado das creanças sem tecto. E por isso também é que a infância na Russia está pervertida e na miséria; e a população adulta degenerada pela immoralidade, pela prostituição, pelos vícios contrários a natureza. (IDEM).

Antes de esse trecho ser apresentado, o autor relacionou alguns dados ditos extraídos de documentos bolchevistas, cujos registros seguem: que, no ano de 1922, existiam 2.000 crianças abandonadas na região do Volga e 1.650.000 na

Ucrânia; que no primeiro semestre de 1923 foram cometidos 23.317 crimes por menores de 17 annos; e que a comissão central de localização de crianças havia examinado 53.000 mocinhas menores de 16 anos e verificado que 46.640 (88%) se achavam prostituídas. Percebe-se que a preocupação em imprimir uma imagem deturpada do regime soviético fez com que o autor do texto fizesse uso de dados do início da década anterior, quando da ocasião da grande seca, para corroborar o seu regime de verdade referente à "realidade" russa do início dos anos 1930.

Assim, o comunismo e os comunistas passaram a ser representados como o oposto de pátria, religião e família, princípios supostos na sociedade brasileira como naturais e inquestionáveis. Essa produção de sentidos também é percebida por Mariani (1998, p. 107-108):

> (...) o fato é que o uso da palavra "comunismo" nos jornais, ao longo dos anos, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido que, como já mencionamos, é sempre negativo. Hegemonicamente, a produção de sentidos para "comunista" gira em torno de "inimigo", o outro indesejável. Se o lugar de inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar o comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação "comunista", então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos.

Nestes termos, esse editorial do jornal oficial é sintomático tanto por indiciar como os trabalhadores paraibanos eram conclamados a evitarem o "credo de Moscou", como por revelar as preocupações das elites econômicas e políticas para com a possibilidade de envolvimento do seu meio operário com as ideias comunistas em resposta à *questão social* também presente na Paraíba de 1931. Essa observação se torna mais evidente ao percebermos que os mesmos objetivos podem também ser captados no jornal *Brasil Novo*, que era o porta-voz do grupo político dissidente e opositor ao que se encontrava no comando do poder estatal após a "Revolução" de 1930.[229] Embora existissem diferenças entre

[229] O jornal *Brasil Novo* era um semanário fundado por Tancredo de Carvalho na cidade de Campina Grande, em 10 de janeiro de 1931, tendo sua última edição datada de 06 de fevereiro de 1932. Cf. Araújo, 1986, p. 86. Em parte de sua coleção, conseguimos identificar, entre matérias e editoriais, dez textos anticomunistas: "O Communismo traz as mãos manchadas de sangue humano. Olhar para a sua phisionomia, onde se estampam a hidiondez e a ferocidade de criminosos natos, equivale estudar um mundo de projectos, que têm por fim não a paz da

as posições políticas dos grupos políticos paraibanos, os objetivos de seus discursos eram os mesmos quando se tratava de combater o comunismo, já que este atacava, em tese, os princípios burgueses.

Como demonstrado no Quadro XXI, o jornal *A União* manteve essa mesma dinâmica de campanha anticomunista até novembro de 1935, o que nos obriga a não aceitar as explicações que dizem que o comunismo se configurou como inimigo a ser combatido no Brasil, e na Paraíba especificamente, somente após a chamada "Intentona" Comunista de novembro de 1935, quando então o "perigo" se tornou mais "real". Ao longo dessa nossa escrita, tentamos chamar a atenção justamente para o fato de que essa construção do comunismo como inimigo da nação e todas as suas decorrências deve ser pensada não apenas em 1935, deve ser estudada como um processo histórico decorrente, sobretudo, do período subseqüente à Revolução de Outubro de 1917.

---

sociedade, não o progresso da Patria, mas o systema anachico, o esmagamento do proletariado, a extinção completa da idéa de Deus" (28 mar.1931); "O homem da 'baratinha' azul. DIALOGO DE UM OPERÁRIO E DE UM COMMUNISTA. Como se organisa o governo na Russia" (11 abr.1931); "Communismo ou fome?" (18 abr.1931); "O homem da 'baratinha' azul. DIALOGO DE UM OPERÁRIO E DE UM COMMUNISTA. A organização do trabalho e a situação proletária da Russia" (18 abr.1931); "O homem da 'baratinha' azul. DIALOGO DE UM OPERÁRIO E DE UM COMMUNISTA. A família – Socialização da mulher – Paternidade e educação das creanças" (25 abr.1931); "'O homem da baratinha azul'. O primeiro impacto directo com um communista declarado. Lenine queria o governo a todo preço" (02 maio.1931); "'O homem da baratinha azul'. A evolução do regime soviético. COMO UM PROPAGANDISTA EXPLICA AS APOSTASIAS DE UM APÓSTOLO" (16 maio.1931); "'O homem da baratinha azul'. O Manifesto de Luiz C. Prestes. A fortuna do camarada Krassine" (13 jun.1931); "O terror na Russia Soviética. Episódios da Revolução Communista" (04 jul.1931); "A ignorância na Russia Communista. Um caso narrado pela imprensa official de Moscou" (26 jul.1931).

4. “LUTEMOS CONTRA O CREDO VERMELHO”: A GRANDE “ONDA” ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1935-1937)

O crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fato ligado à adesão de Luiz Carlos Prestes a essa legenda (1934), a formação da Aliança Nacional Libertadora (1935) e, sobretudo, o Levante Comunista (1935) são considerados pela historiografia que trata do nosso tema como alguns dos condicionantes responsáveis pelo recrudescimento e consolidação do anticomunismo que culminou no golpe do Estado Novo de 1937. Entre esses anos, portanto, a propaganda contra o comunismo foi reforçada através da ação do Estado e da Igreja Católica, cujo zelo militante avigorou o estabelecimento da “primeira grande ‘onda’ anticomunista” (MOTTA, 2002), sendo esta entendida não de forma isolada mais como um conjunto de representações diretamente relacionado aos desdobramentos daquela “realidade” histórica.

O autor citado parte do princípio de que essa propaganda do pós-“intentona” teve por base premissas que passaram a ser aproveitadas das representações disseminadas entre 1930 e 1935. Não desconsideramos totalmente essa alegação, todavia pensamos que melhor seria perceber os elementos inerentes à “primeira grande ‘onda’ anticomunista” como decorrente de argumentos que já vinham sendo instituídos pela Igreja Católica e pelo Estado desde 1917, como verificado nos segundo e terceiro capítulos dessa pesquisa, respectivamente.

Assim sendo, o objetivo desse quarto e último capítulo é o de entendermos como foi gestada essa “onda” anticomunista na Paraíba entre os anos de 1935 e 1937, entendendo-a como decorrente de bases assentadas nos acontecimentos seguintes à Revolução de 1917. Especificamente, propomos analisar dois desdobramentos desse vergalhão anticomunista. Primeiro, entender como as forças conservadoras do Estado fizeram uso de ações legais como instrumentos de repressão aos comunistas num processo correlato de fortalecimento do poder, bem como estabeleceram relações com os sindicatos e associações locais. Segundo, compreender como o pavor aos “vermelhos” deu origem a uma intensa campanha anticomunista, responsável por materializar, em pouco tempo, um imaginário que associava o comunismo ao “mal” (demônio, violência, doença, monstruosidade, etc.).

4.1 O ESTADO EM DEFESA DA *ORDEM*: O COMBATE AO "SURTO" COMUNISTA

O fortalecimento e apogeu dos movimentos sindicais, as greves e, sobretudo, o malogrado Levante Comunista de 1935, deram ao governo Argemiro de Figueiredo o fantasma da ameaça comunista que lhe possibilitou manter a Paraíba sob Estado de Guerra, com a suspensão dos direitos constitucionais e o uso substancial da repressão policial como justificativa para a manutenção da *ordem*. Trabalhos como os de Gurjão (1994) e Santana (1999) demonstraram esse aspecto da *modernização conservadora* daquela administração, contudo gostaríamos de reexaminá-la à luz de outro aporte teórico, a saber, dos conceitos de *ordem* e *desordem* elaborados por Balandier (1982). Esse antropólogo defende a ideia de que existe um processo de interdependência entra a *ordem* e a *desordem* da sociedade, citando que ambas são como

> (...) o verso e o anverso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como a figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a "lei" com a violência apaziguada pela operação simbólica. (IDEM, p. 41).

Nota-se que o autor concede amplo espaço ao processo social da inversão da *ordem* em *desordem*, contudo defende que essa inversão não constitui seu fim, já que a mesma pode ser utilizada para restabelecê-la ou mesmo revigorá-la. Ele procura abordar ao longo de seu trabalho como a inversão da inversão pode, inclusive, ser provocada para fins políticos, já que, embora em épocas e experiências diferentes, mas com objetivos em comum, os regimes "dominantes" procuraram manter a *ordem* castigando aqueles que a inverteram. Ao tomar como exemplo o feiticeiro, que é concebido pelas coletividades tradicionais como o mal, Balandier diz que uma das maneiras dos poderosos agenciarem o processo de inversão da inversão é a dramatização do seu sacrifício quando de sua captura e do seu castigo, uma vez que esse é o momento em que lhe é conferido com extrema intensidade o papel de "bode expiatório". Esclarece melhor ao dizer que

> Designando publicamente, e, depois, eliminando o autor da crise – o que é tido como “estrangeiro” e agente do “mal”, segundo as normas – a comunidade se refaz e a autoridade se reforça. A culpabilidade do feiticeiro inocenta todos os outros e, principalmente, os membros do poder. Seu sacrifício contribui para uma volta à ordem dramatizada pelo ritual da execução, a uma restauração das instituições e dos pensamentos que as legitimam. Durante algum tempo, a eliminação do culpado restabelece uma espécie de sociedade purificada. A operação do sacrifício transformou uma comunidade enfraquecida, minada pela desordem engendrada, em uma comunidade regenerada. O poder se nutriu com suas próprias fraquezas e com seus próprios excessos. (IDEM, p. 43).

Vale destacar que o simbolismo ligado à inversão da *ordem* e da *desordem* apela ao espetáculo para que se propague mais rapidamente para todos os pontos que se pretenda chegar e, assim, obter um maior impacto dentro da sociedade. Conclui-se, portanto, que os poderosos fazem uso dos rituais de execuções públicas, das prisões e da repressão em geral sempre procurando tirar proveito do gesto repressivo aos considerados desordeiros ao criminalizá-los perante a sociedade e expô-los como exemplos a não serem seguidos.

Embora não existam registros de execuções públicas na Paraíba no recorte temporal pretendido em nossa pesquisa, percebemos que os militantes comunistas foram presos, torturados e publicizados, assim como os operários foram vigiados pelos agentes do governo e outros, demitidos pelos seus patrões. Parte significativa dessa espetacularização coube aos jornais paraibanos que, a serviço dos poderosos, cartografavam a militância comunista e a ação dos movimentos sociais e sindicais como “subversivas”, “inimigas” da Pátria e, desse modo, contribuíam para legalizar a criminalização.

Consideramos, portanto, que o governo paraibano, ao manter a repressão aos comunistas e procurar capitalizá-la em proveito próprio, passou a desenvolver parte do grande aparato que serviu à intensa propaganda anticomunista desenvolvida na sequência dos acontecimentos de novembro de 1935. Nesse particular, já identificamos que Argemiro de Figueiredo fez uso da força policial contra os trabalhadores em protesto durante as greves de 1934-35, porém foi com a eclosão do Levante Comunista de Natal e Recife que a repressão aos comunistas, sindicalistas e aliancistas recrudesceu na Paraíba. Sobre isso vejamos:

> Durante o período das greves surgidas nesta Capital no mês de outubro do ano passado e que se estenderam até princípios de novembro, verificando o seu caráter anárquico e antevendo seu desígnio de subverter e insuflar contra os poderes constituídos as classes trabalhadoras, miseravelmente ludibriadas por elementos dissolventes, **tomou esta Delegacia as mais oportunas e severas medidas**, graças ao que não se revestiu de maior gravidade as conspiratas empreitadas nesta Capital e descobertas pela polícia ainda na sua fase de organização e concertada por **indivíduos inimigos da ordem e das instituições**. Imediatamente, ao irromper esses **movimentos, de anarquia e desrespeito às autoridades constituídas, periclitando assim a tranqüila família paraibana**, iniciou esta Delegacia uma série de providências as mais enérgicas, fazendo senti-las de perto esses **forgicadores de atentados ao poder público**, desde o guarnecimento de todos os pontos por eles assediados até a **abertura de um inquérito competente, que, ainda em curso, sobrevindo a criação da Delegacia de Ordem Política e Social, foi para aquela repartição**, remetido tudo sob a sábia orientação de V. Excia. (RELATÓRIO DO DELEGADO DE POLÍCIA DA CAPITAL AO CHEFE DE POLÍCIA DO ESTADO, 15 set.1936). (Grifos nossos).

Além de mostrar a escalada repressiva do final de 1935, esse relatório policial também diz que aquele delegado entendia os envolvidos nos movimentos sociais como “inimigos da ordem e das instituições”, que não respeitavam as autoridades e que representavam um perigo para a família paraibana. Também é possível perceber nesse discurso a criação da Delegacia de Ordem Polícia e Social (DOPS) como o principal instrumento que passou a atuar frente aos considerados “elementos extremistas”.[230]

Segundo Gurjão (1994, p. 164), por situar-se entre os estados rebelados, a Paraíba desempenhou um papel significativo no combate às rebeliões vizinhas por meio de seus contingentes armados e material bélico, que foram enviados por Argemiro de Figueiredo para Recife e Natal e pelos chefes políticos dos municípios fronteiriços com o Rio Grande do Norte para esta última cidade. Com a derrota do Levante Comunista, sob a alegação da descoberta de um plano que mostrava a participação da Paraíba nos levantes de novembro ao lado dos estados vizinhos, Argemiro de Figueiredo autorizou o Exército e a Polícia Militar a prender os trabalhadores e intelectuais paraibanos supostamente envolvidos,

[230] Apesar de funcionar na condição de Inspetoria desde outubro de 1935, a DOPS foi criada na estrutura da administração estadual pelo Projeto de Lei Nº 65, em 28 de novembro de 1935, apresentado na Assembléia Legislativa da Paraíba pelo deputado Otávio Amorim, líder do governo de Argemiro de Figueiredo. Segundo o seu autor, a principal função dessa delegacia era “tomar conhecimento, agir preventivamente, instaurar inquéritos e demais providências relativas aos fatos regulados pela legislação social e trabalhista”. (ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 28 nov.1935). Para o cargo de delegado Argemiro de Figueiredo nomeou Praxedes Pitanga.

recebendo os aplausos das elites conservadores representadas pela Associação Comercial, Assembléia Legislativa e chefes políticos de grande parte dos municípios paraibanos.[231]

O comunista Manuel Alves de Oliveira (apud PORFÍRIO, 2003, p. 81), que foi feito prisioneiro naquele contexto, lembra que "No dia 27, os soldados com metralhadora nas mãos, piquetavam as ruas e caminhões lotados de soldados percorriam os subúrbios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande". Segundo Porfírio (2003, p. 83), diversos membros da base do PCB da Paraíba caíram, naquele momento, nas mãos da repressão em razão da descoberta dos seus nomes em documentos guardados na casa de José Pedro de Oliveira (João Grande), que era o secretário do partido e morava no bairro de Cruz das Armas da capital paraibana. Assim, dezenas de pessoas foram brutalmente perseguidas e aprisionadas, alguns dos quais junto aos criminosos comuns da cadeia pública, onde passaram a ser humilhadas e torturadas no sentido de confessarem suas participações na tentativa de iniciarem a rebelião comunista em João Pessoa.

Tais ações se tornaram legítimas tendo em vista o Estado de Sítio, em vigor desde 25 de novembro, e as punições previstas na Lei de Segurança Nacional, que juntos representaram os primeiros dispositivos de repressão aos contestadores da *ordem*. Para Motta (2002, p. 189), os defensores dessa *ordem* estavam mesmo temerosos quanto à possibilidade dos comunistas tomarem o poder, tanto foi deste modo que Vargas e seu Ministério consideraram o Estado de Sítio e a Lei de Segurança Nacional como insuficientes e logo passaram a debater medidas institucionais de inspiração anticomunista.[232] A primeira delas

[231] De 26 de novembro até meados de dezembro de 1935, o jornal *A União* publicou centenas de telegramas desses chefes políticos e da Associação Comercial prestando solidariedade aos atos de repressão do governador aos supostos criminosos políticos. Na Assembléia Legislativa o deputado Fernando Nóbrega discursou dizendo que o movimento comunista pretendia "derrubar as instituições vigentes" e declarou que na Paraíba a situação era de "calma e perfeita ordem", aproveitando para ler uma moção de "confiança e de aplausos ao Governador do Estado". (ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 25 nov.1935). Dois dias depois o deputado Lauro Wanderley também enalteceu as "providências tomadas pelo Governo Federal na repressão aos amotinados" e destacou "o valor militar das forças federais aqui aquarteladas que foram ao Recife colaborar no restabelecimento da ordem", terminando por solicitar, juntamente aos colegas Delfino Costa, Sá Benevides, João Vasconcelos e Fernando Pessoa, que aquela Casa Legislativa despachasse mensagens de cumprimentos aos governos e Assembléias dos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, ao presidente Getúlio Vargas, às forças federais alojadas no quartel da capital e à Polícia da Paraíba. O deputado classista Anacleto Vitorino foi o único a abster-se da votação. Cf. Ata da Sessão da Assembléia Legislativa, 27 nov.1935.

[232] No dia 07 de dezembro de 1935, o presidente realizou uma reunião com sua equipe ministerial objetivando coordenar e unificar a atuação do Estado no tratamento da "questão comunista".

tomada consistiu no projeto que alterou a Lei de Segurança Nacional, tornando-a mais rigorosa em suas punições e mais ágil em sua tramitação processual. A segunda propunha três emendas à Constituição: a Nº 1 permitia ao executivo, mediante prévia autorização do Congresso, igualar o Estado de Sítio ao Estado de Guerra, dando ao presidente poder ainda maior; a Nº 2 possibilitava excluir das Forças Armadas militares tidos como comunistas; e a Nº 3 permitia exonerar sumariamente funcionários públicos civis. Esse conjunto de medidas foi aprovado pelo Congresso em meados de dezembro.

Para completar esse aparato repressivo foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), em janeiro de 1936, cuja função era a de auxiliar o Executivo fazendo inquéritos sumários sobre os envolvidos em atividades de subversão à *ordem* e facilitar o cumprimento das emendas constitucionais Nº 2 e Nº 3.[233] O ministro da justiça ainda baixou normas complementares que conferiram à CNRC amplos poderes: atuar em plano nacional; poder mandar prender quem bem entendesse; afastar de suas funções servidores da União; e fazer censura às publicações de qualquer natureza. Por fim, determinou-se que esse órgão manteria relações diretas com os Chefes de Polícia no sentido destes efetivarem as suas requisições de prisão.

Na Paraíba, o jornal *A União* continuou a endossar os discursos dos "elementos responsáveis pela manutenção do regime republicano", passando a fazer uso de uma linguagem que, até então, não tinha sido instrumentalizada contra os que desafiavam a *ordem*: a fotografia.[234] O seu primeiro registro, nesse

---

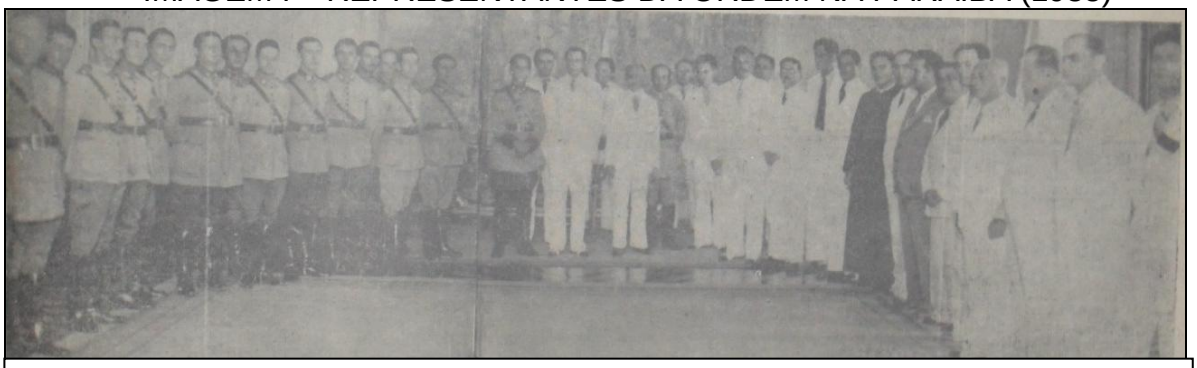
Dessa assembléia sugeriram diversas medidas de inspiração anticomunista, entre elas: melhorar as condições de vida (...); criar um órgão de propaganda voltado para anular os esforços do proselitismo comunista; e estruturar mecanismos judiciais direcionados à repressão aos revolucionários. Cf. Motta, 2002, p. 202. A *questão social* deixava de ser uma questão de polícia para ser uma questão de segurança nacional.

[233] Esse órgão era subordinado ao Ministério da Justiça e foi composto pelo deputado Adalberto Corrêa (presidente), pelo General Coelho Neto e pelo Almirante Paes Leme. Cf. Motta, 2002, p. 205.

[234] Barthes (1981, p. 108-109), ao comparar a fotografia a outras formas de representação, indica que o "referente fotográfico", diferente do referente de outros sistemas de representação, não é "(...) a coisa facultativamente real, mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva sem a qual não haveria fotografia". Assim como Barthes, outros teóricos, a exemplo de Benjamin (1993) e Dubois (1993), por ângulos diferentes, reconhecem o referente da imagem fotográfica. Nesse sentido, se voltam contra a perspectiva desconstrucionista do estruturalismo, mas também do discurso mimético do realismo do século XIX. Afirmam que há uma relação de contigüidade entre a imagem e o mundo que foi posto na frente da objetiva, no entanto, não deixa de ser um ícone interessado, objetivando sempre fabricar um determinado imaginário a ser projetado e consumido com finalidades variadas.

sentido, se deu no dia seguinte à grande reunião ocorrida no Palácio da Redenção, que contou com a presença de Argemiro de Figueiredo, de seus auxiliares administrativos, dos comandantes do 22º Batalhão de Caçadores (Cel. Arthur de Castro Pinto) e da Bateria Independente de Dorso (Capitão Leandro Costa), de deputados da Assembléia Legislativa estadual, de jornalistas e do Bispo de Cajazeiras, João da Mata Amaral, representando o Arcebispo Metropolitano D. Moysés Coelho, cujo propósito era o de homenagear o governador pela "(...) atitude firme que tomou o poder público estadual na defesa da legalidade por ocasião do recente movimento que tentou perturbar o rytmo da ordem constituída no país". (Jornal *A União*, 07 dez.1935). Naquela manhã, a sociedade paraibana pôde ter acesso a um grande discurso, narrativo e imagético, que falava da "heróica ação" empreendida por aqueles poderes constituídos "contra a torva onda communista". Em sua primeira página, o texto se fez acompanhar do imenso registro fotográfico daquela ocasião, que destacamos a seguir:

IMAGEM I – REPRESENTANTES DA ORDEM NA PARAÍBA (1935)



O Governador Argemiro de Figueiredo e o coronel Castro Pinto, no salão de honra do Palácio da Redempção, ladeados pela officialidade da guarnição federal, auxiliares da administração estadual, deputados e jornalistas. Cf. Jornal *A União*, 07 dez.1935.

Imediatamente, os mandatários de plantão da Paraíba passaram a recepcionar o conjunto de dispositivos legais de poder no sentido de, ainda mais, conterem os agentes da *desordem* na maior campanha de repressão política já vista no estado. Esse quadro era expresso tanto pela ação do governador Argemiro Figueiredo como dos proprietários de fábricas e serviços, como bem podemos notar no jornal *A Imprensa*, de 04 de março de 1936, que traz a notícia da demissão sumária de sete funcionários da Great Western, com mais de dez

anos de trabalho e sem direito a qualquer indenização. Coincidência ou não, Motta (2002, p. 206), ao analisar a repressão da CNRC contra militantes operários, descreve que nessa mesma data "a Comissão pediu a prisão de um grupo de ferroviários do Nordeste do Brasil, acusados de comunismo."[235] O procedimento sumário e o clima de radicalismo da época nos induzem a pensar quantos abusos os trabalhadores paraibanos, tolhidos em seus direitos e sem condições de defesa, podem ter sofrido em nome da urgência de se combater o comunismo.[236]

Ao instituir normas que criminalizavam e castigavam esses agentes da *desordem*, as forças repressivas passavam a utilizá-la para restabelecer e revigorar a *ordem* de outrora. No caso de nossa análise, é interessante que tenhamos em vista que a ação repressiva da DOPS, para se fazer justificada perante a sociedade paraibana, contou com dois pontos que lhe eram favoráveis para obter resultados positivos: o primeiro diz respeito ao temor anticomunista que já vinha sendo instituído desde 1917; e o segundo está relacionado aos efeitos da publicidade que os jornais locais davam aos "agentes vermelhos".

No que diz respeito a esse segundo ponto, é importante o registro de que o jornal católico *A Imprensa* publicou a matéria "O Surto Extremista de Novembro na Paraíba" no dia 29 de janeiro de 1936, onde constava a relação dos "subversivos" que haviam sido detidos por aquela delegacia em novembro passado. A maioria dos nomes dos quarenta e dois detidos veio acompanhada de seus respectivos endereços e profissões, possivelmente para que a sociedade pudesse melhor identificá-los e estigmatizá-los, como podemos notar a seguir:

---

[235] "Embora os servidores públicos tenham se tornado vítimas privilegiadas das perseguições, os trabalhadores da iniciativa privada também foram afetados. A Lei de Segurança Nacional, (...), autorizava a demissão, sem indenizações, de trabalhadores considerados subversivos. Bastava o empregador solicitar autorização ao Ministério do Trabalho que, por sua vez, deveria pedir informações à autoridade policial. Confirmadas as suspeitas, o trabalhador com idéias comunistas era demitido sumariamente, perdendo qualquer indenização ou vantagem a que tivesse direito." (MOTTA, 2002, p. 210).

[236] O advogado Horácio de Almeida impetrou um *habeas corpus* em favor de João Santa Cruz de Oliveira e de mais treze presos políticos, sete dos quais estavam na Cadeia Pública (Altino Francisco de Macêdo, Clodoveu D'avila Fernandes, David de Sousa Falcão, João Baptista da Silva, José Balduino da Silveira, Manuel Bianor de Freitas e Manuel Luiz Dias Paredes), sob a seguinte alegação: que seus clientes se encontravam detidos desde novembro, o que extrapolava todos os prazos legais de prisão; que não tinha sido oferecida denúncia contra os mesmos; e que estavam sofrendo ameaças e espancamentos. Em 29 de fevereiro de 1936, o juiz federal seção Paraíba, Antônio Galdino Guedes, negou o requerimento. O jornal *A União*, em sua tiragem de 04 de março do mesmo ano, fez questão de publicar a recusa do *habeas corpus*.

QUADRO XXIII - DETENÇÕES REALIZADAS PELA DOPS DA PARAÍBA EM NOVEMBRO DE 1935

PESSOAS DETIDAS		
NOMES	**CIDADE**	**PROFISSÃO**
Altino Francisco de Macedo	João Pessoa	Auxiliar do comércio
Antônio Ângelo Custódio	-	Alfaiate – Presidente da Sociedade dos Alfaiates
Carlos Andrade de Pacce	Campina Grande	Bancário
Chateaubriand Coutinho de Carvalho	João Pessoa	Comerciário
Clodoveu d'Ávila Fernandes	João Pessoa	Auxiliar do comércio
David de Sousa Falção	Santa Rita	Ex-operário da Fábrica Tibiri
Francisco Ferreira de Lima	-	Ex-praça do Batalhão Policial
Francisco Xavier da Silva - Parú (Nicarágua)	João Pessoa	Operário da E.T.L.F.
Henrique de Siqueira Arcoverde (Cabugy)	João Pessoa	Eletricista
Henrique Miranda Sá Júnior	João Pessoa	Telegrafista
Ignácio de Loiola	Santa Rita	Sapateiro
João Batista da Silva (João Gato)	Cabedelo	Estivador e presidente do Sindicato do Cais e Trapiche
João Santa Cruz de Oliveira (Raul)	João Pessoa	Advogado
José Augusto de Amorim	São Mamede	Médico
José Balduino da Silveira (Tamoyo)	-	Fundidor
José Sabino	-	Ex-praça do Batalhão Policial
Manuel Bianor de Freitas	Campina Grande	Alfaiate
Manuel Luis Dias Paredes	João Pessoa	Operário
Manuel Valentim Maranhão	Campina Grande	Sapateiro
Nicolau Francisco da Costa	Campina Grande	Negociante
Raimundo Gomes da Silva	Campina Grande	Marceneiro
Severino Alves Ribeiro	Campina Grande	Artista
PESSOAS DETIDAS E POSTAS EM LIBERDADE APÓS DEPOIMENTO		
NOMES	**CIDADE**	**PROFISSÃO**
Abelardo Soares de Morais	-	Auxiliar do comércio
Alípio Castro de Almeida	-	-
Antônio Domingos da Silva (Matos)	-	Barbeiro
Antônio Francisco de Lima	-	Carvoeiro
Antônio Honorato dos Santos (Vencedor)	-	Carpinteiro
Euclides Lopes	-	Estocador
Francisco Henrique Araújo	Campina Grande	Comerciante
Ignácio Elias Marinho (Tupan)	-	Operário
João André da Costa (Tupinambá)	-	Carpinteiro
João José de Lima (Tupiassú)	Taquaretama	Carvoeiro
João Luís da Silva	Campina Grande	Jornaleiro
João Victalino da Silva (Bassu)	-	Engraxate
José Francisco da Silva	-	Marceneiro
José Simplício de Freitas	João Pessoa	Agricultor
Manuel Alves de Oliveira (Santiago)	-	Pedreiro
Manuel Amâncio dos Passos	Cabedelo	Marítimo
Manuel Francisco do Nascimento (Lúcifer)	Marés	Agricultor
Olívio Ramos da Silva	-	Pedreiro
Otacílio Ferreira	-	Carvoeiro
Valdevino Antônio de Lima	-	Jornaleiro

FONTE: Jornal *A Imprensa*, 29 jan.1936. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Ao analisarmos a fonte que foi base para o quadro posto acima, procuramos filtrá-la também no sentido de recuperarmos as experiências de vida daqueles sujeitos para, assim, distinguir a nossa pesquisa das demais que, seguindo uma concepção mais estruturalista, se detiveram ao tema na Paraíba. Na referida fonte é possível perceber, por exemplo: que a maioria dos indiciados naquela mobilização social exercia profissões humildes, o que pode significar que por serem mal remunerados passaram a assumir posições políticas que contestavam à *ordem* de então; e que esses trabalhadores não eram só operários no sentido clássico europeu (proletariado industrial), pois dentre eles podem ser identificados sapateiros, estivadores, alfaiates, pedreiros, agricultores, carvoeiros, marceneiros, etc.

Notamos que o comunismo e os comunistas tendiam a ser tratados pela imprensa como "caso de polícia", ou seja, não eram considerados e representados como grupo político, mas como uma gangue de marginais.[237] Argumentos desse gênero também podem ser percebidos no jornal *A União* que imprimiu, por exemplo, o texto "Em defesa da Ordem Social (Effetuadas novas prisões de extremistas)", em 14 de maio do mesmo ano:

> O dr. Praxedes Pitanga, delegado de Segurança Politica e Social, tem feito de certo tempo a esta parte uma serie de diligencias importantes. Vem aquella zeloza autoridade apanhando **todas as figuras dirigentes da trama extremista que ia aqui, esboçando, em novembro do anno passado**. Entre tantos outros, vale a pena citarmos **Severino Cruz**, que tomou parte no frustado movimento do Gramame; **José Pedro (João Grande)**, secretario da organização do credo vermelho nesta capital e encarregado de sublevar o syndicato de camponezes; **Manuel Miranda (Guarany)** e **Manuel Fagundes (Pão Darco)**, a quem foi confiada missão identica, respectivamente, junto ao pessoal do Caes do Porto, em Cabedello e também no syndicato de estivadores. Attendendo a uma solicitação da Ordem Social do Rio Grande do Norte, a mesma autoriadade ainda prendeu Luiz Gonzaga e Thiago Gurgel, que se achavam homisiados em Serra da Raiz, municipio de Caiçára. (Grifos nossos).

Observamos que o jornal oficial discursava em favor das ações do delegado Praxedes Pitanga, que é adjetivado de "zelosa autoridade" em razão do mesmo

[237] No movimento policial da Inspetoria Geral de Polícia de João Pessoa, subordinada à Chefatura de Polícia do Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 1936, vemos que os comunistas presos são elencados em meio aos crimes de embriaguez, falsa mendicância, roubos e furtos, crime de injúria, agressões, vadiagem, ferimentos, homicídios, raptos, desordens, ofensa à moral, defloramentos, apropriações indébitas, latrocínio, estelionato, catimbó, bigamia, dentre outros. Cf. Jornal *A União*, 25 jan.1937.

ter realizado uma série de prisões dos então acusados como dirigentes da “trama extremista” dita articulada em João Pessoa. Possivelmente, essas exposições em forma de espetáculo impresso contribuíram ainda mais para marginalizar os comunistas frente à opinião pública paraibana e, desse modo, ajudaram no restabelecimento da *ordem*.

Entretanto, foi com a edição de 28 de junho que esse jornal deu a maior publicidade até então vista relacionada ao comunismo e aos comunistas. Trata-se da divulgação na íntegra do relatório encaminhado por Praxedes Pitanga, delegado da DOPS-PB, ao juiz federal da Paraíba e que tinha por título “AS ACTIVIDADES EXTREMISTAS NA PARAHYBA”. Esse inquérito, que é o resultado das investigações que o referido delegado vinha realizando desde novembro de 1935, contém alguns elementos que contemplam a ideia de espetacularização que pensamos ter envolvido os acusados de professarem o comunismo.

Primeiro, cabe o registro de que o referido periódico ocupou, pela primeira vez, três páginas para apresentar ao público leitor mais onze presos políticos associados ao Comitê Regional Comunista (CRC) que foram reponsabilizados pela suposta tentativa da rebelião em João Pessoa no dia 26 de novembro do ano anterior.[238] Segundo, notamos que a identificação dos comunistas com a delinquencia comum foi facilitada nessa reportagem pelo fato dela ter vindo acompanhada das fotografias dos detidos, já que estas foram tiradas pela polícia seguindo os mesmos ângulos e poses utilizados para enquadrar os marginais.[239]

---

[238] A história política do PCB é marcada por longos períodos de ilegalidade. Em julho de 1922, três meses e dez dias após a sua fundação, o partido foi considerado ilegítimo, quando o presidente Epitácio Pessoa decretou o Estado de Sítio, depois do Levante do Forte de Copacabana. Permaneceu como tal durante todo o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), voltando à legalidade em 01 janeiro de 1927, quando o presidente Washington Luís pôs fim ao Estado de Sítio, onde esteve até 11 de agosto desse ano, quando foi aprovada a chamada “Lei Celerada” contra o movimento operário, obrigando os comunistas a retornarem à ilegalidade. Após a derrota da insurreição de novembro de 1935, o PCB desarticulou-se momentaneamente e entre 1936 e 1937, foram reorganizados os Comitês Estaduais Comunistas. Cf. Segatto, 1981, p. 23,28 e 43.

[239] Com o objetivo de dar maior veracidade aos fatos arrolados, o texto ainda inseriu mais oito fotografias relacionadas aos locais que foram mencionados no relatório como pontos estratégicos da insurreição: uma da residência de Manuel Dias Paredes, situada à Avenida Pedro II, nº. 1195, onde diziam ter sido aberta a carta que continha o plano revolucionário enviado do Recife; duas dos locais da mata de Jaguaribe, onde supunham que Manuel Antônio Fagundes (“Pau D’arco”) e João Pedro de Oliveira (João Grande) esperavam receber armas para atacarem, juntamente com seus comandados, o 22º Batalhão de Caçadores; três das margens do Rio Gramame, sendo que duas dessas mostram a Usina “Santa Alexandrina” de propriedade de José Regis, que teria sido o primeiro ponto atacado pelos rebeldes chefiados por João José de Lima (Tupiassú) à procura de

Ao vemos essa imagens, percebemos as intencionalidades políticas que se revestem nestes seus não ditos/visíveis:

IMAGEM II – PRESOS POLÍTICOS ACUSADOS DE COMUNISTAS (1935)

FONTE: Jornal *A União*, 28 jun.1936.

O último elemento dessa espetacularização diz respeito à percepção de que o jornal, procurando reforçar o discurso imagético, postou abaixo das fotografias incisivos comentários sobre os presos, como se pode perceber abaixo:

QUADRO XXIV – PRINCIPAIS NOMES RELACIONADOS AO LEVANTE COMUNISTA NA PARAÍBA (1935)

PESSOAS DETIDAS	REFERÊNCIAS

armas; uma do Engenho "Triunfo", cujo proprietário João Alves de Mello narravam ter sido feito prisioneiro durante horas pelos sediciosos de Gramame; e uma da ponte sobre o Rio Gramame na rodovia João Pessoa-Recife, de onde falavam que se dispersaram os sediciosos ao saberem do fracasso do plano de rebelião em João Pessoa. Cf. Jornal *A União*, 28 jun.1936.

Eliad Gumes de Araújo (Gregório)	Secretário do CRC
Manuel Gomes de Miranda (Guarany)	Secretário da Juventude Comunista do CRC
Severino Diogo dos Santos (Backner)	Secretário de Organização do CRC
José Pedro de Oliveira (João Grande)	Sub-Secretário de Organização do CRC
Manuel Luis Dias Paredes	Ancião de quase 90 annos, cuja residência era ponto estratégico para as confabulações
Antônio Pereira de Araújo (Humary)	Membro do Comitê Anti-militar
José de Lima (Santiago)	Fichado na polícia de Recife como Manuel Alves de Oliveira. Instrutor Político do CRC
Manuel Antônio Fagundes (Pau Darco)	Secretário das Finanças do CRC. Chefiou uma turma para atacar o quartel do 22º B. C.
Miguel Bezerra	Conhecido por Miguel Barbeiro (Forte), perigoso agitador e um dos cooperadores do começo do levante no vale de Gramame
João José de Lima (Tupiassú)	Outro perigoso agitador que chefiou o princípio do levante no vale de Gramame
Luiz Gomes da Silva (Guerra)	Secretário da Comissão Camponesa e que controlava o movimento extremista em Santa Rita

FONTE: Jornal *A União*, 28 jun. 1936. Quadro elaborado pelo autor do texto.

O principal objetivo da narrativa desse relatório foi o de convencer a todos da existência de um plano comunista que o capitão Octacílio Lima havia enviado de Recife para João Santa Cruz, bem como do envolvimento dos presos citados na tentativa de sua execução com o assalto ao 22º Batalhão de Caçadores de João Pessoa e aos municípios de Santa Rita, Cabedelo e Gramame. Compartilhamos com Gurjão (1994), Santana (1999) e Mello (2001) da ideia de que não podemos conferir veracidade àquele relatório policial, isso porque o mesmo se fundamentou nas declarações de culpa dos presos obtidas sob tortura. Ademais, não identificamos outras fontes, além das oficiais, que registrem a ideia desse plano de insurreição na Paraíba.

De resto, podemos inferir que a dimensão manipulatória desse inquérito foi motivada pelo desejo mesmo de reprimir o comunismo, o que demonstra o quanto as elites paraibanas passaram a temer a ação daqueles revolucionários. Tanto foi desse modo que a escalada repressiva continuou intensa, a perceber pelo descrito nesse outro relatório que fala da ordem pública do último ano transcorrido:

> A Delegacia de Ordem Política e Social, criada com o fim de policiar aqueles que tentam contra a integridade do regime, vem atingindo a sua finalidade. **Foi feito elevado número de prontuários, de forma que conhecemos os elementos suspeitos de professarem o credo vermelho**. Em virtude do Estado de Guerra, **continuam presos todos os indivíduos que conspiravam, em novembro, contra os poderes constituídos**, conforme já nos referimos. (...). (RELATÓRIO DE

> HORÁCIO ARMANDO VIEIRA, INSPETORIA GERAL DE POLÍCIAS, 15 set. 1936). (Grifos nossos).

Pelo exposto, podemos imaginar a atmosfera política que decorreu do movimento de novembro. Todos que, de alguma forma, contestassem a *ordem* estabelecida passaram a ser vigiados, intimados, detidos, inquiridos e torturados.[240] As autoridades policiais, respaldadas pelo argumento do plano comunista para sublevar a capital paraibana em novembro de 1935, usavam todo o seu arsenal visando salvaguardar o governo, conforme vemos nas palavras do próprio Praxedes Pitanga a respeito da atuação do órgão que chefiava:

> Mas, (...), vai ele realizando alguma coisa de eficiente. Haja vista o papel preponderante que tomou e executou a Ordem Política e Social, **conseguindo abortar, com o concurso da polícia comum, o movimento subversivo que ia aqui preparando, em novembro do ano passado**, para não falar em um conjunto de medidas cada qual mais proveitosa, **visando todas fortalecer o governo, sustentar o regime e guardar as instituições ameaçadas pela violência**. Prevenindo aqui, reprimindo ali, este novel departamento de Segurança Política e Social, a princípio agindo sob forma de Inspetoria, depois transformada em Delegacia, tem desenvolvido uma atividade bem digna de louvou, (...) **conservando ainda, sob custódia, todas aquelas pessoas apanhadas no preparo do motim e conspiração, ouvindo ainda tantas outras, que pela sua conduta se tornaram suspeitas de filiação marxista**. (Relatório de Praxedes Pitanga ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba, 18 set.1936). (Grifos nossos).

Um balanço sobre a atuação repressiva da DOPS na Paraíba entre 1935 e 1936, pode ser percebido a partir dos números apresentados por esse relatório:

QUADRO XXV – PRONTUÁRIOS E PRISÕES REALIZADAS PELA DOPS-PB (1935-1936)

PERÍODO	PRONTUÁRIOS	PRISÕES
01/10/1935 a 31/12/1935	364	43
01/01/1936 a 31/09/1936	396	57
TOTAL	**760**	**100**

[240] Sobre essa repressão aos que se manifestavam a favor do comunismo é interessante o processo de arrolamento de seis testemunhas que Lourival de Lacerda Lima, juiz municipal da vila de Espírito Santo, tomou a respeito da conduta do professor Mário Gomes Pereira de Araújo Santo acusado de ser comunista. Recaíram sobre ele as acusações de que o mesmo havia palestrado na casa comercial de José Carneiro da Cunha daquela vila sobre as condições de vida dos operários das fábricas e dos trabalhadores rurais, dizendo que estas eram ruins e que tudo isso acontecia por culpa do governo e dos poderes públicos e que na ocasião da parada cívica do dia 07 de setembro de 1935, fez com que alunos desfilassem com uma faixa com a frase “Pela grandeza do Brasil, a juventude proletária”, além de pronunciar discurso inflamado exaltando as ideias comunistas. Cf. Conselho Municipal de Espírito Santo. Denúncia que acusa professor de comunismo. Espírito Santo, 04 jan.1936.

FONTE: Relatório de Praxedes Pitanga ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba, 18 set.1936. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Ainda segundo esse relatório, destes que foram aprisionados, vinte e oito foram postos em liberdade, dezessete em liberdade condicional, duas prisões foram efetuadas por solicitação da polícia do Rio Grande do Norte, uma pela de Pernambuco, três presos foram requisitados para irem ao Recife e quarenta e um presos se achavam sob custódia da DOPS, cujos processos estavam em tramitação no juizado federal.

Diante desse cenário de exacerbada repressão, muitos trabalhadores que, até então, vinham se confrontando com os poderes constituídos, procuraram também tornar público a sua distância do comunismo para, estrategicamente, se verem livre das agruras do poder policial. Duas semanas após o jornal *A Imprensa* publicar a lista dos presos a quem denominou de comunistas, esse mesmo periódico imprimiu *ipsi literis* uma carta chegada a sua redação de Francisco Xavier da Silva (Parú), onde o mesmo procurava externar a sua indignação em ver seu nome incluído como membro do PCB:

> (...) é a maior das calúnias que só servem para os réptil. (...) Si decerem que eu fi parti da Aliança N. L. é verdadi mais enquanto era um partido legal. (...) Si decerem que eu fiz parti da legenda Trabalhador, Vota em Ti Mesmo é verdade, pois era um partido tão legar como outro qualquer. (Jornal *A Imprensa*, 13 fev.1936).

Por seu turno, o movimento operário de resistência a partir das greves recuou e procurou restabelecer sua relação “amistosa” com o Estado via negociação. Como já dito no capítulo anterior, logo que o Levante Comunista foi debelado, alguns sindicatos e associações de João Pessoa enviaram telegramas hipotecando solidariedade ao governador Argemiro de Figueiredo. Embora em ritmo bem menos acentuado do que o do período anterior a 1934, durante todo o ano de 1936, parte das associações de João Pessoa e de Campina Grande procurou aproximar-se do governo indo ao palácio prestar-lhe congratulações pela “vitoria da legalidade”, recepcionando-o quando do seu regresso da capital federal, tomando-o como patrono de seu núcleo político, elegendo-o governador

de honra de sua instituição e entregando-lhe diploma de sócio benemérito.[241] Cumprindo o seu papel, o jornal *A União* desse período procurava divulgar o apoio unanime do "proletariado conterraneo" ao chefe do executivo estadual ao imprimir

> O GOVERNO E O PROLETARIADO PARAHYBANO
> **O operariado conterraneo que, desde o inicio do governo do dr. Argemiro de Figueiredo vem cercando a acção administrativa de s. Excia**. da mais significativa solidariedade e testemunhos de sympathia, quiz confirmar, hontem, numa **grande demonstração publica**, essa elevada prova de acatamento ao ilustre chefe de Estado. **Foi uma manifestação espontanea e collectiva** e, por isso mesmo, grandiosa na sua expressão, dada a importancia de que se reveste esse gesto das classes trabalhadoras, acostumadas a **prestigiar aquelles que sempre souberam ir ao encontro de suas justas aspirações. Todos os operarios parahybanos, por seus orgãos mais representativos**, que directamente refletem as suas tendencias na sociedade conterranea, expressaram ao sr. Governador Argemiro Figueirêdo a melhor homenagem que podia ser prestada a um homem publico, quando essa homenagem reune um nobre sentimento de gratidão e uma prova inilludivel de solidariedade. Cercado, assim, do **apoio das classes operarias de nossa terra**, o Governo continuará no seu programa de interesse collectivo, orientação que só pode ser digna de um governo escolhido e desejado pelo povo. (Jornal *A União*, 08 jan.1936). (Grifos nossos).

Pelo que pudemos filtrar dessa fonte, tratou-se da ida de uma delegação operária ao palácio para entregar a Argemiro uma mensagem que dizia refletir os seus propósitos de "collaboração com o poder público na manutenção do regime e dos ideaes democráticos", com mais de setecentas assinaturas dos seguintes núcleos operários: Comité Pro-Povoação Indio Pyragibe, Sociedade União Beneficente 12 de Outubro, Obras Publicas Rua Visconde de Itaparica, Repartição de Aguas e Centro Beneficente Parahybano. Notamos, primeiramente, que estes não representavam à totalidade do operariado paraibano e, segundo, que, mesmo procurando se mostrarem aliados, veladamente tentavam reclamar a ideia de democracia em um tempo em que a repressão acontecia de forma intensa.

[241] Essas iniciativas são identificadas a partir das seguintes associações: Syndicato dos Estivadores de Cabedelo, presidente Anthenor Gomes Moreira; União Operária Beneficente, presidente Idalino Francisco Xavier; Associação Proletária Beneficente "João Pessoa"; Centro Político Operário Campinense, Associação dos Empregados do Comércio de João Pessoa; e Associação dos Empregados do Comércio de Campina Grande. Cf. Jornal *A União*, 1936.

Ainda sobre a insistência do jornal oficial em querer apresentar para a sociedade paraibana o apoio dessas associações operárias, é interessante o registro fotográfico posto na matéria de capa intitulada **"**O 17° ANNIVERSARIO DA SOCIEDADE 'UNIÃO OPERARIA BENEFICENTE'", de 14 de outubro de 1936.[242] Vejamos:

IMAGEM III – COMPOSIÇÃO DA MESA NA REUNIÃO DA UNIÃO OPERÁRIA BENEFICENTE (1936)

Mesa que presidiu a solenidade de ante-hontem, vendo-se o dr. Raul de Góes, secretário do Governador, sr. Antônio Gama, deputado Newton Lacerda e sr. Idalino Xavier. Cf. Jornal *A União*, 14 out.1936.

Ao capturar essa imagem, o fotógrafo procurou enquadrar os representantes da aliança entre governo estadual e associação operária. Nota-se, pela legenda, que se trata de Raul de Góes, secretário de estado que se fez procurador de Argemiro de Figueiredo para receber o diploma de sócio benemérito que lhe foi conferido, do deputado Newton Lacerda e do presidente daquele grêmio, Idalino Xavier. E foi essa a representação passada pelo jornal *A União* ao imprimir essa fotografia em sua primeira página daquele dia.

Talvez o fato de um número maior de associações e sindicatos não ter procurado estabelecer essa relação "mistosa" tenha feito com que Argemiro olhasse mais atentamente sobre o seu conjunto, seja vigiando-o, seja arbitrando questões entre as mesmas. Concluimos esse pensamento ao identificarmos que, em janeiro de 1937, assim que o governo tomou conhecimento da indisposição que vinha ocorrendo entre os dois sindicatos de Cabedelo (União dos Estivadores

[242] De acordo com o analisado no jornal *A União*, entre 1936 e 1937, a União Operária Beneficente na pessoa de seu presidente Idalino Francisco Xavier, foi a associação que mais se congratulou com o governo do Estado.

e o Syndicato dos Estivadores), por motivo de carga e descarga naquele porto, determinou que o delegado Praxedes Pitanga se deslocasse até aquela cidade a fim de harmonizar os interesses das aludidas entidades, visando, “acima de tudo, a plena asseguração da ordem publica”. (Jornal *A União*, 16 jan.1937).

Se o governo do estado, por um lado, empreendia o uso de seus dispositivos de repressão contra qualquer foco de “subversividade” em nome da segurança nacional e da *ordem* pública, por outro, também passou a buscar o apoio dos trabalhadores através da sindicalização trabalhista de orientação varguista, em evidência a partir do final de 1936. Articulado com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Argemiro passou a empreender uma ampla campanha em favor da União Geral dos Trabalhadores Sindicalizados da Paraíba, com o objetivo de tutelar os sindicatos e, desse modo, combater a infiltração comunista no movimento operário.[243] Essa busca pela regularização dos sindicatos e associações paraibanas não ocorreu sem resistências por parte destas e muitas das que passaram a se filiar junto à União Geral viam essa condição como uma possibilidade de obter vantagens no seu campo de luta cotidiana. Outro indicativo de lucro em meio às negociações travadas é o Projeto de Lei Nº 15, de 27 de outubro de 1936, em que a Assembléia Legislativa resolveu decretar feriado o dia 30 de outubro, consagrado ao empregado do comércio.

No que diz respeito à intensa campanha anticomunista que vinha sendo desenvolvida na Paraíba, notamos, ao analisar as nossas fontes, que ela perdeu vigor a partir do final de 1936. Esse arrefecimento, que seguia a dinâmica nacional, pode ter se verificado em razão do sucesso obtido, já que “conseguiu-se consolidar na mentalidade popular uma imagem execrável dos comunistas e o Estado fora aparelhado para reprimir qualquer tentativa subversiva”. (MOTTA, 2002, p. 214). Sendo assim, não era mais necessário sustentar a violenta repressão, pois parecia que o “perigo” havia sido suprimido e a *ordem,* restituída.

Em meados de 1937, a situação política brasileira parecia mesmo caminhar para o restabelecimento da normalização institucional. O enorme poder conferido ao presidente por meio do Estado de Guerra havia terminado em junho desse ano

[243] A União Geral dos Trabalhadores Sindicalizados da Paraíba era presidida pelo deputado Miguel Bastos Lisboa e com o apoio da 7ª Inspetoria Regional do Trabalho da Paraíba, dirigida por Dustan Miranda, passou a desenvolver grande campanha com o fim de formar um sindicato único no estado.

e os políticos mostravam-se pouco favoráveis a sua renovação, já que, além de entenderem que não havia mais razão para se manter o regime de exceção, também estavam desejosos da restituição da liberdade política, tendo em vista o começo da campanha para as eleições presidenciais que estavam marcadas para o início de 1938.

Essa abertura democrática também se fazia sentir nos solos paraibanos. Quando o Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, começou a ordenar a libertação dos presos políticos que, até então, não tinham culpa formada, em junho de 1937, o deputado federal Antônio Bôtto de Menezes e o Sindicato dos Comerciários de João Pessoa encaminharam requerimento ao Ministério da Justiça no sentido de que fosse determinada a soltura dos indiciados no movimento de 1935, que se encontravam detidos "há longos 17 meses, enquanto o processo permanece no Rio, no Tribunal de Segurança Pública" (Jornal *A Imprensa*, 15 jun. 1937). Ao que parece, essa atmosfera democrática estava amplamente estabelecida, uma vez que encontramos o jornal católico *A Imprensa* publicizando o *habeas corpus* que foi requerido em nome de João Santa Cruz e Henrique Miranda, onde eram solicitadas suas liberdades tendo em vista que nada havia sido provado contra os mesmos:

> "(...) a polícia (...) abriu rigoroso inquérito, durante vários meses, a respeito da atuação dos impetrados e, apesar dos poderes discricionários de que usou e abusou e dos métodos bárbaros em que se culminaram sevícias e brutais espancamentos, como é público e notório, empregados para colherem provas acusatórias, não encontraram elementos para justificar qualquer criminalidade dos impetrantes contra a ordem política e social. (Jornal *A Imprensa*, 26 jun.1937).

Muitos dos recursos impetrados pelo Brasil afora junto ao Ministério da Justiça, em favor dos presos políticos, foram acolhidos favoravelmente em setembro de 1937. A reação dos grupos anticomunistas radicais não se fez esperar. Sobretudo, os integralistas, os católicos e os militares passaram a atacar via imprensa o ministro Macedo Soares no sentido de evitar o processo de relaxamento da repressão, considerando-o indiferente ao risco do restabelecimento da "ameaça comunista".

Em agosto, os integralistas atingiram o auge de seu empenho em apresentar denúncias sobre uma possível trama comunista em marcha; o episcopado

brasileiro publicou a “Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu” em 08 de setembro; e a cúpula das corporações militares realizou uma cerimônia cívica em 23 de setembro para homenagear os mortos da “Intentona” que teve ampla repercussão nacional.[244] Portanto, entre agosto e setembro, esse empenho conjunto convergiu para restabelecer no público brasileiro o clima de pavor anticomunista, o que, por sua vez, contribuiu para criar um ambiente favorável à intensificação do autoritarismo estatal. Logo,

> O recrudescimento da campanha anticomunista, em agosto/setembro, adubou o terreno para a “descoberta” sensacional do Plano Cohen. A opinião popular já estava há meses na expectativa de que os comunistas preparavam algo, razão pela qual os jornais de 1 de outubro (...) devem ter causado indignação e medo, mas não surpresa. Desta feita, as denúncias sobre a trama comunista ganharam uma consistência maior, pois até então se falou muito em conspirações, porém, sem apresentar evidências. O documento com a assinatura apócrifa “Cohen”, que muitos jornais publicaram na íntegra, conferiu materialidade à retórica dos setores anticomunistas. Agora, ficava mais fácil acreditar nas evidências sobre a volta do “perigo vermelho”. (MOTTA, 2002, p. 219).

O Plano Cohen foi divulgado no dia 30 de setembro de 1937. O jornal oficial paraibano do dia 02 de outubro trouxe longa matéria de capa onde foram apresentadas as suas linhas gerais, dando ênfase ao fato de que o mesmo teria sido apreendido pelo Estado Maior do Exército e de que nele os comunistas, orientados pelo Komintern, listavam as estratégias de um novo movimento armado a ser deflagrado no Brasil. O texto chama a atenção do público leitor para as “machinações vermelhas” que seriam efetivadas por meio da propaganda entre os operários e estudantes, que deveriam ser estimulados a empreenderem assassinatos e incêndios junto aos quartéis militares e residências das famílias ricas brasileiras.

Concordamos com a tese de que esse plano atribuído aos comunistas serviu para o governo convencer o Congresso e a nação da urgente necessidade de que

---

[244] Motta (2002, p. 218) diz que essas comemorações foram organizadas no sentido de alcançarem peso político, inclusive tendo sido a única vez em que elas ocorreram em setembro e não em novembro. Durante a ocasião várias autoridades falaram ao microfone e seus discursos foram divulgados por todo o país pelos técnicos do Departamento de Propaganda e nos dias seguintes os principais jornais do país deram destaque ao evento. Na Paraíba, por exemplo, o jornal *A União* publicou em primeira página a matéria “AS EXTRAORDINÁRIAS MANIFESTAÇÕES PRESTADAS NO RIO, AOS MORTOS DE NOVEMBRO DE 35. O DISCURSO DO GENERAL NEWTON CAVALCANTI, NO CEMITÉRIO DE S. JOÃO BAPTISTA” (Jornal *A União*, 24 set.1937).

fosse conferido a ele poder extraordinário, tendo em vista a gravidade da "ameaça" sobre a Pátria, que estaria a ponto de ser assaltada por um violento golpe comunista. Foi em meio a esse ambiente favorável que se aprovou o Estado de Guerra em 1º de outubro, momento a partir do qual teve lugar um novo recrudescimento de anticomunismo até novembro de 1937.

Nessa ocasião, Vargas resolveu nomear a "Commissão Superintendente do Estado de Guerra", cujo principal fim seria o de coordenar a grande ofensiva contra os comunistas em todo o território brasileiro.[245] Essa Comissão emitiu um documento intitulado "INSTRUÇÕES SOBRE O ESTADO DE GUERRA" dividido em quatro capítulos onde se condensavam todas as medidas de combate ao comunismo, sendo elas entendidas como "imediatas", "preventivas", "permanentes" e "repressivas". Esse documento nos revela três facetas que consideramos como responsáveis pelo recrudescimento da campanha anticomunista do período outubro/novembro de 1937, a saber: a repressão, a propaganda e a censura. Vejamos o resumo do seu primeiro capítulo e que consideramos como o agente da primeira faceta:

> I – MEDIDAS IMMEDIATAS
> a) – prender todos os elementos que já tenham feito, que estão fazendo ou que possam fazer propaganda communista, seja quaes forem as suas categorias social, política ou literária.
> b) – promover em todo o país uma grande devassa na vida passada e presente de todos os elementos suspeitos a fim de que se possa medir a extensão dos males que já tenham feito ao Brasil.
> c) – procurar identificar as actividades de cada um delles em movimentos passados de tendência communista. (Jornal *A União*, 19 out.1937).

Seguindo tais orientações, imediatamente a Chefatura de Polícia da Paraíba passou a aumentar a vigilância sobre os "inimigos nefastos da Pátria" e a incrementar a estatística das detenções. Em 06 de outubro, aqueles agentes da *ordem* convocaram cinqüenta pessoas para comparecer à DOPS no prazo de 48 horas, informando que o não cumprimento desta determinação implicaria em prisão imediata. Intimavam-se todos os ex-presos políticos considerados envolvidos no movimento comunista de 1935, além de outras pessoas igualmente suspeitas de recentes atividades "subversivas", como notamos a seguir:

---

[245] Era composta pelo General Newton Cavalcanti, pelo Almirante Dario Paes Leme e pelo Ministro da Justiça José Carlos Macedo Soares.

QUADRO XXVI – NOMES DAS PESSOAS INTIMADAS A COMPARECEM À DOPS DA PARAÍBA (06/10/1937)

NOMES	CIDADE	PROFISSÃO
Altair de Albuquerque Maranhão	-	-
Altino Francisco de Macedo	João Pessoa	Comerciário
Antônio Austerliano de Lima	-	-
Antônio Ângelo Custódio	-	Alfaiate – Presidente da Sociedade dos Alfaiates
Antônio Domingos da Silva (Matos)	-	Barbeiro
Antônio da Silva Moreira	-	-
Carlos Andrade de Pacce	Campina Grande	Bancário
Chateaubriand Coutinho de Carvalho	João Pessoa	Comerciário
Clodoveu d'Ávila Fernandes	João Pessoa	Comerciário
David de Sousa Falcão	Santa Rita	Ex-operário da Fábrica Tibiri
Edmilson Lima de Noronha	-	-
Eliad Gumes de Araújo (Gregório)	-	-
Francisco Calixto	-	-
Francisco Ferreira de Lima	-	Ex-praça do Batalhão Policial
Francisco José de Farias (Cupiuba)	-	-
Francisco Xavier da Silva – Parú (Nicarágua)	João Pessoa	Operário da ETLF
Henrique Miranda Sá Júnior	João Pessoa	Telegrafista
Henrique de Siqueira Arcoverde (Cabugy)	João Pessoa	Eletricista
Ignácio de Loyola	Santa Rita	Sapateiro
João André da Costa (Tupinambá)	-	Carpinteiro
João Batista da Silva (João Gato)	-	Estivador e presidente do sindicato do Cais e Trapiche
João Bellarmino Feitosa	-	-
João Medeiros Filho	-	-
João Santa Cruz de Oliveira (Raul)	João Pessoa	Advogado
João Vicente Pereira	João Pessoa	Carpinteiro
João Victalino da Silva (Bassu)	-	Engraxate
José Arthur Filho	-	-
José Balduino da Silveira (Tamoyo)	-	Fundidor
José Guilherme Ferreira dos Santos (José Passarinho)	-	Pintor
José Fortunato Gomes	-	-
José Francisco da Silva	-	Marceneiro
José Pedro de Oliveira (João Grande)	-	-
José Sabino	-	Ex-praça do Batalhão Policial
José Simplício de Freitas	João Pessoa	Agricultor
Leonel do Valle Mello	-	Pintor de parede, presidente da União Sindical
Luiz Gomes da Silva (Guerra)	-	-
Manuel Alves de Oliveira ou José de Lima (Santiago)	-	Pedreiro
Manuel Antônio Fagundes (Pau Darco)	-	-
Manuel Bianor de Freitas	Campina Grande	Alfaiate
Manuel Gomes de Miranda (Guarany)	-	-
Manuel Francisco do Nascimento (Lúcifer)	-	Agricultor
Manuel Luis Dias Paredes	João Pessoa	Operário
Minervino Fiúza Lima	-	-
Nilo Tavares de Mello	-	-

Sebastião Alves de Oliveira	-	-
Severino Cruz	-	-
Severino Dias do Ramo	-	-
Severino Diogo dos Santos (Bacher)	Campina Grande	Marceneiro
Severino Isidoro da Silva	-	-
Silvino José Lucas (Baraúna)	-	-

FONTE: Jornal *A União*, 06 out.1937. Quadro elaborado pelo autor do texto.

No dia seguinte, o jornal *A União* noticiou outra vez a relação das pessoas intimadas, acrescida de novos nomes e esclarecendo que o comparecimento à DOPS deveria ser feito de quatro em quatro dias, sob pena de prisão. Aquela Delegacia determinava também que, a partir de então, nenhuma pessoa poderia sair da capital estadual para qualquer outro ponto do Estado ou do país sem que estivesse munido de salvo-conduto emitido por aquela delegacia, justificando-o pela necessidade de se manter a *ordem* pública em um momento em que são visíveis as "graves ameaças de inimigos do regime". (Jornal *A União*, 07 out. 1937). Dos cinqüenta nomes listados no quadro acima, apenas treze não constam na relação dos presos políticos apresentada pelo jornal *A Imprensa* do dia 19 do mesmo mês.[246] Entretanto, essa relação faz referência a outros vinte e seis nomes que não foram apresentados como intimados pela nota do diário *A União* e que somados a mais vinte de outra lista divulgada pelo jornal católico, em 27 do mesmo mês, totaliza oitenta e três encarcerados, dentre comunistas, sindicalistas, intelectuais e estudantes. Os novos nomes estão relacionados no quadro abaixo:

QUADRO XXVII – DETENÇÕES REALIZADAS PELA DOPS DA PARAÍBA EM 1937

NOMES	CIDADE	PROFISSÃO
Ademar Nóbrega	-	União Democrática Estudantil
Aluízio Diniz	-	-
Antônio Balduino	-	-
Antônio Brayner	-	União Democrática Estudantil
Antônio de Sá Sobrinho	-	-
Antônio Germano de Araújo	-	-
Antônio Honorato dos Santos (Vencedor)	-	Carpinteiro
Antônio Oscar de Azevedo	-	-
Antônio Pereira de Araújo (Humary)	-	-
Augusto Lucena	-	União Democrática Estudantil
Bibiano Mendes de Souza	-	-

[246] São eles: Altair de Albuquerque Maranhão, Antônio Austerliano de Lima, Antônio Domingos da Silva (Matos), Edmilson Lima de Noronha, Francisco Calixto, Francisco Ferreira de Lima, Francisco José de Farias (Cupiuba), José Arthur Filho, José Guilherme Ferreira dos Santos (José Passarinho), Manuel Alves de Oliveira ou José de Lima (Santiago), Minervino Fiúza Lima e Sebastião Alves de Oliveira.

Cláudio Gomes da Silva	Natal	-
Diágora Correia	-	União Democrática Estudantil
Estevam Lestyain	-	-
Fernando Falção	-	União Democrática Estudantil
Francisco Borges	-	-
Francisco Brayner	-	União Democrática Estudantil
Francisco Henrique Araújo	Campina Grande	Comerciante
Hilário Bandeira	-	-
Ignácio Elias Marinho (Tupan)	-	Operário
Jamil Daher	-	União Democrática Estudantil
João Alves da Rocha	Natal	-
João Cecílio da Costa	Natal	-
João Luís	Natal	-
João Silvério Cabral	Natal	-
João Teodósio Manuel Correia	-	-
Joaquim Bernardino de Sousa	Natal	-
Josafá Machado	Natal	-
José Carlos de Araújo	-	-
José Ferreira dos Santos	-	-
José Francisco	-	-
José Gomes	-	-
José Simeão	-	-
Leon Francisco Clerot	-	-
Luiz José Fortunato Gomes	-	-
Manuel Amaro dos Passos	Cabedelo	Marítimo
Manuel Dionísio da Costa	-	-
Manuel Paz dos Santos	-	-
Manuel Rodrigues das Chagas	Natal	-
Nicolau Francisco da Costa	Campina Grande	Negociante
Nilo Lustosa Câmara	Natal	-
Pedro Ferreira da Costa	-	-
Raimundo Gomes da Silva	Campina Grande	Marceneiro
Sabino Ferreira da Silva	-	-
Severino Cândido da Silva (Cajueiro)	-	-
Severino Nicolau da Silva	-	-

FONTE: Jornal *A Imprensa*, 19 e 27 out.1937. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Dessa vez, o governo do Estado recolheu os presos políticos em um dos pavilhões existentes na Fazenda São Rafael (hoje Mata do Buraquinho), onde havia funcionado o antigo Instituto Sérico que foi transformado em Presídio Especial. Ali os agentes da *ordem* passaram a praticar todo tipo de tortura contra os acusados da tentativa de Levante Comunista de 1935, como notamos pelo depoimento de Barbosa (1985, p. 32):

> No campo-prisão do Buraquinho, para onde foram confinados os presos políticos paraibanos, ocorreram ignominiosos atos de torturas e humilhações, sob a direção pessoal do coronel Thomé de Souza, comandante do Batalhão de Engenharia, sediado em João Pessoa, que orientava semanalmente os suplícios físicos e morais impostos aos detentos.

Essas sessões de tortura também eram coordenadas pelo secretário do Interior e Segurança Pública (Salviano Leite Rolim), pelo Chefe de Polícia (João Monteiro de França) e pelo Delegado da Ordem Política e Social (Alves de Mello), conforme podemos perceber pelo noticiado no jornal *A União* de 24 de outubro, que relata que, na tarde do dia anterior, aqueles representantes da *ordem* haviam visitado "demoradamente todas as dependências daquelle presídio ouvindo vários presos e tomando medidas affluentes à boa ordem administrativa do mesmo."

Por decreto do presidente da República de 21 de outubro, foi nomeada a "Commissão Executora do Estado de Guerra na Paraíba", que ficou composta por Thomé Rodrigues de Souza, comandante do 22º Batalhão dos Caçadores, José de Lemos Cunha, capitão dos Portos do estado, e sob a presidência do governador Argemiro de Figueiredo.[247] Seguindo imediatas determinações da sua congênere nacional, na mesma data em que foi instalada, a seção Paraíba fechou "as Lojas Maçônicas desta Capital e de Campina Grande. Essa medida, executada igualmente em todo País, foi motivada pela infiltração communista na maçonaria, (...)." Argemiro de Figueiredo no comando dessa Comissão paraibana, subsidiado pela Secretaria do Interior e Segurança Pública na pessoa de Salviano Leite Rolim, energicamente passou a por em prática a segunda faceta responsável pelo recrudescimento do anticomunismo desse período: a propaganda. Para tanto, seguiu as coordenadas propostas no segundo capítulo do documento "Instruções Sobre o Estado de Guerra", que discriminava as

> II – MEDIDAS PREVENTIVAS
> (...)
> e) Serão estabelecidas Comissões destinadas a intensificar por todos os meios nas Escolas Superiores, secundárias e primárias, nas Fábricas ou quaesquer outros núcleos de aglomeração, uma propaganda real e efficiente contra o communismo.
> f) Solicitar dos Ministérios da Educação e do Trabalho medidas no sentido de os professores e chefes de serviço dos estabelecimentos dependentes daquelles ministérios fazerem diariamente preleções curtas, mas incisivas contra o communismo.
> g) Aprehender todas as obras de caracter communista quaesquer que sejam o seu valor literário, político ou social e todos aquelles que directa

[247] O Jornal *A União* dos dias seguintes a essa nomeação publicou diversos telegramas chegados dos vários pontos do Estado congratulando-se com a ação de Argemiro à frente da Comissão Executiva do Estado de Guerra na Paraíba em prol da manutenção da *ordem* pública e contra os comunistas.

> ou indirectamente favoreçam ao desenvolvimento de idéas anti-nacionaes ou contrárias ao nacionalismo forte;
> h) Tornar obrigatório aos jornaes uma campanha permanente e enérgica contra o communismo. (Jornal *A União*, 19 out.1937).

A partir de então, o governador paraibano passou a instituir outras comissões que seriam responsáveis, principalmente, por promover intensa propaganda contra o comunismo no meio da juventude estudantil e dos operários fabris. Para custear as despesas com essas comissões, o governo do Estado autorizou o crédito especial de 30:000$000 (trinta contos de réis) à Secretaria do Interior e Segurança Pública, por meio da Lei Nº 183, de 22 de outubro de 1937.[248]

Seguindo tais orientações, foi instalada a "Commissão Nacional de Propaganda Contra o Comunismo", presidida por Matheus de Oliveira, cuja primeira decisão foi baixar uma portaria intimando todos os estabelecimentos do estado, incluindo comércio, indústria, grêmios recreativos, desportivos, culturais, sindicatos, associações e instituições de ensino público e particular a "remeter-lhes no prazo mínimo de cinco dias, sob pena de cominações legais, a indicação de local, dia e horário de seus trabalhos, para facilitar o serviço de fiscalização (...)", para a sede da referida Comissão que funcionava no gabinete do diretor do Liceu Paraibano. (Jornal *A União*, 24 out. 1937). Ainda foi essa Comissão que estabeleceu

> Em virtude das determinações da Commissão Superintendente do Estado de Guerra ficam obrigados todos os dirigentes de fábricas, officinas, estabelecimentos industriaes de qualquer espécie, organizações patronaes, sociedades sportivas, trabalho intelectual ou material collectivo a iniciar hoje, as jornadas diárias com preleções curtas, mas incisivas, contra as idéas communistas. Desde logo começarão as visitas das sub-comissões encarregadas de velar pela execução dessas medidas. João Pessoa, 26 de outubro de 1937. (as.) Matheus de Oliveira – Presidente. (Jornal *A União*, 27, out.1937).[249]

Vemos pelo enunciado que, para tentar obter o controle direto da população da capital, a "Commissão Nacional de Propaganda Contra o Communismo" era subsidiada por subcomissões que tinham funções fiscalizadoras. Tratava-se da

[248] Cf. Atos do Poder Executivo. Estado da Paraíba. Leis de 1937, 1938.
[249] Matheus de Oliveira foi um dos sócio-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1906. Entre 1936 e 1937, o jornal *A União* reporta-se ao mesmo na condição de diretor do Lyceu Paraibano.

"Sub-Comissão de Fiscalização e Propaganda", que era dividida em seis zonas (responsáveis por enumerar ruas, casas comerciais e fábricas) e coordenada cada uma delas por duas pessoas.

Em observação às instruções da "Commissão Superintendente do Estado de Guerra", repassadas pelo governador paraibano, o Secretário do Interior e Segurança Pública nomeou as "Comissões Nacionais de Propaganda Systemática Contra o Comunismo" em cada município paraibano com seus respectivos membros, em 23 de outubro. Vejamos:

QUADRO XXVIII – COMISSÕES NACIONAIS DE PROPAGANDA SISTEMÁTICA CONTRA O COMUNISMO NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA (1937)

CIDADE	MEMBROS DA COMISSÃO	PROFISSÃO
Cabedelo	Genuíno Bezerra	Major
	Luiz Bezerra	-
	Áurea da Motta Bezerra	Professora
Espírito Santo e Pedras de Fogo	José João Pessoa da Costa	Páraco
	Lourival Lacerda	Médico
	Palmira Leal	Professora
Sapé	Luiz Cavalcanti	-
	Eugênia Maranhão	Professora
Pilar	Antônio Londres Barreto	Médico e farmacêutico
	Maria José Marinho	Professora
Caiçara	Milton Marques O. Mello	Advogado
	João Tirso	Professor
Ingá	Orlando Tejo	Jornalista
	Aurélio Albuquerque	Advogado (Promotor)
	Osvaldo Trigueiro	Advogado (Promotor)
Alagoa Nova	Carlos Coutinho	Advogado
	Joana Baptista Cavalcanti	Professora
Esperança	João Sérgio Maia	Proprietário Rural
	Luiz Alexandrino	Professor
Serraria	Amaro Bezerra	Juiz de Direito
	Áurea de Farias Lyra	Professora
Araruna	Lauro Coelho Alverga	Economista
	João Moreira Soares	Professor
Cabaceiras	Manuel Nunes	Advogado (Promotor)
	Sebastiana Coutinho	Professora
Soledade[250]	Antônio Taveira	Advogado
	Josepha Ouriques	Professora
Teixeira	Galileu de Belli	Médico
	Severino L. Leite de Araújo	Professor
Santa Luzia	Edgard Homem de Siqueira	Advogado

[250] Na sua edição do dia 27 de outubro, o jornal *A União* republicou a lista dessas Comissões trazendo alguns municípios que não haviam sido citados na anterior e substituindo os nomes da de Soledade pelos que seguem: Dr. Antônio Cartaxo, professora Christina Castro e Francisco Correia de Queiroz.

	Manoel Octaviano de Medeiros	Padre
Brejo do Cruz	Aprígio de Queiroz Fonseca	Advogado
	Josepha de Souza Mello	Professora
Conceição	Francisco F. da Nóbrega Espínola	Advogado (Promotor)
	Maria Leite	Professora
São José de Piranhas	Climério Rodrigues do Nascimento	Juiz de Direito
	Sabino Nogueira de Vasconcelos	Professor
Taperoá	Manuel Taigy de Queiroz	Proprietário Rural
	Luiz Medeiros de Queiroz	Professor
Antenor Navarro	Francisco Vaz Carneiro	-
	Maria Lyra	Professora
Souza	Antônio Guimarães Moreira	-
	Estella Cartaxo	Professora
Itabaiana	Darcy Medeiros	-
	José João Neiva de Oliveira	Professor
Mamanguape	Renato Teixeira de Bastos	-
	Antônia de Oliveira	Professora
Alagoa Grande	Octaviano C. da Cunha	-
	Luiz Azevedo Soares	Professor
Guarabira	Renato Teixeira Barros	Advogado
	Antônio Oliveira Cavalcanti	Professor
Bananeiras	Lauro Lemos de Miranda	-
	Maria Gabin Machado	Professora
Umbuzeiro	Dr. Josué Clementino de Farias	-
	Emílio da A. Chaves	Professor
Picuí	Prof. Manuel P. do Nascimento	Advogado (Promotor) Professor
Alagoa do Monteiro	Dr. Inocêncio Lopes de Almeida	-
	Joaquim S. Rangel Torres	Professor
São João do Cariri	Dr. Alfredo Paiva Malheiros	-
	Joaquim S. Rangel Torres	Professor
Patos	Antônio Duarte de Almeida	-
	Fenelon Câmara	Professor
Cajazeiras	Dr. Arnaldo Leite	-
	Adalgisa Reis	Professora
	Gervácio Coelho	Pároco
Piancó	Firmino Leite	Médico
	Dr. Joaquim Florêncio	-
	Manoel Octaviano de Medeiros	Pároco
Santa Rita	Apolônio Nóbrega	Advogado (Promotor)
	Dr. Adalberto Gomes	-
	Raphael de Barros Moreira	Pároco
	Maria de Lourdes Araújo	Professora

FONTE: Portaria do Secretário do Interior e Segurança Pública publicada no Jornal *A União*, 24 out.1937. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Conforme se depreende do quadro, essas Comissões eram formadas, na maioria das vezes, por padres, médicos, advogados, promotores, juízes e, sobretudo, professores.[251] Além de função fiscalizadora, elas tinham a obrigação de zelar pelas práticas cívicas, recomendando e estimulando escolas, grêmios,

[251] Destacamos que caberia uma pesquisa sobre uma melhor identificação dos personagens que compunham essas Comissões, contudo a mesma extrapolaria os limites deste trabalho.

sindicatos e associações a realizarem palestras educativas que conscientizassem o público ouvinte da necessidade de preservar a Pátria dos “males do comunismo”. Assim, tais comissões também faziam parte de uma política de ação anticomunista voltada, principalmente, para os meios educacionais, cuja principal preocupação era proteger a juventude da influência do “perigo comunista”.

Nesse sentido, Argemiro de Figueiredo foi precursor na campanha anticomunista, pois antes mesmo de ser nomeado como presidente da “Commissão Executora do Estado de Guerra na Paraíba”, ele cuidou para que a Assembléia Legislativa aprovasse a Lei Nº 162, de 01 de outubro de 1937, que restabelecia “a obrigatoriedade nas escolas do Estado, da propaganda contra os credos extremistas”, cujos artigos determinavam que

> Art. 1 – Fica obrigatória nos estabelecimentos escolares do Estado da Paraíba, públicos ou particulares subvencionados pelo Governo, a doutrinação democrática, visando a defesa das instituições políticas do País.
> Art. 2 – Os professores deverão todas as quinzenas, reservar 15 minutos de aula para essa doutrinação, mostrando aos alunos os males dos regimes extremistas, quer da esquerda, quer da direita.[252]

No Parlamento paraibano, os deputados agora se mostravam unânimes em aprovarem os decretos do governador, solidarizando-se, inclusive, com as medidas repressivas dos governos estadual e federal. Na mesma sessão em que apoiaram o Estado de Guerra, enfatizando a necessidade de se combater o “inimigo vermelho”, o deputado Newton Lacerda elogiou a “feliz coincidência de ter sido publicado, naquella data, um decreto do governo estadual, tornando obrigatória a propaganda nas escolas publicas contra os credos extremistas.” (ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 01 out.1937).

Apesar dessa lei já procurar abarcar o integralismo como uma política “extremista” de direita, seu principal alvo foi o comunismo. Pensamos assim tendo em vista que a “Commissão Executora do Estado de Guerra da Paraíba”, complementando esse decreto, enviou circular a todos os professores “primários, secundários e superiores”, contendo cinco rigorosas prescrições sobre a propaganda anticomunista nas escolas:

[252] Cf. Atos do Poder Executivo. Estado da Paraíba. Leis de 1937, 1938.

> 1 – Todos os professores deverão iniciar as aulas com uma succinta, mas substanciosa preleção contra o comunismo, tendo por fim criar no seio dos alunnos uma mentalidade nacionalista sadia.
> 2 – Deverão ser apprehendidos todos os livros de caracter didactico, technico, político, social ou literário, que directa ou indirectamente visem à disseminação dos erros marxistas ou que, de qualquer maneira, possam contribuir para amortecer os sentimentos do patriotismo.

A terceira prescrição exigia que o professor convertesse suas aulas "em foco de civismo", exaltando os valores éticos e espirituais; a quarta trazia à baila o ensino da História e da Geografia, cujos ensinamentos deveriam ser dirigidos no sentido "do verdadeiro amor à Pátria, apontando-se aos jovens os feitos heróicos dos antepassados como exemplares dignos de imitação"; e a última determinava a celebração mensal "com todo esplendor" das festas patrióticas e o culto da Bandeira. (Jornal *A União*, 22 out.1937). Essas orientações pedagógicas também refletiam a estreita ligação que Argemiro de Figueiredo mantinha com a Igreja Católica, tanto é assim que ele havia nomeado o padre Pedro Anísio para o comando do Departamento Estadual de Educação, em 08 de janeiro de 1936, e decretado a aposição em todas as escolas públicas da Paraíba da "esfinge de Cristo crucificado" (Jornal *A União*, 24 out.1936).[253]

Na capital paraibana, a maior expressão dessa campanha anticomunista junto à "mocidade estudantina" se deu em 05 de novembro de 1937, ocasião na qual o comandante do 22° B. C., tenente-coronel Antonio Thomé Rodrigues, realizou uma conferência no Lyceu Parahybano destinada aos alunos daquele educandário, bem como aos da Escola Normal, do Colégio Diocesano "Pio X" e do Colégio "Carneiro Leão". O jornal *A União* noticiou o acontecimento dizendo que aquele oficial

> (...) num feliz improviso, exthortou a mocidade á defesa das instituições contra as doutrinas maléficas que não encontram guarida na pátria brasileira, Terra da Promissão, em que a trilogia moscovita pão, terra e liberdade carece absolutamente de sentido. Disse do contentamento que o invadia em ter occasião de transmittir aos futuros responsáveis pelos destinos do Brasil sua palavra de fé nesses mesmos destinos. Nada justifica, disse, o communismo no Brasil que tudo possue para seu soerguimento ao nivel das maiores nações do mundo, constituindo, para a mocidade, em imperioso dever o preserval-o da cobiça estrangeira. (...)

[253] Pedro Anísio Bezerra Dantas (27/12/1883 – 31/12/1979) foi vigário da Catedral Nossa Senhora das Neves, Cura da Sé e Diretor Espiritual do Seminário (1916-1917) e do Colégio Pio X (1918). No Seminário da Paraíba lecionou Latim e Teologia Dogmática até 1945, tendo sido também professor dos colégios Pio X, Liceu Paraibano e Escola Normal.

> terminou fazendo um appelo á mocidade alli reunida para que não esquecesse nunca o sagrado dever que assiste a todos os brasileiros e mais ainda á juventude de hoje, para que se opponha sempre ás investidas solertes do esquerdismo demolidor. (06 nov.1937).

Para dimensionar ainda mais o evento contra o comunismo, esse jornal não só o divulgou em primeira página como fez com que a matéria viesse acompanhada por duas significativas fotografias, uma delas assinada por A. Filgueiras.[254] A primeira objetivou emoldurar as autoridades constituídas (militar, civil e religiosa) presentes na conferência e a segunda, o público que a assistiu, como vemos abaixo:

IMAGEM IV – CONFERÊNCIA ANTICOMUNISTA NO LYCEU PARAIBANO (1937)

Aspectos tomados hontem, no Lyceu Parahybano, por ocasião da conferência do tenente coronel Thomé Rodrigues, vendo-se a esquerda, o illustre militar ladeado pelo representante do governador Argemiro de Figueiredo, tenente Sousa e Silva, e outras autoridade civis e militares, e a direita, um apanhado da numerosa assistência. Cf. Jornal *A União*, 06 nov.1937.

Ainda procurando seguir as orientações postas no documento "Instruções Sobre o Estado de Guerra", o Secretário do Interior e Segurança Pública, Salviano Leite Rolim, dando execução a instruções do governador Argemiro de Figueiredo, "reuniu hontem, no seu gabinete de trabalho, todos os presidentes das sociedades operárias desta capital, com o fim de coordenar entre elles uma intensa propaganda anti-communista no seio do operariado parahybano." (Jornal *A União*, 29 out.1937). No decorrer dessa reunião, o secretário esclareceu sobre as intenções do governo no sentido de "um combate systematizado às idéas extremistas", solicitou o apoio dos ouvintes e coordenou a elaboração de um plano de ação para se iniciar tenaz propaganda educativa contra o comunismo no

[254] Aurélio Filgueiras era proprietário do Photo Amador, desde os anos 1920. Foi também fotógrafo do Jornal *A União*, na década de 1930, e do Palácio da Redenção no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1939). Cf. Lira, 1997, p. 179-180.

meio operário, constante de conferências e palestras. Nesse encontro, também foi proclamada a "Commissão Central das Associações Operárias", presidida pelo deputado Miguel Bastos Lisboa e composta pelos dezoito presidentes das associações presentes, sendo secretariada por João Belísio de Araújo, dirigente da União Operária Beneficente.[255] Sobre essas conferências, o jornal estatal noticiou a terceira realizada pelo frei Romualdo O. F. M., na Sociedade Operaria "12 de Outubro", e outra pelo cônego João Coutinho, vigário da paróquia de Nossa Senhora das Neves, na Sociedade de Artistas, Operários Mechanicos e Liberais, em 06 e 08 de novembro daquele ano, respectivamente.

Foi também com o propósito de intensificar a propaganda anticomunista no estado da Paraíba que Argemiro reorganizou o Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade em 23 de outubro de 1937, tendo para isso aberto o crédito de 130:000$000 (cento e trinta contos de réis) para as suas despesas de pessoal e material.[256] Esse Departamento ficou encarregado das seções de "Divulgação e Informação", "Artística", "Econômica" e de "Rádio", sendo esta última a responsável pela direção técnica da estação de Rádio Difusora do Estado (PRI-4, Rádio Tabajara da Paraíba).

Argemiro de Figueiredo pode ser considerado como o político precursor a dar valor ao potencial da radiodifusão objetivando instrumentalizá-la na busca pela legitimidade de seu governo. Antes mesmo da inauguração da Rádio Tabajara, ele emitiu um telegrama aos prefeitos municipais orientando-os no seguinte sentido:

> Devendo ser inaugurada por todo mês de janeiro próximo a estação rádio diffusora da Parahyba e pretendendo o Govêrno manter para fins educativos um serviço constante de informações de todo o interior parahybano, recommendo que deveis adquirir até fins de dezembro para essa Prefeitura um apparelho receptor com sufficiencia bastante para accionar um auto falante na praça pública. É desnecessário accrescentar que dito apparelho deve ser adaptado a corrente elétrica dessa localidade. Saudações, Argemiro de Figueiredo, Governador. (Jornal *A União*, 12 nov.1936)

[255] Das sociedades presentes, conseguimos identificar as que seguem: União Operária Beneficente, União Beneficente de Operários e Trabalhadores, Centro dos Chauffeurs, Comitê Pró-Povoação Índio Pyragibe, Sociedade Beneficente 2 de Setembro, Sociedade Graphica Parahybana, Sociedade de Artistas Mechanicos e Liberaes, Sociedade Beneficente Oswaldo Cruz, Sociedade Postal e Sociedade Beneficente Alberto Brito. Cf. Jornal *A União*, 29 out.1937.

[256] O Departamento de Propaganda e Publicidade foi criado pela Lei Nº 103, de 19 de dezembro de 1936, sendo reorganizado pela Lei Nº 186, de 23 de outubro de 1937. Cf. Atos do Poder Executivo. Estado da Paraíba. Leis de 1937. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1938.

Nos dias subseqüentes, os prefeitos dos municípios de Alagoa Grande, Patos, Piancó, Cabaceiras e Catolé do Rocha telegrafaram ao chefe do Executivo paraibano sinalizando quanto à aquisição da aparelhagem sugerida. Desde a sua inauguração, em 25 de janeiro de 1937, a Rádio Tabajara transmitia para seus ouvintes as palestras educativas. Em 30 de julho de 1937, por exemplo, o secretário José Batista de Mello daquele estabelecimento oficiou ao Diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação despachando dez cópias do "Boletim de Educação", que traziam as palestras educativas lidas ao microfone da Rádio Tabajara durante os meses de fevereiro e março daquele ano. Sendo possível, portanto, que estas palestras educativas tenham ocorrido de maneira recorrente no momento em que todos os meios de propaganda disponíveis ao governo da Paraíba foram instrumentalizados na intensa campanha cultural contra o comunismo, ainda mais levando em consideração que as mesmas poderiam alcançar de imediato todo o público ouvinte dos limites do Estado.

A terceira e última faceta que se fez revelar contribuinte para o recrudescimento do anticomunismo, está relacionada à censura que se estabeleceu durante esse período. Logo que o Estado de Guerra foi implantado, ela se fez sentir sobre a imprensa e indústrias gráficas da Paraíba. Primeiramente, essa repreensão foi agenciada pelos comandantes da força policial, que publicavam notas proibitivas e convocatórias no jornal oficial:

> Chefatura de Polícia
> O Chefe de Polícia do Estado avisa aos senhores proprietários de typografia desta capital que, de agora em diante, não poderá ser impresso qualquer boletim de caracter político sem que, antes, a matéria receba o visto da autoridade competente, que, no caso, é o delegado de polícia do 2º Districto encarregada do serviço de Ordem Política e Social. (Jornal *A União*, 08 out.1937).

> Secretaria do Interior. Reunião de Directores de Jornaes.
> O dr. Salviano Leite Rolim, secretário do Interior e Segurança Pública, convida, por nosso intermédio, os directores de jornaes desta Capital, para uma reunião a ser effectuada hoje, às 10 horas da manhã no seu gabinete de trabalho. (Jornal *A União*, 19 out.1937).

As chamadas policiais do Chefe de Polícia do estado, João Monteiro de França, e do Secretário do Interior e Segurança Pública, Salviano Leite Rolim,

objetivavam censurar o que era impresso nas tipografias de João Pessoa, bem como obrigar os diretores de jornais a empreenderem uma permanente e intensa campanha contra o communismo. Já nos últimos dias de outubro, esse controle sobre a imprensa passou a ser exercido pela "Subcomissão de Censura", como vemos na chamada seguinte:

> SUB-COMMISSÃO DE CENSURA. SOLICITAÇÃO AOS DIRETORES DE BIBLIOTECAS DESTA CAPITAL
> O presidente da Sub-Comissão de Censura pede a cada um dos directores de bibliotecas pertencentes a associações existentes nesta cidade que envie à Rua Rogger, nº 119, com maior brevidade possível, o nome de cada biblioteca, a rua e o número em que se acha instalada, bem como o dia e hora em que funciona. (Jornal *A União*, 28 out.1937).

Com essa nota, constatamos que o ímpeto dos censores não se restringiu a impedir a circulação de publicações tidas como suspeitas. Voltou-se também contra os acervos das bibliotecas. Segundo Motta (2002, p. 223), os livros "tornaram-se alvos privilegiados da sanha purificadora dos defensores da ordem, preocupados em defender a juventude, (...). Além de impedir a produção de novas obras suspeitas, as autoridades apreenderam e retiraram de circulação edições inteiras."

Concluímos, portanto, que a decretação do Estado de Guerra dispôs os poderes constituídos na Paraíba, assim como no resto do Brasil, com os instrumentos jurídicos necessários, que deram origem a uma nova onda anticomunista marcada pela intensificação da repressão, da propaganda e da censura que pavimentaram o caminho rumo à ditadura do Estado Novo implantada em 10 de novembro de 1937. Argemiro de Figueiredo havia cumprido, deste modo, o seu papel junto ao elenco varguista; providenciou para que a Paraíba estivesse à frente na campanha nacional de caça e repressão aos comunistas e da preservação da *ordem*, inclusive ganhando destaque na imprensa brasileira.[257]

[257] O *Diário da Manhã* de Recife (22 out. 1937) e *O Globo* do Rio de Janeiro (23 out. 1937), dentre outros, destacaram que a Paraíba continuava dando exemplo ao país, em defesa dos ideais democráticos do imortal Presidente João Pessoa. Apud Santana, 1999, p. 237.

4.2 UMA GRANDE "ONDA" DE PALAVRAS: O RECRUDESCIMENTO DO ANTICOMUNISMO NOS PERIÓDICOS PARAIBANOS (1935-1937)

Simultaneamente à escalada repressiva verificada após a insurreição de 1935, também se alargou uma intensa campanha de propaganda contra o comunismo pelo Brasil. De acordo com Motta (2002, p. 210), o Levante Comunista gerou um consenso entre "as elites e o governo do país, que se convenceram da necessidade urgente de promover uma ofensiva propagandística de caráter anticomunista". Nesse particular, o Estado e a Igreja Católica se destacaram como os principais agentes a entenderem que não deveriam combater o inimigo comunista apenas pela força repressiva, mais também que necessitariam procurar eliminá-lo das mentes dos brasileiros por meio do poder da persuasão que seria canalizado pela propaganda. Assim, logo se tratou de representá-lo de forma a estabelecê-lo no imaginário social como algo associado ao mal, ao diabo e a tudo que significasse contrário à *ordem* social pretendida.

Como já estudado no segundo capítulo, a Igreja Católica brasileira já vinha nutrindo uma indisposição com o comunismo e seus adeptos desde o seu aparecimento no início do século XX. Todavia, foi após o movimento de Natal e Recife, em novembro de 1935, que essa instituição avigorou a sua mobilização anticomunista que se fez expressar por meio de seu apostolado, de seus púlpitos e, sobretudo, de sua imprensa.

Na Paraíba, o governo de Argemiro de Figueiredo já havia cimentado sua aliança com a Igreja Católica desde as greves em 1934-35, e cujo principal objetivo foi o de desestruturar as organizações operárias. Naquele contexto, essa relação de auxílio mútuo entre ambos foi fortalecida e, seguindo a dinâmica nacional, o anticomunismo católico paraibano também se mostrou mais reforçado endossando a repressão então empreendida pela Delegacia de Ordem Política e Social sobre os acusados de participação no levante comunista de 1935. Na matéria "O surto extremista de novembro na Parahyba", o jornal da Arquidiocese, ao apresentar a relação dos presos políticos, também procurou justificar as práticas repressivas para o público leitor sob o argumento de que o movimento de novembro havia colocado a polícia ciente "(...) dos tenebrosos planos que aqueles

maus brasileiros a soldo de Moscou pretendiam realizar com a vitoria da sublevação". (Jornal *A Imprensa*, 29 jan.1936).

Assim como as elites políticas, a Igreja Católica paraibana também se mostrou temerosa quanto à possibilidade dos comunistas tomarem o poder e, nesse sentido, passou a tomar os depoimentos dos detidos pela DOPS-PB como verídicos, sem questionar que os mesmos haviam sido obtidos sob tortura. Ao delegado Praxedes Pitanga coube a função de conseguir dos seus presos políticos testemunhos que confirmassem as suas suspeitas quanto ao plano comunista da participação da Paraíba nos levantes de novembro ao lado do Rio Grande do Norte e Pernambuco. A sua acusação havia servido de argumento para justificar as prisões dos declarantes supostamente envolvidos. Assim que esses depoimentos foram divulgados pela DOPS-PB, o jornal *A Imprensa* elaborou uma matéria procurando dar conta do histórico dos comunistas na Paraíba, onde os relacionava como próximos à Aliança Nacional Libertadora e às mobilizações grevistas transcorridas, na tentativa de justificar que os elementos presos eram fomentadores das ideias comunistas e, portanto, da *desordem*. Sobre isso, vejamos o trecho abaixo:

> PARA A HISTÓRIA DO COMUNISMO NA PARAÍBA
> Esse período de sorrateira propaganda extremista veio suceder ao advento da Aliança Nacional Libertadora, ruidoso movimento político-social de um nacionalismo de fachada (...) em que pretendera disfarçar-se o comunismo. Vinham assim os extremistas parahybanos se empenhando nessa tarefa de lenta fermentação revolucionária que, a princípio, se denunciava em forma de greves e de outras agitações proletárias (...). (Jornal *A Imprensa*, 08 mar.1936).

Em seguida, a matéria procurava mostrar à sociedade paraibana os "riscos" até então vividos tendo em vista a propaganda comunista presente entre os meios operários do Estado:

> Ao ler as declarações das confabulações em torno de planos sinistros para a instauração do terror entre nós, o coração paraibano se enche de revolta por aquela tenaz propaganda que o nosso inconsciente liberalismo permitia e estimulava entre pobres figuras de operários joguetes inconscientes nas mãos de chefes ideologicamente pervertidos. (IDEM).

Ao referir que estava tomando por base as declarações dos próprios indicados de subversão à *ordem*, o texto recorria a uma estratégia discursiva com o objetivo de conferir legitimidade às acusações impostas aos “pervertidos extremistas” de pretenderem “planos sinistros” para a “instauração do terror”, ao mesmo tempo em que conclamava o público leitor a se revoltar com tamanha traição. Portanto, sem o menor questionamento quanto à autenticidade das informações colhidas pela DOPS-PB, a Igreja Católica paraibana passou a referendar as práticas repressivas cometidas por essa Delegacia.

No transcurso desse ano, o jornal *A Imprensa* manteve sempre presente em suas páginas notícias onde era freqüente a associação do comunismo ao demônio bem como a convocação dos fiéis católicos a se reunirem para deterem os “filhos das trevas” que o seguiam. No momento em que o comunismo passou a ser tomado como um perigo eminente, as lideranças católicas brasileiras começaram a representá-lo como “cria do Satanás”, como mais um inimigo dentre os vários com que os seguidores de Cristo vinham se defrontando desde a Antiguidade, a exemplo da Reforma Protestante e da expansão muçulmana na Europa.

O empenho da Igreja Católica paraibana em seguir essas orientações pode ser percebido a partir de outubro de 1937, ocasião na qual se verificou o segundo tempo dessa grande “onda” anticomunista. Acompanhando as determinações do Cardeal Leme e da Ação Católica Brasileira, a Arquidiocese da Paraíba passou a promover a organização do Círculo Operário Católico de João Pessoa, cuja principal missão era a de abolir os conflitos sociais entre patrões e operários através da cristianização destes e do mutualismo entre ambos, desautorizando, desse modo, o comunismo como uma alternativa política ao regime vigente. Ao que parece, o Círculo Operário Católico da capital paraibana procurou desenvolver o papel que lhe fora atribuído, já que é possível identificar no jornal *A Imprensa* vários artigos sob a sua responsabilidade objetivando a doutrinação dos trabalhadores, bem como outros enfatizando a necessidade da fundação de suas congêneres em todas as cidades, vilas e povoados do estado. (Jornal *A Imprensa*, out.-dez.1937; 30 mar.1938; e 08 jan.1939). Tudo indica que essa proliferação do circulismo tenha se realizado em alguns municípios da Paraíba, pois o jornal *A União* de 22 de fevereiro de 1940 noticiou “A grande reunião dos

Círculos Operários da Paraíba", destacando a presença das delegações de João Pessoa, Campina Grande, Areia e Cajazeiras.

O empenho dos membros da Igreja Católica no combate ao "inimigo vermelho" também pode ser verificado nas campanhas desenvolvidas pelo "Tríduo da Ação Católica", que foram promovidas pelos estudantes de Teologia do Seminário da Arquidiocese da Paraíba. Dos vários de seus artigos publicados no jornal *A Imprensa*, um apelava no sentido de constituir "O Exército Mobilizado do Cristo Rei, A Cruzada do Século XX" contra "a torrente destruidora", afirmando que, antes, as Cruzadas combateram o Islamismo; hoje "nos encontramos diante do perigo maior (...) duma invasão mais devastadora que a dos agarenos (...)" (Jornal *A Imprensa*, 04 nov.1937). Ao conclamar o seu exército de católicos para combater as "crias de Satanás", considerando-os como inimigos piores do que os muçulmanos, essa narrativa jornalística nos possibilita compreender a dimensão do temor que aquela instituição religiosa passou a nutrir frente ao comunismo, assim como a disseminação desse temor entre os seus fiéis.[258]

A partir de então, o jornal católico passou a abrigar em suas páginas artigos também enviados pelo Serviço de Divulgação da Polícia do Distrito Federal, cujo teor era o anticomunismo: "STALIN RESUSCITA antigos processos para obter novos fuzilamentos" (26 jan.1938), "O COMUNISMO CONDENADO PELA IGREJA" (27 jan.1938), "O SANGUE DOS MARTIRES É SEMENTEIRA DE CRISTÃOS. NA CHINA MAIS UM SACERDOTE É ASSASSINADO PELOS COMUNISTAS" (02 fev.1938), "Descoberto na Baia um plano de levante comunista. PRESOS OS VERMELHOS" (04 fev.1938), "MENTIRA SOVIÉTICA" (04 fev.1938) e "CREANÇAS RUSSAS" (05 fev.1938).

Desse modo, percebemos que a campanha propagandística da Igreja Católica paraibana contra os comunistas, seguindo a sua dinâmica nacional,

[258] Essa campanha contra o comunismo também foi empreendida pelos setores evangélicos da Paraíba. Pensamos assim tendo em vista o telegrama enviado pelo pastor da Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande, João Clímaco Ximenes, ao governador Argemiro de Figueiredo, solidarizando-se com o Estado de Guerra então implantado e dando conta de uma conferência a ser realizada pelo pastor inglês Harry G. Briault para seiscentos jovens: "Campina Grande, 26 – Governador Argemiro de Figueiredo – João Pessoa – No momento quando os inimigos procuram roubar a paz de nossa Patria desejando plantar o credo vermelho, hypoteco toda solidariedade à acção do Governo cooperando voluntariamente com este movimento de instrucção da nossa mocidade. Convidei o ver. Harry Briault para fazer conferência contra o comunismo em a Escola Dominical da nossa Egreja. Aqui tem 600 alunnos. V. excia. fica convidado a assistir a primeira conferência no dia 7 do mês próximo às 10 horas da manhã. Saudações – Ximenes." Cf. Jornal *A União*, 28 out.1937.

recrudesceu entre 1935 e 1937, período esse considerado como sendo o da "primeira grande onda anticomunista" (MOTTA, 2002, p. 13). Partindo de um conjunto de representações que já vinha sendo elaborado na Paraíba desde o início do século XX, o anticomunismo contribuiu, portanto, para fornecer o clima necessário à institucionalização da ditadura do Estado Novo em 1937.

No geral, podemos afirmar que a argumentação religiosa da demonização do comunismo ocupou papel hegemônico nas representações dos setores contra-revolucionários desse período. Isso pode ser compreendido tendo em vista não apenas o esforço dos periódicos católicos, mais também a colaboração da imprensa leiga. Mobilizados pelo temor ao comunismo, muitos jornais brasileiros começaram a abrigar em suas páginas a opinião dos católicos e, como conseqüência, passaram a aparecer freqüentes menções a discursos da Igreja Católica que sempre condenavam o "erro" comunista e procuravam proibir os fiéis de aproximarem-se daquela "doutrina infernal".

É o que se percebe ao analisarmos o caso do jornal estatal paraibano *A União* desse período, pois o mesmo passou a divulgar um discurso sobre o comunismo que também mantêm nuance com a matriz do anticomunismo católico, chegando mesmo a reservar espaço em suas páginas para matérias cujos títulos por si só falam dessa relação de aproximação: "A IGREJA E O COMMUNISMO" (20 mar.1937) e "O THEMA RELIGIOSO NOS SOVIETS" (31 jul. 1937). Em razão da aliança entre Estado e Igreja, muito expressa pela relação que Argemiro mantinha com esta, os discursos anticomunistas do jornal estatal também passaram a receber uma conotação religiosa.

Contudo, foi a Guerra Civil da Espanha (1936-1939) o tema com conotação religiosa mais presente no jornal *A União*, inclusive, tendo merecido uma seção diária com esse título, onde eram publicados os telegramas chegados da Europa, que falavam em nome da tentativa do golpe de Estado dado pelo exército em favor da direita contra o governo legal e democrático da Segunda República Espanhola, composto pelas forças da esquerda (socialistas, comunistas e anarquistas).[259] Durante esses anos, a Igreja Católica desenvolveu uma campanha mundial com o objetivo de inculcar a imagem mais torpe possível do

[259]Ao longo da Guerra Civil Espanhola esse jornal procurou fixar na mente de seus leitores que a República Espanhola tinha se transformado em um governo comunista, isolado de todo o restante da Europa, que massacrava o povo e os defensores da democracia.

regime soviético, associando-o a República Espanhola. De acordo com Motta (2002, p. 21), o período desse conflito demarca o ápice do anticomunismo católico, já que o alvo das perseguições anticlericais agora era uma nação católica. Não é demais lembrar que foi nesse contexto que surgiu a mais intensa declaração anticomunista do papado, a Encíclica *Divini Redemptoris* (19 mar.1937), onde Pio XI, com ênfase no caso espanhol, chama o comunismo de perigo ameaçador: "é do comunismo, denominado bolchevista e ateu, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã." (PIO XI, 1959, p. 03).

Assim como Vargas, Argemiro de Figueiredo valorizou o papel da imprensa e passou a utilizá-la largamente como veículo de propaganda para a fabricação de sua imagem como o melhor governador de todos os tempos, bem como no sentido de criar estereótipos sobre o comunismo e os comunistas. Para tanto, nomeou para a direção desse jornal oficial o bacharel Orris Fernandes Barbosa, um dos jornalistas mais competentes e de maior prestígio de sua época, e dotou o porta-voz do governo com equipamentos modernos.[260]

De acordo com o analisado no capítulo anterior, o jornal *A União* vinha mantendo uma dinâmica de campanha anticomunista desde a Revolução Russa de 1917, o que demonstra que o comunismo foi assumido como inimigo das elites econômicas e políticas do Brasil, e da Paraíba especificamente, antes da chamada “Intentona” de 1935, quando então o “perigo” se tornou mais “real”. Entretanto, esse movimento revolucionário pode ser considerado como sendo responsável pelo recrudescimento da propaganda que agenciou representações que tomaram o comunismo como inimigo da nação.

Logo que o movimento comunista eclodiu em Natal e Recife, o jornal oficial dedicou suas páginas, quase que exclusivamente, a informar à sociedade paraibana as suas versões sobre os fatos. Interessante notar que estes mereceram manchetes de destaque em sua primeira página, cujos títulos, em letras grandes e em negrito, são reveladores da forma como o movimento foi tratado: “Movimento sedicioso em Recife e Natal” (26 nov.1935), “Abafada a

[260] Orris Barbosa foi diretor do jornal *A União* entre 28 de março de 1935 e 30 de julho de 1940. A partir de 1936, com a implantação de grandes melhoramentos no parque gráfico, envolvendo técnicas de composição, impressão e encadernação, ele deu uma nova visão gráfica a esse jornal oficial. Cf. Martins, 1977, p. 46 e 273.

sublevação de Socorro, em Recife" (27 nov.1935) e "Debellados os movimentos subversivos" (28 nov.1935). Vemos que o propósito dessas manchetes era informar o público leitor da vitória dos agentes da *ordem*, porém as suas adjetivações também nos revelam como o jornal, falando em nome daqueles, passou a confirmar as desconfianças que já vinham nutrindo aos já cunhados de "elementos extremistas". Portanto, um medo que, até então, parecia distante, agora se mostrava "real" e foi com essa carga de radicalização que se passou a apresentar o comunismo à sociedade paraibana.

Entre os dias 29 de novembro e 07 de dezembro, *A União* manteve aberta, quase que ininterruptamente, a seção "Ecos dos movimentos subversivos", que ocupava metade de uma página e onde eram impressos os telegramas que chegavam da Agência Brasileira de Notícias sediada no Rio de Janeiro, cujas mensagens enfatizavam, no geral, as prisões dos comunistas envolvidos, a repressão aos seus núcleos de propaganda, a morte dos oficiais, o restabelecimento da *ordem* nos estados rebelados e as congratulações a Getúlio.[261] Dentre os recursos discursivos utilizados nessa seção, cabe destacar o uso da fotografia que, naquela época, se prestava como testemunho da veracidade dos fatos. Na sua primeira edição, os articulistas apresentaram uma fotografia do sargento Eliezer, que comandou o Governo Popular Nacional Revolucionário na capital do Rio Grande do Norte, e, na segunda, mais duas do Quartel da Polícia de Natal que se prestavam a representar o "perigo" comunista. Vejamos essas três imagens com suas respectivas legendas:

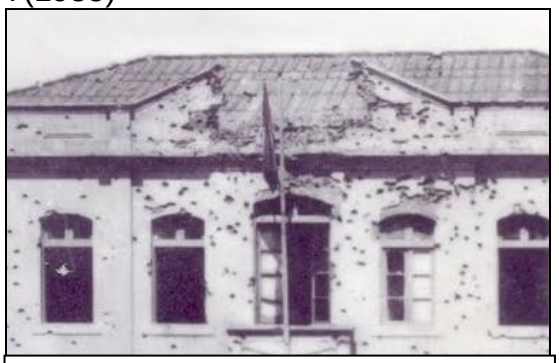
IMAGEM V – PRESO POLÍTICO (1935)

Sargento Eliezer que chefiou o governo revolucionário do Rio G. do Norte. FONTE: Jornal *A União*, 29 nov.1935.

[261] A Agência Brasileira foi criada nos anos 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, com o fim de divulgar atos da administração federal e as notícias consideradas de interesse público, além de distribuir a publicidade dos órgãos governamentais.

IMAGEM VI – QUARTEL DE POLÍCIA DE NATAL APÓS O LEVANTE COMUNISTA (1935)

Aspecto do Quartel de Polícia, em Natal, logo após a fuga dos revoltosos. FONTE: Jornal *A União*, 30 nov.1935.



As condições em que se acha a fachada do Quartel de Polícia, em Natal. FONTE: Jornal *A União*, 30 nov.1935.

A primeira fotografia era apresentada no sentido de garantir a autenticidade da informação que dava conta da prisão dos líderes da Junta Governativa de Natal quando de sua fuga para a Bahia. As outras duas tinham a intenção de apresentar os resultados do bombardeio desfechado pelos comunistas por ocasião da tomada do Quartel de Polícia da capital do Rio Grande do Norte, sendo que a segunda fotografia é um recorte da primeira, onde se privilegiou focalizar a fachada do Quartel com o propósito de destacar onde os danos foram causados em maior proporção para, desse modo, causar maior impacto na opinião pública quanto à ação dos comunistas. Assim, consideramos que o conjunto discursivo dessa seção, composto pelo texto e pelas imagens, foi marcado por representações anticomunistas que colaboraram significativamente para sedimentar o imaginário social que concebia os militantes do PCB como violentos e assassinos.

A partir do dia 07 de dezembro, essa seção foi substituída pela “O MOMENTO NACIONAL” que manteve as mesmas funções de noticiar os telegramas enviados pela Agência Brasileira de Notícias da capital do país dando conta das ações do governo frente à questão dos comunistas. No geral, esse diário passou a transcrever os discursos que advinham do Rio de Janeiro e a tomá-los como referência para a elaboração de seus editoriais, sendo estes considerados por nós como outros indicativos para detectarmos a posição daquela imprensa para com os membros do PCB. Nesse sentido, identificamos uma significativa profusão destes textos surgidos na primeira semana de dezembro, cujos títulos por si só são reveladores do seu forte empenho na

campanha anticomunista então empreendida: “EM DEFESA DA ORDEM E DO REGIME” (01 dez.1935), “OS ELEMENTOS DA REAÇÃO LEGAL NA PARAHYBA I” (03 dez.1935), “OS ELEMENTOS DA REAÇÃO LEGAL NA PARAHYBA II” (04 dez.1935) e “IDEOLOGIA INASSIMILAVEL” (05 dez.1935).[262] Um trecho desse último segue como exemplo:

> A nação brasileira acaba de viver o momento mais grave de sua história de povo democrático. Não é a primeira vez que o Brasil se vê a braços com movimentos subversivos. Muitos e de maiores proporções já tingiram de sangue o solo brasileiro. Não são poucas as intentonas, as lutas sangrentas, as revoluções, as guerras civis, que registraram os nossos annaes de povo impetuoso e ardente. Mas, nenhuma dessas sublevações históricas, muitas das quaes de uma *allure* romântica de bravura louca, como a que immortalizou os 18 de Copacabana, nenhum desses golpes que emprestaram um colorido rubro à formação política da nacionalidade se afastou dos princípios tradicionaes da nossa civilização e ameaçou a família brasileira de destruir os vínculos sagrados de sua formação moral e religiosa, com a implantação violenta de um regime contrário aos costumes e ao espírito christão da nossa gente. (...) o Brasil esteve, portanto, digno de si mesmo ao reprimir as intentonas de Natal, Recife e Rio, agindo com desassombro ao imperativo de circunstâncias excepcionaes, em defesa da democracia liberal, sob cujos postulados se processam as actividades de uma raça nascente mais e mais a condensar-se moral e economicamente, dominando uma faixa invejável de um continente novo. (Jornal a União, 05 dez.1935).

Trata-se de um discurso bastante opinativo em que o Levante Comunista é representado como o mais grave movimento social da história do Brasil, uma vez que, segundo o mesmo, nenhum dos outros citados se afastou dos princípios tradicionais da “nossa civilização” e nem ameaçou destruir a formação moral e religiosa da família brasileira. Considera ainda que a “intentona” tinha por fim a “implantação violenta de um regime contrário aos costumes e ao espírito christão” e que a repressão a ela empreendida se deu na “defesa da democracia liberal”. Esses trechos são indicativos de como o catolicismo e o liberalismo foram matrizes que o anticomunismo desse período assumiu conjuntamente.

Ainda merece destaque a referência que esse editorial deu ao Levante Comunista como sendo uma “intentona”. Para Motta (2002, p. 76), esse termo

[262] Os editoriais são textos de um jornal, geralmente apócrifos (não assinados), em que o conteúdo expressa a opinião da empresa, da direção ou da equipe de redação. De regra, grandes jornais reservam um espaço predeterminado para os editoriais, em duas ou mais colunas, logo nas primeiras páginas internas. Os *boxes* (quadros) dos editoriais são normalmente demarcados com uma borda diferente para marcar claramente que aquele texto é opinativo, e não informativo.

não foi utilizado pela primeira vez nessa ocasião, o mesmo “já fazia parte do vocabulário político brasileiro”. Contudo, notamos que essa expressão começou a ser adotada pelo jornal em análise como parte de sua estratégia na luta anticomunista, na medida em que o seu significado (Intentona = intento louco, motim insensato) era utilizado de maneira a desqualificar a tentativa revolucionária de 1935. Pelo dito, consideramos que o jornal paraibano passou a ser contribuinte para que tal referência fosse se naturalizando na memória oficial brasileira, pois

> Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. (...) O movimento foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da "ideologia malsã". O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. (IDEM).

Destarte, no período imediatamente posterior ao Levante comunista, o jornal *A União,* com suas manchetes de capa, seções específicas, editoriais e matérias que foram surgindo até o golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, construíram a imagem daquele movimento como sedicioso, subversivo, extremista, desordeiro, intentona, contribuindo para naturalizar o estereótipo que já vinha sendo formado sobre os comunistas desde 1917. Em razão desse conjunto discursivo ser de grande tamanho, apresentaremos apenas os títulos das matérias e editoriais no quadro seguinte:

QUADRO XXIX – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS ANTICOMUNISTAS DO JORNAL *A UNIÃO* (26/11/1935 – 23/09/1937)

1935
Movimento sedicioso em Recife e Natal. Matéria de capa (26/11).
Abafada a sublevação de Socorro, em Recife. Matéria de capa (27/11).
Debellados os movimentos subversivos. Matéria de capa (28/11).
EM DEFESA DA ORDEM E DO REGIME. Editorial (01/12).
INTOXICAÇÃO ESPIRITUAL. EM ENTREVISTA A “A NOITE” O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS ASSIM CLASSIFICA A RECENTE EXPLOSÃO DO EXTREMISMO VERMELHO. Matéria enviada pela Agência Brasileira, RIO, 30 (01/12).
OS ELEMENTOS DA REAÇÃO LEGAL NA PARAHYBA. Editorial (03/12).
A VICTORIA DA LEGALIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE (03/12)
OS ELEMENTOS DA REAÇÃO LEGAL NA PARAHYBA. Editorial (04/12).

IDEOLOGIA INASSIMILAVEL. Editorial (05/12).
COMO LUIZ CARLOS PRESTES SE APOSSOU DOS DOIS MIL CONTOS DESTINADOS À REVOLUÇÃO. Matéria da Agência Brasileira, RIO, 6 (07/12).
COMMUNISTAS TEIMOSOS. Matéria da Agência Brasileira, RIO, 13 (14/12).
O GOVERNO E O OPERARIADO PARAHYBANO. Editorial (17/12).
A contra-offensiva da Democracia Brasileira na applicação das leis repressoras ao Extremisno. Editorial (18/12).
Bolchevismo cerebral. Assinada por Menotti Del Picchia. In: Copyright da COMPANHIA EDITORA NACIONAL. Exclusividade no Estado da Parahyba para *A UNIÃO* (24/12).
1936
MARCHA DO VERMELHO PARA O COR DE ROSA. Transcripto da Revista Pan (12/01).
O POLVO SOVIÉTICO. Assinada por Durwal de Albuquerque (12/01).
O PROBLEMA COMMUNISTA. COMO SE FORMOU A CAUDAL VERMELHA – A POLICIA DO SR. BERNARDES E A PROPAGANDA DO CREDO DE MOSCOU – A QUESTÃO SOCIAL, E O SR. WASHINGTON LUIS- UMA ORIENTAÇÃO INTELLIGENTE – E' PROVAVEL QUE SEJA DECRETADO O "ESTADO DE GUERRA" – REPRESSÃO – E CONTRA-PROPAGANDA. Assinada por Raphael de Hollanda. RIO, 13. Pelo correio aéreo, especial para *A UNIÃO* (17/01).
O FIM DA RUSSIA VERMELHA. Assinada por Mario Amazonas. Copyright da U. J. B. para *A UNIÃO* (07/03).
PORQUE SE COMBATE O COMUNISMO. Matéria do Serviço de Imprensa do Departamento Nacional da Propaganda (25/03).
ELVIRA, A GAROTA CONDEMNADA POR UM TRIBUNAL VERMELHO. Matéria da Agência Brasileira, pelo o Aéreo, RIO, 06 (09/04).
O Absurdo do Communismo. Assinada por Mario Pinto Serva (Deputado á Assembleia Legislativa de São Paulo), Copyright da U.J.B. para *A UNIÃO* (05/05).
Um pouco da estatistica DA RUSSIA SOVIETICA. Matéria do Serviço de Imprensa do Departamento Nacional de Propaganda (02/07).
A PENA PARA OS COMMUNISTAS. Assinada por Mario Pinto Serva (Deputado á Assembléa Legislativa de São Paulo, Copyright da U. J. B. para *A UNIÃO* (07/08).
FASCISMO RUSSO. Assinada por Cezar Rivelli. Copyright da U.J.B. para *A UNIÃO* (13/08).
A RÚSSIA NÃO RESPEITA OS QUE PISAM NO SEU SOLO. Matéria da Agência Brasileira, BERLIM, 9 (10/09).
A FALSIDADE DA PROPAGANDA SOVIETICA. Matéria da Agência Brasileira, PARIS, 16 (17/09).
O PLANO "VERMELHO" PARA DOMINAR A FRANÇA – A' ULTIMA HORA, FOI DADA CONTRA-ORDEM DE MOSCOU. "Aguente a mão até o outomno, e então golpeia." Matéria do "Correio Manhã", do Rio (15/10).
A Italia e a Allemanha unidas na lucta contra o communismo. ROMA, 22 para *A UNIÃO* (23/10).
O Bolchevismo. E' A EXPRESSÃO TYPICA E IMMUTAVEL DOS MAUS INSTINCTOS – DIZ O BISPO ALOYSO UDALI. Matéria da Agência Brasileira, VIENNA, 27 (28/10).
O COMBATE AO COMMUNISMO PELAS GRANDES POTENCIAS. Matéria da Agência Brasileira, LONDRES, 18 (08/12)
DADO O ALARME NA FRANÇA CONTRA O COMMUNISMO – 344 JORNAES DENUNCIAM AO PAIS A ATTITUDE ANTINACIONAL DO SR. LEON BLUM. Matéria da Agência Brasileira, PARIS, 22 (25/12).
1937
JUSTIÇA SOVIETICA. Assinada por Cesar Rivelli. Copyright da União Jornalística Brasileira para *A UNIÃO* (19/02).
PERANTE A JUSTIÇA MILITAR O CHEFE VERMELHO. Assinada por Raphael de Hollanda. Especial para *A UNIÃO*, RIO, 26 (03/03).
IMPRESSÕES DA U. R. S. S. RIO, fevereiro (09/03).
A IGREJA E O COMMUNISMO (20/03).
UM LIBELLO CONTRA O REGIMEN SOVIETIVO. Uma grande escriptora russa, filha de Tolstoi, dá ao Brasil um impressonante testemunho dos horrores praticados no seu país. RIO, 27 (31/03).
O "DEMONIO VERMELHO" DOS ESTADOS-UNIDOS. O chefe dos furadores de greves e os conflictos sociaes norte-americanos. Assinada por Georges Herald. Exclusividade da *A UNIÃO*

na Parahyba (14/04).
OS ABSURDOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO SOVIETICA. Matéria do Serviço de Imprensa do Departamento Nacional de Propaganda (14/04).
AGITAÇÃO NA RUSSIA. Matéria da Agência Brasileira, PARIS, 26 (27/04).
NA VIGENCIA DA CONSTITUIÇÃO RUSSA. Assinada por Barbosa Lima Sobrinho (30/04).
O TRISTE DESTINO DA REVOLUÇÃO SOVIETICA. Matéria da Agência Brasileira, RIO, maio (03/06).
TUKHATCHEVSKI, O MARECHAL VERMELHO EM DESGRAÇA. Exclusividade da *A UNIÂO* na Parahyba (19/06).
NA POLONIA A imprensa polonesa condemna o systema soviético sobre prisões e fuzilamentos em massa. Matéria da Agência Brasileira, VARSÓVIA, 16 (19/06).
OS ACONTECIMENTOS DA UNIÃO SOVIETICA DESPERTAM O INTERESSE DO POVO ALLEMÃO. Matéria da Agência Brasileira. BERLIN, 18 (19/06).
O MOTIVO DAS EXECUÇÕES CAPITAES EM MOSCOW. EXPOSTO POR KERENSKI NUMA CONFERENCIA REALIZADA EM REVEL. Matéria da Agência Brasileira, REVAL ESTONHIA, 9 (10/07).
AS FANFARRONADAS RUSSAS. Matéria do Serviço de Imprensa do Departamento Nacional de Propaganda (23/07).
STALIN FECHOU O “PRAVDA” E PRENDEU TODOS OS SEUS REDACTORES. “Iswestia” publicou a respeito apenas um telegramma lacônico. Matéria da Agência Brasileira, MOSCOW, 24 (28/07).
OS RUSSOS NO POLO NORTE. Assinada por Otto Schmidt (Chefe da expedição polar de 1937). Exclusividade da *A UNIÂO* na Parahyba (31/07).
O THEMA RELIGIOSO NOS SOVIETS. Matéria da Agência Brasileira, MOSCOU, 30 (31/07).
A MORTE DE TUKHATCHEVSKY. Assinada por Jacques Doriot (Deputado em França). Exclusividade da *A UNIÂO* na Parahyba (04/08).
O COMMUNISMO NO BRASIL Um artigo do “Diario de Noticias” sobre o asssumpto. Para *A UNIÃO*, LISBOA, 6 (08/08).
RAPTADO O FILHO DO DICTADOR SOVIETICO. Matéria da Agência Brasileira, VARSOVIA, 20 (21/09).
ESMAGAR A HYDRA! Assinada por Cesar Rivelli. Copyright da União Jornalística Brasileira para *A UNIÃO* (23/09).

FONTE: Jornal *A União*, 26 nov. a 23 set.1937. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Ao fazermos uma análise minuciosa sobre o conjunto discursivo anticomunista do jornal *A União*, do período posterior à insurreição de 1935 até a implantação do Estado Novo em novembro de 1937, notamos que o seu ritmo de publicação se fez crescente, que o mesmo seguia a dinâmica das informações chegadas do Rio de Janeiro e que estas tinham bases assentadas nos discursos sobre os comunistas que já vinham sendo publicizados desde a Revolução de Outubro de 1917. Ao mesmo tempo, isso significa dizer que Argemiro de Figueiredo engajou-se com grande vigor também por meio da palavra escrita na campanha nacional contra o comunismo promovida por Getúlio Vargas. Muitos dos textos publicados eram enviados, sobretudo, pelo Serviço de Imprensa do Departamento Nacional de Propaganda e pela Agência Brasileira de Notícias.

Outra constatação é a de que o eixo dessa campanha fundamentou-se, principalmente, na exploração dos fatos relacionados à “Intentona Comunista”,

bem como nos aspectos negativos da experiência soviética. Com relação a esse segundo caso, notamos que essa imprensa publicou, ao longo desse período, sete longos artigos que continuavam insistindo em fazer menções às ditas mazelas da Rússia Comunista.[263] Dentre os quais, destacamos o intitulado de "Um pouco da estatistica – DA RUSSIA SOVIETICA" que, se dizendo baseado em dados fornecidos pelas estatísticas oficiais daquele país, procura provar o declínio da sua riqueza pecuária e agrícola "depois que a Russia cahiu nas garras do extremismo". Sobre isso, o jornal diz que

> Em 1914 existiam nos campos russos 139 milhões de carneiros contra 54 milhões existententes em 1936. Os bovinos eram em numero de 67 milhões: estão reduzidos a 46 milhões. Havia 34 milhões de cavallos: ha, hoje, 16 milhões. Os porcos desceram de 24 milhões a 16 milhões. Foi em que deu a sovietização dos campos de criação. Quanto a agricultura, vejamos, por exemplo o que succedeu com o trigo, a maior riqueza do pais. De 1912 a 1935, em 22 annos, a producção augmentou de 9%. Nesse mesmo periodo de tempo a cultura desse cereal augmentou de 28% na Allemanha, de 49% na Republica Argentina de 52% na Austrália e de 55% nos Estados Unidos. Examinando os proprios dados officiaes, nos quaes, se erros existem, são na sentido de favorecer o regime – verifica-se que actividade da producção teve, nos 19 annos de experiencia communista, uma baixa de 14%. A Russia dos tempos do Tzar exportava annualmente mais de um bilhão e oitocentos milhões de franco ouro de cereaes. Toda a exportação de productos agricolas, em 1934 não ia além de alguns francos. A lição da Russia é clara: todas as vezes que os dirigentes sovieticos pretendem applicar ao campo as suas doutrinas theoricas o descalabro é fatal. (Jornal *A União*, 02 jul.1936).

Outro artigo também esclarecedor nesse sentido é o que diz fazer uma análise do livro, então recentemente publicado, do escritor belga Victor Serge onde este defende a tese de que na Rússia existe uma "nova casta de privilegiados, que vive a custa do proletariado".[264] Vejamos um trecho desse texto:

---

[263] São eles: "PORQUE SE COMBATE O COMUNISMO" (25 jun.1936), "Um pouco da estatistica – DA RUSSIA SOVIETICA" (02 jul.1936), "A FALSIDADE DA PROPAGANDA SOVIETICA" (17 set. 1936), "IMPRESSÕES DA URSS." (09 mar.1937), "UM LIBELLO CONTRA O REGIMEN SOVIETIVO. Uma grande escriptora russa, filha de Tolstoi, dá ao Brasil um impressionante testemunho dos horrores praticados no seu país" (31 mar.1937), "O TRISTE DESTINO DA REVOLUÇÃO SOVIETICA" (03 jun.1937) e "AS FANFARRONADAS RUSSAS" (23 jul.1937).

[264] O livro ao qual o artigo se refere é *Destino de uma Revolução* (1937) do belga Victor Serge (1890-1947), anarquista que passou a apoiar os bolcheviques quando de sua chegada à Rússia em 1919. Apesar de ter sido um grande admirador de Lenine e da revolução, não poupou críticas ao caminho ditatorial do stalinismo e incorporou-se à Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, em 1923. Cinco anos depois, foi expulso do Partido Comunista e considerado inabilitado para trabalhar para o governo. Foi preso em 1933, conseguindo abandonar o país graças às pressões e protestos políticos da Bélgica, Espanha e França, indo morar neste país em 1936, onde publicou o referido livro.

> O TRISTE DESTINO DA REVOLUÇÃO SOVIETICA
> A nova obra proclama o completo fracasso da revolução idealizada por Lenine, demonstra como a hypothetica dictadura do proletariado não é mais que a dictadura da burocracia stalinista. Acrescenta que nos campos os lavadores não se conformam com a perda dos seus direitos de propriedade e, nas cidades, os operários já se aperceberam da exploração de que são victimas. A prova disto está no continuo augmento das opposições, que o governo soviético é obrigado a reprimir violetantamente, mediante perseguições e processos espectaculares, consequentemente o poder publico não é formado sinão por uma scoria de políticos sem escrúpulos, que delle se aproveita por todas as formas ao seu alcance. (Jornal *A União*, 03 jun.1937).

O texto procura autorizar-se diante do seu público leitor ao se dizer fundamentado na obra de Victor Serge. Tratava-se da estratégia de apresentar aspectos da "realidade" russa dizendo ter por base fontes do governo soviético e de mantê-los em evidência de modo a fixar no público leitor a mensagem pretendida. O que se tornava mais fácil dado essa temática já vir sendo estabelecida na sociedade paraibana desde o início da década de 1920, como descrito no capítulo anterior.

Além das constantes referências às ações "nefastas" de novembro de 1935, sempre rememoradas, e das repetitivas citações sobre a "crise" econômica soviética, outros temas foram explorados pela propaganda anticomunista. Um deles era o relacionado à expulsão de estrangeiros, que eram deportados sob denúncia de terem participado no Levante Comunista. Como exemplo, citamos que "Foi baixado decreto na Pasta da Justiça expulsando do território nacional por se terem constituido elementos nocivos á ordem publica Sealio Skeo Martins, Janivas Rubens Evibjaaki, Tesar Zibarnberg, Jeseh Lachtermacher, Joseh Weiss, João Sharler e Julius Satg." (Jornal *A União* 08 jan.1936), bem como o relacionado a

> Olga Benario, a companheira de Carlos Prestes vae ser expulsa do país. A fim de completar o processo de expulsão de Olga Benario, o Delegado Auxiliar requisitou-a, como também ao ex-capitão Carlos Prestes. Sabe-se que Olga Benario incorreu nas penas da lei 113; n. 15. cujo teôr é o seguinte: "A União poderá expulsar do territorio nacional os estrangeiros perigosos á ordem publica ou nocivos aos interesses do país". Olga Benario chegou á Policia Central, sorridente, apparentando boas condições de saúde. Não se mostra mais abatida e já se expressa em nosso idioma, procurando fazer-se comprehender, quando é obrigada. (Jornal *A União*, 20 maio.1936).

Aos estrangeiros eram atribuídas as responsabilidades da presença do comunismo no país, sendo o povo brasileiro considerado de “espírito” estranho a tal doutrina. O discurso publicado no jornal oficial paraibano, de autoria de Mario Pinto Serva, deputado da Assembléa Legislativa de São Paulo, advogando em favor da imediata prisão e deportação daqueles, corrobora essa assertiva:[265]

> Eis por que o remedio para acabar com o communismo devia consistir em renovar a disposição da Constituição vigente, na parte em que veda o banimento, e expulsar permanentemente todos os individuos provadamente communistas, os quaes nunca mais poderiam pisar o solo nacional. Por essa forma se acabaria definitivamente com o communismo. (Jornal *A União*, 07 ago.1936).

As representações sobre os estrangeiros ainda se aproximavam com os temas relacionados a “doenças”, “infiltração” e criaturas assustadoras e traiçoeiras.[266] Uma matéria das encontradas referente a essa última temática é assinada por Durwal de Albuquerque, cuja chamada é ilustrativa:

> O POLVO SOVIÉTICO
> Essse cephalopode monstruoso e traiçoeiro habitante dos mares, horripilante pela fôrma detestavel pelas intenções subtis com que se aproxima das victimas, tentou, no Brasil sob a capa da chamada política vermelha, um golpe frenetico que, graças a Deus falhou. Os tentáculos medonhos, distentidos sobre a America, procuram arrastar, para o seu vil contacto, as democracias que se veem ensaiando, com proveito, para a conquista do pão, da terra e da liberdade. No emtanto, as victimas, presentindo-os, em tempo, fogem á manhosa força do monstro, deixando-o enrodilhado, a espera de outra victima mais desavisada. (Jornal *A União*, 12 jan.1936).

De maneira semelhante, as manchetes de *A União* falavam sempre de tramas, complôs e golpes comunistas descobertos pela polícia brasileira.

---

[265] Mário Pinto Serva foi um grande agitador político e cultural do início do século XX: participou do movimento modernista e da Revista de Antropofagia com Oswald e Mário de Andrade, em 1928; fez parte do grupo de jornalistas liberais do *O Estado de São Paulo*; foi um dos fundadores do jornal *Folha da Manhã*; com Monteiro Lobato liderou a campanha pela alfabetização obrigatória e pelo voto secreto. Em razão dessa última questão foi chamado por Getúlio Vargas, em 1933, para redigir a Lei do Voto Secreto, que já vigorou na eleição para a Constituinte de 1934, onde Serva foi deputado constituinte e conseguiu aprovar a lei da Alfabetização Obrigatória de todas as crianças. Mas, era um anticomunista convicto.

[266] Sobre esse último tema, identificamos as seguintes matérias: “O POLVO SOVIÉTICO” (12 jan. 1936), “O PROBLEMA COMMUNISTA. COMO SE FORMOU A CAUDAL VERMELHA – A POLICIA DO SR. BERNARDES E A PROPAGANDA DO CREDO DE MOSCOU – A QUESTÃO SOCIAL, E O SR. WASHINGTON LUIS- UMA ORIENTAÇÃO INTELLIGENTE – E’ PROVAVEL QUE SEJA DECRETADO O ‘ESTADO DE GUERRA’ – REPRESSÃO – E CONTRA-PROPAGANDA” (17 jan.1936) e “ESMAGAR A HYDRA!” (23 set.1937).

Notamos que esses compunham um tema que era muito repetido e tratado com alarde no sentido de manter o assunto na ordem do dia. Vemos, por exemplo, o destaque dado ao texto “DESCOBERTA nova conspiração communista no Rio de Janeiro”, publicado em 09 de agosto de 1936:

> A POLICIA RECEBIDA A BALA
> A Secção de Segurança Politica, chefiada pelo capitão Romano, um dos elementos mais destacados da organização da política do Districto Federal, durante a madrugada de hontem, realizou uma rumorosa diligencia em Leopoldina, onde se vinha observando uma grande actividade de agentes communistas que estavam se preparando para uma nova mashorca vermelha. As cellulas descobertas foram varejadas pela policia, resultando numerosas prisões. Quando procediam ás investigações os policiaes foram atacados a bala pelos malfeitores vermelhos que obrigaram os mesmo a reagir em defesa da propria vida. Foi apprehendida grande quantidade de pistolas “revolvers”, granadas e material bellico, além de copiosa correspondencia.

No início do ano seguinte, o jornal estatal paraibano continuava noticiando a respeito desse tema: “PREPARAVAM NOVO MOVIMENTO DE CARACTER EXTREMISTA NO RIO DE JANEIRO... Mas a polícia carioca descobriu, a tempo, toda a trama – Pormenores desse fracassado attentado” (Jornal *A União*, 16 jan.1937). Em muitos casos, essa ostentação dos acontecimentos se dava na tentativa de manter vivo na sociedade o pavor ao comunismo e, desse modo, garantir a eficácia da campanha anticomunista.

Ao observarmos esse recrudescimento da campanha anticomunista entre esses dois anos (1935-1937), notamos que, apesar de apresentar algumas novidades temáticas (como é o caso da “Intentona”), no geral, o mesmo teve por base representações que já vinham sendo postas desde 1917, o que sustenta a nossa tese de que o anticomunismo na cultura política paraibana não deve ser pensado como existindo apenas no período compreendido entre o Levante Comunista de 1935 e a implantação do Estado Novo em 1937.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a eliminação da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo, em 02 de julho de 2010, as atenções da população se voltaram para as eleições presidenciais daquele ano, cujos principais candidatos eram Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). Na época, estava em meio ao segundo ano de doutorado, cursando disciplinas, garimpando fontes nos arquivos paraibanos e lendo o que encontrava sobre o meu tema. Neste ambiente político e acadêmico, pude perceber e acompanhar parte dos argumentos utilizados nas campanhas eleitorais, sobretudo, os que se constituíram contra a candidata petista. Nesse particular, chamou-nos a atenção o significativo número de vídeos divulgados no site www.youtube.com que a acusavam de possuir vínculos com os comunistas, em uma aberta tentativa de desqualificar a candidata ante a sociedade, tentando despertar e jogar contra ela a força da tradição anticomunista, que na história brasileira demonstrara notável capacidade de influir no jogo político.

Dos vários vídeos identificados, destacamos um que foi publicizado poucos dias antes do primeiro turno (03/10/12), intitulado de "A dama de vermelho - Dilma Rousseff (eleições 2010)", e cuja chamada de abertura procurava referendar uma memória em torno daquela política nos seguintes termos:

> Antes da campanha eleitoral, quase sempre, Dilma estava vestida de vermelho. Nos regimes políticos, o vermelho representa o comunismo ou o socialismo. Nas revoluções, atentados ou guerrilhas, o vermelho é o sangue derramado, muitas vezes, de pessoas inocentes. Conheça um pouco da história de Dilma Rousseff e você vai entender o porquê da sua paixão pelo vermelho.[267]

Depois de apresentar alguns depoimentos de ex-revolucionários, editados a sua maneira, e associar Dilma ao movimento armado contra a ditadura militar, a sequestros e mortes, o filme termina alertando os internautas sobre a possível "ameaça comunista", caso ela fosse eleita:

> Ficou claro que, enquanto o povo brasileiro lutava sem armas pela liberdade e democracia, Dilma e seus guerrilheiros, apoiados por Fidel Castro, lutavam com

[267] Enviado por falecomoeditor em 22/09/2010, com oito minutos e cinqüenta e três segundos e hospedado no endereço http://www.youtube.com/watch?v=wG09lsPCmqk. Dias antes do segundo turno (31/10/2010), foi postado o vídeo "QUEM QUER IMPLANTAR O COMUNISMO NO BRASIL? (veja esse vídeo e tire suas conclusões)", enviado por PedagogoSoares em 17/10/2010, arquivado no endereço http://www.youtube.com/watch?v=dFoIXtYnID0&feature=related.

> armas, bombas e terrorismo para a implantação do comunismo. Muito cuidado!!! Dilma foi exaustivamente treinada para enganá-lo com sorrisos simpáticos, roupas claras e muita democracia. É isto o que você quer para o Brasil? Diga não ao comunismo!!!

Pelo exposto, exemplificamos a longevidade e mesmo a força da argumentação do imaginário anticomunista na história política brasileira. Se, em um passado não tão distante, essa “ameaça comunista” foi um argumento político decisivo para justificar os golpes políticos, bem como para tentar convencer a sociedade da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda, em 2010 ela foi rememorada com o objetivo de desqualificar a candidata do PT às eleições presidenciais. Na Paraíba, a constatação de como a sociedade vê o comunismo e os comunistas já havia sido percebida quando, durante o nosso curso de Mestrado (2004-2006), coletamos os relatos de memória de uma amostra de octogenários no município de Cabaceiras-Paraíba, ocasião na qual demonstraram aberto pavor aos que se apresentavam próximos às ideias marxistas, referenciadas como maléficas e, portanto, prejudiciais àquela coletividade.

Diante desse quadro de observações, consolidamos a proposta exposta em nosso projeto de pesquisa em torno do imaginário anticomunista na Paraíba, já que se trata de uma tradição política ainda muito presente no século XXI. A necessidade de um estudo nesse sentido se fez mais evidente também ao identificarmos que a historiografia paraibana negligenciou o anticomunismo como objeto de estudo, restando a quatro autores registrá-lo secundariamente e distanciado da análise do modo pelo qual seu imaginário foi construído e disseminado, bem como o situando, apenas, em momentos específicos da história paraibana. Essa minimização do tema destaca-o, apenas, quando o mesmo foi assumido em campanhas que levaram a grandes mobilizações, como é o caso do Estado Novo (1937) e da redemocratização de 1945, como já destacado na introdução desse estudo.

Desse modo, elaboramos a nossa proposta de tese no sentido de investigarmos como se processou a constituição do imaginário anticomunista paraibano, não o pensando como um fenômeno criado pelas elites políticas e intelectuais dos anos seguintes a 1935, como dito pela historiografia paraibana, mas decorrente do período seguinte a 1917, quando, então, um conjunto de representações, tomando como referência o perigo de uma revolução mundial

como conseqüência do que ocorrera na URSS, passou a ser elaborado e disseminado na Paraíba.

Partindo dessa problemática, começamos analisando a nova história política, campo historiográfico no qual encontramos base teórica para refletir a respeito do nosso objeto, bem como a produção historiográfica brasileira sobre o anticomunismo no sentido de extrairmos lições conceituais que nos auxiliassem ao longo de nossa escrita e de assentarmos o que faríamos de forma diferente no tocante aos autores listados.

Uma vez situado nas questões teórico-conceituais, passamos a investigar o nosso objeto nos recortes espacial e temporal propostos. Após analisar o nosso *corpus* documental, pudemos perceber que a primeira matriz do anticomunismo na cultura política do Brasil, e da Paraíba em particular, foi a do catolicismo, decorrente do seu discurso ultramontano, ferrenhamente antiliberal, e hegemônico no século XIX. Diante dessa constatação, passamos a identificar como as elites católicas paraibanas produziram e fizeram circular discursos e suas correspondentes práticas anticomunistas junto àquela sociedade no sentido de disputar os sindicatos e associações proletárias com os que anunciavam o socialismo e o comunismo como solução para a *questão social*, então em evidência entre a primeira década do século XX e 1935.

No momento seguinte nos detivemos a perceber as matrizes anticomunistas que foram agenciadas pelas elites políticas paraibanas, e efetivadas pelo então poder político do Estado, no período de 1917 a 1935. Após refletirmos sobre as pesquisas recentes sobre o tema, procuramos mostrar as especificidades dessas elaborações discursivas e de suas respectivas práticas para, desse modo, situarmos o quadro que pensamos ser referencial de nossa tese, qual seja: as bases do anticomunismo nesse estado já se encontravam assentadas antes dos acontecimentos de 1935, sendo as mesmas forjadas a partir de 1917, ano em que a *questão social* se fez mais evidente. Em decorrência, começou a existir também, por parte das elites políticas dirigentes, uma maior preocupação frente a um movimento proletário que, diferentemente do caso europeu, era composto por trabalhadores fabris, mas, considerando-se as peculiaridades da sociedade paraibana, também por aqueles ligados ao setor de serviços (ferroviários,

telegrafistas, telefonistas, estivadores, carroceiros, costureiras, alfaiates, padeiros, etc.).

Por fim, identificamos a “primeira grande ‘onda’ anticomunista” na Paraíba entre os anos de 1935 e 1937, a partir de dois desdobramentos: as ações legais efetivadas pelo Estado no sentido de reprimir os comunistas num processo correlato de fortalecimento do poder; e a campanha anticomunista responsável por materializar, em pouco tempo, um imaginário que associava o comunismo ao “mal” (demônio, violência, doença, monstruosidade, etc). Entretanto, não consideramos que essa “primeira ‘onda’” seja decorrente, apenas, dos desdobramentos que se seguiram à chamada “Intentona comunista”, mas de argumentos que já vinham sendo instituídos na Paraíba pela Igreja Católica e pelo Estado desde a Revolução de 1917, como verificado nos segundo e terceiro capítulos dessa pesquisa, respectivamente.

Destarte, avaliamos que essa Tese possa contribuir para a historiografia paraibana em três aspectos: a própria eleição do objeto como de maior centralidade de estudo, por contraste a uma historiografia que, até o momento, o secundarizou; a abordagem teórico-metodológica conferida à pesquisa, articulando Nova História Política em suas relações com a Nova História Cultural, possibilitando maior compreensão da dimensão simbólica do campo político bem como a revisão da periodização relativa à configuração do anticomunismo, situando-a nos debates historiográficos mais recentes sobre o tema; e as fontes consultadas que, embora já compulsadas em outros trabalhos da historiografia paraibana, não o haviam sido da perspectiva do objeto desta Tese.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

- **Cartas Pastorais**

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). Carta Pastoral Doutrina contra Doutrina (08 de dezembro de 1928). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981: 71-84. (Coleção pensamento político republicano).

_____. **Carta Pastoral *Deus e Pátria*** (05 de agosto de 1909). Parahyba do Norte: Estabelecimento Graphico Torre Eiffel, 1909.

_____. **Carta Pastoral *Da Santidade e do Ministério Sacerdotal*** (07 de janeiro de 1914). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1914.

_____. **Carta Pastoral *Do Nosso Dever para com a Imprensa*** (1918). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1918.

_____. et ali. **Carta Pastoral Collectiva do Episcopado das Províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil Sobre os males actuaes da sociedade**. Bahia: Tipografia de São Francisco. 1920.

SANTOS, Luís Antônio dos (Dom) et ali. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (19 de março de 1890). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981: 17-58. (Coleção pensamento político republicano).

- **Encíclicas**

LEÃO XIII, Papa. Carta **Encíclica *Quod Apostolici Muneris*** - *Sobre o socialismo e comunismo* (28 de dezembro de 1878). Petrópolis: Vozes, 1951.

_____. **Carta Encíclica *Diuturnum Illud*** (29 de junho de 1881). Petrópolis: Vozes, s.d.

_____. **Carta Encíclica *Humanum Genus*** (20 de abril de 1884). Petrópolis: Vozes, 1955.

_____. **Carta Encíclica *Libertas Praestantissimum*** (20 de junho de 1888). Petrópolis: Vozes, s.d.

_____. **Carta Encíclica *Rerum Novarum*** – *Sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). **Encíclicas e Documentos Sociais**. São Paulo: Edições LTR, 1972, p. 25-55.

PIO IX. Papa. Carta Encíclica *Qui pluribus*. (09 de novembro de 1846). In: **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999: 78-95. (Documentos da Igreja 06).

_____. Carta Encíclica *Noscitis et Nobiscum* (8 de dezembro de 1849). In: **Colección Completa de Encíclicas Pontifícias**. Buenos Aires: Editorial Poblet, s.d.: 18-30.

PIO XI, Papa. Carta encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). **Encíclicas e Documentos Sociais**. São Paulo: Edições LTR, 1972: 81-92.

_____. Carta Encíclica *Divini Redemptoris – Sobre o Comunismo Ateu* (19 de março de 1937). **Documentos Pontifícios**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1959: 119-130.

2. DOCUMENTOS DO PODER PÚBLICO

PARAÍBA. **Ata da Sessão da Assembléia Legislativa**, 27 nov.1935.

PARAÍBA. **Ata da Sessão da Assembléia Legislativa**, 28 nov.1935.

PARAÍBA. **Ata da Sessão da Assembléia Legislativa**, 01 out.1937.

PARAÍBA. Conselho Municipal de Espírito Santo. **Denúncia que acusa professor de comunismo**. Espírito Santo, 04 jan.1936.

PARAÍBA. Lei Nº 15, de 27 de outubro de 1936. Decreta feriado o dia 30 de outubro como consagrado ao empregado do comércio. In: **Atos do Poder Executivo**. Estado da Paraíba. Leis de 1936. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1937.

PARAÍBA. Lei Nº 183, de 22 de outubro de 1937. Autoriza o crédito especial à Secretaria do Interior e Segurança Pública para as despesas com a repressão do communismo. In: **Atos do Poder Executivo**. Estado da Paraíba. Leis de 1937. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1938.

PARAÍBA. Lei Nº 162, de 01 de outubro de 1937. Restabelece a obrigatoriedade nas escolas do Estado, da propaganda contra os credos extremistas. In: **Atos do Poder Executivo**. Estado da Paraíba. Leis de 1937. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1938.

PARAÍBA. Lei Nº 103, de 19 de dezembro de 1936. Cria o Departamento de Propaganda e Publicidade. In: **Atos do Poder Executivo**. Estado da Paraíba. Leis de 1936. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1937.

PARAÍBA. Lei Nº 186, de 23 de outubro de 1937. Reorganiza o Departamento de Propaganda e Publicidade. In: **Atos do Poder Executivo**. Estado da Paraíba. Leis de 1937. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1938.

PARAÍBA. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª Legislatura, 1º setembro de 1917, pelo dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado.

PARAÍBA. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Província da Parahyba do Norte pelo presidente Ulysses Machado Pereira Vianna,** 1º jan.1879. Parahyba do Norte: Typografia Liberal Parahybana, 1879.

PARAÍBA. **Relatório do Delegado de Polícia da Capital ao Chefe de Polícia do Estado**, 15 set.1936.

PARAÍBA. **Relatório de Horácio Armando Vieira, Inspetoria Geral de Polícias,** 15 set.1936.

PARAÍBA. Relatório **de Praxedes Pitanga ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba**, 18 set.1936.

2. JORNAIS

- Jornal *A União* (1917-1937)

- Jornal *A Imprensa* (1908-1938)

- Jornal *Brasil Novo* (mar.-jul.1931)

- Jornal *Correio da Manhã* (25 abr. e 10 ago.1917)

- Jornal *Diário do Estado* (08 ago.1917)

- Jornal *Estado da Paraíba* (09 jan.1908)

- Jornal *O Centro* (12 jul.1912)

- Jornal *O Norte* (29 jun. e 03 ago.1917)

- Jornal *O Rebate* (22 out.1932)

3. LIVROS OU OBRAS DE ÉPOCA

ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE, Administrativo, histórico, mercantil, industrial. Parahyba: Imprensa Official, (Diretor Nelson Lustosa Cabral), 1922.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **A construção do consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

BARBOSA, Orris. **Secca de 32**. Impressões sobre a crise nordestina. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1935.

CAMPOS, Humberto de. **Carvalhos e roseiras**. 2.ed. São Paulo: José Olympio, 1934.

CENSO DE 1920. Rio de Janeiro: Typographia Estatística, vol. V, 1ª parte, 1927.

FIQUEIREDO, Francisco Severiano. **Diocese da Parahyba**. Parahyba: A Imprensa, 1906.

HOOVER, J. Edgar. **Estudo sobre o comunismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

SCHWARZ, Fred. **Você pode confiar nos comunistas** (... Êles são comunistas mesmo!). São Paulo: Dominus, 1963.

VIDAL, Ademar. **Problemas e Necessidades da Parahyba**. João Pessoa: Imprensa Official, 1931.

4. SITES

http://www.youtube.com/watch?v=wG09lsPCmqk
http://www.youtube.com/watch?v=dFoIXtYnID0&feature=related

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIVROS

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: **imprensa e vida**. Jornalismo impresso (1826-1986). 2.ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

ARONOVITZ, Stanley. Pós-modernismo e política. In: **Pós-modernismo e Política.** (Org.) HOLANDA, Heloísa Buarque. Tradução: Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Rocco, 1992: 151-175.

AQUINO, Laura Christina Mello de. **Os "tenentes" estrangeiros**: a participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo. João Pessoa: Ed. *A União*/UFPB, 1988.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**. Uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BAZCKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Anthoropos-Homem. Lisboa: Casa da Moeda, 1985: 298-332.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas** – Magia e Técnica, Arte e Política**.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1993.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Tomo III. 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964). 2.ed. São Paulo: Difel, 1986: 271-341.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para Uma História Cultural.** (Orgs.) Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998: 349-359.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (et ali). (Orgs.) **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2009: 29-46.

BERTASO, José Otávio. **A Globo da Rua da Praia**. São Paulo: Globo, 1993.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale (et. ali.). 12.ed. Brasília: Editora da UnB, 2004: 34-35.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992: 7-18.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, HERVÉ. **As escolas históricas**. Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; FGV, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**. A revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Editora Caravela, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. História Política. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FV, n. 17, 1996: 161-165.

CERVO, Amado Luiz. A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais**. Dois séculos de história. Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Vol. 1. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982: 65-119.

CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A esfera do político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996: 123-149.

DECTER, Moshe. **Cartilha de comunismo**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

DELLA CAVA, Ralf e MONTERO, Paula. **E o verbo se faz imagem**: igreja católica e os meios de comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1991.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político**. Tradução de Maria Dolores Prades. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul**: um projeto sócio-político (dos anos trinta a 1964). Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: Dos Annales à Nova História. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico e outros ensaios.** Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1993.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **O comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Histórias e Culturas Políticas: Definições, Usos, Genealogias. **Vária História**. Belo Horizonte, UFMG, nº 28, 2002: 13-28.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a Bloch, datada de 21/22 de setembro de 1890. **In**: _____ e MARX, Karl. **Obras Escolhidas**. Volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975: 284-286.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997: 61-89.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **História Constitucional da Paraíba**. 2.ed. São Paulo: Editora Fórum, 2009.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____ (Org.) **O populismo e sua história**: debate e crítica. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova 'velha história: o retorno da história política". In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992: 265-271.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado.15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FURET, François. O Historiador e a História: um relato de François Furet (Entrevista). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988: 143-161.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas:** Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História (Orgs.). Rio de Janeiro: MAUAD, 2005: 21-44.

_____. **A Invenção do trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1989-1945). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: _____. **História e Ideologia**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1981: 27-45.

JAMES, Daniel. **Plano vermelho para as Américas**. Rio de Janeiro: Ipanema, s.d.

JOFFILY, José. **Revolta e Revolução**: Cinqüenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976: 180-196.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC/RJ, 2006.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 2, número 4, setembro de 1982: 153-171.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão (et ali). 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003: 525-541.

LE GOFF, Jacques. Por uma longa Idade Média. In:_____. **O Imaginário Medieval**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994: 35-41.

_____. A história política continua a ser a espinha dorsal da história? In: _____. **O Imaginário Medieval**. Tradução de Manuel Ruas. Portugal: Editorial Estampa, 1994: 351-367.

_____; NORA, Pierre. **História:** Novos objetos, novos problemas e novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LIMA, Francisco (Cônego). **Dom Adauto**: subsídios bibliográficos (1855-1915). Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

_____. **Dom Adauto**: subsídios bibliográficos. (1915-1935). Tomo II. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

LIRA, Bertrand de Sousa. **Fotografia na Paraíba:** Um Inventário dos Fotógrafos Através do Retrato. (1850-950). João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

LUCA, Tânia Regina de Luca. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006: 111-153.

LUXMOORE, Jonathan & BABIUCH, Jolanta. The Catholic Church and communism, 1789-1989. **Religion, state & society**. V. 27, Nº 3-4, 1999: 301-313.

MAESTRI, Mário. **Castro Alves**: genealogia crítica de um revisionismo. Porto Alegre: CEM-RS, 1998.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. O 'perigo vermelho' e o Catolicismo no Brasil. In: _____; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: UNESP, 2003: 173-183.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 1987.

MARTINS, Eduardo. **A União**. Jornal e história da Paraíba. Sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União, 1977.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MELLO, José Octávio de Arruda. (et al.). João Santa Cruz: O patriarca do comunismo na Paraíba. **História & Debate na Assembléia da Paraíba.** João Pessoa: A UNIÃO, 1996: 485-586.

_____. **A revolução estatizada**. Um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1992.

_____. **Sociedade e Poder Político no Nordeste:** O Caso da Paraíba (1945/1964). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MENDES FILHO, Leônidas. **Sindicalismo em Campina Grande**: evolução histórica e política (1874-1983). Campina Grande: mimeo, s.d.

MENEZES, Antônio de Aguiar Bôtto de. **Minha terra**: memórias e confissões. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (Org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009: 13-37.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e incendiários**: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: _____ e LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora; 1998: 179-193.

OTAVIANO, Manuel. **A Coluna Prestes na Paraíba**: os mártires de Piancó. João Pessoa: Acauã/SEC, 1979.

PAMPLONA, Marco Antônio. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 17, 1996: 01-24.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **A Nova História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POMAR, Wladimir Ventura Torres. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas.** A Presença dos Comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de e IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **A história do historiador.** São Paulo: Humanitas Editora, 2003.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales.** A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas. In: _____; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. (Orgs.). **O século XX**: o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000: 35-59.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003: 13-36.

RENOÓ, Lúcio. Teoria e Cultura Política: Vícios e Virtudes. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. Rio de Janeiro, nº 45, 1998: 71-92.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder**: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil. Brasília: UnB, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol.3. Tradução de Roberto L. Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRS, 2007.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba (1930). João Pessoa: A UNIÃO, 1978.

ROMANI, Carlo Maurizio. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 12, 2011: 161-178.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: **Revista Brasileira de História**. Historiografia – propostas e práticas. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995: 9-22.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba 1917-1921. **Textos UFPB-NDIHR**, nº 03. João Pessoa: mimeo, 1983.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale (et. ali.). 12.ed. Brasília: Editora da UnB, 2004: 306-308.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e intervenção estatal**. Paraíba (1930-1940). João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: UNESP, 1999.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo**. Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993.

TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. As coleções da Livraria do Globo de Porto Alegre. In: **Anais do I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro, 2004: 01-13.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier: 127-162.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: _____. **Como se escreve a história**. 2.ed. Brasília: UnB, 1992: 149-181.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. **Ciência Política**. V. 21, Nº. 3, jul./set. 1978: 117-160.

2. DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **O anticomunismo na imprensa goiana**: 1935-1964. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.

ALVES, Cristiano Cruz. **"Um espectro ronda a Bahia"**: as manifestações anticomunistas na imprensa (1930-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

ANDRADE, Francis Wellington de Barros. **Igreja Católica e comunismo**: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

ARAÚJO, Célio Roberto de. **O voto, o terço e as armas**: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. **Em nome da ordem**: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 1992.

BAPTISTA JUNIOR, Roberto. **Comunismo internacional, repressão e intervencionismo nos governos Dutra e Vargas**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

_____. **Brasil e suas relações com Uruguai, Argentina, Chile e Estados Unidos na repressão e cooperação frente ao comunismo internacional**

(1945-1964). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

BEGHETTO, Lorena. **O pesadelo comunista ameaça o Ocidente**: o anticomunismo nas revistas *Seleções do Reader's Digest* (1946-1960). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: o Estado policial na Era Vargas. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB paraibano no imaginário social**: o caso Félix Araújo na fase da "redemocratização" (1945-1953). Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2006.

DEUSDARÁ, Pâmella Passos. **Vozes a favor do golpe!** O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

DIAS, Roberto Barros. **"Deus e a Pátria":** Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos Operários**: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1987.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo no Brasil**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os Novos Bárbaros**: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro (1935/85). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização**: Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

FLACH, Ângela. **"Os vanguardeiros do anticomunismo"**: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

GIMENEZ, Andrea Beatriz Wozniak. **O medo da "Revolução Social" na "Terra dos Pinheirais"**: imaginário anticomunista na sociedade curitibana (1947-1964).

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

GONÇALVES, Marcos. **"Os arautos da dissolução"**: mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil (1941-1947). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

GROPPO, Célia Maria. **Ordem no céu, ordem na terra**: a revista "A Ordem" e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937). Dissertação (Mestrado em História).Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

IPÓLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir**: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953), Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Política e Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1985.

LIMA, Idalice Ribeiro Silva. **"Flores do Mal" na cidade jardim**: comunismo e anticomunismo em Uberlândia (1945-1964). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB. Tese (Doutorado em Lingüística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

MARTELLI, Lindolfo Anderson. **Escatologia e anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2010.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **Práticas sociais e imaginário político na Arquidiocese de Maceió**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

MOLINARI FILHO, Germano. **Controle ideológico e imprensa**: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **"Selvagens e incendiários"**: o discurso anticomunista e as notícias da Guerra Civil Espanhola. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Última Hora*.** Uma perspectiva de análise. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Cruzada antivermelha**: democracia, deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **"Perante o tribunal da história"**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Silvio José de. **Tonalidades de vermelho**: comunismo e anticomunismo no norte do Paraná (1945-1960). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Assis, 2000.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **"Guardai-vos dos falsos profetas"**: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. **Seleções *Reader"s Digest***. 1954 – 1964. Um mapa da intolerância política. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PINTO, José Aloísio Martins. **"Serventuários das trevas"**: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922-1932). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

RAAD, Lenita Jacira Farias. **"... denunciando os males do comunismo"**: o anticomunismo na revista Seleções *Reader"s Digest* (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

_____. **Memórias e avaliações**: Norte-Americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945-1964. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. **A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas**: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

SILVA, Carla Luciana Souza. **Perigo vermelho e ilusão comunista**: configurações do anticomunismo brasileiro – da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

SOARES, Eduardo de Souza. **A máscara e o rosto de Chaplin**: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936 – 1949). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. **Cinema e política**: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista**: homens vermelhos e inocentes úteis. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

VIEIRA, Solange Gomes. **"Roma ou Moscou"**: O imaginário anticomunista da Igreja Católica; "O Horizonte" (1924-1931). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1989.

VITAL JUNIOR, Raul Rebello. **O tribunal vermelho**: em cena o caso Elza Fernandes – Recortes do anticomunismo brasileiro durante o Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.